

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
DOUTORADO EM ECONOMIA

**TERRITORIALIDADE E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: ESTUDO DOS
TERRITÓRIOS DO VALE DOS VINHEDOS (BRA) E MONTILLA-MORILES (ESP)**

Daniel Lemos Jeziorny

Orientador: Prof. Dr. Antonio César Ortega

Co-orientador: Prof. Dr. Eduardo Moyano Estrada

UBERLÂNDIA

2015

DANIEL LEMOS JEZIORNY

**TERRITORIALIDADE E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: ESTUDO DOS
TERRITÓRIOS DO VALE DOS VINHEDOS (BRA) E MONTILLA-MORILES (ESP)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

**Área de concentração: Desenvolvimento
Econômico**

Orientador: Prof. Dr. Antonio César Ortega

Co-orientador: Prof. Dr. Eduardo Moyano Estrada

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

J59t
2015 Jeziorny, Daniel Lemos, 1974-
Territorialidade e indicação geográfica : estudo dos territórios do
Vale dos Vinhedos (BRA) e Montilla-Moriles (ESP) / Daniel Lemos
Jeziorny. - 2015.
206 f. : il.

Orientador: Antonio César Ortega.
Co-orientador: Eduardo Moyano Estrada.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Economia regional - Brasil - Teses. 3.
Desenvolvimento econômico - Teses. 4. Regiões vinícolas - Rio Grande
do Sul - Teses. 5. Economia agrícola. I. Ortega, Antonio César. II.
Estrada, Eduardo Moyano. III. Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

**TERRITORIALIDADE E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: ESTUDO DOS
TERRITÓRIOS DO VALE DOS VINHEDOS (BRA) E MONTILLA-MORILES (ESP)**

Daniel Lemos Jeziorny

Tese defendida e aprovada em 26 de fevereiro de 2015

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio César Ortega
Orientador ó IEUFU

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho ó PPGE/UFU

Prof. Dr. Humberto de Paula Martins ó PPGE/UFU

Prof. Dr. Gentil Corazza ó UFFS

Prof. Dr. Carlos Schmidt ó UFRGS

Prof. Dr. Aderbal Oliveira Damasceno
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia ó IEUFU

Para meus avós, Amália e Rubens.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que esta tese se concretizasse. Algumas, no entanto, tiveram papel especial: aquelas com as quais pude discutir ideias, mas, também, dividir alguns anseios e, de quando em vez, sonhos que surgiram no transcorrer do percurso que trouxe até aqui. Dentre estas, o professor Dr. Eduardo Moyano Estrada, que me acolheu no *Instituto de Estudios Sociales Avanzados* do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* da Espanha, merece meu mais sincero reconhecimento e, principalmente, um agradecimento muito especial, por diversas razões. Dentre tantas, por haver pacientemente aturado minha impetuosidade, desorganização e teimosia durante o período de estágio em que estive sob sua supervisão, na encantadora cidade andaluza de Córdoba. Contudo, não posso deixar de reconhecer que, se foi de maneira perspicaz que orientou este trabalho, refinando as ideias e apontando os atalhos do caminho, foi também a partir de sua inteligência singular, e, diga-se, nunca desacompanhada de grande humildade, que conquistou meu profundo respeito, tornando-se uma importantíssima referência para mim, referência não apenas profissional, mas, sobretudo, humana. Compartilhar trabalho e trocar ideias de vida com o professor Moyano, além de ter sido um momento prazeroso de grande enriquecimento profissional e pessoal, comprovou minha ideia de que a simplicidade é uma das virtudes daqueles que impõem, naturalmente, sua grandeza. Portanto, sou imensamente grato a este exemplo de ser humano pela orientação acadêmica que construiu este trabalho, mas, também, pelos ensinamentos de vida que, certamente, não esquecerei.

Não posso deixar de agradecer também a turma do IESA que ajudou a tornar o período de minha estada na Espanha muito mais divertido, além dos esforços que dispensaram para me auxiliar na adaptação ao novo país. Sou especialmente grato às amigas Lourdes, Marta, Mari, Cristina, Montse, Ana, Julia, Regina, Mari Carmen e Izabel. E aos camaradas Jose, Sergio, Pedro, Fernando Alonso, Cañadas, Jose (de Julia), Javi (de Mari), Modesto, David e Fernando Garrido pela ajuda, alegria e amizade. A esta equipe de gigantes, portanto, meu mais sincero muito obrigado! Sinto falta de todas e de todos! E, uma vez que estou a direcionar os agradecimentos àqueles que estão em solo espanhol, registro um muito especial ao meu querido irmão Juliano Jeziorny. Ao òKaduö, acima de tudo, sou grato pela confiança e força de sempre. Porém, nos breves momentos que tivemos a oportunidade de compartilhar nesse período, lhe agradeço pelo brilho de um olhar que nunca deixou de refletir uma certeza: de que o amor é o sentimento mais potente e transformador ô a força mais poderosa de que

se tem notícia. Espero, sinceramente, que meu olhar tenha refletido o mesmo. E agradeço, pelo mesmo motivo, às minhas sobrinhas Zaia e Kira, inquietas e brilhantes estrelas que encheram muitos de meus dias de alegria (junto com o Marley!). Com efeito, não posso deixar de agradecer à minha cunhada Carrie por haver me recebido tão carinhosamente em sua casa!

Impossível não agradecer também aos meus pais pelo amor, apoio e compreensão de sempre, mas também pelo incentivo extra nesta jornada, incentivo que se tornou peça essencial à concretização de um projeto de vida tão caro para mim. No entanto, ao meu irmão Felipe Lemos Jeziorny devo ó e faço ó um agradecimento muito especial. Pois, se nos momentos mais difíceis de minha vida, foi a ele a quem sempre recorri, e, se o seu apoio nunca me faltou, durante o meu doutoramento não foi diferente. De fato, a força que esta incrível pessoa me passa foi gigantesca fortaleza, abrigo no qual me recolhi nos momentos mais tensos e que funcionou como uma poderosa fonte de energia. Portanto, (ou, por tudo) agradeço ao meu grande irmão Felipe, de todo o coração. Trata-se de um grande exemplo para mim, uma pessoa que merece muito mais do que o meu reconhecimento, mas meu amor ó e os louros desse trabalho são dele também. Agradeço, ainda, a minha cunhada Jaque pelo incentivo sincero e pelas conversas que ajudaram a aliviar o peso da incerteza ó que ombreia todo trabalho acadêmico. E ao meu afilhado Pedrão, não posso deixar de pedir desculpas pela ausência (vou tentar recompensar no futuro). Agradeço também, e, muito especialmente, aos meus avós Amália e Rubens pelo esteio, incentivo e reconhecimento, por haverem se dedicado tanto para que eu pudesse escrever esta tese, mas, principalmente, pelos ensinamentos e pelo amor que sempre me fortalece e que foi o grande trunfo para que ela se tornasse realidade. Não fosse pelo apoio dessas magníficas pessoas essa tese não existiria. Justamente por isso, lhes dedico este trabalho. Sem esquecer, é claro, de agradecer a minha madrinha Viviane, pela confiança, energia, apoio e carinho usuais, que sempre foram importantes esteios em minha vida, mas que nesse momento se converteram numa incrível vibração, que igualmente me fortaleceu e tornou a tarefa (de se fazer uma tese) um pouco menos ôassustadoraö. E ao Silvio, agradeço pela amizade e compreensão, mas também pelas agradáveis discussões e análises tático e técnicas sobre o nosso querido ôImortal Tricolorö, que ajudaram a descontraír alguns dos muitos instantes de tensão e cansaço.

Obviamente, não posso deixar de agradecer aos camaradas portoalegrenses que, mesmo longe, torceram por mim nesta jornada, especialmente aos irmãos Duca, Martin, Guilherme, Danrlei e Kegler e a minha querida amiga Lu Barros. A amizade de vocês, família que escolhi, outrossim é fonte inesgotável de energia. E essa energia foi essencial para que eu caminhasse até aqui! Ademais, agradeço ao professor Gentil Corazza, não apenas por ter

aceitado o convite para compor a banca de defesa desta tese, mas, principalmente, pelas sugestões que enriquecerão o trabalho que pretendo seguir. Agradecimento que estendo ao professor Carlos Schmidt. Além disso, não posso deixar de agradecer a essas duas grandes pessoas (principalmente ao ãSchimitãoö) pela amizade e pelos ensinamentos de vida, mas também pelo importante e tão decisivo papel que tiveram em minha formação, especialmente na construção de um pensamento crítico, durante os anos em que estive na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sou também imensamente grato a família que conquistei em Uberlândia, especialmente aos irmãos Henrique Barros e Thiago Callado Kobayashi, que me ajudam a ãsegurar as pontasö no cerrado mineiro, desde minha primeira passagem pela UFU, em 2007. O doutorado não teria acontecido sem a parceria desses dois irmãos. Valeu pela força meus camaradas! E obrigado pela confiança! Seguramente, a amizade de vocês é uma das minhas maiores conquistas (valeu por me aturarem)! E, em se tratando de amizades especiais, não posso deixar de agradecer a Loyd, sobretudo, pelo apoio tranquilizante! Agradeço ao Teo e ao Marcos pelo companheirismo, mas, também, pela amizade e pelas cervejas que ajudaram a encaminhar algumas importantes questões. Agradecimento que estendo aos amigos Vinícius, Anderson e Michael e, mais recentemente, ao Wolf e ao Bruno.

Aos colegas do núcleo de estudos rurais, sou grato por compartilharem seus conhecimentos, mas, principalmente, pela amizade e sorrisos que alegraram o dia a dia. Jujuba, Moranguinho, Michele e Cris, obrigado por tornarem meus dias mais alegres! Clésio, pela parceria! E não posso deixar de agradecer ao Jessé pelo mapa, mas também pelo astral das inspiradas, por vezes, eruditas discussões do momento do ãsagradoö café. Aliás, impossível lembrar de tão importante ãinstituiçãoö sem agradecer ao professor Dr. Humberto de Paula Martins, obviamente, pela sabedoria e refinado humor que abrilhantaram o ãcafé nosso de cada diaö. Porém, em especial, pela contribuição que vem dando ao meu trabalho e pelos ensinamentos que me passa, gratuita e sabiamente, desde 2007. Ao Humberto, referência para mim, sou grato também pelo apoio e amizade. Mesmo fisicamente distante, este grande amigo ajudou a superar momentos difíceis (solitários até) com as boas ãconversas internéticasö e com as dicas sonoras que acabaram compondo a trilha sonora desta tese. Aliás, ao ãAlvãoö, também devo diversos agradecimentos nesse sentido.

No entanto, evidentemente, devo um agradecimento especial ao meu orientador, professor Dr. Antonio Cesar Ortega, por apostar em meu potencial, pela atenção que me dedicou durante os quatro anos de doutorado, mas, sobretudo, por ter apontado um caminho que, acredito, me fez um homem menos ignorante, mas, acima de tudo, menos ingênuo (oxalá

mais maduro!). E agradeço também aos demais professores e professoras do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao Dr. Clésio Lourenço Xavier, pela confiança. Porém, ao Dr. Niemeyer Almeida Filho faço um agradecimento especial, tanto pela maneira alegre e descontraída de tratar, que muito me cativou, como, e muito especialmente, pela forma aberta de pensar, que me ensinou a ver e a interpretar a sociedade na qual vivemos de uma perspectiva ampla e, para mim, substancialmente mais esclarecedora, inteligível. Além disso, ao Niemeyer, que durante este curso de doutorado se tornou outra grande referência para mim, sou grato pelas dicas que apontaram importantes e certos atalhos.

E, se abri esta singela seção de agradecimentos referindo-me a pessoas especiais, com as quais pude trocar ideias, sonhos e anseios, encerro agradecendo aquela que foi não apenas a grande interlocutora desta tese, mas a sua principal fonte de inspiração. A bem da verdade, à Marisa Amaral devo muito mais do que as longas discussões, dicas de leituras e trocas de ideias que, de fato, orientaram este trabalho. Devo a própria motivação para realizá-lo. A tese que ora apresento é, sem dúvida, um efeito da presença dessa espetacular pessoa em minha vida. Presença luminosa, que tem apontado rumos e tornado tudo muito mais fácil. Muito obrigado Marisa! As tuas ideias foram essenciais para que esta tese existisse o fato. Porém, mais que as ideias, foram as cores que colocastes nos meus dias que fizeram a diferença e me fazem continuar.

Por fim, e, não menos importante, agradeço a CAPES por proporcionar a oportunidade deste delicado e aprazível momento de agradecimentos. Afinal, esta tese provavelmente não existiria e eu seguramente não estaria agradecendo a todas estas pessoas não fosse o apoio financeiro desta importantíssima instituição o que ofereceu as condições materiais indispensáveis para a realização deste e de outros tantos trabalhos.

**Os homens fazem a sua própria história, mas
eles não a fazem como bem entendem; não a
fazem sob circunstâncias escolhidas por eles
mesmos, mas sob circunstâncias diretamente
encontradas, dadas e transmitidas pelo passado.**
(Karl Marx)

RESUMO

Esta tese se sustenta em dois pilares: o tema das indicações geográficas (IGs) e a perspectiva territorial do desenvolvimento. A partir de um estudo comparado entre territórios no Brasil e na Espanha, lançamos mão da perspectiva territorial do desenvolvimento para avaliar as possibilidades das indicações geográficas em contribuir para o desenvolvimento rural, respondendo algumas perguntas. Quais as potencialidades das indicações geográficas para canalizar a inovação em territórios rurais e auxiliar os produtores associados a encaminhar processos de desenvolvimento territorial? O grau de difusão das IGs em um país interfere nos seus efeitos sobre o território em que se aplica? O tamanho do espaço geográfico do território é importante? A especificidade do produto conta? Enfim, quais os limites e possibilidades para as indicações geográficas funcionarem como instrumentos que canalizem processos de desenvolvimento territorial, dado que os territórios em que se aplicam não são construções sociais homogêneas? Afinal, como podemos entender, objetivamente, o desenvolvimento territorial? Assim, ao mesmo tempo em lançamos mão de uma perspectiva multidisciplinar, enfocando o pensamento de economistas, geógrafos e cientistas sociais na perspectiva territorial do desenvolvimento, procuramos encontrar um lugar para as indicações geográficas na seara da literatura econômica. Além disso, procuramos construir uma ideia puramente objetiva de desenvolvimento territorial com a qual possamos identificar alguns resultados destas estratégias nos processos de apropriação capitalista de espaços rurais. Por hipótese básica, temos que a simples organização de uma indicação geográfica em determinado território vitivinícola não garante, aprioristicamente, nenhum tipo de efeito, que não seja o de fazer com que um grupo de produtores associados detenha o controle sobre a quantidade de matéria prima produzida dentro de um determinado recorte espacial, bem como da técnica aplicada sobre essa matéria prima, para gerar um produto com características específicas ó determinadas coletivamente.

Palavras-chave: Indicações Geográficas; Desenvolvimento Territorial; Mercados Singulares; Brasil; Espanha

ABSTRACT

This thesis is based on two pillars: the issue of geographical indications (GIs) and the territorial approach to development. From a comparative study between territories in Brazil and Spain, we used the territorial development perspective to assess the possibilities of geographical indications to contribute to rural development, answering some questions. Which the potential of geographical indications to channel innovation in rural areas and help producers associated with forward territorial development processes? The widespread of GIs in a country interferes in their effects on the territory as it applies? The size of the geographical territory of space is important? The specificity of the product account? Finally, the limits and possibilities for geographical indications act as instruments to channel territorial development processes, since the territories in which they apply are not homogeneous social constructions? After all, how can we understand objectively the territorial development? So, while we employ a multidisciplinary perspective, focusing on the thinking of economists, geographers and social scientists in the territorial approach to development, we seek to find a place for geographical indications in the harvest of the economic literature. In addition, we seek to build a purely objective view of territorial development with which we can identify some results of these strategies in capitalist appropriation processes of rural areas. For basic hypothesis, we have the simple organization of a geographical indication in a given territory wine does not guarantee, a priori, any effect, other than to make a group of associated producers holds control over the amount of raw material produced within a certain spatial area, as well as the technique applied to the raw material, to generate a product with specific characteristics - collectively determined.

Keywords: Geographical Indications; Territorial Development; Singular Markets; Brazil; Spain

RESUMEN

Esta tesis se basa en dos pilares: la cuestión de las indicaciones geográficas (IG) y el enfoque territorial del desarrollo. A partir de un estudio comparativo entre los territorios del Vale dos Vinhedos (Brasil) y Montilla-Moriles (España), se utilizó la perspectiva de desarrollo territorial para evaluar las posibilidades de las indicaciones geográficas en contribuir al desarrollo rural y responder a algunas preguntas. ¿Cuál es el potencial de las indicaciones geográficas para canalizar la innovación en las zonas rurales y auxiliar los productores asociados con los procesos de desarrollo territorial? ¿La generalización de las indicaciones geográficas en un país interfiere en sus efectos sobre el territorio en que se aplica? ¿El tamaño del espacio geográfico del territorio es importante? ¿Cuenta la especificidad del producto? ¿Cuáles son los límites y las posibilidades de las indicaciones geográficas en actuar como instrumentos para canalizar procesos de desarrollo territorial, una vez que los territorios en los que se aplican no son construcciones sociales homogéneas? ¿Cómo podemos entender objetivamente el desarrollo territorial? Así, mientras que empleamos una perspectiva multidisciplinar, centrando en el pensamiento de los economistas, geógrafos y científicos sociales en el enfoque territorial del desarrollo, buscamos encontrar un lugar para las indicaciones geográficas en la cosecha de la literatura económica. Además, buscamos construir una visión puramente objetiva del desarrollo territorial con la que podemos identificar algunos resultados de estas estrategias en los procesos de apropiación capitalista de las zonas rurales. Por hipótesis básica, tenemos que la organización de una indicación geográfica en determinado territorio no garantiza, a priori, cualquier efecto, aparte de hacer un grupo de productores asociados mantiene el control sobre la cantidad de materia prima producida dentro de una cierta área espacial, así como la técnica aplicada a la materia prima, para generar un producto con características específicas - determinado colectivamente.

Palabras clave: Indicaciones Geográficas; Desarrollo Territorial; Mercados Singulares; Brasil; España

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEVIN ó Asociación Española de Ciudades del Vino
ASAJA ó Asociación Agraria de Jóvenes Agricultores
APROVALE ó Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos
CE ó Comunidade Europeia
CPR ó Common Pool Resources
CR ó Conselho Regulador
CUP ó Convenção da União de Paris
DO ó Denominação de Origem
DOP ó Denominação de Origem Protegida
DT ó Desenvolvimento Territorial
DR ó Desenvolvimento Rural
EMBRAPA ó Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA ó Estados Unidos da América
FAO ó Food Agriculture Organization
FEE ó Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
IBGE ó Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAPA ó Instituto Andaluz de Investigación y Formación Agrária y Pesquera
IG ó Indicação Geográfica
INPI ó Instituto Nacional de Propriedade Industrial
LPI ó Lei de Propriedade Industrial
OIV ó Organização Internacional da Vinha e do Vinho
PAA ó Programa de Aquisição de Alimentos
PAC ó Política Agrária Comum
P&D ó Pesquisa e Desenvolvimento
RTA ó Relative Trade Advantage
SNI ó Sistema Nacional de Inovação
UCS ó Universidade de Caxias do Sul
EU ó União Europeia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: Espiral temporal no espaço _____	41
Figura 3.1: Consumo e produção mundial de vinhos _____	120
Figura 3.2: Consumo mundial de vinhos, período 2001-2011 _____	120
Figura 3.3: Consumo anual de vinho per capita na Espanha em relação a alguns países selecionados _____	121
Figura 3.4: Consumo de vinho, período 2001-2011 _____	122
Figura 3.5: Superfície cultivada com vinhedos, período 2001-2011 _____	123
Figura 3.6: Superfície cultivada com vinhedos na Espanha, período 2001-2011 _____	124
Figura 3.7: Consumo de vinho anual per capita na Espanha em comparação a alguns países, período 2001-2011 _____	126
Figura 3.8: Exportação e importação de vinhos na Espanha, período 2001-2011 _____	127
Figura 3.9: Consumo per capita de vinhos, período 2001-2011 _____	129
Figura 3.10: Consumo total de vinho, período 2001-2011 _____	130
Figura 3.11: Superfície espacial cultivada com vinhedos no Brasil _____	132
Figura 3.12: Superfície espacial cultivada com vinhedos no Brasil em relação à Espanha _____	132
Figura 3.13: Consumo e produção de vinhos no Brasil _____	133
Figura 3.14: Exportação e importação de vinhos no Brasil _____	133
Figura 3.15: Localização geográfica de territórios construídos a partir de fluxos migratórios no sul do Brasil _____	141
Figura 3.16: Localização geográfica da província de Córdoba, na Espanha, onde se insere o território de Montilla-Moriles _____	155

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 3.1: Evolução do Índice RTA da Vitivinícola Brasileira - 2000/2009	135
Tabela 3.2: Número de explorações familiares e patronais, e sua porcentagem em relação ao total de explorações segundo os municípios que formam o Vale dos Vinhedos	151
Tabela 3.3: Porcentagem de explorações familiares, segundo seu nível de renda nos municípios que formam o Vale dos Vinhedos	151
Quadro 2.1: Tipos de Inovações	78

SUMÁRIO

Introdução	18
Capítulo 1: Espaço, território, territorialização e desenvolvimento territorial	29
1.1 Do tempo-espaço à técnica-território: o caminho da territorialização	33
1.1.1 Espaço X território	33
1.1.2 A empiricização do tempo na formação de territórios: as sete cidades de Tróia	36
1.1.3 O tempo do capital e seus imperativos: a bagagem histórica de nosso tempo	45
1.1.4 Os espaços e o tempo do capital global: fluxos, fixos e universos da globalização	50
1.2 A perspectiva do desenvolvimento territorial e o desenvolvimento territorial em perspectiva	57
1.2.1 A perspectiva das políticas de desenvolvimento territorial	57
1.2.2 O desenvolvimento territorial em perspectiva (objetiva)	61
1.3 Mecanismos sociais para se instrumentalizar o desenvolvimento territorial	64
1.3.1 A estrutura de governança: sistema de direção do território	65
1.4 A utilidade do enfoque do "capital social" para o estudo dos sistemas de governança em desenvolvimento territorial	69
1.4.1 Breve aproximação ao conceito de "capital social"	69
1.4.2 A análise da governança no desenvolvimento territorial	71
Considerações finais do primeiro capítulo	72
Capítulo 2: Inovação, indicações geográficas e difusão de tecnologias	76
2.1 Sistema de Inovação: o motor do território	77
2.1.1 A abordagem sistêmica da inovação	79
2.1.2 Crítica à abordagem sistêmica: as bases sociopolíticas da inovação e o conteúdo do espaço-tempo	83
2.1.3 A dimensão política do conhecimento	86

2.2 As concepções mentais de mundo enquanto forças materiais _____	90
2.3 A perspectiva das indicações geográficas _____	93
2.3.1 O marco legal das indicações geográficas: um breve sobrevoo _____	100
2.4 As indicações geográficas em perspectiva _____	104
2.4.1 A concepção mental de mundo por detrás das indicações geográficas _____	107
2.4.2 Os paradoxos por detrás da concepção mental das IGs _____	111
Considerações finais do segundo capítulo _____	114
Capítulo 3: Os vinhos, os territórios e suas indicações geográficas _____	119
3.1 O panorama da vitivinicultura mundial _____	120
3.2 O panorama vitivinícola em Espanha _____	123
3.3 O panorama vitivinícola no Brasil _____	128
3.4 Vale dos Vinhedos e Montilla-Moriles: dois territórios com IGs _____	136
3.4.1 Aspectos históricos da construção do Vale dos Vinhedos _____	136
3.4.2 Uma estratégia de desenvolvimento baseada na singularidade geográfica e social do Vale dos Vinhedos _____	144
3.4.3 Inovação, coesão social e governança _____	148
3.4.4 Montilla-Moriles: um território de grande profundidade espacial _____	154
3.5 Montilla-Moriles e Vale dos Vinhedos: profundidades distintas em contraste _____	170
Consideração finais _____	183
Referências Bibliográficas _____	194
Anexo 1 - Lista de Entrevistados _____	202

INTRODUÇÃO

Esta tese se sustenta em dois pilares: o tema das indicações geográficas (IGs) e a perspectiva territorial do desenvolvimento. Lançamos mão do segundo para avaliar as possibilidades do primeiro em contribuir para o desenvolvimento rural, especialmente pela via da inovação. E antes de adentrarmos nas questões referentes ao problema de pesquisa, à metodologia e à estrutura do trabalho, gostaríamos de tecer alguns comentários a respeito da temática das IGs, mas também das motivações que nos levaram ao seu estudo e de algumas dificuldades encontradas pela frente.

Em relação ao tema, conforme afirma Niederle (2011), as indicações geográficas (IGs) têm se tornado õuma das manifestações mais notórias da emergência de uma nova economia de qualidades no âmbito agroalimentarö. Segundo ele, reflexos de um modelo pós-fordista de produção e consumo, as IGs ensejam uma revalorização de tradições, costumes, saberes locais, e outros recursos intangíveis que se associam ao território. Neste sentido, o referido autor afirma que as IGs compõem uma estratégia de qualificação com ênfase no enraizamento sociocultural das mercadorias nos territórios em que são produzidas. Para Niederle (ibid.), as indicações geográficas podem, inclusive, perceberem-se como catalisadoras de processos de desenvolvimento local ou endógeno.

Temos algumas restrições em relação a tal afirmação, especialmente no que toca ao termo endógeno, ou ao caráter endógeno do desenvolvimento. Além disso, o próprio conceito de desenvolvimento é passível de larga discussão. Não vamos entrar nessa discussão agora. E coincidimos plenamente com este autor quando afirma que as IGs enfatizam o enraizamento sociocultural das mercadorias e valorizam, em alguma medida, a tradição, os costumes e os saberes locais dos territórios.

Isso acontece muito comumente no setor vitivinícola. Por exemplo, tradicionalmente, um *champgne* é um vinho espumante típico da região de Champagne-Ardenne na França, e o reconhecimento legal e internacional de sua singularidade geográfica impede que os espumantes da Serra Gaúcha, assim como os de qualquer outro lugar do mundo, sejam identificados como *champagnes* em suas garrafas. Essa proteção que os espumantes franceses possuem é garantida, legalmente, por uma indicação geográfica. Aliás, a indicação geográfica de Champagne-Ardenne data de 1927 e é considerada a pioneira nos moldes atuais em que as IGs costumam apresentar-se.

Atualmente, o mercado de vinhos brasileiro também possui suas indicações geográficas. O Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, foi a primeira IG brasileira

reconhecida pela União Europeia. Há bastante tempo o mercado vitivinícola brasileiro se divide em dois grandes segmentos: o dos vinhos comuns, elaborados com castas não viníferas (isto é, não europeias); e o dos vinhos finos, produzidos a partir de variedades de uvas viníferas (europeias). Contudo, desde princípios dos anos 2000, a esfera dos vinhos finos ganhou uma subcategoria: a dos vinhos que são produzidos em regiões geograficamente delimitadas e que, justamente por isso, ostentam os signos distintivos que atestam a sua singularidade: os selos de indicações geográficas.

Antes de tudo, isto significa que aqueles vinhos, que estampam em suas garrafas um selo de IG, respeitam uma normativa de produção e são obtidos a partir de insumos que são típicos de determinado território, seja no Vale dos Vinhedos em Champagne-Ardenne ou em qualquer outro território vitivinícola em que exista uma indicação geográfica. Com isso, os vinhos certificados tornam-se representantes de um padrão local de produção e reduzem a incerteza dos consumidores com relação à sua qualidade.

Do ponto de vista prático, de uma maneira geral, podemos afirmar que as indicações geográficas dizem respeito a mercadorias que tenham uma origem geográfica específica, que atribua aspectos de autenticidade a esses produtos. Conforme veremos, a Lei de Propriedade Industrial (LPI nº 9.279), de 14 de maio de 1996, é o marco legal das indicações geográficas no Brasil, e dá competência ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial ó INPI ó para estabelecer as condições de registro dos pedidos de reconhecimento das singularidades. Portanto, no Brasil, a IG é de natureza declaratória, ou seja, o INPI concede um registro pelo reconhecimento de um direito pré-existente. Direito que apesar de remeter à propriedade industrial é de natureza coletiva, pois diz respeito a uma coletividade vinculada a um determinado espaço geográfico.

Além disso, convém ressaltar que existem duas categorias para se enquadrar uma indicação geográfica. A indicação de procedência (IP) e a denominação de origem (DO). A rigor, a segunda representa condições mais estreitas para os produtores associados, ou seja, o reconhecimento legal de uma denominação de origem impõe condições mais rigorosas aos produtores que pretendem ostentar esse tipo de signo distintivo de qualidade, conforme podemos observar a partir de suas definições legais.

Considera-se **indicação de procedência** o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. E **denominação de origem**, o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam

exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. Portanto, ao passo que, no primeiro caso, permite-se que alguma parte da matéria prima venha a ser extraída de fora do território, no caso das denominações de origem isto não ocorre; teoricamente, estas representam um grau mais elevado de diferenciação da mercadoria.

No que toca às motivações para lidar com esse tema, gostaríamos de resgatar, sucintamente, duas. A primeira de caráter pessoal. Logo, nos desculpamos por ãquebrar o protocolo e trazer um pouco das razões pessoais que levaram a construir esse estudo. Ademais, voltar um pouco no tempo, e reconstruir a evolução de nosso pensamento, nos parece uma boa forma de explicar a construção de nosso problema de pesquisa.

Em 2007, o Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia nos abriu as portas para a realização de um curso de Mestrado em Economia. Ocasão em que fora possível aprofundar temas pouco explorados durante o curso de graduação, assim como conhecer temáticas e abordagens teóricas completamente distintas. O que abriu perspectivas ao autor desta tese. E, sob a orientação do professor Dr. Antônio Cesar Ortega, uma das novas perspectivas passou a ser explorada com entusiasmo. Defendida em 2009, a dissertação de mestrado tivera como tema central a abordagem territorial do desenvolvimento, da qual lançamos mão para analisar a estratégia de singularização da produção de um grupo de atores do território do Vale dos Vinhedos na região da Serra Gaúcha.

Para a construção daquele trabalho, foram necessárias diversas saídas de campo. Sem embargo, a experiência de contatar diretamente com a realidade de agricultores familiares, conhecer seus desafios e seus projetos, suas visões de mundo e a forma pela qual se organizavam para construir o território no qual conviviam (e ainda convivem), além de trazer muitos ensinamentos, reforçou algumas de nossas convicções, dentre elas, de que era preciso encarar os espaços rurais para além das questões agropecuárias. Portanto, que a perspectiva territorial (conforme reforçaremos nesta tese) oferecia um foco ajustado à realidade dos espaços rurais ó pelo menos à realidade que as famílias daquele objeto de estudo haviam mostrado.

De fato, aquelas famílias confirmaram as expectativas de que a ruralidade se apresentava para além das questões relativas à agricultura e à pecuária. E de que os espaços rurais não podiam ser interpretados como resíduos daquilo que não era urbano. Pelo contrário, o rural e o urbano se complementavam, naquele território, como duas faces de uma mesma moeda. Além disso, os atores sociais do Vale dos Vinhedos confirmaram

a hipótese de que o reconhecimento, mas principalmente o enaltecimento dessa complementariedade, era condição fundamental de sua estratégia de desenvolvimento.

Estratégia que, através da ação associativa, organizava forças produtivas e relações sociais em torno de um projeto comum de apropriação espacial, um projeto com base na construção e reconhecimento de uma indicação geográfica. Enquanto ideia guia da estratégia de desenvolvimento, a indicação geográfica afirmava a diferenciação das mercadorias locais e, portanto, sinalizava uma via de escape à competição por preços, num mercado local abalado pela internacionalização.

Porém, o processo de desenvolvimento não se resumia à busca da diferenciação para a mercadoria local, apesar de ser o eixo central, a ideia guia. No seu conjunto, o processo estava calcado na pluriatividade dos atores e, muito especialmente, na multifuncionalidade do uso da terra, que se concretizava no enoturismo e no turismo do vinho. À ideia de criar uma marca territorial, os atores do Vale dos Vinhedos agregavam a ideia de transformar o território num destino turístico, ou seja, numa mercadoria geograficamente ordenada.

Durante o mestrado resgatamos o máximo possível dos ensinamentos que os agricultores familiares do Vale dos Vinhedos nos passaram, e não medimos esforços para combinar este conhecimento (tácito) com o conhecimento codificado que a academia oferecia. Ao final, acreditávamos ter um trabalho bastante satisfatório. No entanto, ao baixada a poeira, restara-nos um certo sabor de que ainda faltava algo, de que haviam pontos importantes por serem descobertos. A sensação era a de que havíamos caminhado bastante, mas não havíamos esgotado o caminho. Portanto, voltar ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e retomar a linha de pesquisa, foi como retomar, do ponto em que havíamos parado, a caminhada interrompida. E queríamos concluí-la, queríamos descobrir se haviam, de fato, pontos importantes a serem descobertos logo em frente, no caminho que ligava indicações geográficas e desenvolvimento territorial.

A segunda motivação, diretamente relacionada com a primeira, porém mais de caráter teórico, ou, por assim dizer, investigativo. Durante os dois anos que separaram o término do curso de Mestrado e o início do curso de Doutorado, por um lado, não deixamos de acompanhar o que acontecia com nosso antigo objeto de estudo, o território do Vale dos Vinhedos. Tivemos a grata surpresa de observar algumas de nossas hipóteses se confirmarem. Dentre elas, de que a singularização da produção se aprofundaria naquele território. Portanto, de que a estratégia coletiva da diferenciação da

produção havia definido uma trajetória bem sucedida para o desenvolvimento territorial intercorrer ó justamente conforme imaginávamos.

Por outro lado, aquelas observações combinavam-se com novas perspectivas, abertas pelo trabalho que era desenvolvido com empreendimentos de economia solidária no estado do Rio Grande do Sul. A rigor, a combinação dos conhecimentos que foram trazidos da academia com a realidade dos atores da economia solidária se apresentava muito mais difícil do que acontecera com os agricultores familiares do Vale dos Vinhedos. O que gerou alguns anseios, mas, também, distintos questionamentos. Portanto, não podemos deixar de reconhecer e de apontar que tal experiência prática nos motivou a avançar nas perguntas, ao mesmo tempo em que abria um terreno novo para aplicar as teorias da academia. Teorias que haviam sido, em boa medida, testadas e confirmadas com a experiência dos atores sociais do Vale dos Vinhedos, mas que não se encaixavam tão perfeitamente no diapasão da economia solidária, especialmente nos casos de territórios rurais economicamente deprimidos¹ com os quais havíamos nos deparado. Territórios nos quais não identificávamos algumas características que faziam a indicação geográfica do Vale dos Vinhedos se fortalecer, como, por exemplo, a proximidade de um grande mercado consumidor e a existência de uma mercadoria com tradição mercantil, ou melhor, demanda.

Portanto, uma dúvida havia se instalado no horizonte: a relação positiva entre uma indicação geográfica e o processo de desenvolvimento territorial poderia não ser tão automaticamente estabelecida quanto a experiência do Vale dos Vinhedos nos havia sugerido. Além das questões organizacionais, isto é, da capacidade de organização dos atores sociais, o sucesso de uma indicação geográfica deveria estar relacionado com a especificidade da mercadoria, com as suas possibilidades de mercado, tanto quanto com o ambiente onde o território se inseria. Ou seja, os efeitos das IGs sobre o território dependeriam não apenas do que estava, por assim dizer, dentro do território, mas também fora dele. O que faz todo o sentido quando voltamos ao conceito de território que emergiu do trabalho com os agricultores da Serra Gaúcha. Pois, naquele trabalho, concluímos que o território não é uma construção social hermeticamente fechada, auto-encapsulada no seu próprio espaço, com dinâmica restrita aos condicionantes internos, mas um sistema

¹ Territórios com baixos índices de desenvolvimento, baixo ritmo de crescimento, mas, sobretudo, com institucionalidade fraca que resulta em baixa participação da população local nas decisões e insuficiente capacidade organizativa e financeira. Sobre o tema, consultar Ortega (2008).

social aberto, que produz tensões com o que vem de fora, e que, em muitos casos, evolui com estas tensões.

A partir daí, surgiram novas e mais maduras perguntas a respeito dessa combinação entre indicações geográficas e desenvolvimento territorial. E muitas das perguntas feitas para tentar desvelar o que poderia comprometer a compatibilidade entre ambos foram melhor elaboradas e transplantadas para esta tese, justamente durante o curso de Doutorado, mas, muito especialmente, durante o período de estágio no *Instituto de Estudios Sociales Avanzados (IESA) do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)*, na Espanha, sob a orientação do professor Dr. Eduardo Moyano Estrada, que estimulou o amadurecimento de nossas ideias e o refinamento de nossas perguntas, orientando este trabalho.

De fato, estamos diante de uma investigação que é um desdobramento natural de outro de nossos esforços investigativos. Rigorosamente, esta tese representa um amadurecimento das ideias surgidas durante o curso de Mestrado, logra absorver conhecimentos de nossa trajetória profissional e não se furta de tentar combinar essas novas ideias com antigas convicções, porém, refinando-as. Dentre estas, talvez, a que mais mereça destaque seja a ideia de que não podemos interpretar o território e, conseqüentemente, o desenvolvimento territorial, a partir de uma ótica que não seja interdisciplinar. Pois, se o território se constrói com o espaço, ele deve apresentar definições geográfica, econômica, social e histórica. Dado que o espaço possui, em si, todas essas dimensões analíticas que o definem, a depender da perspectiva disciplinar com a qual se mire, naturalmente, o território, tomado enquanto construção social erguida com o espaço, também apresenta todas essas dimensões de análise, acrescidas das dimensões institucionais e, sobretudo, políticas ó conforme veremos.

Assim, a análise territorial, por excelência, é multidisciplinar. Conseqüentemente, esta tese também assume ares de interdisciplinaridade, à medida que representa uma tentativa de melhor compreender as diferentes definições do espaço e as distintas dimensões do território. E, enquanto desdobramento de uma investigação anterior, procura aproveitar o máximo possível de uma trilha já aberta nesse sentido.

Uma trilha que procuramos aprofundar a partir de um estudo de caso comparado entre dois territórios vitivinícolas: um que já nos é suficientemente familiar, o Vale dos Vinhedos, outro que acreditamos poder compor, com este, uma rica comparação, o território espanhol de Montilla-Moriles, incrustado na região sul da Espanha, mais especificamente na província de Córdoba, na Andaluzia. Conforme veremos no terceiro

capítulo, Montilla-Moriles possui semelhanças que nos permitem compará-lo ao Vale dos Vinhedos. Por exemplo, são dois territórios vitivinícolas que possuem indicações geográficas e que contam com sistemas de inovação voltados para melhorar o desempenho da vitivinicultura. No entanto, e, obviamente, estão nas diferenças as razões para pô-los em contraste. Especialmente porque existe uma enorme distinção contextual entre ambos, o que interessa sobremaneira para analisar a influência do contexto mais amplo, no qual se insere um território, nos efeitos da aplicação de uma indicação geográfica.

Assim, em relação ao nosso (agora) renovado objeto de estudo da Serra Gaúcha, o território de Montilla-Moriles, no sul da Espanha, se encontra num contexto muito mais complexo. Sobretudo, porque possui uma história milenar, que lhe dá uma maior profundidade espacial, isto é, uma maior espessura do acontecer, uma profundidade de sociedade humana se realizando no mesmo espaço, inclusive, com intermitência de civilizações distintas, nas quais a atividade vitivinícola permaneceu presente, provando a força de suas raízes. Justamente o que nos levou a crer que a comparação poderia trazer importantes ensinamentos, especialmente porque, ancoradas na maior profundidade espacial dos territórios, as indicações geográficas espanholas estão muito mais avançadas, desenvolvidas, difundidas ó ao passo que no Brasil ainda dão seus primeiros passos.

Enfim, é justamente a análise pormenorizada dessa substancial diferença contextual que esperamos auxiliar a responder as perguntas que nos intrigam e que serviram de motivação para esse estudo. Quais as potencialidades das indicações geográficas para canalizar a inovação em territórios rurais e auxiliar os produtores associados a encaminhar processos de desenvolvimento territorial? O grau de difusão das IGs em um país interfere nos seus efeitos sobre o território em que se aplica? O tamanho do espaço geográfico do território é importante? A especificidade da mercadoria conta? Enfim, quais os limites e possibilidades para as indicações geográficas funcionarem como instrumentos que canalizem processos de desenvolvimento territorial, dado que os territórios em que se aplicam não são construções sociais homogêneas? Afinal, como podemos entender, objetivamente, o desenvolvimento territorial?

Por hipótese básica, temos que a simples organização de uma indicação geográfica em determinado território vitivinícola não garante, aprioristicamente, nenhum tipo de efeito, que não seja o de fazer com que um grupo de produtores associados detenha o controle sobre a quantidade de matéria prima produzida dentro de um determinado recorte espacial, bem como da técnica aplicada sobre essa matéria prima, para gerar uma

mercadoria com características específicas ó determinadas coletivamente. Nesses termos, no fundo, as indicações geográficas devem ser entendidas como tecnologias de apropriação espacial com vistas a estabelecer condições oligopolistas em mercados geograficamente delimitados, pois visam criar barreiras à entrada (de novos concorrentes) através da construção coletiva de um produto diferenciado, pelo qual se pode pleitear um preço prêmio.

Complementarmente, afirmamos que os efeitos de uma indicação geográfica dependerão, sobremaneira, do grau de difusão dessa tecnologia no país no qual se insere o território, do tamanho do espaço geográfico desse território e da especificidade da mercadoria ó criada a partir da técnica produtiva escolhida pelos produtores associados.

Ademais, se as IGs criam estruturas de governança por intermédio das quais é controlada a tecnicização do espaço, pois são formas de exercer um controle coletivo sobre os processos inovativos, as inovações canalizadas por elas, e incorporadas ao espaço, tendem a ser aquelas que não representem uma ameaça aos grupos sociais incluídos nessa estrutura de governança e que exercem alguma hegemonia (política e/ou econômica) no território.

Metodologia

A pesquisa calca-se numa análise qualitativa construída a partir de um estudo de caso comparado, que, conforme já apontamos, contrasta dois territórios vitivinícolas.² Para justificar a escolha de um estudo comparado, apoiamo-nos em Sartori (2004), quando afirma que, embora careçam de rigor matemático, as comparações fornecem informações para formulação de uma teoria explicativa, possibilitam uma descrição detalhada das entidades [agentes, instituições, etc.] e permitem identificar óleos de tendência. Acrescente-se que, de acordo com Marques (2010), a base da metodologia comparativa é, justamente, o estudo de caso, pois permite identificar padrões de comportamento. Assim, rigorosamente, a análise comparativa objetiva identificar semelhanças e diferenças em determinadas entidades em relação a um critério.

Nesta tese, buscamos identificar semelhanças e diferenças entre os territórios espanhol e brasileiro a partir de um critério axial, estruturante: a capacidade das

² Para Sartori (1994), a comparação permite que se aprenda a partir da experiência alheia e, com isso, se passe a compreender melhor o que acontece dentro do próprio território.

indicações geográficas em canalizar inovações capazes de repercutir sobre o desenvolvimento territorial. Para tanto, foram realizadas entrevistas orais temáticas a fim de registrarem depoimentos de atores ligados aos diferentes segmentos dos complexos vitivinícolas nos dois países. Foram entrevistados técnicos agrícolas e investigadores ligados ao setor vitivinícola, empresários, representantes dos conselhos reguladores das duas indicações geográficas, representantes de associações de produtores, das cooperativas e sindicatos de agricultores rurais. Além desses, ouvimos representantes dos poderes políticos locais e regionais. Convém destacar que, especialmente em função das dificuldades encontradas com o idioma, na Espanha, as entrevistas foram conduzidas pelo co-orientador estrangeiro desta tese e, assim como no Brasil, gravadas para posterior resgate de informações e análises. Convém destacar, também, que a escolha dos entrevistados não aconteceu ao acaso, mas teve por base (teórica) o aporte neocorporativista sobre a representação de interesses, que, dentre outras coisas (e em linhas gerais), afirma que a cúpula das entidades representativas, tal qual uma associação de produtores, reflete o interesse da base, isto é, do grupo social articulado em torno dessa entidade. Portanto, escolhemos entrevistar gerentes e presidentes de cooperativas e associações de produtores e agricultores, em vez de compor uma amostra aleatória estatisticamente representativa desses estratos sociais o que tomaria muito mais tempo e recursos e, *a priori*, não garantia resultados mais fidedignos.

Evidentemente, também procuramos obter informações a partir de dados secundários, pelo que realizamos uma larga pesquisa bibliográfica, na qual foram pesquisados, além dos livros de referência teórica, trabalhos de graduação e pós-graduação, textos de revistas técnicas, documentos que apresentassem a história das regiões, informativos do setor vitivinícola nos dois países, assim como fontes específicas, como a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), por exemplo. No entanto, gostaríamos de salientar que entendíamos imprescindível registrar as vozes dos sujeitos. Pois, se as fontes escritas, especialmente secundárias, costumam priorizar nos registros as diretrizes oficiais, a evidência oral pode ajudar a expor os silêncios, isto é, as lacunas e as deficiências da documentação escrita. Assim, as entrevistas orais temáticas constituem mais que um procedimento técnico de pesquisa, elas representam uma possibilidade real de troca de experiências, de diálogo, de registro, preservação e crítica das diferentes experiências dos atores sociais. Além disso, a ausência de dados secundários agregados para o território do Vale dos Vinhedos tornou ainda mais importantes as informações obtidas a partir das entrevistas realizadas.

Estrutura da tese

Além desta introdução e das considerações finais, a tese se articula em mais três capítulos. No primeiro, dentre outros apontamentos que julgamos relevantes, argumentamos que o território é uma construção sociopolítica com o espaço, uma construção multidimensional que abarca as dimensões política, social, e institucional, ademais da econômica. E, a título de análise, defendemos a posição de que o desenvolvimento territorial deva ser interpretado a partir da ideia de complexidade. Objetivamente, portanto, interpretamos o desenvolvimento do território como a complexificação que ocorre dentro e entre cada uma de suas esferas constitutivas.

No segundo capítulo, procuramos enaltecer a forma pela qual ocorre a complexificação das esferas constitutivas do território. E demonstramos que, à medida que o aumento no grau de complexidade dessas esferas encontra-se vinculado ao incremento no número de seus elementos específicos, resulta suficientemente claro que o desenvolvimento territorial se concretiza mediante a introdução de inovações nas diferentes dimensões da construção social com o espaço. Assim, para melhorar o entendimento a respeito de como o desenvolvimento territorial toma lugar no espaço (e no tempo), procuramos por algumas explicações acerca da forma pela qual as inovações acontecem. Resgatamos as descrições oferecidas pela abordagem sistêmica da inovação, dado que, aos nossos olhos, são as que mais se aproximam da realidade das economias modernas.

No entanto, afirmar que as inovações acontecem através de um processo sistêmico, que envolve atores de diferentes posições sociais, implica reconhecer que se trata de um processo marcado por heterofilia, isto é, um processo hierárquico, que pode envolver e, não raras vezes, envolve atores em posições sociais distintas, enraizados em relações de poder assimétricas. O que nos levou a prestar a atenção às bases sociopolíticas da inovação. Ao fazermos isso, pelo menos no plano teórico, desvelamos que o avanço técnico não é uma questão neutra, puramente técnica, mas sobretudo uma questão de ordem política, que se encontra na raiz do modelo de apropriação espacial e, conseqüentemente, na conformação dos interesses dos grupos contemplados pelo projeto territorializante em curso. Argumentamos, também, que esses atores sociais (e/ou grupos de interesses) façam mão de muitas formas para construir um sistema de valores, que são transmitidos ao conjunto da sociedade como representações da realidade, e moldam cada

vez mais espaços em conformidade com as suas concepções mentais de mundo. Apontamos como as indicações geográficas são uma forma peculiar de disseminar uma concepção mental de mundo hegemônica (no mundo).

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos uma breve contextualização a respeito do setor vitivinícola mundial, no Brasil e na Espanha. Realizamos uma reconstrução histórica de nossos dois objetos de estudo para apontar suas características mais marcantes, aquelas que os definem lhe emprestando não apenas a forma, mas, sobretudo, o conteúdo. Em seguida nos apoiamos fortemente no conteúdo de nossas entrevistas para apresentar o estudo de caso comparado que serve de esteio à construção dessa tese.

CAPÍTULO 1: ESPAÇO, TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A própria história da humanidade é a história da apropriação da natureza para a satisfação das necessidades e, mais tarde, desejos humanos. A natureza, como bem nos recorda Mészáros (2007, p. 27), é o substrato objetivo de nossa própria existência. Ou, como afirma Porto-Gonçalves (2013, p. 278), é *riqueza*, e não simplesmente *recurso*.

E o que pode ser mais fundamental do que isso? A relação com a natureza é tratada dialeticamente, é claro. A separação entre o humano e o natural é encarada como uma separação dentro de uma unidade porque a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. (HARVEY, 2013a, p. 160, citando Marx 2010, p. 84)³

Dessa forma, à medida que age sobre a natureza [externa] modificando-a, o homem modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza (ibid.). O que faz com que a história da humanidade se confunda com parte da história natural é aquela que conta a passagem do homem pelo espaço terrestre. No âmbito das ciências sociais e humanas, é essa a história que interessa. Como bem afirmou Milton Santos (1994), o ponto de partida de qualquer análise [espacial] verdadeiramente epistemológica deve ser a sociedade humana realizando-se. E tal realização não pode acontecer sem o espaço, sem a materialidade, em princípio, portanto, sem a natureza. Ela é condição da existência humana e o palco da necessidade.

Ante a isso, tratar de território e de desenvolvimento territorial é uma tarefa que remete, naturalmente, à forma de concretização de uma determinada fração da humanidade sobre um determinado recorte do espaço geográfico (terrestre). Acima de tudo, devemos considerar que os diversos territórios espalhados pelo globo são formações sociais com o espaço, substrato material [inalienável] da condição de existência humana. No entanto, não podemos esquecer que essa relação direta entre o homem e a natureza selvagem é típica de um tempo muito antigo, do começo da história da humanidade, quando, de fato, o espaço era a natureza natural. Hoje, a relação homem-natureza selvagem é um tanto rara e o que vemos, na verdade, é uma relação entre o homem e a

³ As citações de Marx em que Harvey se apoia dizem respeito aos *Manuscritos econômicos-filosóficos* (São Paulo, Boitempo, 2010, p. 84)

natureza que ele transformou, isto é, entre o homem e a natureza socializada ó ou do homem com ele mesmo.

E não podemos esquecer que essa realização não ocorre sem uma forma de se apropriar desse substrato objetivo da existência humana. Assim, ao tratar da apropriação espacial dos recursos ou da riqueza natural, acabamos impelidos a tratar da técnica empregada, uma vez que é por seu intermédio que acontece a interação entre o homem e a natureza por ele transformada.

E se o papel da técnica em nossas vidas vai além da simples mediação com a natureza, não podemos interpretar a questão tecnológica como se fosse uma esfera distinta, praticamente autônoma da vida societária, isto é, uma dimensão independente das relações sociais. Conforme apontou Porto-Gonçalves (ibid, p. 78), a humanidade não se encontra apenas de frente para desafios que lhe são antepostos pelas questões naturais, mas também para desafios que os homens e mulheres colocam para si mesmos. Nesse sentido, a técnica se inscreve tanto como parte das relações dos homens com a natureza, quanto dos homens (e mulheres) entre si ó e com a natureza.

A técnica, portanto, é um produto social e não uma dádiva. E enquanto produto social ela não diz respeito unicamente às forças produtivas, isto é, ao poder humano de transformar a natureza, mas também às relações sociais de produção, ou seja, à forma pela qual as sociedades se organizam (para se desenvolver) dentro do seu ambiente, que de puramente natural vai se tornando crescentemente técnico. Como lembra Harvey (2011, p. 151), ãa longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que as vezes é chamado de ñsegunda natureza ó a natureza remodelada pela ação humanañ.

Nessa ãtoadañ, a primeira distinção a respeito do que seja um objeto técnico é a ideia (de Milton Santos) de que todo objeto técnico contém intencionalidade. Porto-Gonçalves (2013, p.77) nos afirma que, por meio da técnica, sempre se visa ao controle, da maneira mais *perfeita* possível, dos efeitos da ação, no espaço e no tempo. Afirma ele que é o que podemos constatar, por exemplo, tanto do uso de uma enxada como de um míssil com ogivas nucleares guiado à distância por um complexo sistema informático. Ambos estão repletos de intencionalidade.

Nesse contexto, o desenrolar técnico é um processo naturalmente passível de conflitos e antagonismos, pois envolve interesses muitas vezes divergentes por parte de atores sociais dotados de intencionalidade, que procuram realizar um programa no espaço ó já não apenas palco da necessidade, mas, agora, também, teatro da liberdade.

Nesse sentido, falar de desenvolvimento territorial é falar do desenrolar dessa relação de homens e mulheres entre si e destes com determinados extratos da natureza, isto é, com determinados espaços geográficos. E o que não podemos esquecer é que essa mediação se concretiza através da técnica, que, ao ser um produto da sociedade, incorpora seus valores, bem como as relações de poder que vão se solidificando nos objetos técnicos ó crescentemente acrescentados ao espaço.

Ademais, não podemos esquecer que tudo isso envolve tempo. Logo, o desenvolvimento territorial deve ser encarado dentro de uma perspectiva analítica que não seja unicamente espacial, mas espaço-temporal, pois é ao longo do tempo, isto é, historicamente, que os territórios se desenvolvem sobre o espaço. As formações sociais com o espaço tomam forma e conteúdo à medida que avança o tempo, ou seja, na medida em que o processo histórico da humanidade é realizado pelas mãos da própria humanidade ó através de um contínuo processo de transformação do meio geográfico.

Tratar, portanto, do desenvolvimento territorial é tratar de mudança. A própria ideia de desenvolvimento envolve essa concepção de movimento, de construção, de passagem de um estágio a outro, quiçá, de progresso (conforme veremos em 1.2.2). Por isso, não faz sentido falar de desenvolvimento territorial (DT) sem levar em consideração o tempo: a análise é, por excelência, dinâmica.

Com efeito, é fundamental que tais análises mantenham o foco nos processos, pelo menos tanto quanto nos estágios atingidos ou desejáveis. Não há como desvelar o DT sem a apreensão da dinâmica dos processos de mudança. Nesse sentido, convém que nossos esforços se detenham o máximo possível em apreender o funcionamento dos mecanismos que impulsionam a mudança. E os grandes questionamentos a nos orientar são basicamente três. Por que mudar? Que tipo de mudança queremos? Como ela ocorre? Em outras palavras, poderíamos perguntar: Quais técnicas vamos empregar para alcançar nossos objetivos sobre um determinado espaço-tempo?

Não há, portanto, como tratar do DT sem recorrer à noção de tempo. Pois não há mudança sem que haja tempo. O tempo é elemento fundamental da mudança. O tempo, como diria Gramsci, ó a coisa mais importante; um simples pseudônimo da vida. No entanto, é importante que se diga que somos partidários de Mézaros (2007), pois não nos interessa nesse contexto aprofundar considerações õmetafísicasõ ou õcosmológicasõ sobre o tempo. Não nos interessa, aqui, falar do tempo em si, talvez um pouco do tempo da natureza, mas, certamente, nem um pouco do tempo do cosmos (esse tempo cosmológico sobre o qual algumas pesquisas advertem a possível existência de outros

planetas habitáveis em sistemas solares distantes, isso não nos interessa nesse momento). Nossa preocupação, primeiro, é com o tempo da humanidade. Depois, com o tempo dos territórios que servem de objeto de estudo à consecução desta tese. E, finalmente, com o nosso tempo, com o tempo com o qual temos que lidar hoje. E este tempo é o tempo da acumulação de capital. É ela que está no centro das coisas, inclusive, e, principalmente, da forma pela qual nos organizamos socialmente e nos relacionamos com o nosso substrato material.

Assim, a técnica produtiva, ou seja, o modo pelo qual aplicamos nossa força de trabalho ao espaço e a maneira pela qual nos organizamos socialmente para isso é fruto, hoje, de um processo largamente influenciado (ou mesmo subordinado) pelos imperativos da acumulação de capital. Se a técnica é um produto social e se a sociedade atual é organizada pelo modo de produção capitalista, resulta óbvio que a técnica empregada na produção, na forma de apropriação espacial, visa a atender os requerimentos do capital. Esse é o pano de fundo do desenvolvimento nos territórios atuais, sejam eles induzidos por políticas públicas ou autônomos, rurais ou urbanos, o palco é capitalista.

Consequentemente, para apreender o máximo possível de seus funcionamentos necessitamos de conceitos e teorias construídas para explicar essa realidade específica. No entanto, convém observar que essa própria realidade (capitalista) vem sofrendo suas mutações. O capitalismo de hoje, embora governado pelas mesmas leis de tendência,⁴ assume roupagens distintas daquelas que vestia em princípios do século passado. Consequentemente, se faz útil incorporar os desenvolvimentos teóricos que nos ajudam a explicar essa nova aparência do modo de produção que, em última instância, constrói a absoluta maioria dos territórios de hoje.

Este capítulo se divide em duas partes. Na primeira nos dedicamos a calcar uma base conceitual à análise de nossos objetos de estudo. Nessa primeira parte focamos mais na materialidade dos processos. Porém, na segunda parte, nossa lente se volta para aquela dimensão mais técnico-científica-informacional do espaço, isto é, para a dimensão dos fluxos que intercorrem subjacentes aos processos de desenvolvimento territorial. Assim, além de calcar a base teórica de nossa argumentação, este capítulo possui dois objetivos:

⁴ Uma vez que é justamente sobre as formas de apropriação do espaço organizado de maneira capitalista que pretendemos nos debruçar, dentre algumas das muitas leis gerais de funcionamento do sistema capitalista (ou leis tendenciais que regem a forma de operação deste sistema) descritas por Marx, tangenciamos principalmente os processos de concentração e centralização de capital, assim como a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, movimentos que serão descritos sucintamente em notas mais à frente.

apresentar um conceito multidimensional de território e uma ideia de desenvolvimento que, quando combinada a este conceito multidimensional, ofereça uma ideia objetiva a respeito do desenvolvimento territorial. Para tanto, na primeira parte do capítulo nos dedicamos ao território e na segunda ao desenvolvimento territorial.

1.1 Do tempo-espço à técnica-território: o caminho da territorialização

1.1.1 Espaço x Território

No âmbito das análises de economia espacial, econometria espacial ou economia regional, por exemplo, uma consideração surge como pedra de toque e ponto de partida: o espaço importa, ele influi na determinação de diversos fenômenos econômicos. Dessa forma, é necessário levar em consideração que as variáveis econômicas alteram-se não apenas no tempo, mas também no espaço. Portanto, não atentar à importância dos contextos, suas dependências com outros espaços, suas particularidades, empobrece a análise econômica. Com efeito, desconsiderar que a economia é uma ciência espacial e que, por isso, se deve incluir o espaço em suas análises, aparenta um reducionismo evitável e é justamente isto que tentam fazer aqueles economistas que enveredam pela senda das análises espaciais, ou regionais: evitar o reducionismo da exclusão da variável espacial.

Em que pesem tais esforços, é bem verdade que muitos economistas costumam tratar os conceitos de espaço e território enquanto sinônimos. No entanto, ao fazerem isso, acabam por tratar com superficialidade conceitos que há muito são trabalhados em profundidade por uma classe de cientistas sociais que, por seu turno, e em geral, apresenta muito mais bagagem acumulada quando se trata de analisar questões atinentes ao espaço. A bem da verdade, tratar de conceitos como região, espaço, território, sem recorrer, ainda que minimamente, ao pensamento dos geógrafos, assume ares de prepotência, quiçá negligência. Uma negligência que pode ser evitada a partir de uma incursão mais ou menos breve na seara da geografia.

No entanto, antes de nos encaminharmos nessa direção, gostaríamos de abrir passagem a uma crítica que nos parece ó bastante ó pertinente. Ao discorrer sobre a reemergência da temática do desenvolvimento territorial, Brandão (2007, p.40) lembra que a abrangência do debate tomou enormes proporções, deixando a impressão de que

tudo se tornara ãterritorialã. Para esse autor, como uma das consequências banalizou-se a análise do território, e ãparte significativa dos esforços teóricos se esterilizou em tentativas inócuas, e pouco conclusivas, de definição conceitual de território, espaço, região, lugar, etc.ã.

Reconhecemos a importância do argumento e esperamos não enveredar por esse caminho, inócuo, pouco conclusivo. Ademais, se nutrimos a expectativa de que as reflexões que planteamos nesse âmbito não resultem estéreis, é porque estamos convencidos de que a argumentação que pretendemos trilhar requer, pelo menos, um mínimo de discorrimento sobre o conceito de território, contrastado com a noção de espaço (e, como veremos, tempo).

O conceito de território já fora (e continua a ser) bastante debatido pelos geógrafos, lhes sendo central devido à própria natureza da análise geográfica. E, ao final, a pergunta que nos ocupa é bastante simples: existiria algum impedimento aos economistas, e demais cientistas sociais, em beneficiarem-se dos resultados daqueles esforços? Talvez sim. Caso contrário, pelo menos um dos equívocos em que muitos destes costumam incorrer poderia ser evitado: tratar espaço e território enquanto sinônimos.

Nessa linha, iniciamos por resgatar Souza (2009), quando afirma que o território é composto por dimensões distinguíveis, porém não propriamente separáveis, das quais a material, o espaço (geográfico), é uma, mas não a única; sobre ela opera outra não menos importante: o campo político. Para este autor, o que é conceitualmente definidor é o exercício de poder. Território seria a projeção espacial de relações sociais. Portanto, relações de poder espacialmente delimitadas, forças que operam sobre um determinado substrato material: o espaço. Nesses termos, o espaço (geográfico) antecede o território.

Perspectiva adotada também por Raffestin (2009), que resgata Gunnar Olson e Jean Brunhes para reafirmar que o espaço é a ãprisão originalã (a jaula), enquanto que o território seria a prisão construída pelos homens para eles mesmos ó a partir de uma reorganização das condições iniciais. Dessa forma, é preciso deixar claro que espaço e território não são termos equivalentes, tampouco sinônimos.

É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, conduzindo o resultado de uma ação realizada por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o ãterritorializaã. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às

necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Nesse sentido, em que a territorialização desponta como o resultado da forma pela qual o trabalho humano transforma o espaço, Milton Santos (2008, p.63) nos atenta para uma importante consideração: em decorrência da ação humana, o espaço acaba por se tornar um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade. No decorrer desta artificialização, postula o geógrafo brasileiro que o espaço acaba por se tecnicizar na medida em que se aumenta a presença de objetos (técnicos).

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença destes objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2008, p.63)

Não obstante, e além de nos atentar ao fato de que a lógica da técnica adquire um protagonismo paulatino até se impor à lógica da natureza, as ideias de Milton Santos, combinadas com aquelas de Raffestin ó que viemos a resgatar nos parágrafos acima ó, conformam um prisma com o qual podemos, não apenas vislumbrar a natureza do espaço em si, mas, também, e de forma decorrente, que o processo de territorialização ocorre mediante a humanização deste. Assim, ao lançar mão do pensamento desses autores, construímos um raciocínio lógico que nos dá a percepção de que (i) espaço e território não são termos equivalentes, tampouco sinônimos, pois (ii) o território é uma construção sociopolítica sobre o espaço, que (iii) intercorre mediante a sua tecnicização.

Posto de outra forma, ademais de nos fornecer pilares de uma base conceitual sólida ao estudo das indicações geográficas, a combinação do pensamento daqueles autores nos oferece uma lógica científica consistente ao exame das estratégias sociais de apropriação espacial.⁵ Isto, pois, nos permite jogar luz sobre os conceitos, em abstrato, esclarecer a distinção entre espaço e território, e perceber que é pela aplicação de

⁵ Reforçando o que afirmamos logo de início, isto é, de que dada a natureza da análise, prescindir dos esforços dos geógrafos, seria abrir mão de importantes descobertas de uma trilha já aberta, o que não nos parece uma vantagem, ao contrário. Aos nossos olhos, é possível que estudar **indicações geográficas** sem **indicar o pensamento geográfico** (ainda que minimamente) reduz o potencial de uma análise que, por excelência, é multidisciplinar, haja vista que o espaço possui, em si, as definições geográfica, econômica, histórica e social.

determinada técnica, que um conjunto de atores sociais territorializa o espaço, ou, em outras palavras, òhumaniza a natureza selvagemö.

Nessa linha, a questão central ao pleno entendimento dos processos de apropriação espacial permeia, necessariamente, a apreensão da lógica que rege a tecnicização. Portanto, e, poder-se-ia dizer, de forma impreterível, apreender o sentido da apropriação sociopolítica de determinado espaço não pode prescindir de uma análise a respeito da tecnologia empregada, pois é esta que dá forma ao processo. Entender os porquês da adoção de uma tecnologia específica ou de uma técnica em particular passa a ser, então, questão fundamental à apreensão da mecânica social que movimenta a apropriação espacial e, conseqüentemente, a formação de territórios. E é exatamente nesse ponto que as indicações geográficas cobram maior importância ó como veremos no segundo capítulo.

1.1.2 A empiricização do tempo na formação de territórios: as sete cidades de Tróia

- Glorioso Agamenon, a que Zeus entregou o cetro. Minha opinião é de que nossos problemas nesta guerra começaram desde que você tomou Briseida de Aquiles, descendente de Zeus, contra a opinião de todos.

- Velho, reconheço o meu erro e estou disposto a dar muitas riquezas a Aquiles e sete belas mulheres, entra elas Briseida. Quando voltarmos terei prazer em oferecer a ele a mão de uma de minhas filhas em casamento. Darei a ele sete cidades ricas em pastagens e vinhedos. É o que farei se ele renunciar à cólera e voltar à guerra. (Homero)

A princípio motivadas pelos escritos do poeta Homero, escavações descobriram na colina Hisarlik, na Turquia, ruínas de sete cidades subterrâneas, marcas de sete civilizações que viveram sobre o mesmo espaço, porém em tempos distintos. As sete cidades, que muitos pensavam ser apenas fruto da imaginação de Homero, de fato estavam lá, nas entranhas do solo, e foram descobertas a partir da perseverança de um arqueólogo alemão que após ler a òIlíadaö teimava em encontrá-las. Infelizmente, Heinrich Schliemann, o recalcitrante e persistente alemão, não as pôde revelar por completo, porém, com suas próprias mãos descobriu os primeiros objetos das antigas civilizações troianas que ali habitaram. Após pelo menos meio século de escavações, as nove ó e não sete ó cidades de Tróia desvelaram-se aos olhos daqueles que deram sequência a sua busca. (CERAM, 2005).

Os estudos seguiram durante anos e concluíram que Tróia tivera uma história bastante conturbada, fora destruída e reconstruída pelo menos nove vezes, antes e depois da guerra contada por Homero na *Ilíada* ó a sétima, que tanto encantara Schliemann. Para muitos, esses vários tempos empiricizados no espaço troiano apresentam um dos mais fiéis retratos da evolução das povoações do noroeste da Ásia Menor. A bem da verdade, as ruínas de Tróia são ricas expressões empíricas dos seus conhecimentos, das suas técnicas, dos seus modos de organização social. Enfim, expressões sociais que revelam como as distintas civilizações que passaram sobre aquele espaço se organizavam para suprir suas necessidades e desejos.

Mitologia à parte, o que gostaríamos de assinalar é que as nove cidades subterrâneas de Tróia são marcas do tempo que ficaram gravadas no espaço, marcas que revelam a história em objetos que são frutos das diversas formas pelas quais os troianos de diversos tempos organizavam-se para conviver.

Com essa imagem em mente, gostaríamos de recordar que as diferenças entre os territórios estão para além das diferenças nos estoques de recursos físicos; existem distinções, também, na forma de organização social sobre o espaço e, conseqüentemente, na forma de apropriação daqueles recursos físicos. Assim, a partir da combinação de diferentes espaços com distintas formas de relações sociais, produzem-se recortes sócio espaciais com características próprias, dando lugar às diversas expressões do trabalho humano sobre o espaço, ou aos distintos territórios ó distintas formações sociais espacialmente localizadas.

Não obstante, essas diferentes formas de apropriação espacial implicam, cada qual, uma determinada tecnicização (do espaço). Nessa linha, convém resgatar novamente as ideias de Milton Santos, para quem a história das relações entre sociedade e natureza se reflete, em última análise, na história da substituição dos meios naturais pelos meios técnicos, além de apresentar características que se distinguem nas várias frações do globo. Nas sociedades primitivas, o uso da técnica estava intimamente relacionado às condições naturais de determinada região, os sistemas técnicos não possuíam autonomia, encontravam-se diretamente interligados com as motivações locais e com as características da natureza.

Entretanto, com o passar do tempo, o processo técnico foi se libertando de sua dependência à natureza, a técnica ganhara um protagonismo paulatino até encontrar um

fim em si mesma.⁶ Como consequência, os objetos técnicos criaram sua própria razão e passaram a se sobrepôr às questões naturais. Nesse momento, países, regiões, espaços e seus distintos territórios passaram a se diferenciar também pelo seu estado da técnica, não apenas pelos seus estoques de recursos naturais (SANTOS, 1997).

Nessa toada, não apenas banaliza-se a técnica, como ela se torna, ao mesmo tempo, um grande enigma. E é justamente na qualidade de enigma que ela passa a comandar nossas vidas, nos impor relações, modelar nosso entorno e administrar nossas relações com esse entorno. Estamos, então, num mundo em que prepondera a tecnicidade, onde os objetos que nos servem são, cada vez mais, técnicos, criados para atender a finalidades específicas. Trata-se, portanto, de um mundo carente de discursos, essenciais à inteligência das coisas (sem um discurso praticamente não entendemos nada). E como a inovação é permanente, acordamos todos os dias mais ignorantes. Se ontem o homem se comunicava com seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, hoje a própria definição do que é esse entorno está repleta de mistérios. Se ontem a técnica era submetida, hoje submete, conduzida pelos grandes atores da economia e da política. (SANTOS, 2006)

Nesse quadro, a realidade com a qual nos defrontamos é um meio essencialmente técnico, por vezes, repleto de objetos que nos parecem estranhos. No entanto, um meio, uma realidade que, apesar de estar sujeita à pressão de intensa e crescente força homogeneizante, que lhe torna cada vez mais alheia às suas qualidades originais, possui capacidade para oferecer e, de fato, oferece respostas particulares (como aquelas dos territórios que se inserem no contexto da globalização, porém, não de uma forma passiva, mas intencional e que resguarda traços de sua história particular). Trajetórias inesperadas dentro do ãuniverso da globalizaãõó como afirma Reis (2007).

Assim, apesar de algumas teorias defenderem essa ideia de ordem global homogênea, como a de Fukuyama (1992), no mundo real ainda existem ó e resistem ó

⁶ Esta colocação de Milton Santos pode provocar a sensação de que ele entende que a técnica se autonomiza ao ponto de o processo técnico se justificar por ele próprio, perdendo-se qualquer tipo de vínculo com as motivações políticas e econômicas que o justificam. Devemos aqui salientar que absolutamente não se trata disso. Santos parte da percepção de que, nos primórdios da civilização humana, um objeto técnico apresentava-se como um prolongamento do corpo, tal como no conhecido exemplo de uma vara, que aparece como uma espécie de extensão dos braços humanos para apanhar frutas na parte cimeira de uma árvore. A questão é que, com o protagonismo paulatino da técnica, como afirma ele, emerge a crença de que o homem adquire novos poderes, que lhe conferem uma maior capacidade de enfrentar os desígnios da Natureza, não mais com objetos que seriam o prolongamento do seu corpo, mas com objetos que representam o prolongamento do território. Sendo assim, o que fica claro é que a técnica adquire uma importante preponderância no capitalismo contemporâneo, tornando os homens condicionados à técnica ao invés de ser esta última um apêndice do homem.

particularidades. Realidades dentro da realidade. São os territórios, ou como afirma Milton Santos (ibid.), os espaços construídos, vividos, compartilhados, que aparecem como substratos que acolhem o novo, porém resistem às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, força resistente do que fora criado em outros tempos, força tranquila, dormente, que espera vigilantemente a ocasião e a possibilidade de se levantar.

Assim, o que Milton Santos (2006. p. 17) está a nos afirmar é que ãa base da ação reativa à ação globalizante (do capital) é o espaço compartilhado no cotidiano. Portanto, são os contextos, as construções sociais espacialmente localizadas, historicamente definidas, ou seja, os territórios, que oferecem reações às forças heterônomas, homogeneizadoras, típicas dos fluxos que caracterizam os movimentos que se tem convencionado chamar globalização. Pois num lugar ou alhures, neste ou naquele território, existem densidades construídas com a história, ãcimentos velhos que se renovam (como a língua, a cultura, as instituições...). Esses cimentos importam. Eles atribuem texturas diferentes em espaços distintos. E influenciam os fenômenos econômicos ó verdade que em alguns lugares mais do que em outros.

Assim, com o passar do tempo, e dos *fluxos*, os objetos que foram acrescentados em algum momento ao espaço, isto é, aqueles *fixos* que refletem um estado técnico anterior, podem ser ressignificados, justamente em resposta à tensão que resulta do choque entre as forças globalizantes com as densidades locais (ibid.).⁷ Para ilustrar essa ideia, descemos momentaneamente o nível de abstração para resgatar a imagem do que tem acontecido, por exemplo, em alguns territórios vitivinícolas. Territórios onde muitos daqueles estabelecimentos que outrora foram construções nas quais se produziam vinhos a partir de técnicas ancestrais, artesanais e dedicadas ao autoconsumo; hoje, ao serem transformados em restaurantes, pousadas ou lojas de venda de artesanatos, assumem outras qualidades, prestam outros serviços, e passam a fazer parte de um novo sistema de objetos e ações, um sistema internamente ou espacialmente organizado a partir de outras regras de funcionamento.

⁷ Para Milton Santos (2006) o espaço contém a variedade das coisas e das ações. As primeiras são os fixos, que são acrescentados em algum momento ao espaço; as segundas são as ações que atravessam essas coisas, muitas vezes ressignificando-as. Segundo ele, portanto, o espaço não é vazio e fantasmagórico, como afirmara Guidens, tampouco simples materialidade, ou seja, o domínio da necessidade; ele é teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade. Além disso, gostaríamos de assinalar que, embora Santos esteja se referindo, nesse caso, a uma análise acerca da globalização em geral, e do capital em especial, esse movimento de ressignificação dos objetos espaciais pode se dar independentemente desse processo. Isto é, as ações que ressignificam os fixos podem acontecer mesmo na ausência de uma força externa globalizante, ao ser fruto, portanto, do próprio desenrolar histórico do território e, assim, também anterior ao capitalismo ó que, como veremos, apenas acelera esse processo tendo em vista a sua necessidade de aumentar a velocidade de circulação.

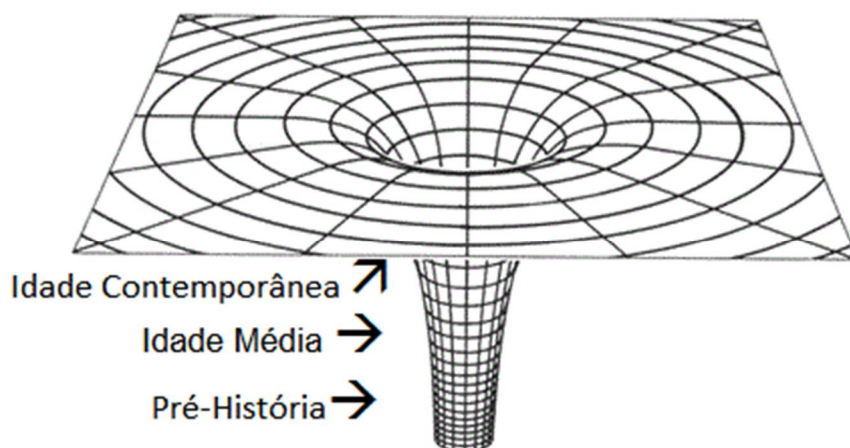
Nesse sentido, o espaço ganha uma nova dimensão, uma verdadeira quinta dimensão, formada pela espessura e profundidade do acontecer.⁸ E isto graças ao número, diversidade e qualidade dos objetos, isto é, *fixos*, de que é formado, combinados ao número cada vez maior de ações, isto é, *fluxos*, que o atravessam. Essa quinta dimensão espacial é o tempo cotidiano, compartilhado, o tempo convivido dos fixos e dos fluxos. É, portanto, um tempo plural (ibid., p. 17).

Pois são tempos dentro do tempo. O tempo da humanidade, formado pelos tempos de distintas sociedades. Os tempos destas sociedades, formados de tempos de diversos indivíduos. E não podemos esquecer que este tempo composto e complexo da humanidade corre ainda dentro de um outro tempo: o da natureza. Assim, é como se estivéssemos dentro de uma espiral do tempo, conformada por círculos cada vez maiores, específicos, de tempos históricos diversos que vão se encaixando uns dentro dos outros (claro que por vezes com muita fricção ou violência).

A Figura 1.1, abaixo, está longe de ser uma representação da realidade, até porque muitos territórios não carregam tempos tão antigos quanto o da pré-história; ela tenta, apenas, ilustrar a ideia que queremos passar, de espiral do tempo, ou melhor, de pluralidade temporal do espaço.

⁸ No âmbito da física, existem teorias que afirmam a existência de uma quinta dimensão espacial (como a das Supercordas), formada pelo conjunto de possibilidades possíveis de acontecerem em determinado momento do tempo-espaço. Revela-se, assim, a cada momento, que nossas escolhas seguem dentro de um conjunto de possibilidades, e, apesar da escolha realizada concretizar a história ou, por assim dizer, apagar outras possíveis realidades do rumo da história, ela não significa que os caminhos possíveis, porém não realizados, não existiram. A rigor, em determinado ponto do tempo-espaço existiram diversos caminhos possíveis para a história acontecer, porém apenas um se concretizou: aquele que definimos por intermédio de nossas ações. Essa ideia nos remete à compreensão tanto do significado do que Milton Santos chama de teatro da liberdade quanto da importância da intencionalidade na mudança. Somos seres dotados de intenção e escolhemos uma determinada direção para o nosso intercorrer no tempo-espaço. A quinta dimensão do espaço, portanto, revela a possibilidade de múltiplas trajetórias para uma construção social com o espaço, da mesma forma que joga luz sobre a dimensão política do território enquanto arena privilegiada na qual se decide o caminho escolhido ó dentro de uma multiplicidade de opções.

Figura 1.1: Espiral temporal no espaço



Fonte: Elaboração própria do autor

E um território pode, assim, ser compreendido como sínteses sucessivas de diversos tempos num determinado espaço. Ao ser construção social, formação social com uma base material, o espaço, o território contém diversos tempos. Tempos que, a rigor, foram empiricizados pela técnica. Tempos materializados, gravados no espaço através de objetos técnicos, que alteraram e passaram a fazer parte da paisagem. O espaço, enfim, contém tempo(s). O território, portanto, possui historicidade.

Em função disso, Milton Santos chama a atenção para o acordo geral em torno da necessidade de se incorporar a noção de tempo na geografia. Assim como na economia. Porém, alerta à dificuldade de tornar essa incorporação efetiva de fato.

Para ser efetiva, a geografia histórica deve seguir dois caminhos paralelos. Por um lado, ela deve levantar a história da mudança de um dado lugar ao longo de um segmento de tempo selecionado; por outro lado, ela deve acompanhar a disseminação de um ou mais fatores de modernização sobre uma porção do Globo mais ou menos dimensionável (SANTOS, 2011, p. 44).

Justamente em consonância com essa linha de raciocínio que pretendemos seguir. Pois esperamos caminhar pela história da mudança dos territórios ao longo de um tempo que é determinado pela introdução de determinada técnica produtiva e observar os registros que a mudança técnica provoca no espaço compartilhado, vivido. Espaço social, econômico, político e social, ademais de institucional.

E acreditamos que essa caminhada pode nos mostrar uma natureza pouco enaltecida do espaço, quando atentarmos à lógica histórica por detrás das transformações que a tecnicização impõe ao espaço, ou seja, às mudanças que este assume a partir do acréscimo de objetos técnicos. Se fizermos isso, ou seja, se olharmos atentamente aos efeitos do progresso técnico, podemos perceber que a técnica, em alguma medida, incorpora tempo ao espaço. Portanto, que os territórios, na medida em que são frutos desta tecnicização, são, outrossim, incorporações de tempo ao espaço.

E muito embora essa afirmação esteja, de fato, correta, a rigor ela demonstra apenas um lado da mesma moeda, apresenta uma face de uma verdade de dupla-face, uma verdade de faces que se complementam. A lógica é dialética. Para apreendê-la, convém recordar que a separação entre o homem e a natureza é uma separação que ocorre dentro de uma unidade. Assim, o homem é parte da natureza. Porém, uma parte especial, determinante, na medida em que apenas a humanidade possui a capacidade de transformar essa natureza.

Ao fazer isso, o homem transforma as suas condições de vida, em última instância, a sua própria realidade. Portanto, é bem verdade que à medida que a humanidade tecniciza o espaço ela transforma a natureza. De fato, é inegável que a técnica que empregamos hoje transforma a realidade (de ontem para o amanhã). Porém, é igualmente verdade que a história não para por aí (apesar de haver aqueles que apregoam o seu fim)⁹. O fluxo dos eventos segue, de modo que transformações ulteriores tenham que, de alguma forma, incluir transformações precedentes (mesmo que seja para destruí-las criativamente)¹⁰.

Assim, as tecnicizações subsequentes incorporam tanto o tempo ao espaço quanto o espaço ao tempo. Isto, porque os projetos, as ideias, os conhecimentos humanos são produzidos para a realidade. E a realidade é o espaço, com seus diversos tempos. E nesse acontecer, isto é, nesse intercorrer de eventos, é justamente a técnica quem assume o papel de elemento catalisador, através do qual se produz aquilo que Milton Santos chamou de *inundo*, a saber: a síntese do espaço-tempo.

Tempo, espaço e *inundo* são, portanto, realidades históricas. O espaço contém tempo. O tempo da natureza, mas também o tempo do trabalho humano, do conhecimento

⁹ Como Fukuyama, em *O fim da história e o último homem* (1992).

¹⁰ Para Schumpeter (1984, p. 112-113) o aspecto essencial a captar é que, ao tratar do capitalismo, estamos tratando de um processo evolutivo. Pode parecer estranho que alguém deixe de ver um fato tão óbvio que, ademais, já foi enfatizado há tanto tempo por Karl Marx. [...] Esse movimento se dá de dentro para fora, com a mutação industrial incessantemente revolucionando a estrutura econômica, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial acerca do capitalismo. Portanto, um fato essencial do tempo em que vivemos.

transformador dessa natureza, cada vez mais técnica, artificial. Dialeticamente, o tempo contém espaço, pois o conhecimento não se produz a partir do nada, ele é produzido em função da realidade, e a realidade é a natureza. Não importa se mais ou menos artificial, a realidade sobre a qual se produz o conhecimento é a materialidade, e a materialidade é o espaço.

Portanto, como bem afirmou Milton Santos, o ponto de partida de qualquer análise verdadeiramente epistemológica deve ser a sociedade humana realizando-se. Uma realização que acontece sobre o uso de uma base material, o espaço, mas também com o uso do tempo ó materializado no próprio espaço através do trabalho, da aplicação de conhecimento, tecnologia, inovações. A materialidade assume, portanto, diversas formas. As ações humanas assumem diferentes feições.

E nesse intercorrer de eventos, a técnica se apresenta, ao fim e ao cabo, como tempo empiricizado. O tempo da humanidade realizando-se. O tempo das relações humanas com o (seu) espaço. O progresso técnico empiriciza no espaço o tempo histórico das relações sociais de produção. O tempo da forma específica pela qual nos organizamos em relação ao nosso substrato material, a natureza, e gravamos nela nossas marcas. E nessa evolução histórica o entorno assume, a rigor, novas qualidades. Primeiro ele deixa de ser natural para se tornar crescentemente técnico, depois deixa de ser õapenasõ técnico, para assumir, também, as qualidades de científico e de informacional ó como assinalou Milton Santos (2006).

Assim, de uma maneira geral, o momento histórico atual é um momento particular, específico, pois já não mais estamos a tecnicizar um entorno simplesmente técnico (muito menos um entorno natural), mas õum meio geográfico que inclui, obrigatoriamente, ciência, tecnologia e informaçãoõ. Nesse mundo, técnico-científico-informacional, a natureza que conta já não é mais a natureza natural, mas a natureza artificializada. A produção que conta não é aquela que se define a partir de trabalho intelectual sobre natureza natural, mas como trabalho intelectual vivo sobre trabalho intelectual morto (natureza artificial) (ibid.).

E nesse momento da história, o espaço não deve ser entendido apenas como materialidade, ou, como afirmou Milton Santos, o õdomínio da necessidadeõ. Ele também é palco e condição para a produção de ideias, projetos e, especialmente, para a geração de conhecimento que lhe dá sentido(s). õEle [o espaço] é teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdadeõ (ibid.). E justamente por ser o espaço o domínio da liberdade que precisamos interpretar o território como uma construção social que possui a

dimensão política como reitora, uma vez que partem dela os desenhos dos projetos de apropriação espacial, conseqüentemente, as decisões a respeito da técnica empregada sobre o espaço. Assim, embora o meio seja realmente técnico, ao fim e ao cabo, a vida não deve ser entendida como produto da técnica, mas como fruto da ação que dá sentido à materialidade. A vida em sociedade é, sobretudo, fruto da ação política (ibid.).

Seja o espaço mais artificial ou mais natural ó a decisão a respeito do conteúdo da apropriação espacial é uma decisão política, ademais de econômica. Não seria, portanto, um pleno equívoco afirmar que a técnica dá forma à apropriação espacial, porém que o conteúdo é definido na esfera política, onde se chancela determinada opção técnica, onde um pacote de objetos técnicos é escolhido para instrumentalizar a apropriação espacial em detrimento de outros. Mas também onde se decidem quais e com que finalidade os próprios espaços serão apropriados.

Para se interpretar a realidade contemporânea, a contemporaneidade de determinado território, é essencial apreender os caminhos pelos quais o desenrolar da formação social percorreu até chegar ao seu estado atual. A estrada percorrida no passado revela pistas para se interpretar o presente. Portanto, olhar a história não significa apenas descrever uma realidade passada, mas, sobretudo, interpretar a realidade presente. Esse é o sentido de se olhar para a história de um lugar. E atentar às marcas que a tecnicização grava no espaço é uma ferramenta para se apreender parte da historicidade desse lugar ó tal qual o fez Heinrich Schliemann em sua obstinada busca por confirmar os apontamentos de Homero quanto às sete cidades de Tróia.

Isto, pois, assim como cada indivíduo deve lidar com o destino de seu tempo, ou seja, deve carregar o fardo de seu tempo histórico, como afirmou Mészáros (2007); cada território se desenrola dentro de um determinado conjunto histórico de regras e instituições que dão as possibilidades de ação em cada ponto dessa curva, ou em cada contexto desse fluxo. É num ambiente determinado pela história, portanto, que os territórios se desenvolvem e se entrelaçam numa trama espacial de relações sociais. Um emaranhado de relações cada vez mais complexas, artificiais, nem sempre harmônicas, mas muitas vezes repletas de antagonismos, conflitos que geram fricções ao desenrolar do desenvolvimento territorial.

Assim, em que pesem as teorias que defendem a homogeneização do espaço global, isto é, a convergência, ao final, para um mesmo estágio de desenvolvimento social e econômico, as desigualdades intra e interterritoriais crescem, demonstrando, entre outras coisas, que Kant tinha mesmo razão ao afirmar a impossibilidade de se construir

algo absolutamente plano sob uma superfície absolutamente torta o que nos parece uma excelente analogia para ilustrar a multiformidade não apenas espacial, mas sobretudo das construções sociopolíticas que se erguem sobre o globo terrestre.

Ao contrário daquelas teorias, a terra não é plana e a história não chegou ao seu fim. Porém, não podemos desconsiderar que o tempo histórico em que vivemos é um tempo regido por um imperativo: o do capital. Assim, são as leis do modo de produção capitalista as que governam praticamente a totalidade dos territórios que se estendem sobre o espaço de hoje. Não podemos nos afastar dessa realidade caso queiramos interpretar o funcionamento desses territórios. Portanto, é preciso levar em conta que se tratam de sistemas sociorreprodutivos que organizam ações e objetos em função da acumulação de capital.

Estamos na era do capital. Involucrados, diga-se de passagem, por nós mesmos, num ambiente com características específicas. O tempo de hoje, apesar de plural, segue o passo ditado pela acumulação capitalista. É ela que está no centro das coisas. É ela que movimenta a espiral temporal de nossa época. O conteúdo do espaço que já fora natural, bárbaro, feudal, escravagista, hoje é capitalista. Essa é a história. Este é o destino e o fardo de nosso tempo histórico,¹¹ este é o tempo com o qual temos inevitavelmente que lidar [mesmo que seja para modificá-lo, se for o caso]. A bagagem histórica que conforma o conteúdo do espaço que compartilhamos o conseqüentemente, das técnicas que aplicamos sobre ele.

1.1.3 O tempo do capital e seus imperativos: a bagagem histórica de nosso tempo

Capital é valor em movimento. Valor em processo. Valor que se valoriza. Portanto, poucas expressões soam tão antagônicas ou parecem tão estranhas quanto ãcapital paradoö, ãcapital dormenteö ou ãcapital em repousoö. A valorização do capital requer seu movimento, sua metamorfose, sua constante transmutação ó dinheiro, processo produtivo, mercadoria...

Logo, quando o capital assume uma de suas distintas formas, por exemplo, a de produto acabado, ele se torna um capital negado, inproveitado. Trata-se de capital potencialmente desvalorizado. Pois, enquanto o capital estiver fixado [imobilizado] na

¹¹ Istvan Mészáros (2007).

forma de produto acabado ele não pode atuar como ele mesmo, e é, assim, capital negado (HARVEY 2013a, p. 143).

E como bem lembrou o autor supracitado (ibid.), a superação dessa negação ou dessa desvalorização potencial só é alcançada quando o capital retoma o seu movimento. Logo, a desvalorização não deve passar de um momento necessário e cada vez mais breve do processo de realização. Processo que não deve ser confundido com o momento da venda de determinado produto acabado. Isto é apenas uma fase do processo de realização. O capital monetário deve ser realizado por meio da produção; o capital produzido deve ser realizado na forma de mercadoria, e as mercadorias devem ser realizadas como dinheiro (HARVEY, 2013a, p. 142).

E se, como afirmara Harvey (2013a), apoiando-se em Marx, todas as crises capitalistas são [em alguma forma e/ou medida] crises de realização, qualquer insucesso em manter certa velocidade de circulação do capital preocupa. E é justamente por isso que a estrutura de tempo da produção e da realização [do capital] torna-se uma consideração fundamental (ibid., p. 143). O tempo absorvido em cada fase da realização é, em certo sentido, uma perda para o capital pelo menos em potencial. Isto, pois o capital precisa circular. Sem circulação ele não se realiza. O que justifica a considerável pressão para acelerar a sua velocidade de circulação (ibid. p. 144). Acelerar a circulação aumenta a taxa de lucro, pois libera mais rapidamente o capital para aproveitar novas oportunidades e, assim, aumenta a soma de valores produzidos num determinado período de tempo. Logo, as barreiras para a realização [e para a lucratividade] são minimizadas quando a passagem de uma fase a outra ocorre com a mesma velocidade com a qual gira o conceito (ibid. p. 144).

Assim, cada vez mais, é fundamental acelerar a passagem do capital de uma fase a outra. Pois capital dormente perde oportunidades de acumulação. Principalmente quando o fluxo dos capitais concorrentes é cada vez mais rápido. Pois, a cada dia, os capitais estão mais ágeis, ávidos por novas oportunidades. Esta tem sido a tônica do tempo histórico em que vivemos. Uma tônica em busca de instantaneidade, marcada por fluxos cada vez mais rápidos, seja de capital, seja de informações, ou de tudo aquilo que possa desobstruir e acelerar a circulação do capital, construindo novos espaços à acumulação.

E nessa tarefa as inovações assumem um papel preponderante à medida que são processos determinantes ao crescimento econômico. As inovações possuem importância fundamental no desenrolar das esferas constitutivas do território, especialmente a esfera

econômica. No entanto, como comentamos em linhas acima, não podemos desconsiderar que a intencionalidade por detrás do progresso técnico indica que o proceder inovativo acaba refletindo também escolhas políticas, ademais de econômicas. Afinal, como afirmara Polanyi (2000), as economias são construções políticas, ao invés de meras evoluções naturais, as sociedades decidem suas construções, e o progresso tecnológico deve ser encarado nesta perspectiva, pois é parte indissociável dessa dinâmica.

E, se assim o for, entendemos que a apreensão do sentido da territorialização em determinado espaço, bem como da trajetória tecnológica¹² que lhe conforma, não se viabiliza sem que se tenha consciência de que são, ambos, encadeamentos de um jogo vinculado a uma arquitetura de poder, assente em determinada estrutura de relações sociais. O desenvolvimento territorial e o progresso tecnológico ocorrem em conformidade com as leis gerais de funcionamento da sociedade em que estão inseridos.

Quando um investidor qualquer decide, por exemplo, comprar ou arrendar terras para montar uma vinícola, o seu objetivo último não é a elaboração do vinho, ou seja, a mercadoria que esse empreendimento produzirá; assim como (não é) o desenvolvimento do espaço rural que ampara esse empreendimento; tampouco o próprio empreendimento, isto é, a vinícola. O objetivo desse investidor é valorizar, mediante a produção, o capital invertido nesse processo. Nesse caso, é preciso que tenhamos em conta que a territorialização ocorre mediante um processo de valorização do capital.

Tanto a territorialização do espaço quanto a adoção da tecnologia devem ser vistos desse ponto de vista. Nele reside o porquê da inovação. Em outras palavras, última instância e com raríssimas exceções, podemos dizer que o porquê da inovação não está na produção em si, mas na valorização do capital, da mesma forma que a valorização do capital encontra-se no porquê da territorialização do espaço.

Logo, quando em determinado território uma força qualquer impõe resistência à concretização de suas leis de tendência ó particularmente: (i) tendência à concentração de

¹² Dosi (1982), transpõe a noção de paradigma científico de Thomas Kuhn para o domínio da mudança tecnológica. A partir daí, cria a noção de paradigma tecnológico, entendido, sinteticamente, como um padrão tecno-econômico de identificação e solução de problemas, no qual a inovação desponta como instrumento para avançar na solução desses problemas. Dentro de cada paradigma tecnológico, existem diversas trajetórias tecnológicas, isto é, distintos caminhos possíveis para o avanço técnico acontecer. Uma trajetória tecnológica, portanto, deve ser entendida como uma forma padrão (normal) de solucionar problemas específicos de um conjunto de problemas, isto é, de um paradigma tecnológico. Convém salientar alguns aspectos dessas trajetórias: (i) envolvem o processo inovativo em decisões simultaneamente econômicas e tecnológicas, (ii) possuem natureza cumulativa à medida que criam uma espécie de *path dependence*, marcada conforme investimentos anteriores condicionam investimentos futuros (iii) costumam ser mutuamente excludentes, à medida que a definição de uma trajetória, normalmente exclui outras.

capital; (ii) tendência à centralização do capital¹³ e (iii) tendência ao aumento da composição do capital¹⁴ ó, isto é, gera uma tensão que resulte numa fricção do processo de acumulação, é razoável admitir que o capital busque estratégias para superar essa tensão. Dentre tais estratégias poder-se-ia incluir (no limite) o seu transbordamento para outros espaços. Pois, como lembra Harvey (2005), ão caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fracaõ.

Em *Produção Capitalista do Espaço* (2005), este autor afirma que um exame atento das obras de Marx revela que ele reconhecia o processo de acumulação de capital enquanto geograficamente contextualizado, de forma a criar *õtipos específicos de estruturas geográficas*õ. Além disso, que Marx mostrou ser possível conectar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com a compreensão do surgimento de uma estrutura de relações espaciais. Ao colocar a acumulação de capital no centro das coisas, Marx explica a emergência de uma estrutura de espaços conectados [pelo fluxo de capitais em busca de valorização].

Nesse sentido, digamos que, em determinado território vitivinícola, a ação coletiva dos agricultores organizados sob a forma de uma cooperativa, bem como dos menores vinicultores sob a forma de uma associação, funcione como uma espécie de barreira que gere uma tensão à lei de centralização do capital. Nesse caso, é bastante provável que os maiores capitais busquem outros espaços geográficos para dar continuidade ao processo de reprodução ampliada. Como afirma Harvey (2005), haveria

¹³ Seguindo Marx (1974), Bukhárin (1988, p. 110) nos oferece uma boa síntese dos conceitos de concentração e centralização do capital, quando, ao discutir o imperialismo como reprodução ampliada da concorrência capitalista em nível mundial, afirma ser a õconcentração o crescimento do capital por meio da capitalização da mais-valia produzida por esse mesmo capital; e [a] centralização, a reunião de diversos capitais em um sóõ. Em outros termos, a tendência à concentração do capital diz respeito à acumulação propriamente dita, ao crescimento da massa de riqueza que funciona como capital, em razão de sua incessante necessidade de valorização. Por outro lado, a tendência à centralização de capital envolve um movimento de absorção dos menores capitais pelos maiores, levando a que capitais já formados fluam para um mesmo comando naquilo que pode ser reconhecido como uma espécie de expropriação do capitalista pelo capitalista. Deste modo, apesar de serem processos que atuam constantemente um sobre o outro, retroalimentando-se (uma vez que uma maior concentração favorece a absorção de capitais mais fracos, o que, por sua vez, reforça o processo de concentração por ampliação da capacidade de capitalização ó e assim por diante), concentração e centralização não são movimentos idênticos.

¹⁴ Marx (1974) aponta que o sistema capitalista tem como uma de suas principais tendências a expansão da produtividade do trabalho e, portanto, uma tendência ao aumento da composição orgânica do capital, determinada pela proporção entre capital constante (c) e capital variável (v) aplicados no processo produtivo (c/v), ou, em outros termos, pela relação entre meios de produção (MP) e força de trabalho (FT) empregados como capital (MP/FT). Tal ampliação de produtividade reflete a maior capacidade de uma mesma massa de trabalho vivo (FT) pôr em movimento uma maior massa de trabalho morto (MP), registrando-se, portanto, um aumento do trabalho morto em relação ao trabalho vivo.

uma exportação de capital para outros espaços. E esta seria, portanto, uma forma de se estruturarem relações entre espaços distintos.

Pois, ao tratar-se de um modo de produção que tem como premissa a crescente expansão da acumulação de capital, as barreiras geográficas afiguram-se como obstáculos a serem suprimidos. E essa supressão não ocorre apenas pela redução do espaço pelo tempo, ou seja, pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação que encurtam as distâncias, mas também pela exportação de capitais para outros espaços. Isto é, pelo transbordamento espacial do capital, que, sim, requer essa redução do espaço pelo tempo para minimizar o seu tempo de giro, ou seja, o período que leva para completar as fases de produção e circulação e, assim, realizar-se.

Ao tratar da (fragmentada) teoria da localização de Marx enquanto um elo perdido entre a teoria da acumulação e a do imperialismo, Harvey (2005) afirma que o capitalismo se destina a expandir-se por meio tanto da intensificação dos relacionamentos nos centros capitalistas de produção, como pela expansão geográfica desses relacionamentos no espaço. Além disso, de que a teoria não pretende prever onde, quando e como essas intensificações e expansões ocorrerão, bem como de que as expansões são assunto para análises históricas concretas.

Argumentamos, no âmbito da análise histórico concreta que pretendemos realizar ao final do trabalho, que são alvo dessas expansões, ou seja, desses transbordamentos de capitais, aqueles espaços em que a aplicação da tecnologia disponível possibilite o aumento de sua composição. Isto é, de que as expansões geográficas do capital correm para aqueles espaços onde, dado o estado tecnológico, se possa empregar as inovações que reduzam o componente variável de sua composição orgânica.

Pois, se o capital é enviado para o exterior, isso não se faz pelo fato de que esse capital não possa ser aplicado no país de origem, mas porque esse capital pode ser aplicado com maior margem de lucro em um país estrangeiro. (Marx, 1974, vol 3, p. 256, apud Harvey, 2005, p. 61).¹⁵

Além disso, como afirmou Milton Santos (2011, p. 151), a abertura de diversas regiões à entrada do capital novo é variável. De uma maneira geral, as resistências se enfraquecem com a elevação do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Ou

¹⁵ Embora Marx esteja se referindo à exportação de capitais entre países, entendemos que a transposição dessas ideias para a relação entre territórios não prejudica a lógica do argumento. Afinal, territórios e países são, ambos, construções sociopolíticas sobre o espaço, regidas pelas mesmas leis de funcionamento geral.

seja, o aumento na capacidade que o homem possui de transformar a natureza enfraquece as resistências antepostas aos fluxos de capital. Quanto maior a força produtiva menor a resistência. Assim, a localização do capital passa a depender do lucro. O objetivo final, em toda a parte, é o aumento do lucro e a extração de uma taxa máxima de excedente. No entanto, as possibilidades de retenção de uma parte do excedente e de sua redistribuição parecem ser maiores em certos pontos do espaço do que em outros¹⁶ (ibid, p. 151-152).

Nesse sentido, os esforços inovativos possuem objetivos claros, muitas vezes materializados na abertura de espaços geográficos mais lucrativos para o capital. Existe, por assim dizer, uma intencionalidade por detrás da trajetória do progresso tecnológico: a intenção é abrir novos espaços para a acumulação. Mesmo porque, como afirma Harvey (2005, p. 48), o quanto mais difícil se torna a intensificação [do capital], mais importante é a expansão para sustentar a acumulação de capital. Acrescentaríamos que essas expansões auxiliam na configuração de um dos universos da globalização.

1.1.4 Os espaços e o tempo do capital global: fluxos, fixos e universos da globalização

Se, para Milton Santos (1997), a gênese do processo de globalização se deu a partir da evolução técnica que permitiu que as regiões se especializassem na produção daqueles produtos nos quais tivessem vantagens competitivas, hoje, ela pode ser encarada a partir de três perspectivas.

Primeiro, como um processo que projeta o mundo da forma como os atores hegemônicos do tempo de hoje o vêem, isto é, as grandes empresas transnacionais que formam o centro fraco desse mundo o que querem que acreditemos que ele é: uma aldeia global onde as fronteiras perderam sentido e os fluxos são livres, um mundo cheio de oportunidades alcançáveis a todos. No entanto, se é verdade que as barreiras se arrefeceram para a circulação do capital, para a circulação de pessoas elas recrudesceram. Assim, no fundo, a globalização como fábula, reflete o mundo como nos fazem vê-lo.

¹⁶ Esse parece ser o caso do território do Vale dos Vinhedos, onde a complexificação de sua dimensão econômica ocorre, principalmente pela criação de um *enclaved market* o que veremos mais adiante.

No entanto, Santos (2008) nos afirma que essa globalização proposta e levada a cabo pelos atores hegemônicos, com a anuência dos Estados, provoca sérias consequências: a redução do salário médio, o aumento da concentração de renda, o desemprego e a fome estão entre as mais amargas. Nesses termos, a ãglobalização como perversidadeõ reflete o mundo como ele é [ou está], de fato: desigual.

No entanto, Milton Santos (ibid.) também nos recorda que podemos encarar a globalização de uma forma diferente. õUma outra globalizaãõ, consistente com a construção de um mundo diferente do que aí está. Se, no mundo vigente, é verdade que os atores hegemônicos se apoiam numa base técnica para construir a perversidade mascarada pela fábula (da globalização), é também verdade que essa mesma base técnica pode ser aproveitada de uma outra forma: para construir-se uma globalização mais humana.

Nunca na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir um mundo de dignidade humana. Apenas essas condições foram expropriadas por um conjunto de empresas que desejam construir um mundo perverso. Basta ver que hoje produzimos, no mundo inteiro, mais comida do que podemos comer, no entanto ainda discutimos, vergonhosamente, o problema da fome.¹⁷

Já para José Reis (2007) a globalização é um termo que exprime uma metáfora: a da perplexidade das ciências sociais diante de uma série de acontecimentos a respeito dos quais lhe faltam argumentos para explicar. Portanto, para Reis (ibid.), o recurso recorrente ao termo *globalização* manifesta, antes de qualquer coisa, as dificuldades explicativas que as ciências sociais apresentam ante as transformações contemporâneas. Segundo ele, a ânsia de explicar tudo através de um paradigma da globalidade exprime uma atitude frágil: a de enxergar as regiões e os territórios como partes de uma hierarquia, ou pior, como prestadores de serviço às forças globais, heterônomas, que as comandam. A lógica da globalização seria, assim, externa aos territórios, consequentemente, à intencionalidade dos atores locais, bem como aos fixos e fluxos de cada espaço, se usarmos a terminologia de Milton Santos.

Porém, Reis (ibid.) chama a atenção ao fato de que essa abordagem ganha força não no vácuo, mas em meio à falta de atenção para as capacidades de construção de dinâmicas diferenciadas, a partir da materialidade própria de cada espaço. Ou seja, a partir do que ele designou por territorializações, e que são, sobretudo, contextualizações do

¹⁷ Afirmação de Milton Santos extraída do documentário de Silvio Tendler: *Encontro com Milton Santos ó ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá*. Caliban Produções, Rio de Janeiro, 2006.

funcionamento econômico e social, onde a proximidade é determinante e onde se aproveitam iniciativas com raízes locais. As proximidades, quando postas em relação, geram as densidades de cada lugar.

E essas densidades não são dadas apenas por objetos materiais, por relações sociais de produção, mas também por normas e códigos de conduta sociais (superestrutura). Os costumes velhos que se renovam de que falava Milton Santos. Isto é, aquilo que dá identidade a determinada formação social, como a língua, os hábitos e os costumes que identificam aqueles que fazem parte de determinado grupo. A rigor, fazer parte de um grupo implica seguir as regras e convenções estipuladas coletivamente. Dito de outra forma, implica estar em sintonia com o arranjo institucional vigente. Um arranjo definido através da história, delimitado, portanto, por um espaço-tempo compartilhado. Assim:

É a formação e o uso do capital relacional gerado territorialmente que evidencia as escalas em presença e esclarece qual é a natureza do sistema [...] e o seu papel nos contextos mais vastos que o rodeiam (se é apenas local, infranacional, nacional ou transnacional). (REIS, 2007, p. 129)

Logo, o tipo de participação (ou não) no processo de globalização também é fruto das iniciativas locais, pois os agentes que constroem os territórios, são, sobretudo, atores sociais dotados de intencionalidade. Atores e grupos de interesses que visam criar contextos estáveis e potencialmente manejáveis. Com isso, cria-se uma alternativa à ideia de que as regiões estariam a prestar um serviço às forças globais, heterônomas. Além disso, Reis (2007), assim como Graziano da Silva (1998), levanta uma questão importante: a de saber qual o alcance e os impactos da globalização.

Se, para o segundo, existem várias extensões da globalização na agricultura, com diferentes alcances e impactos; para o primeiro, as tensões que existem entre mobilidades e territorializações podem definir diferentes dimensões e morfologias da globalização, para os diferentes territórios, em seus diferentes arranjos institucionais.

De uma maneira geral, para Reis (2007), o mundo é maior do que se pressupõe, e a ideia da globalização é, em grande medida, uma metáfora justificada por uma ideia, uma concepção mental de mundo que projeta no espaço a visão do *“universo-da-globalização”*. Contudo, afirma ele que este universo é apenas uma parte do *“universo-propriadamente-dito”*, que integra outras duas partes importantes: a do *“universo-da-não-globalização”* e a do *“universo-das-trajetórias-inesperadas”*.

O *universo-da-não-globalização* seria, segundo Reis (2007), caracterizado por dois ambientes diferentes: (i) o da exclusão, que resulta da procura não revelável pelos fatores globais; e (ii) o de um conjunto de práticas morais e econômicas que são completamente alheias ao processo de globalização, assentes em contextos essencialmente autônomos, não-sistêmicos.

Aos nossos olhos, o primeiro caso, o da exclusão pela procura não revelável, diz respeito a um espaço onde a velocidade do tempo não se encaixa com a velocidade do ciclo cada vez mais rápido do tempo do capital global. São esferas de tempo-espaço que, embora funcionem pelas mesmas leis, apresentam dificuldades em harmonizar-se, pois são fluxos e fixos com velocidades distintas. Nesse arranjo há fricção, pois os fluxos da globalização não conseguem movimentar, na velocidade desejada, os fixos locais. Isto, pois os fixos locais são extremamente arraigados no espaço, ou melhor, num espaço-tempo antigo que resiste em aderir à velocidade e instantaneidade do tempo de giro do capital global.

No segundo caso, isto é, o de práticas morais e econômicas que são totalmente alheias ao funcionamento do sistema atual, isto é, do modo de produção atual, estamos a tratar de espaços que funcionam em outros tempos, completamente distintos, com leis de funcionamento, ou melhor, com instituições essencialmente distintas das instituições capitalistas. São os espaços onde as formações sociais estão organizadas em função de leis e normas não capitalistas, portanto, que ainda não apresentam o conteúdo do tempo do capital e que por essa razão estão completamente excluídas do *universo-da-globalização*.

Já o *universo-das-trajetórias-inesperadas* é aquele em que, sem ser excluído ou sem ser não-sistêmico, é tão plural quanto a globalização, justamente porque parte de contextos próprios e, assim, tem capacidade para criar as suas próprias trajetórias, a sua própria dinâmica, a sua própria forma de interagir globalmente (REIS, 2007).

Nesse sentido, o que define este último universo é um conjunto de processos de vida que ocorrem em um contexto diferenciado, onde as instituições locais, como as normas sociais, as regras de comportamento, os códigos de conduta e os hábitos, configuram comportamentos de natureza particular, além de incertezas. Não há, portanto, garantia de que as economias, ao se tornarem desenvolvidas, estariam a convergir para um mesmo modelo.

As trajetórias inesperadas são construídas em espaços onde os cimentos sociais e os demais fixos que emprestam especificidade ao território são tão poderosos que, em vez

de aderirem passivamente à frenética velocidade de rotação do capital global, perdendo toda ou boa parte de sua identidade e originalidade, impõem uma tensão, gerada pela ação intencional dos atores sociais que ali convivem e, pela recalcitrância local, conseguem fazer com que o tempo do capital global faça concessões e, em alguma medida, se adapte à velocidade e ao conteúdo do tempo-espço local ó o que não significa que a força homogeneizadora do capital vá dissolver-se; ela apenas se adapta a uma nova forma, assumindo uma nova roupagem com a qual consegue transformar a identidade e originalidade local em possibilidade de valorização.

Diante disso, Reis (2007) propõe que se faça uma leitura desapegada de preconceitos, a partir da qual se procure ler com imparcialidade os dados relacionados ao processo de globalização, como se nunca se tivesse ouvido falar neste termo. Com isso, segundo ele, identificaríamos velhas e novas problemáticas. As novas, justamente as que convidam a reler os modos de funcionamento dos sistemas coletivos, ou seja, a entender e a valorizar a importância das densidades econômicas locais, que são o resultado das interações e dos processos gerados socialmente, em um determinado espaço. As velhas ficariam a cargo das migrações e do comércio internacional.

No entanto, ao enaltecer a importância das dinâmicas locais, o referido autor não está a negar a importância das regulações supranacionais e a intensificação dos processos de integração econômica, tal qual a formação de blocos como o Mercosul ou a União Europeia, mas a defender que os caminhos da globalização se cruzam com caminhos de diferenciação, e que estamos diante de tendências e contra-tendências, em que a convergência não é o destino certo de todos os lugares. E, por isso, é preciso reconhecer a tensão entre mobilidades e territorializações ó entre fluxos e fixos.

Assim, para Reis (2007), existem quatro pilares críticos para interpretar a globalização:

1. Analisar os processos econômicos contrapondo mobilidades e territorializações, pois a ideia de que a dinâmica econômica procede da mobilidade dos fatores é tributária da hierarquização, além de desconsiderar a significância dos processos gerados localmente;
2. Considerar os limites da racionalidade e da organização, pois racionalidade absoluta e intencionalidade encontram limites nas dimensões morais e na incapacidade de processamento de informação;
3. Assumir a existência de incerteza e contingência, pois os modelos interpretativos assentes na racionalização e no formalismo ignoram essas questões porque reconhecem apenas as práticas mecanizadas. Sendo necessário, portanto, resgatar a dimensão humana e moral da vida;

4. Assumir a diversidade dos processos socioeconômicos, onde instituições diferentes geram trajetórias de crescimento diferentes, mas também existem para reduzir e contextualizar a incerteza.

Neste cenário, Reis (ibid.) afirma que é necessário enxergar o processo de globalização sob a luz da tensão que se gera entre mobilidades e territorializações. Ou seja, contrapondo tendências heterônomas, como imitação, concorrência acirrada, difusão de práticas e tecnologias, comércio e mobilidade de capital (que empurram as nações para a convergência), com economias de aglomeração e formação de dinâmicas territoriais, como cooperação, conhecimento tácito, inter-relação sinérgica e culturas técnicas específicas (que puxam as nações para trajetórias próprias).

Quanto aos limites da racionalidade, o referido autor afirma que a economia da escolha coletiva, por exemplo, está para além do uso dos critérios de eficiência e maximização dos interesses individuais, e por isso parte de processos nos quais a proximidade entre as pessoas e o sentimento de pertencimento a um grupo social são relevantes no momento em que os indivíduos tomam suas escolhas. Além disso, o pressuposto da racionalidade plena dos agentes e o formalismo em que ela opera construíram um mundo habitado por seres dotados de uma simples psicologia hedonista, que reifica, atomizado, o indivíduo. Contudo, também existe um outro mundo, o da vida coletiva, o dos agentes dinâmicos, por ventura irracionais e até passíveis de gerarem desequilíbrios. (REIS, 2007).

Em relação às instituições, ou à economia institucional, Reis (ibid.) afirma que se trata de uma abordagem fortemente interacionista e evolucionista, que se nutre do sentido da ação coletiva e da dimensão moral das práticas humanas. As instituições são, para ele, *um mapa da complexidade do mundo*, e suas ideias centrais são: normas, hábitos, cultura, regras e ação coletiva; que resultam da ideia de que todas as culturas produzem significados materiais concretos, que são usados nas trocas, na produção e em tantas outras finalidades, como na satisfação moral dos indivíduos.

Nesse sentido, e:

[e]xatamente porque há lugar para a construção voluntarista de instituições e mecanismos de coordenação, [que] cada economia tem que ser vista como um **sistema social de produção** e não apenas como um mercado. É por isso mesmo que as alternativas ao sistema de produção em massa, segundo tecnologias e produtos padronizados, são alternativas plurais e até divergentes. (REIS, 2007, p. 119, grifo nosso).

Não há, portanto, *one best way*, mas uma diversidade de formas de produção aptas a conviver com, ou mesmo suceder, o modelo de produção em massa. Sinteticamente, falar de elementos como normas e convenções sociais é falar de processos da vida e, portanto, é falar do institucionalismo que se iniciou com Veblen. Entretanto, tratar de institucionalismo é tratar de uma série de imperativos ligados à ação racional, que inclui mas não se restringe ao auto interesse e ao pressuposto de que os indivíduos são egoístas e sempre preferem maximizar sua função utilidade. Tratar de institucionalismo é tratar da diversidade e da complexidade e, por isso, Reis (ibid.) vê nas visões institucionalistas a base para uma alternativa à perplexidade.

Nesse sentido, ao tocar na questão da diversidade econômica, ou seja, dos diferentes arranjos institucionais que geram diferentes sistemas sociais de produção, Reis (ibid.) nos relembra o debate que se tem feito sobre a natureza dos processos que originam os arranjos institucionais locais. E, assim, refaz a questão tão cara a esse debate: são exogenamente determinados ou tem uma gênese de base endógena?

Independentemente da resposta, uma coisa nos parece certa: os homens fazem a sua própria história. Contudo, o que interpretações como a de Reis (2007) parecem não sublinhar é que, como bem nos afirmou Marx (2010, p. 21), *os homens não fazem a sua própria história como bem entendem; não a fazem sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado*. Nesse sentido, a liberdade de ação humana, a intencionalidade que pode criar as referidas *trajetórias-inesperadas* de Reis (ibid.) afigura-se como uma liberdade restringida pelas condições materiais e políticas de cada época.¹⁸

¹⁸ *“O que é a sociedade qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases do desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil. [...] É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher suas forças produtivas ó base de toda a sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente” (MARX, 2009, p. 245).*

1.2 A perspectiva do desenvolvimento territorial e o desenvolvimento territorial em perspectiva

1.2.1 A perspectiva das políticas de desenvolvimento territorial

O conceito de território tem sido útil tanto na esfera política quanto acadêmica. Schneider (2010), por exemplo, afirma que a abordagem territorial se afirma tanto na definição de agendas para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural, como na tentativa de superar as insuficiências teóricas e os limites analíticos das tradicionais abordagens de cunho setorial.

A bem da verdade, tanto em uma como em outra esfera, o conceito de território serve como base para entender o meio rural para além de uma perspectiva meramente agropecuária. A partir dele, podemos compreender que este meio rural não é espaço único da agricultura e da pecuária. Os espaços rurais são realidades complexas que envolvem também serviços não agropecuários, desejos e necessidades não agropecuárias por parte dos atores sociais que vivem no campo e aspirações não vinculadas, unicamente, à alavancagem de determinada atividade produtiva de caráter agropecuário.

Além disso, conforme Ploeg et al (2012), a própria agricultura exerce funções que ultrapassam o fornecimento de bens agropecuários como fibras, alimentos e, agora, combustíveis. A agricultura, por exemplo, também exerce um papel fundamental na manutenção das pessoas no campo, na proteção de biodiversidade, na captação de carbono e na prevenção contra inundações. Todos esses últimos serviços, embora fruto de atividades privadas, são bens de caráter público, na medida em que se consubstanciam como externalidades e que, como tais, possuem as qualidades de não excludentes e não rivais.

A agricultura, portanto, possui um caráter multifuncional, ela produz serviços públicos a partir de atividades privadas. Caráter que não deve ser desprezado pelas políticas de desenvolvimento rural, tampouco pelas estratégias autônomas de desenvolvimento em espaços rurais. Pelo contrário, o caráter multifuncional da agricultura deve ser pedra de toque para se compreender e promover o desenvolvimento rural, seja ele induzido por políticas públicas ou autônomo.

E o conceito de território é ferramenta analítica e, em certo sentido, também empírica para tanto. Pois se trata de um conceito que ajuda a compreender essa realidade que além de múltipla está em constante(s) movimento(s), portanto, uma realidade de

tempo plural, que, em certos lugares, já fora natural e agora é técnica-científica-informacional, mas que em outros ainda permanece primordialmente natural. Essa realidade de realidades. Essa totalidade formada por distintas particularidades é totalidade que pode ser descrita e interpretada a partir de diversas perspectivas, mas que em qualquer uma das que tenham por foco a sociedade humana se realizando, não pode prescindir de considerações a respeito da intencionalidade dos atores, ou seja, não pode prescindir das ações práticas, das políticas que as estimulam ou restringem e dos processos que daí decorrem.

Como nos lembram Ploeg et. al. (2012), as análises atuais do desenvolvimento rural (DR) precisam distinguir entre práticas, processos e políticas. De acordo com estes autores, as práticas de desenvolvimento rural dizem respeito às atividades que, no nível das bases (atores sociais que agem no contexto de suas explorações agrárias), alteram de forma significativa as rotinas e produtos da agricultura. A rigor, essas práticas ampliam as fronteiras da propriedade rural e se dividem em três categorias: *ōbroadeningō*, *ōdeepeningō* e *ōre-groundingō*.

As práticas de *ōbroadeningō* dizem respeito à inclusão de atividades não agropecuárias no contexto da propriedade rural; os serviços que o agroturismo requer surgem como exemplos emblemáticos dessa categoria. Já o *ōdeepeningō* refere-se à introdução de novas práticas agrícolas que reorganizam processos e/ou formas de distribuição; a produção de produtos com características singulares, como os que carregam características territoriais, por sua vez, é excelente exemplo. Finalmente, o *ōre-groundingō* diz respeito à reconstituição de recursos básicos da exploração agropecuária, de forma a reduzir sua dependência de recursos externos; o auto provisionamento seria o principal exemplo, como no caso dos biodigestores que transformam a matéria orgânica, outrora descartável, em matéria-prima para geração de energia (biogás) e fertilizantes.

Nesse sentido, afirmam Ploeg et. al. (2012) que o desenvolvimento rural desponta como o resultado geral da criação, desdobramento, entrelaçamento e fortalecimento mútuo das três categorias de práticas acima citadas. No entanto, que se trata de um processo transitório, que ademais de implicar um horizonte de tempo prolongado, envolve atores multinível e em múltiplas dimensões. O DR, portanto, não resulta do simples somatório de práticas individuais e independentes de *deepening*, *re-grounding* e *broadening*. Ele envolve complexas e muitas vezes contraditórias inter-relações. Ante a isso, as políticas de desenvolvimento rural representam esforços estatais para estimular

(em alguns casos desestimular) certas práticas individuais, e, dessa forma, orientar o processo global de desenvolvimento rural.

À luz deste cenário, a perspectiva territorial apresenta-se como alternativa à criação de mecanismos sociais que promovam sinergia entre atores locais e formuladores de políticas públicas, no mais das vezes alocados em instâncias de poder mais amplas, que funcionam em contextos distintos. Nessa linha, a ideia é promover a combinação de conhecimentos e recursos locais com conhecimentos e recursos (financeiros, tecnológicos, etc.) mais gerais, para facilitar desenhos de políticas mais aderentes às (reais) necessidades das distintas construções sociopolíticas com o espaço (que não são únicas).

A rigor, com a perspectiva territorial espera-se operacionalizar de maneira eficaz a participação direta de atores locais nas decisões políticas que envolvem o futuro do território em que se inserem e, com isso, identificar gargalos ao desenvolvimento, gargalos cuja superação contribua à redução das desigualdades tanto dentro do território quanto entre territórios.

Assim, no fundo, cada território deve ser visto como um sistema social específico, porém aberto, capaz de se desenvolver em resposta aos estímulos externos, mas que possui características próprias, idiosincrasias que não podem ser desconsideradas ó tanto espaciais como sociais. Portanto, a par das políticas de desenvolvimento de caráter mais universal, aplicáveis a praticamente todos os territórios de uma totalidade, a exemplo de um estado-nação, se faz necessário um conjunto de ações (públicas) voltadas ao atendimento de certas necessidades específicas das partes que conformam esse todo ó e ninguém melhor do que a população de cada território para apontá-las.

É preciso pensar em mecanismos para se desenhar estratégias multiformes, pois ãa enorme diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimentoö (SACHS 2008, p. 60).

Assim, a eficácia das estratégias (de desenvolvimento) passa a depender da capacidade de responder aos problemas mais angustiantes e demais aspirações de cada comunidade. Desse modo, é preciso superar os entraves que obstruem a utilização de recursos potenciais, ociosos, e liberar ãenergias sociaisö e ãimaginaçãö. Todavia, é necessário garantir a participação dos atores que se encontram, de alguma forma, involucrados (ou implicados) no processo de desenvolvimento ó trabalhadores,

empregadores, o Estado (em seus diferentes níveis) e a sociedade civil organizada. Daí a importância do planejamento territorial em agrupar comunidades unidas por uma identidade cultural, mas, sobretudo, por interesses comuns, bem como de se construírem espaços para o exercício da democracia direta, através de fóruns de desenvolvimento local, conselhos consultivos, deliberativos e etc. (SACHS, 2008).

Nesse sentido, o adjetivo territorial que perpassa as atuais políticas de desenvolvimento rural diz respeito, principalmente, ao empoderamento dos atores locais e à necessidade de se construírem mecanismos à participação direta desses atores no desenho dos projetos de territorialização do espaço que compartilham. Trata-se, portanto, de envolver e empoderar as pessoas verdadeiramente implicadas no desenho de políticas do tipo *bottom-up* que, quando combinadas com aquelas de caráter *top-down*, funcionem para guiar o desenvolvimento do território por uma trilha estabelecida coletivamente, se possível dentro de um projeto mais amplo de desenvolvimento (nacional).

Nesses termos, a aplicação do enfoque territorial empresta pelo menos duas novidades ao contexto das políticas de desenvolvimento rural. Em primeiro lugar, ela cria instrumentos ou institucionalidade à participação direta dos atores locais na formulação de programas e projetos destinados ao atendimento de objetivos próprios. Em segundo lugar, ela reposiciona a forma pela qual a sociedade interpreta a agricultura, bem como a função dos territórios rurais no contexto dessa totalidade, isto é, da sociedade. E essa reinterpretação diz respeito a uma visão dos espaços rurais para além das atividades meramente agropecuárias. Nesse sentido, reconsidera-se a noção de ruralidade e reconhece-se, cada vez mais, que os contextos rurais possuem mais nuances do que as atividades agropecuárias lhe emprestam, assim como que as necessidades dos atores do campo ultrapassam os incentivos destinados a alavancar determinado setor agropecuário.

Portanto, rigorosamente, as políticas territoriais representam uma nova geração de políticas de desenvolvimento rural. E a principal inovação destas políticas é ter como foco, ou como objeto, o território o que significa, necessariamente, entender a ruralidade para além de uma visão meramente agropecuária.

1.2.2 O desenvolvimento territorial em perspectiva (objetiva)

Reconhecemos a importância, utilidade e legitimidade da perspectiva das políticas de desenvolvimento territorial acima apresentada. Não temos dúvida de que a ruralidade ultrapassa as questões agropecuárias, da mesma maneira que estamos convictos da importância e, mais do que isso, da necessidade da participação direta dos atores locais na definição dos objetivos a serem perseguidos pelos instrumentos de intervenção estatal que incidem sobre o território em que vivem. Conforme apontamos acima, ninguém melhor do que a própria população implicada para apontar as reais demandas de determinado lugar.

No entanto, convém lembrar que nossa pesquisa teve como estopim um território no qual os atores locais têm sido capazes de se organizar e escolher a trilha do desenvolvimento autonomamente, isto é, de forma não induzida por políticas públicas, ao menos diretamente. Portanto, para analisar o desenvolvimento daquele território, sentimos a necessidade de construir um diapasão que enquadrasse o processo de desenvolvimento territorial dentro de uma perspectiva que, ademais de objetiva, pudesse ser complementar a esta visão, digamos, mais operacional do DT.

Assim, apesar de reconhecer a importância da perspectiva territorial que perpassa o desenho das políticas de DT, nossa intenção é colocar o desenvolvimento territorial em outra perspectiva. Uma perspectiva puramente objetiva. E, com isso, esperamos construir um diapasão teórico conceitual com o qual possamos examinar e classificar de maneira não subjetiva o desenrolar das construções sociais com o espaço. Ou seja, reconhecemos a importância da organização da sociedade local e da participação direta dos atores neste processo, portanto, a validade da institucionalidade que as políticas de DT visam construir nesse sentido. Porém, aqui, assumimos uma outra perspectiva de desenvolvimento territorial a qual apresentamos na sequência.

A rigor, não temos a intenção de apontar as causas do desenvolvimento territorial, mas, sim, construir um raciocínio lógico que empreste objetividade à análise desse fenômeno, por seu turno, digno de assumir diversas formas ao longo do tempo e espaço.

Assim, nesta subseção, nos dedicamos à tarefa de buscar e aplicar uma ideia objetiva de desenvolvimento ao conceito de território apresentado na subseção anterior. Com isso, esperamos obter uma definição objetiva de desenvolvimento territorial (DT) e, a partir dela, construir uma lógica que nos auxilie no delineamento e exame de questões referentes ao desenrolar da territorialização do espaço. Posto de outra forma, esperamos

construir um raciocínio lógico que nos aproxime de um conceito objetivamente operacionalizável de DT ó o que passa, necessariamente, por uma ideia objetiva acerca do desenvolvimento.

No entanto, tratar do desenvolvimento não é tarefa simples. Acima de tudo, é preciso reconhecer a dificuldade em se lidar com um tema, por vezes, tão controverso ó um terreno onde as trilhas nem sempre convergem. Sachs (2008, p. 25), por exemplo, nos lembra que *o desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples; sua multidimensionalidade e complexidade lhe emprestam um caráter fugidio*.

E para se ter uma ideia da multiplicidade de trilhas abertas nesse terreno, basta observar os complementos que vêm enriquecendo o conceito de desenvolvimento desde o seu surgimento, em meados da década de 1940. Nesse sentido, inclusive, vale atentar aos adjetivos que se tem acrescentado ao substantivo desenvolvimento ó pegando emprestado uma analogia de Veiga (2005). Assim, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento includente, desenvolvimento sustentável, dentre outros que se possa incluir nesta lista, são binômios que revelam que o próprio conceito de desenvolvimento tem sido reavaliado desde o seu surgimento no âmbito das ciências sociais em geral. O que reforça a ideia de que se trata de um tema de caráter fugidio, de fato.

Entretanto, e a despeito dessa natureza escorregadiça do tema, não abrimos mão de encaminhar alguns passos nessa seara ó pantanosa. Porém ressaltamos, esta subseção envolve um objetivo específico, do qual não pretendemos nos distanciar: apresentar, ainda que resumidamente, uma ideia de *desenvolvimento* que empreste objetividade à análise do desenvolvimento territorial (mais um binômio à lista acima). Procuramos, portanto, por uma ideia que nos auxilie a construir uma lente com a qual possamos mirar, objetivamente, o fenômeno do desenvolvimento em perspectiva territorial. Consequentemente, se nas linhas abaixo optamos por uma certa generalização no âmbito das teorias do desenvolvimento econômico, é apenas a título de não nos distanciarmos de nosso objetivo, pois, sobretudo, reconhecemos a riqueza e a diversidade de suas interpretações.

Ao discorrer sobre elas, Bonente (2011) aponta que as teorias clássicas do desenvolvimento carregam uma dupla natureza: (i) *maniqueísta*, na medida em que associam esse fenômeno a algo bom, bem como sua ausência, o subdesenvolvimento, a algo ruim; (ii) *positiva*, ao passo que colocam o desenvolvimento em bases essencialmente materiais ó uma vez que se tornar desenvolvido significa passar a uma

situação de bem-estar material. Em contrapartida, a autora defende uma tese na qual o termo desenvolvimento deva ser empregado de modo puramente objetivo, exclusivamente para referir-se às propriedades objetivas de funcionamento de um objeto em questão. Assim, com a ajuda do pensamento de Lukács (1979), resgata a ideia presente nos trabalhos de Marx para reafirmar que o desenvolvimento significa o reconhecimento objetivo de um aumento no grau de complexidade dos complexos constitutivos de um objeto estruturado.

Não obstante, gostaríamos de assinalar que tal perspectiva abre caminho para que se observem duas características centrais da noção objetiva de desenvolvimento: (i) o caráter desigual do fenômeno e (ii) sua historicidade. Em relação à primeira, Bonente (2011) destaca que atribuí-la a determinado objeto significa, antes de tudo, reconhecer seu contínuo movimento ao longo do tempo. E sublinha a importância do termo contínuo, uma vez que só se pode observar mudanças num determinado objeto na medida em que ele se sustenta como tal, ou seja, importa que haja *permanência na mudança*. Assim, falar das transformações pelas quais tenha passado um território ao longo de, por exemplo, uma década, só faz sentido se este continua a existir, como tal, no decorrer desse período. Ademais, a autora cita Lukács (1979, p. 79) para apontar que a historicidade não significa, apenas, permanência na mudança, mas também uma determinada direção nesta, expressada em transformações qualitativas de determinados complexos. E, numa tentativa de apreender o sentido dos conceitos de desenvolvimento e progresso, resgata Medeiros (2007), para quem:

[o]s conceitos de desenvolvimento e progresso são empregados para descrever em si mesma a direção do movimento de objetos estruturados, ou seja, para descrever objetivamente a direção do movimento. A ideia-chave envolvida neste procedimento é a complexidade. Uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos. Dada esta concepção de desenvolvimento, a noção de progresso serve para descrever a passagem de um nível mais baixo de desenvolvimento para um nível mais alto o aumento da complexidade de objetos estruturados. (MEDEIROS 2013, p. 45)

Já em relação ao caráter desigual do desenvolvimento, Bonente (2011) argumenta que o aumento da complexidade que se verifica na sociedade pode não acontecer de forma homogênea em todos os seus complexos constitutivos, o que significa que o desenvolvimento pode recrudescer mais em algumas dimensões da sociedade do que em

outras; ou, ainda, que ele pode ocorrer mesmo que não se verifique progresso em alguns de seus complexos. Portanto, objetivamente, desenvolvimento desigual significa que alguns complexos podem desenvolver-se mais do que outros, ademais, que podem coexistir conjuntos distintos destes complexos.

Tais considerações são particularmente importantes à medida que apontam para a multiformidade do fenômeno, isto é, indicam a possibilidade de distintos modelos de desenvolvimento tomarem lugar no espaço. A bem da verdade, compreender o desenvolvimento das sociedades como processos não apenas evolutivos, mas contingentes, a partir dos quais se podem desenrolar complexificações não homogêneas em diferentes esferas sociais, está na raiz da explicação dos diferentes modelos de desenvolvimento ao longo do tempo e espaço.

Portanto, a ideia que estamos a afirmar é que o desenvolvimento, em si, não é algo bom ou ruim, tampouco que esteja relacionado unicamente ao aumento da riqueza material de uma ou outra sociedade. Tal qual Bonente (2011), assumimos uma perspectiva na qual este fenômeno é encarado como um processo que se caracteriza pelo aumento no grau de complexidade dos aparatos, ou complexos constitutivos de determinado objeto. Transladado ao tema que nos ocupa, o desenvolvimento territorial seria, objetivamente, um processo pelo qual as diversas esferas constitutivas de um território (políticas, econômicas e institucionais, ademais de sociais) se fazem mais complexas. A análise deveria se ocupar, portanto, de estudar o grau de complexidade que adquirem essas esferas constitutivas, analisar a lógica subjacente a cada uma delas e encontrar uma explicação adequada ao modo como toma lugar o processo de desenvolvimento do território ó sem esquecer que o caráter desigual desse fenômeno nos sugere a possibilidade de ocorrência de distintos modelos de desenvolvimento ao longo do tempo e espaço.

1.3 Mecanismos sociais para se instrumentalizar o desenvolvimento territorial

No nosso entendimento, o desenrolar da construção social no espaço, ou aquilo que viemos chamando de desenvolvimento territorial, requer pelo menos a organização de dois mecanismos sociais ao seu pleno intercorrer. Antes de tudo, o desenvolvimento do território requer uma estrutura de governança, um sistema que lhe dê a direção, que

indique o sentido da mudança, ou seja, dê o conteúdo da complexificação das esferas constitutivas. E este sistema implica uma institucionalidade, um arcabouço institucional que seja capaz de organizar, de concertar interesses sociais distintos e, com isso, conduzir o desenrolar do processo de desenvolvimento por uma trilha escolhida coletivamente, justamente nos moldes sugerido pelo desenho das políticas de desenvolvimento territorial.

Em segundo lugar, o desenrolar da construção social com o espaço requer um sistema que dê a forma da complexificação das esferas constitutivas do território. Trata-se, portanto, de um mecanismo social que tenha capacidade para alimentar esse desenrolar, isto é, de fornecer insumos à complexificação das esferas constitutivas do território através da produção de novos elementos a lhes serem acrescentados. Trataremos deste sistema que movimenta o desenvolvimento territorial, isto é, o motor do território, no segundo capítulo, quando tratamos dos sistemas de inovação. Na próxima subseção nos dedicamos ao seu sistema de direção.

1.3.1 A estrutura de governança: sistema de direção do território

Sublinhamos que o processo de complexificação do território pode seguir por diversos caminhos, a depender dos objetivos traçados no projeto de apropriação espacial, bem como das condições impostas pela sociedade e pelo espaço em si. A rigor, não há receita única, tampouco garantias de convergência entre distintos modelos de desenvolvimento. Diante disso, argumentamos que na origem dos diferentes programas de apropriação do espaço podem incidir especificidades dos diferentes conjuntos sociais. Por seu turno, estas diversidades, ou idiosincrasias, confeririam texturas particulares às estratégias de apropriação espacial e poderiam implicar trilhas distintas dentro de uma multiplicidade de possíveis trajetórias ó inclusive inesperadas.

Por conseguinte, autores como Reis (2007) destacam a importância das instituições enquanto fontes de especificidade e, portanto, distinção entre as sociedades. Para esse autor (2007, p.8), o desempenho econômico de um território, país ou região não é produto exclusivo dos recursos naturais e tecnologia de que dispõe, mas está relacionado, também, aos valores, às lógicas sociais e políticas, às culturas cívicas e organizacionais, às instituições que lhe dão especificidade, espessura e sentido coletivo. Logo, as instituições importam, pois:

[...] quer as entendamos de forma *soft* como os hábitos, as rotinas, as convenções, as normas e as regras que enquadram a vida individual e coletiva, quer as entendamos de forma *hard* como as organizações e os aparelhos em que assentam as configurações político-institucionais, **são as entidades através das quais se definem restrições e possibilidades da ação humana**. São também o grande elemento de diferenciação das economias. (REIS, 2007, p. 30, grifo nosso)¹⁹

Reafirma-se assim uma ideia: consoante à dimensão social, ou sociopolítica de um território, combina-se uma dimensão institucional, caracterizada tanto por instituições de caráter coletivo, tais quais as organizações públicas, como por um conjunto de regras sociais, valores e códigos de conduta que balizam a ação dos agentes em determinados lugares ó caso, por exemplo, da propensão associativa, observável em comunidades marcadas por históricos cooperativos. Nessa linha, é preciso atentar para o fato de que as instituições, sejam elas de tipo *õhardö* ou, especialmente de tipo *õsoftö*, são produtos da interação entre agentes sintagmáticos, logo, fatos sociais espacialmente concebidos. Nessa ótica, o arcabouço institucional de determinado lugar, região ou território pode ser visto como um dos principais elementos distintivos de um modelo de apropriação espacial, uma vez que é passível de incidir tanto na definição dos objetivos do projeto de desenvolvimento, como na forma de persecução das metas.

Logicamente, além de agrupar objetivos que nem sempre se igualam, os projetos de apropriação do espaço podem ser traçados e conduzidos a partir de mecanismos de participação social que se distinguem no tempo e no espaço. A caixa de ferramentas pode conter, em cada lugar, instrumentos de decisão mais ou menos democráticos, com critérios mais técnicos do que políticos ó e vice versa ó, sendo utilizados com mais ou menos cooperação, a partir da participação de diferentes grupos sociais. Assim, não há receita única para um modelo de desenvolvimento territorial.

Ademais, devemos levar em conta que a definição do projeto territorializante é sempre de natureza subjetiva, pois a escolha dos objetivos deriva da ação de agentes sociais dotados de intencionalidade. Consequentemente, mesmo que se possa encarar o desenvolvimento territorial por uma ótica puramente objetiva, os objetivos perseguidos na realidade empírica serão subjetivos. O que significa que ainda que dependa

¹⁹ Esta perspectiva, é semelhante a de Cooke e Morgan (1998) que argumentam que o *õmilieu institutionalö* pode ser entendido em um duplo sentido, pois abarca instituições do tipo *hard*: organizações, tal qual as agências governamentais, os bancos, os institutos de pesquisa, as universidades, as associações comerciais, etc; mas também do tipo *soft*: normas sociais, convenções e hábitos que influenciam os caminhos pelos quais as pessoas e organizações interagem.

objetivamente dos recursos físicos do espaço, a morfologia da apropriação espacial é subjetiva.

Nesse sentido, Veiga (2005) afirma que o território e a participação (coletiva) são importantes unicamente se o desenvolvimento rural é visto para além da renda. Se for apenas isso, ou seja, renda, bastariam transferências diretas de recursos e crescimento econômico para resolver o desenvolvimento. No entanto, se for mais do que isso, se o desenvolvimento estiver mais próximo da visão de Amartya Sen²⁰, uma estratégia territorial é indispensável, conseqüentemente, implica a necessidade da população local em se envolver diretamente para decidir o futuro de seu território ó o seu futuro.

E a relevância desse caráter participativo dos atores na construção das rotas que encaminham seu próprio futuro se torna ainda mais substancial quando levamos em conta que:

[...]o que marca verdaderamente la línea entre el éxito y el fracaso de los procesos de desarrollo en áreas rurales con similares recursos humanos y productivos es la existencia de una buena interacción entre las distintas instituciones y agentes implicados, una interacción que permita dotar de adecuadas infraestructuras a los territorios, generar confianza en la población, movilizar a los actores sociales (individuales y colectivos) y facilitar la cooperación entre ellos. Esa articulación entre actores e instituciones en un territorio es lo que se denomina ògobernanzaö, noción que viene a decirnos que sin una buena gestión (gobernación) de los recursos existentes, sin una buena canalización de las iniciativas públicas y privadas y sin una adecuada integración de los impulsos individuales en pro de un interés común que trascienda el ámbito de los intereses particulares, cualquier programa de desarrollo está condenado al fracaso. (MOYANO ESTRADA, 2009, p.1)

Assim, transformar o avanço da construção social sobre o espaço num processo de desenvolvimento bem sucedido, requer a criação de sinergia entre distintos atores, em distintas escalas políticas: local, regional, nacional, e, em alguns casos, mesmo supranacional. Para isso, implica-se a organização de um mecanismo eficaz na concertação de interesses; uma estrutura de governança que não apenas direcione o

²⁰ Em linhas gerais, Amartya Sen (2000) coloca a liberdade como o principal objeto do desenvolvimento; para ele, desenvolver-se significa remover todos os tipos de restrições à plena concretização das capacidades pessoais. Destarte, afirma que a liberdade de ação é condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas, e, assim, distingue liberdades instrumentais e substantivas. Nas primeiras pontua, dentre outras: oportunidades econômicas, liberdades políticas e serviços sociais que servem de instrumento para se atingir a plena liberdade de escolha por parte de uma pessoa. Nesse sentido, o desenvolvimento pode ser identificado como o alargamento das liberdades que uma pessoa goza. A ênfase nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas, como daquelas que encaram o desenvolvimento como o crescimento econômico, a industrialização e a modernização tecnológica, por exemplo.

avanço da construção sociopolítica no rumo das reais demandas dos diferentes grupos sociais, mas que possibilite aos distintos atores tornarem-se sujeitos no processo de apropriação espacial.

E, se para Cassiolato & Lastres (2003, p. 42)

[o] conceito de governança parte da ideia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores ó Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. ó nos processos de decisões locais[.]

é importante lembrar que os atores sociais que se envolvem no desenho e condução dos projetos de apropriação espacial são os legítimos ãonstrutores do território, são os seus engenheiros, que necessitam estar organizados para poder edificar o projeto de desenvolvimento com maior aproveitamento dos recursos e oportunidades disponíveis, e, principalmente, de uma forma que se reduzam as desigualdades existentes e se fortaleça, assim, a coesão. Essa seria uma das funções da estrutura de governança, instrumento central para gerenciar os projetos de desenvolvimento social; afinal, como aponta Moyano Estrada (2009, p.2):

[n]o quiere decir esto que sin ãgovernanza no puedan florecer proyectos impulsados a título individual por personas emprendedoras con capacidad suficiente para generar empleo y riqueza (la realidad del medio rural está llena de exitosas iniciativas individuales en el ámbito del desarrollo). Pero es razonable pensar que, con un buen sistema de ãgovernanza, será más fácil que tales proyectos se integren en una estrategia común, contribuyendo a un desarrollo más sostenible del territorio en términos sociales y económicos, además de ambientales.

No entanto, devemos ter em conta que, em muitos casos, alguns recursos e oportunidades para esse desenvolvimento encontram-se enraizados em redes mais distantes, ou seja, em pontos externos aos limites espaciais do território ó como pode ser o caso de recursos imateriais, como o conhecimento; ou tangíveis, como matérias-primas e mercados consumidores alocados em outros espaços. O que nos conduz à ideia de que, embora tenha um condicionante material, determinado pelo espaço geográfico, instituições e relações de produção que aí se consubstanciam, um território é um sistema social que pode ultrapassar o recorte físico que lhe serve de esteio.

1.4 A utilidade do enfoque do ôcapital socialö para o estudo dos sistemas de governança em desenvolvimento territorial

1.4.1 Breve aproximação ao conceito de ôcapital socialö

Não é o objetivo desta seção analisar com detalhes o enfoque do ôcapital socialö, apenas nos aproximarmos do mesmo, para extrair aqueles elementos que nos podem ser úteis no estudo dos sistemas de governança no desenvolvimento territorial. Como é conhecido, este enfoque se baseia na ideia da confiança como elemento fundamental da ordem social, e centra sua atenção na existência de estruturas sociais intermediárias, redes associativas e valores compartilhados.

A utilização da perspectiva do capital social nos estudos sobre desenvolvimento recebe forte impulso ao longo da década de 1990, graças aos esforços realizados pelos economistas e sociólogos da ônova sociologia econômicaö. De um lado, os ôestudos sobre o empresariado étnicoö, de outro, os ôestudos neo-institucionalistasö, permitiram avançar no enfoque do capital social. Assim, enquanto estes faziam uma análise macro e tentavam captar a relevância das relações Estado-sociedade civil nos processos de desenvolvimento, aqueles (os enfoques do empresariado étnico) se centravam em um nível micro, buscando compreender a importância da cooperação entre indivíduos pertencentes a um mesmo grupo étnico. Ao refletir sobre esse assunto, Moyano Estrada (2008) assinala que, apesar da escassa interlocução existente entre ambos os enfoques, havia coincidência entre eles ao considerar que a noção de ôcapital socialö se definia a partir de duas dimensões: enraizamento (*embeddednes*) e autonomia (*autonomy*).

Além disso, Moyano Estrada (ibid.) recorda que, ao final dos anos 1980, a busca de uma combinação ótima entre essas duas dimensões se converteu no principal objetivo da ônova sociologia do desenvolvimentoö. Porém, já em meio aos anos 1990, os sociólogos advertiam sobre a dificuldade de encontrar esta combinação, uma vez que se tratava de analisar processos protagonizados tanto pelos indivíduos como pelas instituições, e que isso ocorria tanto a nível micro como macro. Assim, na prática, a noção de capital social poderia apresentar-se de diversas formas, a depender de como se combinassem essas duas dimensões nos dois níveis de análise.

Ademais, o modelo baseado em combinações ótimas das duas dimensões do capital social começou a enfrentar maiores problemas quando os estudos se encaminharam pela senda da análise dinâmica, isto é, quando o que se queria analisar já

não eram apenas as condições iniciais que proporcionam o ponto de arranque dos processos de desenvolvimento, mas também, e principalmente, as condições que fazem possível a continuidade e sustentabilidade desses processos no tempo (fatores esses que estariam mais relacionados com o contexto *“exterior”*, que com o entorno estritamente *“local”*).

Com o propósito de superar essas dificuldades, Michael Woolcock (1998) desenha um modelo-síntese, no qual amplia as dimensões de *embeddedness* e *autonomy*, para analisar como se expressam nos níveis micro e macro. Assim, no que poderíamos qualificar de *“modelo multidimensional”*, Woolcock analisa o capital social no nível micro a partir de duas dimensões: *“integração intracomunitária”* e *“conexão extracomunitária”*. A primeira se refere às relações de integração e enraizamento dos indivíduos com seus grupos primários (família, amigos...), enquanto que a segunda dimensão faz referência à sua relação com instituições ou redes sociais que existem no âmbito local, mas que estão fora do círculo de seus grupos primários de referência. Enquanto que, com a primeira dimensão (integração intracomunitária), se analisa a manifestação de *embeddedness* a nível micro, com a segunda (conexão extracomunitária), se faz o mesmo para ver como a dimensão de *autonomy* se expressa no mesmo nível.

No nível macro, o modelo de Woolcock propõe duas dimensões: *“sinergia institucional”*, com a que busca analisar a importância da cooperação e da confiança suscitada não entre indivíduos, mas entre os diversos atores institucionais; e *“eficiência organizacional”*, com a qual aspira analisar o grau de confiança que geram estes atores institucionais (sua credibilidade) na população, graças à eficiência no desenvolvimento das funções que lhe são próprias (prestação de serviços, funções administrativas, gestão de recursos econômicos...) e à autonomia com que as realizam.

Buciega (2009) assinala que a utilidade do modelo de Woolcock radica em que nos permite identificar o nível micro com o cenário onde tem lugar as dinâmicas ascendentes do desenvolvimento territorial (*bottom-up*), e o nível macro como aquele onde se manifesta o marco regulador e onde se expressam as dinâmicas descendentes (*top-down*). Na realidade empírica os processos de desenvolvimento são o resultado de dinâmicas ascendentes e descendentes que não apresentam de forma separada (como no modelo teórico), senão de forma combinada, pelo que se haveria de analisá-las desse modo.

Algumas das críticas recebidas pelo modelo levaram Woolcock a revisar alguns elementos de sua proposta, incorporando as dimensões de *bonding*, *bridging* e *linking*,

que haviam cunhado outros autores (dentro do enforque do capital social). Realmente, a dimensão de *bonding* é similar à de *embeddedness*, e, de fato, são termos intercambiáveis, ao referirem-se ambos às relações afetivas de integração e enraizamento dos indivíduos com seus grupos primários. Por sua parte, a dimensão de *bridging* pode equiparar-se a de *autonomy*, no sentido que se refere às relações de tipo mais instrumental do que afetivo, que se estabelecem entre indivíduos pertencentes a comunidades ou grupos distintos. É a dimensão *linking*, portanto, a que introduz uma mudança relevante na perspectiva analítica sobre o capital social, já que amplia o modo de abordar a relação entre instituições no nível macro, sobretudo quando não é uma relação simétrica em termos de poder. Esta dimensão permite analisar as relações interinstitucionais como relações hierárquicas entre umas instituições revestidas de *authoritas/imperium* e outras subordinadas ou dependentes daquelas. Woolcock amplia assim o horizonte de sua proposta inicial, centrada, como temos assinalado, em uma dimensão de ósinergia institucionalö que não tinha em conta o diferente status de poder entre as instituições.

1.4.2 A análise da governança no desenvolvimento territorial

Os elementos que intervêm nos sistemas de governança do desenvolvimento territorial não são atores individuais, senão atores de natureza associativa ou institucional. Por isso, é a dimensão de ósinergia institucionalö de Woolcock, ampliada com a dimensão de *linking*, a que, desde a perspectiva do capital social, apresenta mais utilidade para abordar a análise da estrutura de governança nas dinâmicas de desenvolvimento territorial. A nosso ver, a estrutura de governança pode estar formada tanto por elementos internos do território como externos ao mesmo, e a cooperação institucional pode se dar em ambos os níveis: dentro do próprio sistema de governança (entre os atores associativos ou institucionais que o formam: representantes da sociedade civil, autoridades públicas de âmbito local...) ou fora do mesmo (seja de maneira direta ou indireta com entidades que não estão presentes no território, mas que têm forte incidência no que ali ocorre). Dado que a relação não é simétrica em termos de poder e influência, o uso da dimensão *linking* é útil para abordar em sua complexidade a análise das estruturas de governança no território.

Com isso, afirmamos a hipótese de que os processos de desenvolvimento territorial requerem, para ter êxito, a construção de uma estrutura de governança eficiente, e que essa eficiência dependerá do grau do capital social (confiança, cooperação...)

existente entre os atores coletivos e institucionais que formam parte dela. Desde o ponto de vista da análise territorial, isto significa dispor de uma estrutura capaz de pôr em relação um conjunto de atores de diversas naturezas e em diferentes escalas para, em comum, identificarem as potencialidades de um determinado território com respeito às oportunidades surgidas em seu entorno (externo e interno), e a partir dele construir uma estratégia compartilhada de desenvolvimento.

Nesse sentido, assinalamos que o capital social é um recurso importante em suas diversas manifestações (macro e micro) (*bonding/emdeddedness*, *bridging/autonomy*, *linking*). O capital social *bonding* se refere aos vínculos afetivos entre indivíduos mediante laços fortes; costuma dar-se entre familiares e amigos, e é predominante dentro de comunidades mais bem fechadas. Esta dimensão, ao embasar-se na coesão e enraizamento e estar apoiada em uma confiança de tipo afetivo, costuma ser útil no arranque dos processos de cooperação para resolver os ãdilemas estáticosõ da ação coletiva. Por sua parte, a dimensão *bridging* se refere aos laços fracos entre indivíduos e se caracteriza por ser uma confiança de base mais instrumental do que afetiva; ao estar embasada na autonomia do indivíduo para relacionar-se com outros de diferentes grupos sociais é uma dimensão importante para facilitar o acesso a recursos situados em redes externas ao território. A dimensão *linking* expressa relações de natureza vertical entre instituições (tipo *hard*) (organizações, organismos públicos...), pelo que é um elemento de capital social que desempenha um rol importante para o bom funcionamento do sistema de governança, e, portanto, para resolver o que temos chamado ãdilemas dinâmicosõ da cooperação.

Finalmente, cabe assinalar que a existência de um bom estoque de capital social, ademais de ser fundamental para uma estrutura de governança que conduza ao avanço do processo de desenvolvimento territorial sobre determinado espaço, contribuiria também para facilitar o funcionamento do sistema de inovação, um sistema que se sustenta na cooperação entre atores que ocupam posições diferentes na estrutura econômica e social, e que atua tanto dentro como fora do território.

Considerações finais do primeiro capítulo

Neste capítulo argumentamos que o território é uma construção sociopolítica com o espaço, uma construção multidimensional que abarca as dimensões política, social, e

institucional, ademais da econômica. E, a título de análise, defendemos a posição de que o desenvolvimento territorial deva ser interpretado a partir da ideia de complexidade. Objetivamente, portanto, interpretamos o desenvolvimento do território como a complexificação que ocorre dentro e entre cada uma de suas esferas constitutivas, uma vez que são dimensões distinguíveis, porém, não propriamente separáveis em realidade. Nesse constructo, uma determinada dimensão territorial se desenvolve quando se torna mais complexa, isto é, quando aumenta o número de seus componentes específicos. O que deixa a ideia de desigualdade subjacentemente posta, pois a complexificação tanto pode recrudescer mais em determinadas dimensões do que outras, quanto podem haver combinações distintas destas dimensões ao longo de diferentes recortes espaciais. O desenvolvimento territorial, portanto, é um processo contingente marcado muito mais pela incerteza e pelas trajetórias inesperadas do que pela convergência.

Com efeito, essa lente nos fornece, também, uma perspectiva em que observamos o caráter processual dessa complexificação, isto é, que o desenvolvimento do território, apresente ele a forma que tiver, se trata de um desenrolar, um processo que se alastra tanto no espaço como no tempo. Logo, na medida em que a territorialização de um espaço geográfico concreto se desenrola em determinados períodos de tempo subsequentes, é obrigatoriamente dentro de um modelo interpretativo espaço-temporal que as experiências de desenvolvimento territorial devem integrar-se. Conforme apontamos, a ideia de desenvolvimento, *per se*, sugere mudança e não pode haver mudança se não houver tempo. O tempo, portanto, é um elemento fundamental daquelas análises, especialmente porque o conteúdo do espaço é dado em tempo ó seja da natureza ou da humanidade.

No entanto, apesar de ser condição fundamental da mudança, o tempo não é condição suficiente para o desenvolvimento territorial acontecer. Em se tratando de uma construção social com o espaço, o DT requer dos atores sociais a intenção de mudar, a vontade de tornar mais complexas as esferas constitutivas da sociedade em que vivem. Isto, pois uma construção social não é como a natureza natural, ou selvagem, que tende a seguir seu desenrolar de forma monótona, praticamente automática. Os funcionamentos dos sistemas sociais e, assim, também o DT, possuem mais incertezas, fricções e sobressaltos do que qualquer evolução do sistema natural, uma vez que são funções da intencionalidade dos agentes implicados na transformação do espaço. Logo, o conteúdo do tempo, que dá a espessura e a profundidade do acontecer ao espaço da construção social é determinado pela ação intencional dos agentes que ali convivem. E é dessa forma

que percebemos que o conteúdo do tempo é gerado a partir do espaço em geral, mas, principalmente, a partir dos territórios ó pois estes são as formações sociais com distintas qualidades, as expressões espacialmente localizadas da sociedade humana realizando-se, portanto, a própria síntese de diversos tempos no espaço. Os territórios, para utilizar a expressão de Milton Santos, são *inundados*. São, assim, espaços inundados de tempo(s), mas, ao mesmo tempo, inundantes deste.

E é justamente na qualidade de *inundados* que os territórios explicitam toda a importância das relações sociais das quais são formados. Isto, pois, a rigor, as relações sociais conformam as redes territoriais, as densidades territoriais onde se geram, e por onde circula e se aplica o conteúdo do espaço ao tempo. Se o conteúdo do tempo de hoje é, como dissemos, hegemonicamente capitalista, é unicamente porque provém da intencionalidade dos atores sociais organizados nos distintos territórios a partir da lógica de mercado. Como vimos, a partir das interrelações de atores e instituições é que se define a estrutura de governança do território, portanto, em suas diversas arenas os atores sociais concertam os acordos a respeito do sentido da territorialização. Sentido materializado nas trajetórias técnicas empregadas, técnicas que empirizam o conteúdo do tempo ao espaço, mas que são frutos de um acordo político a respeito do sentido.

E é justamente por isso que a abordagem do capital social ganha relevo, pois oferece um modelo para interpretarmos a importância dos produtos de nossas interrelações sociais no tempo. Através da abordagem do capital social conseguimos separar os efeitos das interrelações sociais solidificadas no(s) tempo(s). Entendemos que existem conteúdos de tempos distintos num mesmo território. Com o capital social *bonding* entendemos o tempo das relações mais afetivas e fundamentais da existência, como os laços que mantemos com a família e que garantiram, no momento de maior fraqueza, a nossa sobrevivência. Porém, com a noção de capital social de tipo *bridging* entendemos a importância de nos adaptarmos ao tempo mais amplo da sociedade, ou seja, quando temos que harmonizar nossos valores afetivos com a lógica da sociedade de mercado, por exemplo. E, por fim, o capital social de tipo *linking*, que nos informa que o tempo em que temos que nos mover é um tempo em movimento, portanto, um espaço onde já existem determinadas regras e relações hierarquizadas com as quais teremos que lidar.

No tempo-espaço da lógica de capital crescentemente global, saber lidar mercadologicamente com os recursos desses três tipos de capital interrelacional, isto é, saber transformar os produtos das relações sociais em mercadorias com valor de mercado

é cada vez mais preponderante. A rigor, significa utilizar eficientemente os conteúdos de todos os tempos do território em função de um objetivo de mercado, no tempo presente. Um tempo que é cada vez mais tecnológico e informacional e no qual os fluxos são cada vez mais rápidos, ágeis e ávidos por resultados instantâneos. Se o tempo de hoje gira numa velocidade cada vez maior, movimentado pela mola da acumulação de capital, pois o capital necessita circular cada vez mais rápido para realizar-se, e os territórios funcionam com essa lógica, os produtos de relações antigas, de tempos passados que funcionavam em outra velocidade, necessitam ser harmonizados com a velocidade da circulação presente.

Ou seja, os territórios que funcionam pela lógica de mercado apresentam uma necessidade de harmonizar seus tempos pretéritos aos imperativos do tempo hegemônico, um tempo onde a competição intercapitalista e inter-territorial é acirrada crescentemente, especialmente em função das novas configurações de mercado, dos novos objetos que são criados e acrescentados aos diferentes espaços. Nessa lógica, existem territórios com diferentes histórias, mas a história que passa a ter valor é aquela que possui um valor de troca no mercado. Aliás, onde cada vez mais histórias surgem como mercadorias, mesmo ao lado ou estilizadas por inovações que lhe dão uma aparência distinta. No fundo, esse é o sentido daquilo que se tem chamado de aceleração do processo histórico o um assunto para o próximo capítulo.

CAPITULO 2: INOVAÇÃO, INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS

Até aqui apontamos que espaço e território não são termos equivalentes e que é preciso compreender que o segundo é uma construção social com o primeiro, uma construção que requer um projeto que envolva suas múltiplas dimensões (sociais, econômicas, políticas e institucionais) em torno de um objetivo comum. Para tanto, afirmamos a importância de uma estrutura de governança, um mecanismo social com capacidade para desenhar e gestar o projeto de territorialização do espaço com vistas a harmonizar as ações individuais, pois, ao ser um processo transitório de longo prazo, o desenvolvimento rural implica sinergia entre práticas individuais num largo horizonte temporal. O que necessariamente requer algum tipo de concepção de controle local, isto é, uma visão de mundo partilhada por aqueles sujeitos implicados no projeto de territorialização.

Talvez uma imagem ajude. Imaginar uma estrutura de governança que tente direcionar o avanço da construção social sobre o espaço sem uma concepção de controle, isto é, sem estar embasada em alguma concepção mental de mundo, é como imaginar um motorista tentando guiar um automóvel em meio a uma tempestade de areia que lhe tira completamente a visão, conseqüentemente, o seu sentido de direção. Portanto, somente após desfeita a tempestade, o motorista poderá direcionar o automóvel pelo sentido desejado.

No entanto, de nada adiantará a clareza do caminho caso o automóvel não possua um motor capaz de movimentá-lo. Portanto, ainda que a estrutura de governança do território tenha clareza a respeito da sua concepção mental de mundo, isto é, tenha definido as motivações (os porquês) do desenrolar da construção social no espaço, é necessário um aparato social capaz de alimentar o processo de complexificação das esferas constitutivas do território em função destes objetivos, ou seja, um mecanismo que funcione como um motor e, de fato, impulse o automóvel pela senda definida pela estrutura de governança.

E se, como vimos no primeiro capítulo, uma estrutura se torna mais desenvolvida, ou mais complexa, quando aumenta o número de seus componentes ou a complexidade dos seus componentes já existentes, o motor do território deve ter um sistema capaz de criar esses novos elementos, isto é, fornecer as inovações que constituem a base da complexificação. Destarte, iniciaremos este capítulo falando justamente da forma como

costumam acontecer as inovações na economia moderna. Em seguida, retornamos nossas atenções ao terreno dos porquês e aprofundaremos a hipótese central dessa tese.

2.1 Sistema de Inovação: o motor do território

Impulsionar o processo de desenvolvimento, ou seja, concretizar a complexificação das distintas dimensões territoriais requer, além do sistema de governança, um outro tipo de mecanismo social, um sistema com mecânica distinta, capaz de alimentar a complexificação das esferas territoriais. Assim, se a estrutura de governança é o mecanismo social que dá o conteúdo do processo de desenvolvimento territorial, o sistema de inovação é o mecanismo que lhe dá a forma, pois é onde são concebidos os objetos e as técnicas que serão aplicadas ao espaço. Se a estrutura de governança define o objetivo geral da construção sociopolítica com o espaço, o sistema de inovação persegue os objetivos específicos que encaminharão ao alcance do objetivo geral.

No capítulo anterior, resgatamos as palavras de Medeiros (2013) para assinalar que òuma dada estrutura é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexosõ.

Uma concepção que, aos nossos olhos, vincula o desenvolvimento ao processo de introdução de inovações. E que, embora aparente referir-se unicamente ao desenvolvimento econômico, em realidade diz respeito à complexificação que ocorre também em outras esferas das distintas formações sociais ó como tentaremos demonstrar na segunda parte desse capítulo. Assim, a introdução de um novo produto no mercado ou de um novo processo produtivo pode requerer a construção de novos instrumentos institucionais, sociais e políticos. O que confirmaria a ideia de Souza (2009), que levantamos logo na primeira seção deste trabalho e que afirma que as esferas constitutivas do território são distinguíveis porém não propriamente separáveis.

Logo, o processo inovativo resulta em inovações passíveis de incidirem nas distintas esferas do território. Grosso modo, portanto, podemos classificá-las de acordo com cada esfera em que se consubstanciam. E, assim, poderíamos classificá-las enquanto inovações de mercado ou econômicas, inovações institucionais, inovações políticas e inovações sociais. O quadro abaixo resume o que entendemos por cada uma delas.

Quadro 2.1: Tipos de Inovações

Inovações econômicas	Novos produtos, novos processos, novos mercados, novas fontes de matéria prima, novas formas organizacionais que os agentes econômicos encontram ou criam. Como bem afirmou Schumpeter, numa passagem já bastante conhecida: <i>O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria</i> (Schumpeter, 1984, p.112).
Inovações sociais	A rigor, as inovações sociais são mecanismos criados, especialmente pelo Estado, para atender às necessidades criadas ou deixadas, muitas vezes, pelas inovações econômicas, ou seja, mecanismos criados para corrigir falhas de mercado. No Brasil, programas sociais como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são bons exemplos. Cabe assinalar, portanto, que este tipo de inovação pode ser um criador de mercado destinado a atender um determinado estrato social, como ocorre com o PAA que criou um mercado institucional à agricultura familiar no momento em que garante a compra de um percentual de sua produção por parte das escolas públicas.
Inovações políticas	Aquelas inovações que ocorrem na esfera política. Novos mecanismos de se concertar e aplicar as decisões políticas, os conselhos deliberativos e consultivos que as políticas de desenvolvimento territorial visam criar, assim como os conselhos reguladores das associações de produtores que detêm o controle de uma indicação geográfica e que servem para cancelar a qualidade dos produtos a serem certificados são bons exemplos. Ou seja, entendemos as inovações políticas como as novas formas de estruturas de governança criadas tanto pelo Estado como pela sociedade civil organizada. No âmbito das políticas públicas destinadas aos ambientes rurais, as políticas territoriais constituíram uma grande inovação na medida em que redefiniram a forma de se interpretar o papel dos espaços rurais.
Inovações institucionais	Novas regras e normas que servem para enquadrar a ação dos atores. A exemplo da Lei de propriedade Industrial (LPI nº 9.279), de 14 de maio de 1996, que, a rigor, foi a inovação que institucionalizou e que, portanto, regula as indicações geográficas no Brasil.

As inovações, portanto, podem assumir distintas formas e conter distintos conteúdos. Além disso, a eficiência na introdução de um tipo de inovação pode estar relacionada à introdução de uma inovação de outro tipo. Por exemplo, a introdução de uma nova técnica produtiva com vistas a melhorar o padrão de qualidade de determinado produto ao longo de um território pode requerer uma inovação institucional que garanta que os produtos obtidos a partir da aplicação dessa nova técnica tenham um diferencial no mercado.

Reconhecer que as inovações repercutem nas distintas esferas do território implica aceitar que elas ocorrem mediante um processo sistêmico que envolve atores dispostos em diferentes âmbitos e em diferentes escalas das formações sociais com o espaço.

2.1.1 A abordagem sistêmica da inovação

A partir de inícios dos anos 1990 cresce o número de estudos que tentam colocar o aprendizado no centro do foco analítico. Destes esforços ganha corpo a abordagem sistêmica da inovação, que contesta a ideia de processo inovativo linear, no qual a inovação parte da ciência pura, passa pela ciência aplicada e desemboca no mercado. Em contraste, a abordagem sistêmica não considera a inovação como um evento exclusivamente *science push*, muito menos como um ato isolado, fruto de uma ação individual, heroica. A inovação, de acordo com a teoria evolucionária, na qual se enquadra a abordagem sistêmica, é fruto de um processo coletivo que se alastra no tempo e no espaço, e que tem como recurso fundamental o conhecimento. Aos evolucionários a inovação é fruto da combinação de conhecimento, um processo social, dependente de interações. É esta a ideia que se encontra no núcleo da abordagem sistêmica da inovação.

Na seara da literatura econômica acerca dos Sistemas de Inovação (SI) desdobram-se de forma recorrente as ideias de Lundvall (1992), que afirma que o domínio do paradigma neoclássico, erigido em estático contexto, joga o foco analítico em determinados conceitos, como escassez, alocação e troca de recursos; embora reflitam importantes fenômenos da realidade, tais conceitos descobrem apenas alguns aspectos do sistema econômico. Talvez por isso, viriam a afirmar anos mais tarde Cooke e Morgan (1998) que o conceito de Sistema de Inovação é um antídoto útil e necessário.

Para Lundvall (1992), na economia moderna o conhecimento é o mais fundamental dos recursos, o que faz com que o aprendizado deva ser considerado o processo de maior importância. Mas, como este é predominantemente interativo, é também socialmente enraizado. Por isso, um sistema de inovação deve ser compreendido como um sistema social, que evolui a partir de novas combinações de conhecimento, assente em processos de aprendizagem socialmente construídos. Trata-se, evidentemente, de um processo dinâmico, caracterizado por *feedbacks* constantes entre seus diversos elementos. Não há receita única, e os elementos que integram o sistema podem se reforçar mutuamente para gerar inovação, ou se combinarem em arranjos tais que acabam por criar

obstáculos ao processo inovativo. O importante é a reprodução do conhecimento. E combinar conhecimento velho de novas formas também gera inovação (LUNDVALL, 1992).

Aliás, praticamente todas as inovações, afirma Lundvall (1992), dizem respeito a uma nova forma de combinar conhecimentos prévios. Inovação, nesse sentido, pode ser plenamente compreendida como fruto de um (alastrante) processo. Que possui ubiquidade, pois em praticamente todas as partes da economia, e em todos os momentos, podemos encontrar processos inovativos correntes. Em alguns lugares estes podem ser mais lentos, mesmo modorrentos, ou discretos a ponto de passarem ao largo de uma visão desatenta, mas ainda assim estarão lá. Por tal, já vai algum tempo que Cooke e Morgan (1998) afirmam que a inovação deve ser tomada por aquilo que ela realmente é: um esforço interativo, portanto coletivo, em vez de um ato de individualismo heroico.

Logo, o ponto central é que as firmas não costumam inovar isoladamente, mas através de um processo de interdependência com outras organizações. Estas podem ser outras firmas: fornecedores, clientes, competidores; ou entidades não-firmas: universidades, ministérios do governo, institutos de pesquisa, agências de desenvolvimento, etc. O fato é que as organizações se relacionam umas com as outras, trocam experiências, dividem conhecimento, criam complementariedades e, assim, fortalecem seu potencial à inovação. E que isso ocorre através de um processo que se alastra no tempo e no espaço. A abordagem tradicional (neoclássica), baseada em contexto estático, não consegue apreender o processo. Os determinantes da inovação na economia moderna, pelo seu caráter dinâmico, lhe escapam.

Daí a necessidade de outra abordagem. Uma lente capaz de colocar a inovação e o processo de aprendizagem no centro do foco analítico. Talvez por isso, um dos objetivos do trabalho de Lundvall (1992) tenha sido o de demonstrar a necessidade desse mecanismo de foco alternativo. E para Edquist (2006), a abordagem sistêmica da inovação cumpre essa tarefa. Ela assume a perspectiva dinâmica, evolucionária, e alça o aprendizado ao centro do foco. Nesse sentido, afirmariam Cooke e Morgan (1998) que já não basta dizer que as organizações, e também regiões, aprendem; é preciso saber como elas o fazem.

E neste ponto Lundvall (1992) afirma que o aprendizado não flui apenas das atividades de P&D, geralmente realizadas pelos departamentos das grandes empresas ou organizações especializadas, como universidades e institutos de pesquisa. O aprendizado mantém também uma forte relação com as atividades de rotina nas organizações, seja no

âmbito da produção, da distribuição ou do consumo. As rotinas, afirma ele, produzem importantes insumos aos processos de inovação, pois a experiência diária de trabalhadores, engenheiros de produção e distribuidores influencia a agenda de pesquisa, de forma a determinar a direção dos esforços inovativos.

Assim, se a inovação reflete aprendizado, e se a aprendizagem parcialmente emana das rotinas, a inovação deve estar enraizada em uma estrutura produtiva, econômica, prevalente. E esta é, para Lundvall (1992), uma questão central, dado que, segundo ele, as duas dimensões em que se alicerça o aprendizado são a estrutura econômica e o conjunto institucional. Instituições e rotinas são fundamentais porque fornecem a estabilidade necessária para os esforços inovativos tomarem lugar e alcançarem sucesso, especialmente pela presença da incerteza. E esta é uma questão chave também para Cooke & Morgan (1998): como os agentes aprendem em um mundo incerto.

Além disso, de acordo com Edquist (2006), a noção de ótimo se tornou irrelevante. Não existe um arranjo ótimo, um sistema de inovação ótimo, ou ideal. Daí que podemos fazer comparações entre diferentes sistemas de inovação, em diferentes espaços e em diferentes momentos. Mas não podemos eleger um sistema ideal e não há garantias de que possa haver convergência entre eles.

A partir do conceito mais amplo, podemos perceber um desdobramento que vai em, basicamente, três direções. Por exemplo, importantes autores empreenderam esforços que resultaram em profícuos estudos sobre Sistemas Regionais de Inovação, Sistemas Setoriais de Inovação e Sistemas Nacionais de Inovação. De alguma forma, estão todos sob a égide da abordagem mais ampla. Cabem todos sob o guarda-chuva dos Sistemas de Inovação.

Segundo Edquist (2006), a abordagem setorial pode ser encontrada principalmente nos trabalhos de Breschi e Malerba (1997), onde o foco recai sobre um grupo de firmas que desenvolvem e manufaturam os produtos de um setor específico, e que geram e utilizam as tecnologias deste setor. Já o conceito de Sistema Regional de Inovação tem sido desenvolvido e utilizado por Cooke et al. (1997), Cooke e Morgan (1998), Braczyk et al. (1998) e Isaksen (2002) (EDQUIST, 2006).

Ainda de acordo com Edquist (2006), a expressão "Sistemas Nacionais de Inovação - SNI", foi primeiramente utilizada por Freeman (1987), e dois grandes livros sobre a temática são, cronologicamente, o de Lundvall (1992) e o já bastante citado neste trabalho e o de Nelson (1993). Cada qual emprega uma abordagem diferente ao estudo

dos SNIs. Enquanto este último coloca mais ênfase nos casos empíricos, aquele apresenta uma orientação mais teórica, e se propõe a desenvolver uma alternativa à tradição econômica neoclássica.

Em que pesem as diferenças de abordagem, ambos definem SNIs em termos de determinantes, ou fatores que influenciam o processo de inovação. Porém, destacam determinantes diferentes. E apesar de utilizarem o mesmo termo o SNI, propõem diferentes definições ao conceito, o que aponta para a ausência de uma definição única, geralmente aceita. Segundo Edquist (2006), esta frouxidão conceitual pode ser considerada uma das fraquezas da abordagem. Não há consenso, por exemplo, sobre quais elementos devam ser considerados constituintes de um sistema de inovação. Os elementos podem variar, tanto no espaço como no tempo. Não há receita única.

Enquanto alguns autores defendem que a abordagem dos SNIs é subteorizada, carente de maior clareza e precisão conceitual, outros argumentam que o conceito não deva ser tornado muito rigoroso, devendo conservar-se um tanto intuitivo. Lundvall (1992) encontra-se entre os últimos. Para ele, a definição de SNI deve manter certo grau de abertura e flexibilidade. Pois dessa forma é capaz de apreender as diferenças existentes entre os diversos sistemas.

Contudo, de uma forma geral, um Sistema de Inovação é formado por um conjunto de organizações e instituições, relacionadas entre si, com a função de gerar inovação. As organizações são aquelas às quais nos referimos anteriormente (firmas, universidades, institutos de pesquisa, etc.). As instituições, as regras do jogo: as normas, os hábitos, os códigos de conduta e leis ó que balizam as formas pelas quais as relações ocorrem, entre as organizações.

Em suma, destacamos que: (i) um sistema de inovação é um sistema social, em que o conhecimento é o recurso fundamental, e por isso o aprendizado o processo mais importante. (ii) A inovação precisa ser vista como um processo interativo que se alastra no tempo e no espaço, e não um ato de individualismo. E, (iii), ela assim o é, principalmente porque o conhecimento também é um processo gradual e cumulativo. São pelas novas formas de conhecimento, ou pelas novas combinações de conhecimentos prévios que as inovações acontecem.

2.1.2 Crítica à abordagem sistêmica: as bases sociopolíticas da inovação e o conteúdo do espaço-tempo

Aceitar que a inovação é o resultado de dinâmicas de interação social implica admitir que os atores envolvidos em tais dinâmicas ocupam diferentes posições nas estruturas social, econômica e política das sociedades, e que seus interesses possam ser divergentes. Os processos inovadores não são, portanto, dinâmicas sociais marcadas sempre por harmonia e guiadas pelo logro do interesse geral, mas costumam estar afetados por divergências e conflitos de interesses, no momento de se avaliar os custos e benefícios que implicam.

Além disso, se a inovação é fruto do conhecimento que flui em redes, ela depende da existência de, pelo menos, um emissor, uma mensagem e um receptor. Assim, a inovação é um processo marcado por Heterofilia. E o que muitas vezes se esquece é que a noção de Heterofilia também significa assimetria, ou seja, emissor e receptor podem ocupar (e frequentemente ocupam) posições distintas, hierárquicas, o que pressupõe uma relação de poder (SANTOS, 2011).

Isto nos conduz a prestar atenção às bases sociopolíticas da inovação, delineando questões tais como as seguintes: em torno a que temas (econômicos, ambientais...) surgem os conflitos de interesse em determinado processo inovador? Que estruturas de governança há disponíveis para gestioná-los? Como se constroem os consensos em torno dos tipos de inovação que se utilizam como base dos modelos de desenvolvimento?

Apreender o sentido da inovação em um determinado processo de desenvolvimento territorial, e a trajetória tecnológica que o conforma, exige considerar que são encadeamentos de um jogo vinculado a uma arquitetura de poder e assentado em uma determinada estrutura social. O desenvolvimento territorial e a apropriação social de espaços geográficos pela via da inovação tecnológica sucedem em conformidade com as leis gerais de funcionamento da sociedade em que se inserem.

Assim, por exemplo, quando um inversor decide comprar ou arrendar terras para montar uma vinícola, seu objetivo último não é a elaboração do vinho, isto é, os bens mercantis que esta inversão produzirá, nem tampouco desenvolver o espaço rural. Seu objetivo é valorizar, mediante a produção, o capital invertido nesse processo. Em tal caso, é preciso ter em conta que a apropriação social de um espaço geográfico ocorre mediante um processo de valorização de capital. Tanto a utilização do espaço, como a adoção de tecnologia devem ser vistos desse ponto de vista. É aí onde residem as causas da inovação,

o porquê da inovação. Em outras palavras, cabe dizer, com raríssimas exceções, que o porquê da inovação não está na produção em si mesma, senão na valorização do capital, da mesma forma que a valorização do capital se encontra entre as causas do processo de apropriação social dos espaços geográficos.

Portanto, quando em determinado território, uma força de qualquer tipo oferece resistência à concretização das leis gerais do sistema capitalista (isto é, gera uma tensão que resulta numa fricção do processo de acumulação) é razoável pensar/admitir que o capital busque estratégias para superá-la. Entre tais estratégias pode contemplar-se o deslocamento de inversões a outros espaços.

Trasladada a reflexão a um determinado território vitivinícola, a ação coletiva dos agricultores, organizados, por exemplo, sob a forma de uma cooperativa, pode funcionar como uma espécie de barreira que gere tensões na aplicação da lei geral de centralização do capital. Neste caso, é bastante provável que os maiores capitais busquem outros espaços geográficos onde, dado o estado da tecnologia, possam utilizar inovações que reduzam o componente variável da sua composição orgânica.

Sem embargo, as trajetórias das inovações não só distam da neutralidade, já que possuem um caráter político na medida em que se vinculam aos interesses de determinada classe dentro do sistema social de produção, mas também porque servem de instrumento para um determinado modo de apropriar-se dos espaços, processo este cujo princípio reitor é a política.

Husson (2013), por exemplo, afirma que o capitalismo não apenas se embasa em características tecnoeconômicas, mas também em relações sociais, sobretudo na propriedade privada dos meios de produção. Para este autor, tal particularidade tem uma consequência importante, pois, na medida em que as inversões dependem, entre outras coisas, do lucro, as questões do quê, como e onde investir passam a depender do âmbito das decisões privadas. Tais decisões, ao porem ênfase em determinada área ou setor, são as que determinam o sentido (e o caminho) das estratégias de desenvolvimento territorial. Assim, o progresso tecnológico não é senão o progresso de forças produtivas que se sustentam em um determinado sistema de relações sociais e concepções de mundo.

Nesses termos, convém resgatar Graziano da Silva (1999), quando afirma que a tecnologia é uma relação social e não um conjunto de coisas, como poderíamos pensar ao olhar as máquinas, os adubos químicos, as sementes, etc. Ela [a tecnologia] é um conjunto de conhecimentos aplicados ao processo produtivo. E, se, no sistema capitalista, o objetivo da produção é o lucro, a tecnologia que lhe é adequada é aquela que permite

gerar mais lucros. Portanto, haja vista que na sociedade capitalista seu conteúdo está dado pelas relações sociais de produção, a tecnologia cumpre duas funções básicas.

A primeira, de natureza essencialmente econômica, é a de, aumentando a produtividade do trabalho, propiciar a formação de um lucro extraordinário para os capitalistas individuais. A outra, atuando como forma de dominação social, tem por finalidade a reprodução da divisão social do trabalho e portanto, a reprodução das classes sociais e para a manutenção do modo capitalista de produção. Essas duas funções não podem ser separadas entre si, a não ser como resultado de um corte analítico envolvendo o capital em geral e/ou os capitais particulares (individuais). (GRAZIANO DA SILVA, 1999, P. 16)²¹

Desse modo, uma boa inovação é uma inovação boa para valorizar o capital invertido nela. Logo, uma determinada inovação terá lugar no sistema produtivo dos territórios e no processo de apropriação social do espaço à medida que for útil para valorizar o capital e contribuir ao avanço do processo de acumulação.

Nesse sentido, o progresso tecnológico não é senão o progresso das forças produtivas que contrabalançam, ou melhor, sustentam um determinado estado de relações sociais. De modo que uma boa inovação não é senão uma inovação boa para a valorização do capital. De acordo com Bonente (2011), ao ingressar na produção, o capital revoluciona a forma de produzir, revoluciona o modo de fazer as coisas: transforma a produção para que essa se transforme num meio de expansão do valor.

Diante disso, Noble (1984, apud Husson 2013) mostra que as opções de inversão que permitem desenvolver e tornar economicamente viáveis as novas tecnologias não se devem unicamente a suas potencialidades intrínsecas, mas também a interesses políticos e condicionantes culturais. O que para Husson (ibid.) significa que nem todas as opções tecnológicas nascem iguais, as próprias exigências da investigação militar, por exemplo, afetaram a determinação de muitas prioridades. Para este, os logros do capitalismo fundamentam-se, justamente, na mobilização da tecnologia e em sua grande capacidade

²¹ ãNão podemos dissociar a tecnologia da forma de sociedade que a gerou nem das relações de produção em que ela é aplicada. Em poucas palavras, a tecnologia depende da forma de poder existente na sociedade na qual e para qual esses conhecimentos foram gerados. Por isso, é que não se pode discutir a questão da ãadequação tecnológica sem explicar o tipo de sociedade que se pretende construir. Na verdade, o problema fundamental não está no caráter científico do conhecimento em si, mas sim no seu aspecto político-ideológico: a quem deverá servir a tecnologia a ser gerada. A resposta é óbvia e demonstra que não existe um problema de escolha de tecnologia ditado por regras neutras de eficiência social. A escolha é eminentemente política, porque a decisão depende da relação de poder do sistema em que essa tecnologia poderá ser utilizada e, no caso de uma economia capitalista, as regras de eficiência são as que maximizam os benefícios privados dos proprietários do capital.ö (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.17)

de inovação. No entanto, a trajetória não é neutra, isto é, o sistema seleciona as tecnologias adequadas a suas próprias exigências.²²

Justamente por isso,

[...] para o marxismo a mudança tecnológica equivale ao desenvolvimento qualitativo das forças produtivas, num quadro de relações de propriedade definidas pelo modo de produção prevalecente. Inovar significa incrementar a força social do trabalho, em condições impostas pelas relações de produção dominantes. Sob o capitalismo as normas que definem como, quando, e para que se inova são as leis de acumulação. A mudança tecnológica é um fenômeno social, porque está inteiramente determinada pelas características do sistema capitalista. (KATZ, 1996, tradução nossa)

Assim, determinada inovação tomará lugar no sistema produtivo dos territórios e na apropriação de espaços, principalmente se estiver na base da valorização do capital. Nesse sentido, o porquê da inovação está relacionado à valorização do capital, e, diretamente, aos interesses de determinada classe social.

Nos parece que a abordagem sistêmica da inovação pouco toca nesse aspecto político dos processos inovativos, de tal forma que suas análises praticamente excluem questões referentes a possíveis conflitos inerentes ao proceder inovativo, como se todas as forças sociais estivessem, sempre, de pleno acordo quanto ao tipo de inovações a serem aplicadas nos processos que culminam na complexificação das esferas constitutivas das distintas formações sociais. No mesmo sentido em que parecem assumir que o conhecimento útil passa a ser (unicamente) aquele que é aproveitável nesse processo ó de valorização do capital ó, desconsiderando, igualmente, a sua dimensão política.²³

2.1.3 A dimensão política do conhecimento

De acordo com Edquist (2006), o conhecimento é um recurso estratégico marcado por uma característica bastante especial: a sua exploração não o esgota, não o torna escasso; ao contrário, quanto mais lhe lançamos mão, mais o acumulamos, mais o conseguimos absorver e maiores nossas possibilidades de formar um estoque utilizável deste. Para Reis (2007), nesse ponto reside sua questão central, isto é, importa ao

²² Segundo ele, não há saída exclusivamente tecnológica para as crises do capitalismo.

²³ Confirmando Marx quando afirma, em relação à renda da terra, especificamente à renda diferencial, de que esta é ligada à forma pela qual o capital coloca a ciência a seu serviço, mediante a inserção do desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas no campo. De acordo: CARIO e BUZANELO (1986)

conhecimento não apenas sua circulação em redes, mas também seu armazenamento, sua retenção e, acrescentaríamos, o seu reaproveitamento ó o que equivale a dizer que a informação não possui aplicabilidade sem um conhecimento capaz de decodificá-la, interpretá-la e utilizá-la de forma apropriada.

Portanto, de uma maneira geral, podemos afirmar que, quanto mais conhecimento dispomos, maior a nossa capacidade de absorção ó *öabsorptive capacityö* ó, bem como nossa capacidade de tirar vantagens dos transbordamentos de conhecimentos gerados em outros lugares ó os *öincoming spilloversö*.²⁴ Assim, o conhecimento é um recurso que flui em redes, mas que necessita, sobretudo, ser armazenado, para poder ser (re)combinado e (re)utilizado em prol da mudança qualitativa de nossas formações sociais. O conhecimento, portanto, embora requeira a materialidade do espaço para se completar, necessita da copresença, do compartilhar, do conviver do território para se consubstanciar.

Kropotkin (2008), por exemplo, não apenas afirmava que nossa civilização é fruto do trabalho de milhões de seres humanos, mas que o pensamento assim como a invenção são fatos coletivos, produtos tanto do passado quanto do presente. Escritores, poetas e pensadores trabalharam para elaborar o saber, extinguir erros e construir a atmosfera de pensamento científico, sem a qual não haveria sido possível aparecerem ómaravilhasó como a máquina a vapor e a eletricidade. Em suas reflexões, cada máquina contém uma larga série de noites em branco e de miséria; de desilusões e de alegrias, de melhoras parciais achadas, ou inventadas por gerações de trabalhadores desconhecidos, que acrescentaram à invenção original ópequenicesó, sem as quais permaneceria estéril a ideia original ó ainda que das mais fecundas. Para ele, cada nova invenção é uma síntese das anteriores, pois

[t]udo se entrelaça: ciência e indústria, saber e aplicação. Os descobrimentos e as realizações práticas que conduzem a novas invenções, o trabalho intelectual e o trabalho manual, a ideia e os braços. Cada descobrimento, cada progresso, cada aumento da riqueza da humanidade, tem sua origem na conjunção do trabalho manual e intelectual do passado e do presente. (KROPOTKIN, 2008, p. 30, tradução nossa)

Deixando de lado um certo romantismo, as palavras acima nos chamam a atenção pela proximidade que guardam com alguns pressupostos da teoria política evolucionária, ou melhor, que os teóricos neoschumpeterianos, à medida que apontam a inovação como

²⁴ De acordo com o trabalho de Cohen e Levinthal (1990).

fruto de um processo sistêmico, histórico, não apenas reafirmam o caráter socialmente enraizado desse fenômeno, como resgatam boa parte da ideia de cumulatividade do conhecimento expressa no pensamento de Kropotkin. E se o conhecimento flui em redes de relações sociais, se ele é gerado não apenas nas pesquisas científicas, mas também nas rotinas dos trabalhadores, a ideia de atmosfera inovadora, presente nos dois raciocínios, é plenamente legítima.

No entanto, conforme apontamos no apartado precedente, devemos lembrar que essa atmosfera possui um caráter geral bastante definido, pois a geração de conhecimento, principalmente aquele de ordem tácita, enraizada na rotina dos trabalhadores, não é senão geração e combinação de conhecimento útil aos propósitos da acumulação de capital. Ademais, não apenas o conhecimento tácito, mas também o codificado, aquele que é gerado pelas pesquisas, o conhecimento científico propriamente, passa a ser, em boa parte, absorvido por esse caráter capitalista da atmosfera inovadora ó pois, como afirmamos no primeiro capítulo, o tempo-espço atual é o tempo hegemônico da acumulação de capital.

Nossa afirmação se baseia, por exemplo, em palavras de autores como Lundvall (1992, p.9), quando disse que:

[t]he everyday experience of workers, production engineers, and sales representatives influence the agenda determining the direction of innovative efforts, and they produce knowledge and insights forming crucial inputs to the process of innovation. When bottleneck problems are met and registered in production, or in the use of a product, the agendas of producers change, affecting the direction of their innovation efforts. Everyday experience also increases technical knowledge and gives ideas about in which direction solutions should be looked for.

Palavras que vão ao encontro dos resultados de um estudo de Pavitt e Patel (1999), onde expõem que as experiências de França, Japão e Alemanha indicam que a direção causal da correlação não corre da pesquisa básica para a mudança técnica, mas ao contrário. E, destacam esses autores, que não se trata de uma observação original, pois tanto Tocqueville como Marx já haviam notado que o dinamismo tecnológico do capitalismo estimularia a demanda por pesquisa em conhecimento básico, bem como recursos, técnicas e dados para sua execução. Em última análise, o modo capitalista de produção estaria a orientar a trajetória da ciência, na medida em que lhe demanda os problemas a serem resolvidos ó ou seja, lhe dá o paradigma.

Decorre, portanto, que, com o capitalismo, a atividade científica se modifica. E a transformação se resume no fato de que o próprio conhecimento científico, que fora um fim em si mesmo durante a época da ciência moderna, hoje se constitui num meio. Grande parte da ciência da época industrial converte-se em tecnociência, seu objetivo já não é conhecer o mundo, mas transformá-lo. E, posto que a maior parte da tecnociência está impulsionada pela iniciativa privada e pelas empresas de PD&I, o objetivo último de muitas linhas de investigação consiste em possibilitar inovações que aumentem a competitividade e a produtividade das empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento. Estas, graças a sua capacidade para inovar, geram riqueza, adquirem poder e reinvestem em investigação. A chave da economia (ou da competitividade) passa a ser a inovação, incluída, de forma muito significativa, a economia da ciência e o que poderíamos denominar de capitalismo cognitivo (GURRUTXAGA ABAD, 2010).

Concordamos com o autor supracitado quando afirma que, no âmbito desse capitalismo cognitivo, o conhecimento passa a ser valioso na medida em que gera tecnologias e, em particular, inovações. E acrescentamos que, embora não faça nenhuma referência explícita, o seu pensamento também coloca a classe capitalista como responsável pela introdução das inovações na sociedade, peculiaridade que, como vimos, resulta central para compreender o porquê e o lugar da inovação na dinâmica do desenvolvimento.

Portanto, o ponto que gostaríamos de realçar é que, se o conhecimento é cumulativo no tempo e no espaço, ele é uma forma de se incorporar tanto o tempo ao espaço quanto o espaço ao tempo. Na medida em que a geração e combinação de conhecimento serve para criar inovações que são acrescentadas ao espaço, ele incorpora tempo ao espaço. Porém, na medida em que o conhecimento é gerado em função da realidade e, como vimos, a realidade é a matéria, ou seja, o espaço, o conhecimento também incorpora espaço ao tempo. Em suma, portanto, não seria de todo um disparate afirmar que o conhecimento é uma expressão daquilo que Milton Santos chamou de *inundo* ou a síntese do tempo-espaço. E se o tempo-espaço de hoje é marcado pelo tempo da acumulação de capital, boa parte do conhecimento atual está, por assim dizer, condicionado por objetivos capitalistas.

Além disso, também não seria um disparate afirmar que existem territórios com distintas sínteses do tempo-espaço, ou seja, com diferentes *inundos*. *Diferentes profundidades* (conforme apontamos na seção 1.1.2). Assim, como vimos no capítulo anterior, o tempo, o espaço e o *inundo* são realidades históricas, portanto, para entender

as diferentes sínteses espaço-temporais é necessário olhar para a história das construções sociais que a realizaram, pois, certamente, foi pela evolução histórica de determinada sociedade que elas aconteceram (daí a ideia de profundidade e espessura do acontecer). Nesse sentido fica claro que o *inundo* é um fato social, assim como as instituições, assim como o conhecimento é um produto da sociedade. Ademais, um produto que depende da forma pela qual as formações sociais interpretam a realidade. E se o conhecimento é o principal recurso da inovação, resulta lógico que a forma pela qual a sociedade enxerga o mundo acaba por se transformar numa força material ó justamente como afirma Harvey (2011).

2.2 As concepções mentais de mundo enquanto forças materiais

No primeiro capítulo apontamos que espaço e território não são termos equivalentes e que é preciso compreender que o segundo é uma construção social com o primeiro, uma construção multidimensional que requer acima de tudo um projeto, mas também uma estrutura de governança para gestioná-lo. Afirmamos ainda que entendemos o desenvolvimento territorial como um processo de complexificação das esferas constitutivas do território, o que ocorre mediante a introdução de inovações em cada uma delas (daí a tese de desenvolvimento territorial a partir da ideia de complexidade que resgatamos no primeiro capítulo).

Com efeito, apontamos que o principal recurso da inovação (portanto um recurso fundamental ao DT) é o conhecimento, que por ter um caráter essencialmente coletivo, requer a organização de um sistema eficiente para transformar ideias (ou novas combinações de conhecimento) em inovações úteis ao projeto de desenvolvimento territorial.²⁵ Inovações que sirvam ao processo de complexificação das esferas constitutivas do território dentro dos propósitos definidos pela estrutura de governança.

Seguindo essa linha, gostaríamos de recordar que as ideias que acabam traduzidas em inovações, não são produzidas de forma encerrada no domínio do pensamento (pelo menos no que diz respeito ao conhecimento útil à nossa sobrevivência). Vale lembrar que, no primeiro capítulo, lançamos mão da ideia de *inundo* de Milton Santos para argumentar

²⁵ E vale lembrar que apontamos o capital social como recurso útil para o funcionamento tanto do sistema de inovação quanto da estrutura de governança, bem como a inter-relação sinérgica desses dois aparatos sociais.

que, por um lado, a técnica incorpora tempo ao espaço, porém, por outro, as ideias também incorporam o espaço ao tempo, à medida que o conhecimento é produzido em função da materialidade. Ou seja, uma vez que o espaço é o substrato material da existência humana, nossa força criativa não se consubstancia alheia a essa condição.

Portanto, as ideias que criamos em relação a nossa sobrevivência, apesar de fruto de nosso pensamento, se objetivam na materialidade e, no mais das vezes, em objetos técnicos que utilizamos para transformar o espaço, sempre em função de nossas necessidades, mas também de nossas visões de mundo, não raras vezes consubstanciadas em nossos projetos de apropriação do espaço e nos objetos e técnicas que utilizamos para dar forma a esses projetos.

A questão tecnológica, portanto, não é apenas uma questão de ordem técnica, portanto, neutra, mas também uma questão de ordem política, intencional, especialmente enquanto o conjunto de conhecimentos que lhe dá substância vem atrelado à intencionalidade dos agentes, que por seu turno está associada a determinada concepção mental de mundo, ou conforme apontamos em outro trabalho (JEZIORNY, 2009, p. 98), a uma concepção de controle. A ver.

As concepções de controle podem ser entendidas como sendo os parâmetros do entendimento, ou seja, as formas pelas quais os atores enxergam o universo a sua volta. Aquilo que Fligstein (2003) chama de visões de mundo. Não obstante, o que gostaríamos de deixar claro é que uma concepção mental de mundo não é o mundo propriamente, mas um constructo, uma construção mental de um mundo. Portanto, um olhar sobre o mundo, um mundo ideal, idealizado por aquele que constrói uma representação mental da realidade. Logo, as concepções mentais de mundo também são forças materiais, pois, diretamente vinculadas à intencionalidade dos agentes, se tornam essenciais à ação.

As pessoas agem de acordo com suas expectativas, suas crenças e sua compreensão do mundo. Os sistemas sociais dependem da confiança em especialistas, do conhecimento e da informação adequados daqueles que tomam decisões e da aceitação razoável dos arranjos sociais (hierárquicos ou igualitários), bem como da construção de padrões éticos e morais (vis-à-vis, por exemplo, nossas relações com os animais e nossas responsabilidades para com o mundo que chamamos natureza, e também com aqueles que não são como nós). As normas culturais e os sistemas de crenças (ou seja, ideologias religiosas e políticas) são muito presentes, mas não existem independentemente das relações sociais de produção, das possibilidades de produção e consumo e das tecnologias dominantes. (HARVEY, 2011, p. 103-104)

Nesses termos, posicionar as concepções mentais de mundo no quadro do desenvolvimento territorial implica, necessariamente, incluir o papel da tecnologia nesse contexto. Se, primeiramente, a territorialização ocorre mediante uma idealização da parte daqueles que constroem uma ideia de apropriação, objetivamente, sobre um determinado espaço, não podemos esquecer que o processo de construção material desse projeto, ou seja, a territorialização em si, requer a aplicação de alguma tecnologia sobre o espaço. Portanto, uma das decisões mais fundamentais que caracteriza o processo de territorialização do espaço é a escolha da tecnologia a ser empregada. O que desvela que, por detrás da tecnologia há intencionalidade. Contudo, por detrás da intencionalidade há uma determinada concepção mental de mundo.²⁶

Nessa linha, Harvey (2013a, p. 161) nos lembra que o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de iniciar o trabalho de sua construção material.

[Assim] o processo de trabalho é ao mesmo tempo instrumental e intencional em relação aos desejos e necessidades humanos. O que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. As concepções mentais do mundo podem se tornar uma força material em duplo sentido: são objetivadas nos objetos materiais e materializadas nos processos reais da produção. Por isso, a atividade da produção incorpora certo conhecimento de mundo, o conhecimento que é também um produto social. Cada modo de produção desenvolve um tipo específico de ciência, um sistema de conhecimento apropriado para as suas necessidades físicas e sociais distintas. (HARVEY, 2013a, p. 161)

Portanto, quando em determinada formação social os atores decidem e aplicam uma determinada tecnologia de apropriação espacial, a rigor, eles executam um projeto sobre o espaço em função de alguma concepção de controle, isto é, de alguma concepção mental de mundo. Com efeito, estes atores determinam a tecnologia do trabalho a ser aplicado no processo de apropriação espacial em função de um conjunto predeterminado de objetivos, mas, também, de crenças, valores e normas que enquadram a ação individual e coletiva, isto é, instituições.²⁷ Estas, conforme apontamos no primeiro capítulo,

²⁶ Assim quando um ator social qualquer (que pode ser um ente coletivo, como uma associação de produtores) pensa em que tipo de técnica utilizar para moldar o espaço de acordo com a sua intenção, ele está projetando sobre o espaço, nesse momento o domínio da liberdade, não apenas a sua intencionalidade, mas também uma determinada concepção mental de mundo.

²⁷ Conforme apontamos no capítulo anterior, disto resulta a importância de se ter estruturas de governança eficientes, pois, através destes mecanismos de concertação social, facilita-se a organização

funcionam como os cimentos dos territórios, e, não raras vezes, fornecem a cola capaz de proporcionar a coesão social (muitas vezes) necessária ao funcionamento de estratégias de apropriação espacial com base no reconhecimento e fortalecimento de tecnologias sociais assentes na tradição, nos recursos do espaço e no saber fazer local que transforma esses recursos num produto com características singulares.

É nessa perspectiva que devemos enquadrar as indicações geográficas. Especialmente quando tratamos de uma concepção mental construída num mundo cuja concorrência tem se tornado cada vez mais acirrada. De acordo com Harvey (2013b), a atual maré globalizante tem reduzido drasticamente os antigos monopólios naturais de localização, através da redução dos custos [e velocidade] dos transportes e comunicação, mas também, em muitos casos, da eliminação dos entraves institucionais ao comércio. Ou seja, aqueles monopólios que eram naturalmente conferidos aos pequenos produtores de um território em função das barreiras espaciais, não raras vezes desaparecem com avanços das forças produtivas. Dito de outra forma, as barreiras de transporte e comunicação que, a par das barreiras institucionais, garantiam o mercado local aos pequenos produtores de vinho, cerveja, pão e outros artigos, nos séculos XVIII e XIX, são suprimidas pelo avanço das forças produtivas que caracterizam a força globalizante de hoje.

Nesses termos, hoje, a diferenciação de produtos e de diversificação mercadológica despontam para muitos pequenos produtores como vias de recuperarem seus oligopólios naturais de localização, suprimidos pelo acirramento da concorrência em virtude da internacionalização dos mercados. E é justamente nessa perspectiva que as indicações geográficas cobram maior importância.

2.3 A perspectiva das indicações geográficas

Sublinhamos em outro trabalho (JEZIORNY, 2009) que as indicações geográficas são, antes de tudo, construções sociais erguidas sobre as características típicas dos distintos territórios em que são aplicadas. Características capazes de atribuir singularidade aos produtos. Dentre estas, aparecem tanto os recursos naturais quanto

sociopolítica do território, consequentemente, a definição dos objetivos, metas e ferramentas para alcançar tais objetivos.

humanos; tanto as matérias primas típicas de um espaço, como o conhecimento, o saber fazer local que transforma essas matérias primas e que é, por excelência, um recurso do território. A bem da verdade, o que sustenta tal proposição é a conjectura de que a maneira pela qual o homem interage com os recursos do meio em que vive importa, não apenas para gerar um produto que sirva para satisfazer uma de suas necessidades, mas para fazê-lo distintivamente. No fundo, o que devemos (ou deveríamos) esperar dos artigos produzidos a partir das normas de produção reconhecidas por indicações geográficas é muito mais a satisfação de um desejo do que, propriamente, uma necessidade.

Ante a isso, o que as IGs afirmam é que existem espaços com diferentes conteúdos, e que justamente nessas diferenças é que residem as vantagens competitivas. Contudo, para que estas possam ser dinamizadas é necessário que as ações individuais estejam orquestradas e caminhem num mesmo sentido, a saber: o de enaltecer o território de maneira organizada, para que dele possam ser captadas as externalidades positivas que, como aponta a literatura neommarshalliana, são externas à firma, porém internas ao território (JEZIORNY, 2009).

Se olharmos com atenção à assertiva acima, podemos perceber que, em alguma medida, ela remete às colocações de Ploeg et al (2012) que resgatamos no capítulo anterior e que afirmam que o desenvolvimento rural é um processo transitório, que além de implicar um horizonte de tempo que ultrapassa o curto prazo, requer um acordo -da porteira para fora- de práticas levadas a cabo -da porteira para dentro-, isto é, o desenvolvimento rural requer algum tipo de concertação entre os atores sociais a respeito das práticas que levam a cabo no interior de cada exploração agrária (um projeto comum de apropriação do espaço, portanto).

Vale lembrar, ainda, que aqueles autores classificam tais práticas em três categorias: *deepening*, *regrouding* e *broadening*. Não vamos resgatar o significado de cada uma delas (que resumimos na seção 1.2.1), porém recordamos que a produção de artigos singulares, provenientes de indicações geográficas, está colocada como um exemplo de práticas de *deepennig*, ao passo que remetem à introdução de novas práticas agrícolas que reorganizam processos e/ou formas de distribuição capazes de alargar as fronteiras da propriedade rural pela via da agregação de valor ao produto.

Portanto, a par de outras estratégias, as indicações geográficas se inscrevem como ferramentas úteis para construir consensos em torno de objetivos a serem perseguidos em processos de desenvolvimento rural. Isto, na medida em que podem ser utilizadas

enquanto instrumentos com capacidade de estimular a adoção de práticas que alarguem as fronteiras das explorações agrárias mediante a ação associativa e a cooperação. Um destes consensos pode, por exemplo, girar em torno de questões relativas à busca por um padrão de qualidade para os produtos locais, afinal, como demonstrou Niederle (2011), gosto se discute o e qualidade também, na medida em que se trata de algo construído socialmente.

Com efeito, se para entender o processo de desenvolvimento rural precisamos distinguir entre práticas, processos e políticas, assim como reconhecer a necessidade de se fortalecer a adoção de práticas que auxiliem a concertação social e promovam a cooperação, uma forma para encontrar um lugar para as indicações geográficas nesse contexto é reconhecer que são instrumentos que podem viabilizar a concertação de interesses em torno de um projeto comum de apropriação do espaço, especialmente porque, ao requererem a implementação de um conselho regulador, a partir do qual se definem as práticas a serem canceladas pela normativa de produção, implicam a formação de um sistema capaz de efetuar a governança do território. Dito de outra forma, o conselho regulador de uma indicação geográfica pode assumir o papel de estrutura de governança do território e direcionar as práticas de diversos produtores num mesmo sentido o justamente como sugerem Ploeg et al (ibid) enquanto um requerimento do desenvolvimento rural.

Numa perspectiva próxima, Sacco dos Anjos et al. (2013), além de afirmarem que o conselho regulador é o coração de uma indicação geográfica, nos recordam que o processo do DR não pode prescindir das pessoas e de suas construções sociais (embora algumas estratégias pareçam haver esquecido disso).

Sob a égide do modo de produção capitalista, e no afã de rentabilizar os ativos agrários, se impôs uma visão na qual o desenvolvimento agrícola pressupunha ocupar o mínimo de mão de obra, assegurando níveis crescentes de lucro para a atividade agropecuária. Em suma, durante muito tempo admitia-se que fazer -desenvolvimento agrícola era produzir com muito pouca gente (o mínimo possível). Hoje, entretanto, reconhecemos que pensar em desenvolvimento rural, sem a presença das pessoas, das comunidades e das instituições a que elas pertencem é absolutamente impossível, totalmente infundado. (SACCO DOS ANJOS ET AL. 2013, p. 162)

Gostaríamos de assinalar que, a depender de sua configuração, uma IG pode representar um projeto de territorialização que não esteja, necessariamente, condicionado

ou restrito pelos parâmetros da modernização conservadora da agricultura²⁸, geralmente focada na adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Ainda que em alguns casos pontuais o desenho de uma indicação geográfica apresente uma certa combinação entre modelos outrora antagônicos, que mesclam alguns traços da modernização conservadora com traços de modelos embasados na produção de artigos com identidade, portanto, assentes na tradição, em geral, estas formas de apropriação de espaços rurais devem preservar algum vínculo com o saber fazer local, portanto, com o território, consequentemente, com a história da construção social ó sob pena de perderem completamente o sentido e a credibilidade caso não o façam.

No entanto, se é verdade que as indicações geográficas demonstram a existência de espaços com diferentes conteúdos, e, se forem também verdadeiras as afirmações que levantamos no primeiro capítulo, de que o conteúdo do espaço é dado em tempo, resulta lógico que o conteúdo das IGs seja, igualmente, dado em tempo. Assim, as indicações geográficas surgiriam como instrumentos para resgatar, ao tempo presente, conteúdos que tempos passados incorporaram ao espaço, através do saber fazer local desenvolvido sobre os recursos desse espaço.

Porém, poderíamos afirmar isso de uma maneira, quiçá, mais dura, ou menos abstrata, caso disséssemos que o conteúdo de uma determinada indicação geográfica expressa um traço de um espaço-tempo específico, de modo que o tempo passado que possui valor é aquele que passa a ter algum valor de mercado. Grosso modo, na medida em que assenta na tradição, nos costumes, no conhecimento gerado localmente e passado de geração em geração através da experiência prática, e o faz para criar uma mercadoria tida como singular, as IGs transformam história em mercadorias, transformam a história de pessoas, comunidades e suas instituições em artigos que reclamam atributos de unicidade e que apelam, portanto, para específicas necessidades de consumo ó ou desejos.

Além disso, as indicações geográficas também podem funcionar como um meio de aumentar a notoriedade do patrimônio histórico do território. Por exemplo, atualmente,

²⁸ Também conhecida como Revolução Verde está relacionada à introdução de um pacote de inovações que aumentou significativamente a produtividade na agricultura. Nesse novo padrão tecnológico encontram-se sementes geneticamente modificadas, maquinários e insumos químicos, sobretudo fertilizantes e fitossanitários. Além de estar embasada, a rigor, em inovações poupadoras de mão-de-obra, a modernização conservadora na agricultura manteve a estrutura agrária. Como no Brasil esta estrutura é altamente concentrada, a modernização conservadora contribuiu para aprofundar desigualdades. Sobre esse assunto, consulta Graziano da Silva *õA nova dinâmica da agricultura brasileira* (1996), ou ainda *õA modernização dolorosa* da Zahar Editores (1981)

em muitos territórios vitivinícolas, a indicação geográfica tem funcionado enquanto ideia guia da estratégia de apropriação espacial, e, de fato, tem sido importante para garantir um padrão de qualidade mínimo ao vinho certificado. Em alguns casos, a certificação consegue contribuir à redução da incerteza do consumidor em relação ao produto local, bem como instrumentalizar os produtores para enfrentar os ditames de um mercado crescentemente internacionalizado. Porém, além desse papel, essa estratégia também funciona como uma forma de propagandar as especificidades culturais e históricas do território. Assim, na medida em que estimula o turismo motivado pela especificidade da *ô*aura vitivinícola, desenvolve um mercado aninhado ao patrimônio cultural do território. Assim sendo, a indicação geográfica contribui para valorizar os símbolos que representam e emprestam robustez à identidade local. Dessa forma, além de reforçar aquela identidade, os atores locais que compartilham o espaço identificado conseguem *ô*valorizar o ambiente construído enquanto mercadoria geograficamente ordenada *ô* pegando de empréstimo uma expressão cunhada por Harvey (2013b).

Nessa linha, gostaríamos de recordar o trabalho de Elinor Ostrom (1990), que designou por *ô*common pool resources*ô* (CPR) o conjunto de recursos comuns disponível aos atores do território. Um conjunto de recursos que pode ser explorado de diversas maneiras. De acordo com Polman et al (2010), uma das formas de se explorar o conjunto de recursos comuns do território é a partir da criação de um *ô*nested market*ô*, isto é, de um mercado aninhado, um mercado enraizado na piscina de recursos comuns do território. E um dos exemplos mais emblemáticos é o aninhamento de um mercado de turismo na paisagem de territórios vitivinícolas *ô* do que resulta o enoturismo.

Assim, para Polman et al (2010), uma CPR cria e delineia um mercado aninhado. Além disso, CPRs atraem consumidores e sustentam preços prêmio. E é também verdade que as CPRs são valorizadas através de mercados aninhados, pois, tanto viabilizam a criação desses mercados, como são reproduzidas por eles. Portanto, na opinião daqueles autores, uma CPR representa capital, pois ela rende valor adicional em atividades econômicas específicas. E isto está refletido em preços prêmio e/ou influxo de muitos clientes e consumidores (desejosos de participar dos benefícios que a piscina de recursos comuns do território pode oferecer).

Já de acordo com Ploeg et al (2012, p. 140), o adjetivo aninhado pode provocar maus entendimentos, especialmente porque todo e qualquer mercado encontra-se aninhado ou enraizado em algum conjunto de instituições. Por exemplo, o mercado

principal [convencional] de alimentos está materialmente enraizado em trajetórias construídas e dominadas por diferentes impérios (*food empires*): grupos de capital que controlam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos e que, portanto, possuem o poder de remodelar os contextos da produção e do consumo. Ao mesmo tempo, estes mercados procuram enraizar-se em concepções mentais de mundo por eles mesmos construídas e sustentadas por altos investimentos em propaganda, bem como *lobbies* para legitimar suas posições e os padrões de qualidade, saúde e sustentabilidade aos quais aderem. Portanto, o enraizamento desses mercados, ainda que muitas vezes negado, existe.

Por seu turno, o que aqueles autores chamam de novos mercados aninhados enraízam-se em outro tipo de estrutura, como tradição, história, produtos obtidos a partir de técnicas de produção típicas de um lugar, enfim, singularidades que não podem ser transportadas ou replicadas em outros espaços. Assim, enquanto nos mercados convencionais o enraizamento é constantemente acobertado (especialmente pela mão invisível), no mercado de produtos singulares que podem resultar em mercados aninhados, esse enraizamento é, sempre que possível, trazido à tona e enaltecido, pois justamente nele residem as vantagens competitivas.

A rigor, os produtos sustentados por indicações geográficas carregam e procuram enaltecer a ideia de que produtos oriundos de normativas de produção tradicionais são produtos diferenciados, obtidos por técnicas distintas daquelas que caracterizam o padrão fordista de produção e consumo. É justamente por isso as indicações geográficas se enquadram como um sinal distintivo de mercado, como afirmam Sacco dos Anjos et.al. (2013, p. 173):

[s]ob a égide do processo de globalização, e de um ambiente cada vez mais competitivo, reduzem-se as distâncias, fazendo com que produtos elaborados a milhares de quilômetros inundem as gôndolas das pequenas e grandes superfícies de varejo. Para muitas empresas e para os territórios resta o caminho da busca de vantagens competitivas que ultrapassem a mera concorrência por preços e/ou uso de insumos baratos. Esse é precisamente o caso das indicações geográficas e do conjunto de signos distintivos de mercado de produtos agroalimentares existentes atualmente.

Assim, à medida que os atores do território se organizam para transformar esse conteúdo distinto numa vantagem competitiva, fundamentada na produção de artigos com atributos tidos como únicos e irreprodutíveis, eles organizam as forças produtivas

(entendidas sinteticamente como o poder humano de transformar a natureza) e as relações sociais de produção (entendidas sinteticamente como as implicações do quê, do como e do porquê produzir) em função de uma determinada concepção mental de mundo, na qual a construção de mercados singulares é idealizada como via para se alcançar e/ou manter rendas de monopólio ó em mercados crescentemente globalizados.

Não obstante, poderíamos afirmar que esses produtos singulares são fruto da aplicação de uma determinada técnica de apropriação espacial que, em última instância, fora construída para transformar tempos pretéritos do território numa mercadoria com valor de mercado no tempo presente, na medida em que apelam para técnicas tradicionais de produção. O que refletiria uma relação dicotômica entre o modelo sustentado por indicações geográficas (assente na tradição) e o modelo que remete, por assim dizer, aos imperativos da ãmodernização conservadoraã (assente na forte incorporação tecnológica à produção e na redução de custos, principalmente mão de obra).

Contudo, quando olhamos, por exemplo, ao que tem ocorrido no mercado de vinhos finos, é possível perceber um certo enfraquecimento da dicotomia que marcara, inicialmente, o convívio entre o modelo de produção do ãNovo Mundo dos Vinhosã, que obtém os (geralmente chamados) vinhos tecnológicos, assentes na incorporação de inovações, nos ganhos de escala e no aumento da velocidade de circulação do capital, com os vinhos do Velho Mundo, assentes no saber fazer local, e no emprego de técnicas tradicionais sob uma matéria prima típica do lugar e cultivada, geralmente, em pequena escala. No contexto atual, ao lado dos territórios que se especializam em cada um desses dois modelos, coexistem territórios vitivinícolas, sustentados por indicações geográficas, em que vigoram aquilo que podemos chamar de modelos híbridos, pois buscam alguma combinação dos dois modelos outrora antagônicos. Essa hibridização, que poderíamos entender, quiçá, como uma síntese (capitalista) de tempos distintos, foi demonstrada por Niederle (2011), que, por exemplo, sintetizou a opinião de diversos autores para apontar que:

[a]s IGs não emergem necessariamente em oposição às dinâmicas hegemônicas no sistema agroalimentar em termos de globalização, padronização e oligopolização dos mercados. As múltiplas configurações que este mecanismo assume em contextos específicos demonstram que, qualquer que seja seu estatuto particular, ele pode ser apropriado por diferentes atores econômicos e para distintas finalidades (Vandecastelaere et al., 2009). Em certa medida, isso é decorrência do fato de que a própria lógica de segmentação e diferenciação enfatizada pelo movimento de *quality turn* também tem sido a tônica da

competição em toda a economia contemporânea (Porter, 2009). A qualidade tem se tornado a norma mesmo nos mercados de *commodities*. Segmentos como soja, café, arroz e carne também observam a emergência de novos mecanismos de diferenciação, dentre os quais as indicações geográficas começam a ganhar um lugar de destaque. (NIEDERLE, 2011, p. 18).

Assim, o que emerge como elemento central das indicações geográficas são os atributos do território que não podem ser replicados em outros contextos, mas sim trabalhados e potencializados em seus respectivos ambientes para tornarem-se fornecedores de singularidade ao produto local. Não obstante, uma indicação geográfica é uma ferramenta coletiva de promoção mercadológica, de diversificação mercadológica, a partir de uma diferenciação da produção. Uma indicação geográfica, a rigor, faz parte de uma estratégia coletiva de enfrentamento concorrencial por parte dos produtores associados em determinado espaço-tempo.

Em linhas gerais, o que parece ser um consenso é que as indicações geográficas funcionam como um instrumento de diferenciação²⁹ e diversificação³⁰ da produção assentadas no reconhecimento legal de uma singularidade da parte de um determinado produto. O que requer um aparato institucional que garanta a especificidade da tecnologia empregada.

2.3.1 O marco legal das indicações geográficas: um breve sobrevoo

De acordo com Ferreira et al (2013), uma indicação geográfica se caracteriza como um ativo intangível da propriedade industrial. Ela representa uma qualidade atribuída ao meio ou a fatores humanos ou, mesmo, a uma reputação que distingue produtos ou serviços de determinada origem geográfica. É considerada em nível

²⁹ A diferenciação de produto emerge quando os consumidores percebem um produto como diferente dos seus substitutos no mercado. Ou seja, trata-se de um substituto imperfeito (um produto não homogêneo); portanto, em tese, as firmas que ofertam produtos diferenciados podem cobrar um preço acima do de mercado por esses produtos. A esse respeito pode-se consultar Chamberlain (1933)

³⁰ Para Penrose (1979, p. 9) "uma firma diversifica suas atividades sempre que, sem abandonar completamente suas antigas linhas de produtos, ela parte para a fabricação de outros, inclusive produtos intermediários, suficientemente diversos daqueles que ela já fabrica, e cuja produção implique em diferenças significativas nos programas de produção e distribuição da firma. A diversificação compreende, desta maneira, incrementos na variedade de produtos finais fabricados, incrementos na integração vertical e incrementos no número de áreas básicas de produção nas quais a firma opera."

internacional como propriedade industrial desde a Convenção da União de Paris (CUP), de 1883.

No Brasil, a Lei de Propriedade Industrial (LPI nº 9.279), de 14 de maio de 1996, é o marco legal das Indicações Geográficas [IG], logo, é onde se instituem, ou melhor, quando se institucionalizam legalmente suas duas categorias: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. A rigor, atribui-se uma **Indicação de Procedência [IP]** ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço; **Denominação de Origem [DO]**, ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Como bem notaram Sacco dos Anjos et al (2013, p. 168-169):

[a] distinção entre ambas está no fato de que, no caso da IP, o relevante é a notoriedade associada à qualidade que alcançou um determinado produto ou serviço, ao passo que no caso da DO a excelência de um ou de outro deve estar ancorada, obrigatoriamente, nos aspectos físicos (solo, água, clima), humanos e culturais do meio onde houve o processo de obtenção ou produção. Tanto a IP quanto a DO devem ter seus respectivos registros no Instituto Nacional de Propriedade Industrial do Brasil (INPI).

A rigor, no Brasil, a Indicação Geográfica é de natureza declaratória, isto é, o INPI concede um registro pelo reconhecimento de um direito pré-existente. Trata-se, portanto, de um direito que remete à propriedade industrial, mas que é de natureza coletiva, pois, originalmente, contempla uma coletividade vinculada a uma região, de modo que qualquer ente físico ou jurídico ali estabelecido está potencialmente legitimado a lhe fazer uso. Nessa linha, podem requerer uma IG as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representativas da coletividade e estabelecidas no respectivo território (FERREIRA et al, 2013).

Para Pimentel (2013), a proteção jurídica da Indicação Geográfica valoriza o território e pode ser um importante instrumento do desenvolvimento regional. Sendo que:

[o] primeiro elemento a ser destacado da conexão entre o Direito e o Desenvolvimento é a organização dos produtores, requerida como condição imprescindível para a existência e o reconhecimento de qualquer das espécies de IG, seja para IP, seja para DO. (PIMENTEL, 2013, p. 138)

Entretanto, ao examinarmos o que ocorre no continente europeu percebemos que o aparato institucional que ampara as indicações geográficas apresenta muito mais robustez naquele continente do que o aparato institucional brasileiro em relação às IGS brasileiras. Além disso, como apontam Sacco dos Anjos et al (2013, p. 168-169):

[n]o caso da Europa esse tipo de dispositivo de diferenciação, regulado atualmente pelo Regulamento CE 2081/92 (relativo às denominações de origem protegidas e indicações geográficas protegidas) e 2082/92 (relativo à certificação de características específicas ou especialidades tradicionais garantidas), contempla, exclusivamente, a produtos agroalimentares (oriundos da transformação agroindustrial ou in natura), no caso brasileiro há uma plêiade de artigos, incluindo calçados, pedras, mármore, produtos e serviços, que em última análise, não guardam relação alguma com o mundo da alimentação e/ou da produção agropecuária.

Portanto, como bem concluíram os autores supracitados, ao tratarmos de indicações geográficas no Brasil e no velho continente, podemos estar lidando com coisas bastante distintas. Na Europa, para que um produto agroalimentar possa estampar um selo de Denominação de Origem Protegida (DOP), todas as fases de sua produção (obtenção das matérias primas, transformação, maturação, elaboração final) devem realizar-se dentro da zona delimitada, de tal forma que as características do produto dependam essencialmente de sua origem geográfica. Já no caso da Indicação Geográfica Protegida (IGP), ao menos uma das citadas fases de elaboração deve realizar-se dentro da área delimitada, sendo que a especificidade, ou o vínculo com o lugar, deve estar relacionado a uma qualidade específica, reputação ou outra característica do produto relacionada ao território (SACCO DOS ANJOS et al, 2013).³¹

De acordo com Sacco dos Anjos et al (2013), indicações geográficas na Europa e no Brasil são conceitos que apresentam diferenças ôabissaisö.

Sobre esse aspecto, cabe destacar que no velho continente a aprovação definitiva, que culmina com o registro de IGP ou DOP, pode durar anos e, em linhas gerais, trata-se de um processo a ser conduzido por uma associação promotora (de produtores e/ou elaboradores) que estabelece um caderno de normas a ser acolhido pela representação oficial (Ministério da Agricultura e/ou Abastecimento) do respectivo país europeu a que pertence. Em sendo aceito, há uma aprovação transitória enquanto o processo tramita na Comissão Europeia de Agricultura e

³¹ Portanto, além de concluirmos que devemos nos mover com muito cuidado na comparação que levaremos a cabo no terceiro capítulo desta tese, nos parece que, se no caso das DOPs estamos a tratar de questões essencialmente espaciais, isto é, de atributos de qualidade que são atribuídos aos produtos pelas características do espaço, no caso das IGP's estamos a lidar com características territoriais, ou seja, atributos da construção social e, exclusivamente, atributos do espaço geográfico.

Desenvolvimento, o qual, em sendo admitido, conquista finalmente o registro definitivo que lhe permite o uso de etiqueta específica identificadora da marca europeia de qualidade diferenciada, seja ela uma DOP ou IGP. (SACCO DOS ANJOS et al, 2013, p. 170-171)

Ademais desses aspectos, convém mencionar que, no âmbito de cada membro da União Europeia, tanto autoridades públicas quanto organismos privados de certificação dividem a responsabilidade pelo cumprimento das disposições inscritas nas normativas de produção acatadas pela representação oficial. Além disso, no que diz respeito à mecânica institucional que enquadra o funcionamento das indicações geográficas naquele contexto, é preciso que se ressalte a existência de uma entidade certificadora das certificadoras, isto é, uma entidade cuja atribuição é fiscalizar a atuação das empresas certificadoras. Na Espanha, essa tarefa fica a critério da *Entidad Nacional de Acreditación*, um órgão vinculado e subvencionado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia daquele país (ibid.).

Situação, portanto, muito distinta daquela com a qual nos deparamos no Brasil, onde não existe uma entidade com a competência de fiscalizar as certificadoras. O que, a rigor, deixa o controle das certificações nas mãos dos próprios produtores associados (que são, ao mesmo tempo, certificantes e certificados). Além disso, como lembram os autores supracitados, no Brasil impera uma fragilidade institucional importante, com destaque à falta de entendimento com respeito à atuação dos diferentes ministérios e demais órgãos estatais (em suas diferentes esferas) ante a importância do debate em torno da temática das indicações geográficas. Tampouco se tem careza a respeito das atribuições dos diversos órgãos e instituições que acabam, de uma maneira ou de outra, se envolvendo com a questão (SEBRAE, EMBRAPA, universidades, etc.). Não obstante, a fragilidade do sistema de IG no Brasil se torna mais patente se considerarmos que na Europa cerca de 50% dos gastos com promoção e divulgação de produtos amparados por indicações geográficas são subvencionados pela própria União Europeia. E ainda devemos acrescentar a essa conta o apoio financeiro proveniente de iniciativas como a Política Agrícola Comum (PAC) (ibid.).

No entanto, em que pese as diferenças abissais, entendemos que, no tocante à organização dos atores sociais em torno de práticas e objetivos comuns, é de se esperar que uma estratégia de indicação geográfica funcione positivamente enquanto estopim de processos de desenvolvimento em territórios rurais no Brasil, pois requer a construção não apenas de uma associação [ou algum aparato social semelhante], mas, principalmente, de um conselho regulador, onde serão decididas as bases da normativa de produção que sustentará a estratégia de apropriação espacial com base na aplicação de

práticas agrícolas capazes de alargar as fronteiras das propriedades agrícolas à medida que consigam reorganizar processos e/ou formas de distribuição e que se traduzam na criação de produtos singulares, com maior valor agregado. Assim, ante o objetivo de organizar produtores rurais em torno de um projeto, a IG pode servir como ideia guia e se concretizar numa ação positiva, que traga contribuições ao desenvolvimento territorial.

Portanto, concordamos com Sacco dos Anjos (2012) quando afirma que o conselho regulador é o coração de uma Indicação Geográfica, por ser o responsável pelo estabelecimento de um *pliego de condiciones* para a produção de determinado artigo, mas, sobretudo, pela importância que adquire na conciliação de interesses, na administração de conflitos e, conseqüentemente, na busca de soluções para problemas de ordem coletiva. Ademais, também concordamos quando este afirma que:

[...] não se pode negar que o tema suscita algumas contradições importantes. Se, por um lado, é capaz de impulsionar processos de coesão social no âmbito dos territórios, potencializando ativos intangíveis (Letablier; Delfosse, 1995), também é verdade que pode gerar mecanismos de exclusão para outras coletividades. Esse é o caso de iniciativas que refletem uma flagrante ausência de habilidade social (social skill) requerida para consolidar processos de cooperação e coalizões políticas (Fligstein, 2001, p.3) mais amplas e duradouras. (SACCO DOS ANJOS, 2012, p. 55)

Ao fim e ao cabo, entendemos que é preciso mover-nos com muito cuidado se quisermos aproveitar, ou não desperdiçar as oportunidades que as possíveis indicações geográficas podem oferecer aos produtores de diversos territórios rurais no Brasil. Olhar para a experiência de países europeus, onde esse tipo de instrumento é largamente utilizado, pode, certamente, nos trazer bons *insights*, além de importantes alertas. Contudo, é preciso atentar às diferenças institucionais, econômicas, sociais e políticas, especialmente porque estamos analisando contextos bastante distintos, isto é, de espaços com sínteses de tempos bastante diferentes. Não a despeito, na próxima seção apresentamos uma perspectiva bastante particular para analisarmos as indicações geográficas.

2.4 As indicações geográficas em perspectiva

São diversos trabalhos acerca das indicações geográficas e distintos os pontos enaltecidos por cada um. Além disso, parece haver um sentido mais ou menos definido

entre eles, apontado por um conjunto de trilhas abertas que seguem relativamente próximas a mesma direção. Em perspectivas paralelas, os diversos estudos não costumam desviar do sentido de enaltecer as características do espaço e as particularidades do território enquanto fonte de singularidade aos produtos e, portanto, como uma forma de se obter a diferenciação destes produtos e de se alcançar a diversificação mercadológica. Portanto, embora os enfoques sejam distintos, eles parecem seguir uma mesma linha de raciocínio, o que aponta para um certo consenso: as indicações geográficas se inserem numa mesma lógica, a de mercado, e buscam construir singularidades aos produtos para que estes possam auferir vantagens competitivas em mercados cada vez mais competitivos ó como o dos vinhos finos.

De maneira alguma discordamos deste consenso e, aos nossos olhos, aquelas trilhas foram muito bem construídas, de modo que não haveria sentido retrabalhar pontos que foram muito bem trabalhados pelos autores que as pavimentaram tão brilhantemente. De fato, seria um esforço inútil de nossa parte refazer as mesmas perguntas, ou buscar as mesmas respostas que já foram alcançadas tão competentemente por autores como Niederle (2011) e Sacco dos Anjos et al (2013) e Blume (2008), por exemplo.

Diante disso, procuraremos levantar questionamentos distintos, e alcançar outra qualidade de respostas, que sigam o sentido indicado por aqueles estudos, mas que procurem encontrar, ou construir uma via própria. E o ponto de partida dessa via, obviamente, está colocado no primeiro capítulo, onde apontamos que o território requer um projeto de apropriação do espaço ó acima de tudo.

Assim, antes de mais nada, ao lidar com as indicações geográficas, é preciso considerar que, em qualquer de suas formas de expressão (material), estamos a tratar com modelos tecnológicos de apropriação espacial. Aos nossos olhos, as IGs são específicas tecnologias capitalistas de apropriação espacial na medida em que reconhecem e, sobretudo, organizam as forças produtivas e as relações sociais de produção em torno de um projeto (sociopolítico) calcado na produção de um tipo específico de mercadorias. Um projeto que é levado a cabo por um grupo de atores sociais dotados de intencionalidade, que aplicam sobre um espaço um determinado projeto comum de apropriação, em função de uma concepção mental de mundo.

Voltaremos a este ponto mais à frente. Por ora, gostaríamos de realçar que tomamos a tecnologia como um fenômeno essencialmente social. A rigor, neste trabalho, a concepção de tecnologia adotada é aquela que se pode resgatar das ideias de Marx.

Portanto, entendemos a tecnologia como a expressão material do processo de trabalho, o que inclui as forças produtivas, as relações sociais de produção e um determinado conjunto de conhecimentos assentes numa determinada concepção mental de mundo. Logo, quando tratamos de tecnologia, estamos a nos referir a um fenômeno social amplo, não restrito unicamente à técnica e aos objetos técnicos aplicados à produção e ao espaço, mas a uma construção sociopolítica sobre esse espaço.

Com efeito, entendemos que os territórios são expressões espacialmente localizadas de tecnologia, pois, além das forças produtivas, organizam um determinado estado de relações sociais em torno de um projeto de apropriação espacial. Em síntese, um território é uma construção social que envolve, sob uma determinada concepção mental de mundo, um conjunto de técnicas e conhecimentos que são aplicados pelo trabalho humano no espaço, o que requer um projeto que organize as relações sociais. É basicamente a partir desse raciocínio que podemos interpretar os territórios como construções sociopolíticas sobre o espaço. Construções que ganham forma em função da tecnologia que se aplica no projeto de apropriação espacial.

Por exemplo, Harvey (2013a, p. 157) faz suas as palavras de Marx quando resgata que a tecnologia desvela a atitude do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida, e, com isso, também de suas condições sociais de vida. No entanto, faz também um alerta a respeito de algumas interpretações equivocadas, que afiguram Marx como um determinista tecnológico ou um teórico que encara a tecnologia enquanto força motriz da história.

Quando Marx fala de tecnologia, ele se refere à forma concreta assumida por um processo de trabalho real em um dado momento, à maneira observável em que são produzidos os valores de uso específicos. Essa tecnologia pode ser diretamente descrita de acordo com as ferramentas e as máquinas usadas, a estrutura física dos processos de produção, a divisão técnica do trabalho, o desdobramento real das forças de trabalho (tanto as quantidades quanto as qualidades), os níveis de cooperação, as cadeias de comando e as hierarquias da autoridade, e os métodos específicos de coordenação e controle utilizados. (HARVEY, 2013a, p. 158)

No sentido marxiano, portanto, a tecnologia não se equivale às forças produtivas, como muitos costumam (erroneamente) afirmar, mas, à expressão material do processo de trabalho, que inclui as forças produtivas, entendidas como o poder humano de transformar a natureza, e as relações sociais de produção, entendidas como a organização

social e as implicações sociais do que, do como e do porquê produzir. (HARVEY, 2013a, p. 158).

E é exatamente nesse diapasão que estratégias de indicações geográficas e tecnologia se confundem, porque se tornam, praticamente, sinônimos. Uma IG é, de fato, uma específica expressão material de forças produtivas e relações sociais de produção, na medida em que incorpora uma normativa de produção que engloba ferramentas, máquinas e processos de produção específicos, bem como uma divisão técnica do trabalho que envolve um determinado grau de cooperação e métodos de coordenação igualmente específicos, que produzem um desdobramento real em termos qualitativos específicos: um produto com determinados atributos de especificidade e qualidade.

Portanto, com a ajuda da lente marxiana, vislumbramos que uma indicação geográfica é a expressão material de determinada tecnologia, pois, necessariamente, além de forças produtivas e relações sociais de produção, envolve uma determinada, ou específica, concepção mental de mundo, o que, segundo Harvey (2013a), equivale a dizer que elas incorporam um certo conhecimento de mundo.

2.4.1 A concepção mental de mundo por detrás das indicações geográficas

A rigor, a concepção mental de mundo que está vinculada à adoção de uma IG é a de que os consumidores estariam dispostos a pagar mais por aqueles produtos que eles acreditam carregarem uma qualidade superior. Em outras palavras, o constructo que ampara a tecnologia da IG diz respeito a um cenário onde vigora, não apenas uma sociedade de mercado capitalista, mas, principalmente, a competição monopolística, basicamente nos termos em que foi desenhada por Chamberlain, em seu reconhecido trabalho de 1933. Ou seja, um cenário no qual as firmas possuem capacidade para cobrar um preço acima do de mercado por um produto que os consumidores percebam como diferenciado (não homogêneo). Nesse caso, o preço de monopólio pago pelos consumidores criaria uma renda de monopólio aos produtores.

De acordo com Harvey (2013b, p. 139), toda renda se embasa no monopólio de algum bem por determinados proprietários privados. Porém, a renda de monopólio emerge porque certos agentes sociais conseguem obter um maior fluxo de ingressos [monetários] durante um período de tempo dilatado, em função de seu controle exclusivo sobre algum artigo comercializável. Produtos que são, em certos aspectos cruciais, únicos

e irreprodutíveis. Harvey nos lembra ainda que, em se tratando do âmbito da produção, Marx argumentara que o exemplo mais óbvio é o dos vinhedos que fornecem um vinho de extraordinária qualidade, que se pode vender, portanto, com um preço de monopólio.³²

Contudo, entendemos que esse preço prêmio só poderá ser alcançado na medida em que os produtores consigam sinalizar aos consumidores que o produto em questão carrega, de fato, atributos únicos de qualidade. E isso nos parece especialmente relevante em contextos como o de mercados globalizados, nos quais os atos da produção e do consumo se distanciam substancialmente no espaço-tempo ó como acontece no mercado dos vinhos finos. Portanto, um ponto crucial a ser trabalhado por uma indicação geográfica diz respeito à incerteza dos consumidores: é preciso reduzi-la para que a aplicação da tecnologia surta os efeitos esperados; é quando as certificações entram em cena.

No entanto, neste cenário, também se deve jogar luz sobre outro traço desta concepção mental que sustenta as indicações geográficas, a saber: o mecanismo de criação de desejos. Pois, antes de reduzir a incerteza dos consumidores diante das possíveis qualidades intrínsecas de determinado produto, é necessário criar, no imaginário desses consumidores, a crença de que essas determinadas qualidades são, ademais de singulares, desejáveis. Isto é, de que um produto sustentado por uma indicação geográfica, de fato, é um produto singular, e de que essa singularidade garante um produto de melhor qualidade. Um padrão de qualidade, inclusive, superior ao de um substituto produzido no mesmo espaço geográfico, porém, não pela mesma tecnologia de produção ó um substituo imperfeito, portanto.

Assim, no fundo, o que a concepção mental de mundo precisa construir é uma espécie de ãura de especificidadeõ, que consiga apelar à subjetividade do gosto do consumidor, de tal forma que o motive a pagar por determinado produto um preço mais alto do que o de seus concorrentes no mercado. No caso das indicações geográficas, esta aura costuma vir atrelada ao discurso de que aqueles produtos que carregam atributos de um território podem proporcionar uma experiência única ao consumidor.³³

³² Esta seria uma forma indireta de se cobrar uma renda de monopólio, através da venda de uma mercadoria. Porém, também se pode monopolizar diretamente a terra, como quando se vendem vinhedos com õqualidades únicasõ ou propriedades imobiliárias com localizações privilegiadas em relação a algum recurso. (HARVEY, 2013b, p. 140)

³³ Portanto, beber um vinho de Bordeaux certificado não é o mesmo que beber um vinho californiano, chileno ou argentino, mas também não é o mesmo que beber um vinho de Bordeaux sem o selo de IG.

O mercado dos grandes vinhos se insere neste contexto. Há algum tempo a crítica vinícola inventou a celebração dos grandes vinhos como obras de arte. Com isso, se logra conectar a paixão pelo vinho com segmentos de consumidores de alto nível de renda e com desejo de participar da arte da mesa, entendido como arte de bem viver (KARPIK, 2007).

Assim, paralelo a questões como certificação, preço prêmio e renda de monopólio, subjaz um conjunto de mecanismos de criação de desejos e renovação das necessidades humanas que ajudam a justificar a construção das indicações geográficas. Poderíamos dizer, portanto, que a territorialização de um espaço com base numa indicação geográfica envolve, quase que impreterivelmente, a construção de mercados onde os consumidores estejam desejosos de consumir bens tidos como singulares.

E convém lembrar que:

Marx [também] vê a produção e o consumo em uma relação de *mediação*. A produção cria o material para o consumo e dita também a maneira ou o modo de consumo, ao mesmo tempo que proporciona o motivo para o consumo por meio da criação de novos desejos e necessidades. Por outro lado, o consumo origina produção no sentido duplo de que a produção se torna totalmente redundante sem o consumo, ao passo que o consumo também proporciona motivo para a produção por meio da representação de desejos humanos idealizados como desejos e necessidades humanos específicos. (HARVEY, 2013a, p.137)

Com efeito, antes de nos preocuparmos em responder se é a produção de bens singulares que gera o seu consumo, ou se é o consumo destes que motiva a sua produção, é preciso levar em consideração que a produção e o consumo de bens singulares, assim como a criação de novas necessidades e desejos humanos específicos, são traços de um mesmo desenho, isto é, partes mutuamente determinadas de uma única concepção mental de mundo. Ademais, um constructo regido pelas leis gerais de funcionamento do sistema capitalista.³⁴

Portanto, reforçamos, dentro de determinado recorte espacial, as indicações geográficas são uma maneira de organizar as forças produtivas e as relações sociais de

³⁴Assim, como bem afirmara Mészáros (2007, p.51), o curso do desenvolvimento da humanidade, a necessidade natural progressivamente dá lugar à necessidade historicamente criada. E a progressiva substituição da necessidade natural pela necessidade historicamente criada abre a possibilidade do desenvolvimento universal das forças produtivas. E, como afirmara Milton Santos, nunca antes na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir um mundo de dignidade (palavras proferidas numa palestra no ano de 1997, disponível no filme/documentário *Encontro com Milton Santos* ou: o mundo global visto do lado de cá).

produção de maneira tal que satisfaça uma determinada concepção mental de mundo, restrita pelas leis do modo capitalista de produção e objetivadas, não (unicamente) nos ganhos de escala e na redução de custos, mas na crença de que produtos singulares são tão capazes de proporcionar experiências verdadeiramente únicas ao consumidor quão de resultar em rendas de monopólio ao produtor. Em outras palavras, as IGs são tecnologias desenhadas para valorizar capital invertido na produção de um determinado produto, de forma atrelada à criação (e satisfação) de novos e específicos desejos humanos. Portanto, tecnologias idealizadas para atender aos requerimentos da valorização de capital, a partir da criação de um mercado, um mercado de produtos singulares.

Como vimos apontando, estes mercados (singulares) são aqueles que possuem um tipo de funcionamento que se caracteriza pela primazia da qualidade. Ao mesmo tempo, é importante compreender que uma singularidade deve ser entendida como uma qualidade específica de um produto, que sirva para lhe atribuir o viés de produto único. Esta qualidade pode surgir, por exemplo, de uma técnica produtiva típica de um território, assim como de uma matéria-prima que se dá de forma exclusiva em um determinado espaço geográfico.

Nesse contexto, afirma Karpik (2007), cresce a incerteza sobre a qualidade destes produtos, devido precisamente a que não são homogêneos como os do padrão fordista, mas diferenciados. De fato, o que ocorre é que o consumidor protela o juízo sobre a qualidade do que compra, quando adquire produtos singulares. Assim, enquanto que a qualidade dos produtos de consumo em massa é conhecida de antemão, no caso dos produtos singulares a qualidade só se revela após o consumo. Frente a isso, os produtos singulares não podem ser interpretados com a mesma lógica que os indiferenciados bens de consumo em massa, por mais que os preços contem. E, para Abramovay (2007), paralelamente ao mercado convencional, onde boa parte da capacidade de juízo dos consumidores se baseia em padrões gerais, surge outro tipo de mercado, o de produtos singulares, onde o consumidor lhes atribui valor não conforme a utilidade marginal, mas em consonância com a subjetividade incomensurável de seu gosto pessoal.

Afirma Marques (2003, p. 8) que:

[r]eflectir sobre esta modalidade de consumo surge como um alerta para a multiplicidade de dimensões do consumo que não se pautam necessariamente pela dupla regra da funcionalidade e da necessidade. Se o consumo dos economistas revela quase sempre esta dimensão mecânica e funcional, apostada na satisfação de necessidades ou na criação de utilidades, a Nova Sociologia Econômica está bem mais

interessada nos mecanismos do desejo, ultrapassando a ilusão da transparência das necessidades. Importa, pois, repensar a dinâmica social de criação de necessidades. Importa saber como do vazio se criam desejos. Importa saber como opera a economia libidinal [...] A Nova Sociologia Econômica procura revelar até que ponto a luta pelo status e pela aquisição está patente em bens e serviços.

No caso dos vinhos finos, esse status vem atrelado, como afirma Karpik (2007), à crença coletiva, associada à arte, de que a escolha do bom vinho integra os devotos de um mundo mais civilizado.

Não temos embasamento suficiente para afirmar se esse mundo é mais civilizado, ou não, de fato. Temos apenas a premissa de que, do ponto de vista dos produtores, a adoção de uma tecnologia de IG está atrelada à busca por rendas de monopólio a partir da produção de produtos diferenciados. E de que a busca por estas rendas é uma estratégia coletiva para escapar à competição por preços, em mercados cada vez mais competitivos, como é o dos vinhos finos.³⁵

Contudo, não podemos deixar de ressaltar que esse tipo de tecnologia de apropriação espacial possui seus paradoxos, especialmente quando analisamos a concepção mental de mundo que a sustenta.

2.4.2 Os paradoxos por detrás da concepção mental das IGs

Ao analisar as indicações geográficas enquanto tecnologias de apropriação espacial, não podemos deixar de reconhecer que estas carregam algumas contradições (intrínsecas). Procuraremos levantar algumas que consideramos importantes discutir, nas linhas subsequentes desta seção.

A primeira diz respeito aos possíveis efeitos deletérios de sua difusão. E o raciocínio é bastante simples: a difusão das IGs pode implicar limites à diferenciação de

³⁵ Uma das dificuldades que muitos produtores encontram diz respeito à impossibilidade de competir por preços com concorrentes que, por alguma razão, tenham custos produtivos menores. Na atual configuração do mercado vitivinícola, bastante globalizado, talvez a principal razão para que os custos de determinada empresa sejam menores diz respeito ao tamanho e às características morfológicas da exploração agrária, que podem incorrer em substanciais ganhos de escala, oriundos não apenas da larga extensão de terra, mas da sua melhor adaptação a práticas mecanizadas. Em geral, este é o caso da produção vitivinícola de países como a África do Sul, ou das grandes vitivinícolas californianas ó que, junto com outras regiões, configuram aquilo que se convencionou chamar de òNovo Mundo Vinícola. Assim, na impossibilidade de competir por preços com os vinhos destes grandes empreendimentos, muitos dos produtores do òVelho Mundo do Vinho, como a França e a Espanha, organizaram-se em torno de uma indicação geográfica para afirmar que os seus vinhos são únicos, típicos e irreprodutíveis.

produtos enquanto meio eficiente de se alcançarem rendas de monopólio, por duas razões. Primeiro, porque o ambiente de competição monopolística que uma indicação geográfica procura estabelecer pode ser eficaz em construir barreiras ao surgimento de novos produtos diferenciados, dentro dos limites espaciais do espaço em que fora aplicada. Porém, rigorosamente, a existência de uma IG não impede que se reconheçam outras (IGs) em outros espaços, ou seja, que a tecnologia se difunda para outros recortes espaciais. Sobretudo, quando em determinado território a IG estiver sendo eficiente em proporcionar aos produtores (a ela associados) as rendas de monopólio. Essas rendas extraordinárias tenderiam, então, a servir como estímulo para que produtores de outros espaços geográficos se associem em torno deste mesmo tipo de tecnologia.

Com isso, a tendência é que cresça o número de territórios sustentados por indicações geográficas e, conseqüentemente, também a oferta de produtos diferenciados. Portanto, em relação ao mercado de determinado produto, a difusão das IGs pode resultar num entrave à capacidade de se cobrar um preço prêmio pelo produto certificado, na medida em que aumenta a concorrência, mesmo em âmbito de produtos diferenciados. Do ponto de vista dos produtores: uma maior dificuldade em alcançar as desejáveis rendas de monopólio.³⁶

Em segundo lugar, a difusão das indicações geográficas pode dificultar a cobrança de um preço de monopólio pelo simples fato de aumentar a incerteza dos consumidores em relação aos possíveis atributos de singularidade dos produtos certificados. Por exemplo, em se tratando dos países da União Europeia, Sacco dos Anjos (2012) afirma que não se pode desconsiderar outro aspecto polêmico em torno das (supostas) virtuosidades das IGs, a saber: os efeitos deletérios da proliferação de marcas e figuras de proteção, que dificulta aos consumidores reconhecerem de forma clara as singularidades e os atributos de qualidade que os artigos presumivelmente possuem.³⁷

Portanto, em casos como este, poderíamos afirmar que a exacerbada difusão de IGs tenderia a gerar um problema de assimetria de informação, pois, do ponto de vista dos consumidores, esse processo polui, ou confunde a sinalização a respeito da singularidade. Como consequência, estes consumidores apresentariam uma menor

³⁶ Por exemplo, o aumento da oferta de vinhos certificados, provenientes de diversos territórios, diminui a capacidade dos produtores destes vinhos em cobrar um preço prêmio pelo seu produto. E a consequência seria uma tendência à equalização da taxa de lucro.

³⁷ Para aquele autor, ãs Indicações Geográficas podem se converter em um importante instrumento para desenvolver diversas zonas rurais no Brasil, sempre e quando exista uma base conceitual ampla, que coloque a identidade cultural dos territórios no centro dessas estratégias.

predisposição em pagar um preço mais alto do que o de mercado pelos produtos certificados. Ou seja, na medida em que a tecnologia se difunde, a certificação perde eficiência em sinalizar singularidade.³⁸

Em síntese, uma exacerbada difusão de IGs pode inviabilizar a capacidade dos produtores em alcançarem as desejáveis rendas de monopólio, em função das crescentes dificuldades de se cobrar um preço de monopólio, por duas razões. Primeiro, pelo aumento da concorrência, em função dos capitais que migrariam para esta tecnologia, em vista dos lucros extraordinários dos pioneiros em adotá-la. Segundo, porque essa migração teria o efeito de aumentar a incerteza dos consumidores em relação à suposta qualidade dos produtos certificados e reduzir, assim, o excedente do consumidor, isto é, a diferença entre o que estes estariam dispostos a pagar a mais por um produto em relação ao seu preço de mercado. Ao final, estas duas situações gerariam um entrave à acumulação de capital ó à medida que diminuem a possibilidade de se alcançar as rendas extraordinárias.

Além disso, outra contradição que as tecnologias IGs podem carregar diz respeito à liberdade para o avanço das forças produtivas, tendo em vista o estado das relações sociais que lhes contrarrestam. Nesse sentido, Niederle (2011, p. 19) relembra que: ãem alguns casos, o quadro regulamentar instituído pela IG aparece como um freio à evolução das práticas agrícolas e conhecimentos dos produtores. Além deste, autores como Chaddad (1996) e Garcia-Papet (2004) também se alinham à ideia de que as IGs podem assumir um papel dificultador no proceder inovativo, justamente em função do enquadramento normativo a que os produtores acabam submetidos.

Em outras palavras, o estado das relações sociais de produção poderia causar entraves ao surgimento de técnicas produtivas que, por alguma razão, fossem interpretadas como uma ameaça ao *status quo* pelos atores que dispõem de maior poder político dentro de determinado conselho regulador (da IG), consequentemente, dentro de cada território construído a partir desta tecnologia.³⁹

³⁸ No entanto, não podemos deixar de considerar que o aumento da concorrência vem atrelado à incapacidade por parte do produtor de cobrar um preço prêmio pelo seu produto: do ponto de vista do consumidor isso significaria uma economia em adquirir bens singulares.

³⁹ Neste caso, seria necessário um alto nível de coesão interna do território que refletisse, por seu turno, capital social interinstitucional suficiente entre o sistema de inovação e a estrutura de governança materializada no conselho regulador das indicações geográficas, para superar o que poderíamos chamar de ãchancela ou barreira política à inovação, levantada justamente por aqueles que, por alguma razão, detenham maior poder político dentro do conselho regulador da IG, a ponto de barrar ou incentivar aqueles avanços técnicos que estejam mais afeitos aos seus interesses a cada momento.

Nesse sentido, é possível que as IGs aumentam o componente político dos processos inovativos, colocando maior peso nos interesses dos grupos que possuem certo grau de hegemonia dentro de determinado contexto social. Como consequência, as IGs funcionariam como um mecanismo de manutenção do *status quo* no âmbito sociopolítico dos territórios. Portanto, do ponto de vista de territórios menos coesos, isto é, daquelas construções sociais com maiores índices de desigualdades, as IGs se apresentariam como uma tecnologia que, em certa medida, engessaria o surgimento de inovações capazes de aumentar a acumulação de capital por rotas alternativas à construída pelo discurso hegemônico. A falta de incentivo à produção ecológica seria um exemplo emblemático desta situação, em territórios onde as IGs não reconhecem esse tipo de técnicas de produção.

E há ainda um outro aspecto a ser considerado, especialmente no que toca à singularidade do produto. Ainda que a unicidade e a particularidade sejam cruciais na definição de qualidades especiais, a comercialidade implica que nenhum artigo possa ser tão único ou tão especial ao ponto de ficar totalmente fora do cálculo monetário. E a contradição se instala por uma razão: quanto mais comercializáveis são esses produtos menos especiais eles se tornam. Portanto, é como se houvesse uma espécie de *trade-off* entre a singularidade e comercialidade do produto. Quanto mais facilmente comercializáveis são esses produtos menos base oferecem para uma renda de monopólio. (HARVEY, 2013b).

Em que pesem as contradições levantadas nesta seção, o que gostaríamos de deixar claro é que as indicações geográficas são tecnologias de apropriação espacial que, apesar de suas distintas formas, possuem um conteúdo essencialmente capitalista. A rigor, as IGs são tecnologias que produzem (em alguns casos reproduzem) espaços capitalistas a partir da associação de um grupo de produtores em busca de rendas extraordinárias em mercados singulares.

Considerações finais do segundo capítulo

No capítulo anterior posicionamos o desenvolvimento territorial dentro de uma perspectiva objetiva e assinalamos que se trata de um processo transitório de complexificação das esferas constitutivas do território (a econômica, a política, a institucional e a social). Nesses termos, reforçamos a necessidade de uma estrutura de

governança para dar sentido (direção) ao desenrolar da complexificação da construção social no espaço. Além disso, afirmamos a necessidade de se harmonizarem ações levadas a cabo pelos produtores e a importância das políticas públicas, especialmente as de caráter territorial, em estimular e articular práticas que alarguem as fronteiras da propriedade rural, isto é, as tornem mais complexas e com maior autonomia. E, embora tenhamos deixado algumas pistas, não fizemos nenhuma afirmação consistente a respeito de como o desenvolvimento territorial toma lugar no espaço. Portanto, foi exatamente a partir desta tarefa que abrimos o capítulo que ora fechamos. Porém, antes de darmos o seu encerramento por completo, gostaríamos de apertar alguns nós e amarrar melhor o nosso pensamento.

O primeiro destes (nós) diz respeito justamente à forma pela qual ocorre a complexificação das esferas constitutivas do território. Aos nossos olhos, à medida que o aumento no grau de complexidade dessas esferas encontra-se vinculado ao incremento no número de seus elementos específicos, resulta suficientemente claro que o desenvolvimento territorial se concretiza mediante a introdução de inovações nas diferentes dimensões da construção social com o espaço. Diante dessa constatação, nos parece igualmente claro que a estrutura de governança não constitui um mecanismo social capaz de, *per se*, manter em movimento o processo de desenvolvimento territorial. Embora o território careça de um sistema de direção para gerar e gerenciar o estopim do processo de desenvolvimento, isto é, para dar o seu encaminhamento através de um projeto, a manutenção da marcha implica um mecanismo social distinto, com capacidade para alimentar a complexificação através da produção das inovações requeridas, isto é, dos novos elementos que serão incorporados às distintas esferas do território, complexificando-as.

Assim, para melhorar nosso entendimento a respeito de como o desenvolvimento territorial toma lugar no espaço (e no tempo), procuramos por algumas explicações acerca da forma pela qual as inovações acontecem. Aos nossos olhos, as descrições oferecidas pela abordagem sistêmica da inovação são as que mais se aproximam da realidade das economias modernas, na medida em que assinalam o processo inovativo como fruto de um processo que se alastra no tempo e no espaço. Assim, por serem aquelas que melhor retratam como ocorrem os processos inovativos do tempo atual, logo, também como ocorrem as complexificações das esferas constitutivas do território, resgatamos a base dessa teoria já na primeira seção deste capítulo e apontamos o que está por detrás de suas descrições.

E, em essência, o que aquelas descrições nos afirmam é que o conhecimento é o principal recurso da inovação, consequentemente, a aprendizagem o seu processo de maior importância. Por conseguinte, nos parece lógico que o desenvolvimento territorial requeira um sistema capaz de colocar atores em interação com a finalidade de transformar conhecimento em inovações, para sustentar a marcha do processo de desenvolvimento. De acordo com as descrições da abordagem sistêmica, concluímos que o sistema de inovação do território deve ter capacidade de absorver e combinar conhecimentos distintos provenientes de fontes diversas, traduzindo-os em novas ideias e, especialmente, em novos elementos capazes de complexificar a sociedade na qual se inserem.

No entanto, conforme vimos no primeiro capítulo, quando essas inovações são incorporadas ao espaço, elas lhe materializam o tempo. Ademais, se o conhecimento é um produto social que se alastra no tempo e no espaço, as inovações técnicas que são acrescentadas ao espaço funcionam como materializações de tempo ao espaço, mas também como sínteses do espaço no tempo, dado que o conhecimento se completa na materialidade, isto é, que o pensamento não existe exclusivamente em si e para si, mas que se objetiva na matéria, adaptando-se aos objetos materiais para, então, retornar ao seu domínio e reelaborar o que fora apreendido (reaplicando posteriormente ao espaço sempre que necessário ou desejável). Conforme apontamos, é por esse processo que o espaço se tecniciza.⁴⁰

No entanto, afirmar que as inovações acontecem através de um processo sistêmico, que envolve atores de diferentes posições sociais, implica reconhecer que se trata de um processo marcado por heterofilia, isto é, um processo hierárquico, que pode envolver e, não raras vezes, envolve atores em posições sociais distintas, enraizados em relações de poder assimétricas. O que, conforme afirmamos, nos leva a prestar a atenção às bases sociopolíticas da inovação. Ao fazermos isso, pelo menos no plano teórico, desvelamos que o avanço técnico não é uma questão neutra, puramente técnica, mas sobretudo uma questão de ordem política, que se encontra na raiz do modelo de apropriação espacial e, consequentemente, na conformação dos interesses dos grupos contemplados pelo projeto territorializante em curso. O que faz jus às palavras de Milton Santos que resgatamos no capítulo anterior e que nos informam que a técnica está repleta de intencionalidade.

⁴⁰ Convém destacar que é pelo recrudescimento desse processo, isto é, pela crescente e cada vez mais rápida introdução de inovações em nossas vidas, que acontece a aceleração do processo histórico.

Assim, mesmo a esfera do conhecimento, principal recurso da inovação, e que outrora fora utilizado principalmente para nos ajudar a compreender o mundo, hoje acaba absorvido, se não na sua totalidade, pelo menos em sua grande parte pela intenção dos detentores dos meios de poder (seja ele político, econômico, social, institucional ou uma combinação entre eles) que pretendem transformar ou construir um mundo à sua imagem, isto é, aos seus interesses. Dessa forma, esses atores sociais (e/ou grupos de interesses) que lançam mão de muitas formas para construir um sistema de valores, que são transmitidos ao conjunto da sociedade como representações da realidade, moldam cada vez mais espaços em conformidade com as suas concepções mentais de mundo. Na medida em que essas concepções se distinguem apenas pela aparência, essencialmente se difunde e fortalece uma concepção de mundo hegemônica (global).

Dessa forma, disseminam-se crenças, normas, hábitos e culturas que constituem uma visão de mundo, mas que se tornam realidades, ao sabor das necessidades e desejos daqueles que a construíram e que a tornam cada vez mais impregnada nas distintas esferas das diferentes construções sociais com o espaço ó mesmo que com formatos distintos. Assim, essa concepção mental de mundo, ao ser fruto da ação intencional daqueles que a idealizaram, carregam um forte componente político. Um componente que acaba refletindo-se no controle da técnica aplicada sobre o espaço, mas também na geração de conhecimento por detrás dessa técnica. O que evidencia não apenas a intencionalidade por detrás da técnica e de seus avanços (e retrocessos), mas que as concepções mentais de mundo também atuam como uma força material, na medida em que são objetivadas nos objetos técnicos e materializadas nos processos reais de produção ó como afirma Harvey (2011).

Nesse diapasão, se enquadram as indicações geográficas, que despontam como distintas aparências da mesma essência. Aos nossos olhos, específicas expressões materiais de uma mesma concepção mental de mundo, porém, aparências que se tornaram reconhecidas e chanceladas pelo poder público enquanto fornecedoras de atributos de especificidade aos produtos que originam. As IGs, portanto, na medida em que se difundem, fortalecem traços específicos de uma mesma visão de mundo. Uma concepção de controle que tem se tornado, ademais de hegemônica, crescentemente enraizada nas distintas sociedades, à medida que aumenta a profundidade de sua penetração nos espaços atuais, resgatando conteúdos que, muitas vezes, lhe foram incorporados por tempos distantes.

Teríamos algo mais a dizer sobre as IGs, no intuito de desfazer mais alguns dos nós que mencionamos no início destas considerações. No entanto, talvez um aprofundamento a esse respeito possa ser mais bem acabado se adentrarmos num plano de análise um pouco menos abstrato, tratando de casos concretos em que o uso da tecnologia de indicações geográficas provocou resultados distintos, em muito por conta de algo que nos parece crucial e que foi abordado neste capítulo: a questão das especificidades e pormenores particulares dos territórios nos quais essa tecnologia se aplica. Passemos, então, a esse tratamento.

CAPÍTULO 3: OS VINHOS, OS TERRITÓRIOS E SUAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Não temos, nessa tese, a intenção de realizar uma análise de cunho setorial. Nosso objetivo, isto sim, assenta-se em averiguar algumas potencialidades e fraquezas das indicações geográficas enquanto meio de estimular a inovação e o desenvolvimento de territórios em espaços rurais. No entanto, não podemos ignorar as implicações de termos escolhido, como objetos de estudo, dois territórios vitivinícolas, especialmente a necessidade de ter um mínimo de conhecimento a respeito do que tem ocorrido no âmbito da vitivinicultura nos últimos anos. Assim, antes de adentrarmos nos meandros do objetivo específico deste capítulo, isto é, no estudo de caso comparado, nos propomos a contextualizar o ambiente em que esses dois territórios se inserem, pelo que apresentamos, sucintamente, os panoramas da vitivinicultura mundial, espanhola e brasileira.

De qualquer forma, gostaríamos de salientar que, em contexto algum, os panoramas pretendem ser uma análise do setor vitivinícola, mas, apenas, uma breve contextualização a respeito dos ambientes em que se inserem nossos objetos de estudo. Mesmo porque, conforme já apontamos, temos por hipótese não apenas que as indicações geográficas devem ser compreendidas como tecnologias de apropriação espacial, mas, que apesar de serem reconhecidas pelos Estados, enquanto atribuidoras de características singulares aos produtos, podem implicar em trajetórias muito distintas para a construção social na qual se inserem.

Assim, nos parece que se as IGs são capazes de estimular ou não a inovação nos territórios, isso passa a depender em grande medida do contexto no qual esses territórios estão inseridos. A depender do caso, até mesmo funcionar como um entrave ao proceder inovativo.

Assim, antes da apresentação de nossos objetos de do estudo de caso, apontamos rapidamente um panorama da vitivinicultura mundial para, logo em seguida, resgatar um panorama das vitiviniculturas espanhola e brasileira nesse contexto ó com a única intenção de posicionar nossos objetos de estudo no espaço-tempo.

3.1 O panorama da vitivinicultura mundial

Conforme podemos observar das figuras abaixo, o mercado mundial de vinho apresenta um ligeiro crescimento no consumo na última década.

Figura 3.2: Consumo e produção mundial de vinhos

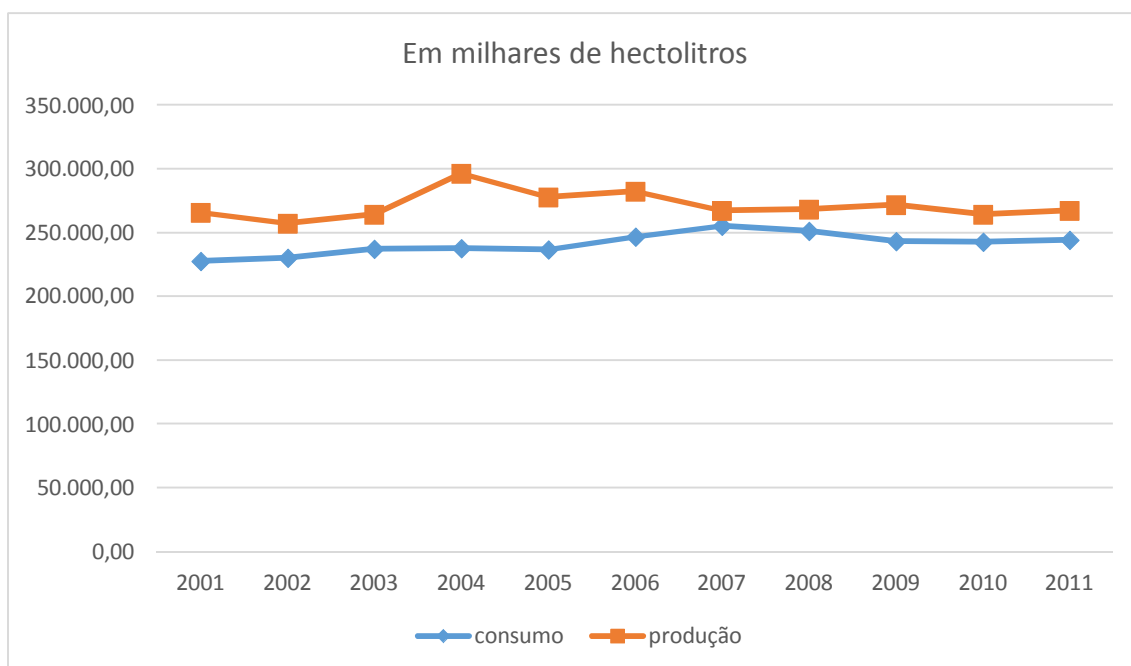


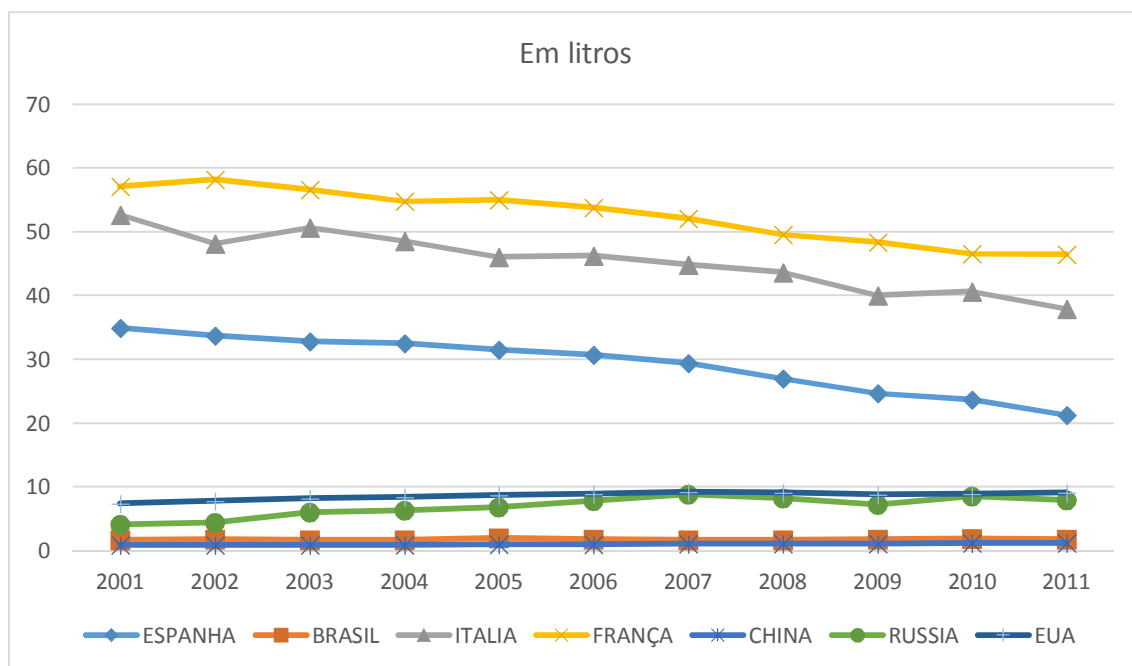
Figura 3.3: Consumo mundial de vinhos, período 2001-2011



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Em grande medida, o consumo tem sido sustentado pela entrada dos países no *Novo Mundo do Vinho* no cenário da vitivinicultura mundial. Na Figura 3.3, abaixo, observamos que os tradicionais e maiores países produtores e consumidores mundiais desta bebida enfrentam uma situação em que o consumo per capita é decrescente, enquanto que alguns emergentes apresentam justamente o contrário.

Figura 3.4: Consumo anual de vinho per capita na Espanha em relação a alguns países selecionados



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Já de acordo com a Figura 3.4, abaixo, podemos observar que, no âmbito global, a superfície cultivada com vinhedos acompanha a tendência de recuperação do consumo. E como a produção de vinhos não apresenta alterações significativas na última década, é possível concluir que houve aumento de produtividade na produção de uvas nesse período.

No entanto, assinalamos que a literatura costuma salientar como o fato mais relevante da vitivinicultura mundial nas últimas décadas, não os ganhos de produtividade, fruto das inovações que o setor vem incorporando com relativa homogeneidade entre os países, mas, sim, a entrada dos países do *Novo Mundo do Vinho* no cenário mundial, com destaque para a Austrália, a África do Sul e o Chile, que entre 1995 e 2011 aumentaram significativamente suas áreas cultivadas com vinhedos e, portanto, contribuíram para sustentar o nível da produção mundial, em contraste com a queda na produção dos

tradicionais países do Velho Mundo, especialmente França, Espanha e Itália ó notadamente o maiores produtores e consumidores mundiais de vinho.

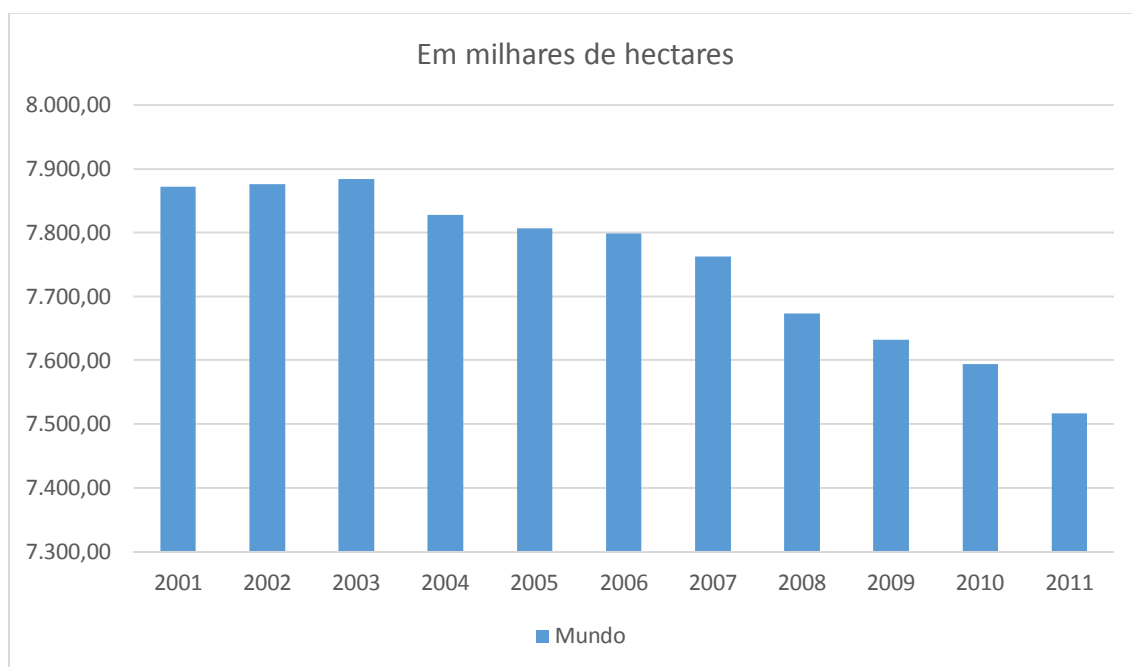
Logo, em nível global, e de uma maneira geral, tem havido uma realocização de parte da atividade vitivinícola para os países do *Novo Mundo do Vinho* em detrimento dos tradicionais produtores do *Velho Mundo*. Esse tem sido considerado o fato mais marcante da vitivinicultura mundial nas duas últimas décadas ó de acordo, por exemplo, com autores como Compés Lopéz (2014), Castillo Valero (2014) e Sánchez Hernández (2014).

Figura 3.5: Consumo de vinho, período 2001-2011.



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Figura 3.6: Superfície cultivada com vinhedos, período 2001-2011.



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Portanto, o que deve ficar claro, é que o mercado vitivinícola mundial está marcado pela globalização. Processo que se expressa, muito especialmente, na entrada dos países do *Novo Mundo do Vinho* no cenário mundial, que absorvem parte da produção vitivinícola global, mas também da demanda, à medida que o consumo nos principais países produtores é decadente.

3.2 O panorama vitivinícola em Espanha

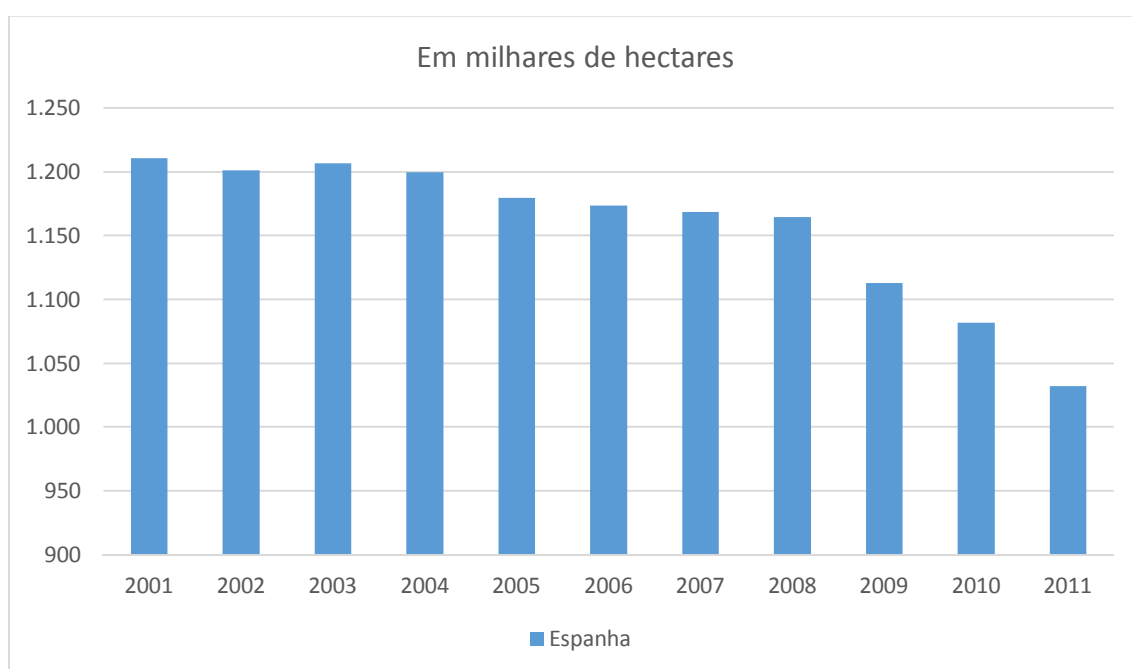
Apesar da baixa no consumo, da redução de vinhedos verificada na última década e da entrada em cena dos países do *novo mundo*, a Espanha ainda é o país que ostenta a maior área plantada com vinhedos. São mais de 1.032.000 hectares de vinhas distribuídas entre 630.000 explorações agrárias. Além disso, em termos de volume de vinho produzido, em 2012, com 33,4 milhões de hectolitros, ficou atrás somente da Itália (com 41,6 milhões de hectolitros) e da França (com 49,6 milhões de hectolitros). No total, são mais de 4.700 estabelecimentos (de todos os tamanhos) que elaboram o vinho espanhol.

E nesse contexto devemos pôr em relevo as indicações geográficas. Do volume total de vinho produzido, 40% corresponde a vinhos certificados por Denominações de

Origem ou Indicações de Procedência. Em números absolutos, são 131 os vinhos que ademais da sua marca própria envergam algum desses dois tipos de selos de proteção comunitária.

A Figura 3.6, abaixo, apresenta a superfície cultivada com vinhedos na Espanha. Dentre outros fatores, a queda que se verifica pode ser explicada tanto pelo aumento da produtividade, em decorrência da difusão de inovações, como pela introdução do sistema de condução em espaldeiras, e ainda pela adoção da irrigação ó que era proibida por regulamentação nacional até 2003.⁴¹

Figura 3.7: Superfície cultivada com vinhedos na Espanha, período 2001-2011



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Em que pese a redução da área cultivada com vinhedos, convém reconhecer, não apenas em função da quantidade de vinho produzido, mas também do número de explorações agrárias e famílias envolvidas na produção, que a vitivinicultura na Espanha é uma atividade de significativa importância socioeconômica, o que talvez explique o alto nível de organização do setor, refletido, por exemplo, no grande número de indicações geográficas vitivinícolas naquele país (131), bem como ao tempo de existência de algumas delas, como a de Montilla-Moriles, que data de 1932.

⁴¹ Lei 24/2003, da Vinha e do Vinho, 10 de julho de 2003.

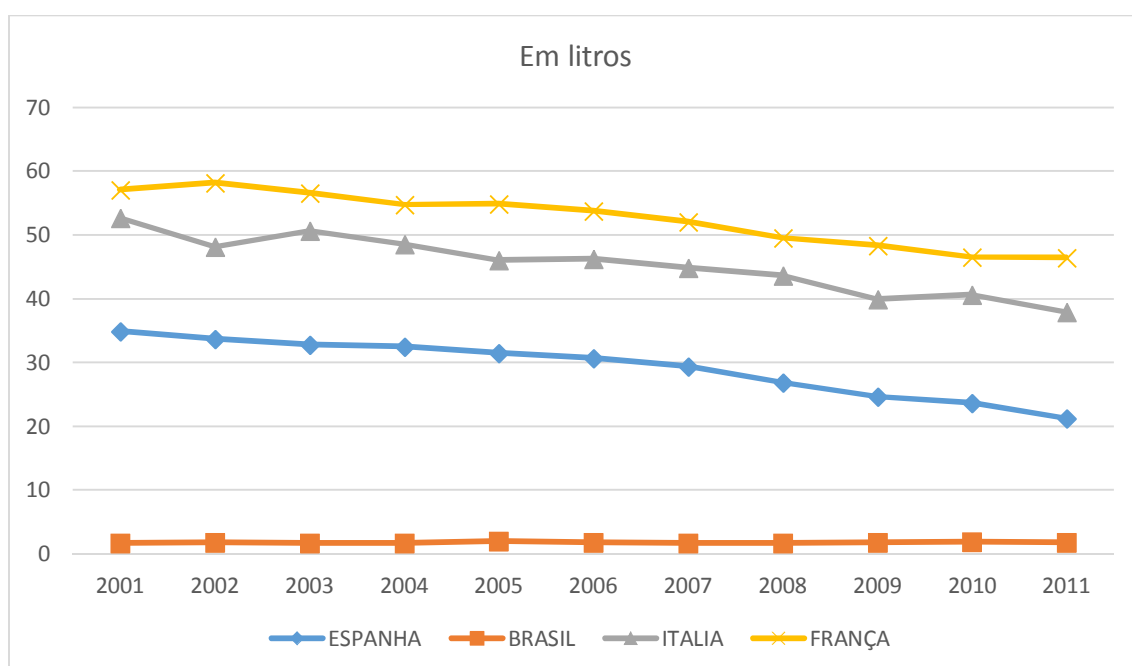
Sánchez Hernández (2014) afirma que tanto em torno à vinha como ao vinho, criou-se (historicamente) uma rede de agentes, recursos, práticas e instituições que só fizeram crescer a paisagem, a riqueza e a complexidade vitivinícola espanhola. E de que, nesses termos, a plena compreensão do significado do cultivo da uva e da produção, distribuição e consumo de vinhos requer considerar, conjuntamente, suas implicações econômicas, sociais e territoriais.

Porém, acrescentamos, em que pese o fato de possuir a maior superfície espacial coberta com vinhedos no mundo e de ter a vitivinicultura como uma atividade de reconhecida importância socioeconômica, o consumo de vinho na Espanha vem em queda há pelo menos duas décadas. Portanto, este é um ponto a ser sublinhado: o consumo de vinhos é declinante, apesar de ser a vitivinicultura uma atividade de importância fundamental naquele país, tanto que está presente em todas as suas províncias ó são 4753 estabelecimentos produtores de vinho em toda a Espanha, de acordo com Compés López e Castillo Valero (2014).⁴²

A figura abaixo ilustra esse movimento de queda no consumo de vinho na Espanha, que junto de França e Itália são os maiores consumidores mundiais dessa bebida.

⁴² Nesse contexto, haja vista, por exemplo, que na província de Córdoba, onde se insere Montilla-Moriles (um de nossos objetos de estudo), verificamos uma campanha para estimular o consumo de vinho nas camadas mais jovens da população, o consumo declinante parece estar associado, sobretudo, a uma mudança nos hábitos de consumo. Esta informação nos foi passada em entrevista oral, realizada em 2013, na cidade de Córdoba, com um cientista social (Angel Ramírez) ligado ao setor vitivinícola e contratado pelo conselho regulador da denominação de origem de Montilla-Moriles para coordenar um projeto que visava, ao mesmo tempo, compreender as razões dos consumidores jovens locais estarem consumindo menos do vinho local.

Figura 3.8: Consumo de vinho anual per capita na Espanha em comparação a alguns países, período 2001-2011



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

A queda no consumo de vinhos tem colocado alguns produtores em situação desconfortável, da qual a exportação surge como uma das poucas saídas.⁴³ E a grande procura por essa saída alçou o país ao posto de segundo maior exportador mundial de vinhos, com mais de 21 milhões de hectolitros exportados em 2011 ó atrás somente da Itália (com 24,3 milhões de hectolitros exportados). Portanto, se o mercado mundial de vinhos está se internacionalizando, as empresas espanholas desse setor estão entre as que colaboram fortemente para essa tendência.

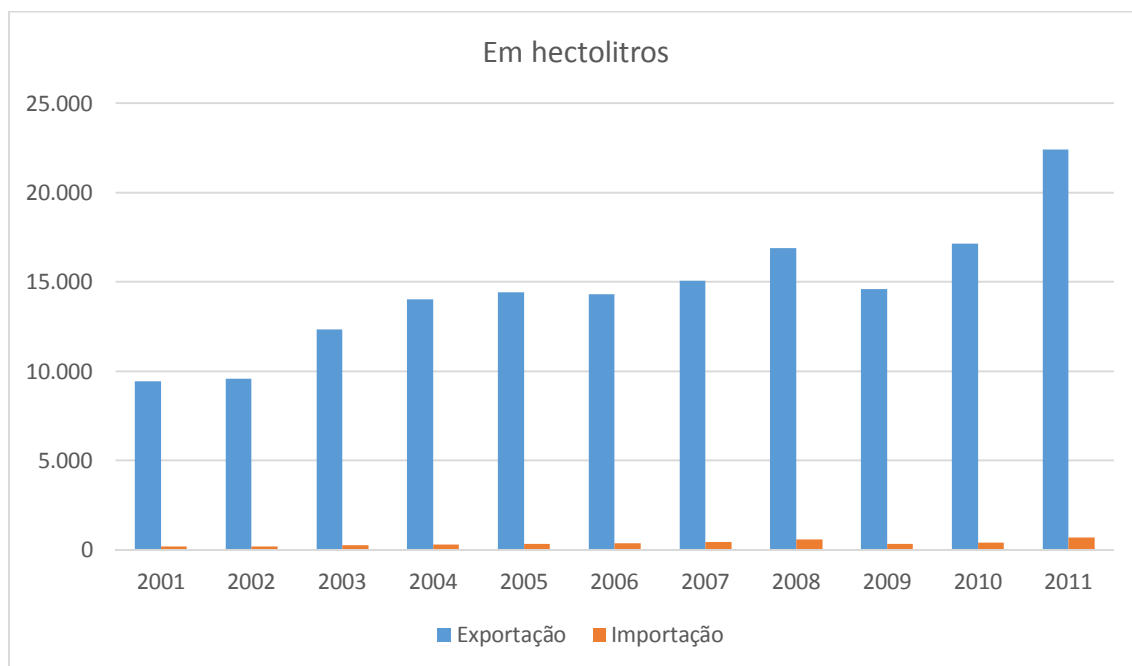
De acordo com López et al (2014), o setor vitivinícola espanhol está imerso num forte processo de internacionalização e, nesse contexto, os êxitos mais importantes são o elevado crescimento do volume exportado, a inversão de vinícolas espanholas em países estrangeiros e o crescente reconhecimento do vinho espanhol no mercado internacional. Por outro lado, os pontos pendentes seguem sendo o elevado peso da venda a granel, os baixos preços recebidos e a presença ainda modesta em mercados emergentes.

A figura abaixo ilustra o movimento das exportações espanholas de vinho em relação a suas importações dessa bebida. Como se pode observar, frente ao robusto crescimento das exportações, as importações contrastam com valores significativamente

⁴³ A inovação outra, não necessariamente tão diferente, como veremos.

menores. Portanto, a análise gráfica ilustra que a porta de saída à redução do consumo naquele país, de fato, tem sido o mercado externo, mas também, que a participação de empresas estrangeiras no mercado espanhol é pouco relevante, apesar de crescente. Ou seja, que a internacionalização ressaltada por López et al (2014) realmente apresenta-se como uma via de mão única, a conquista de mercados externos.

Figura 3.9: Exportação e importação de vinhos na Espanha, 2001-2011



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

No entanto, fora das fronteiras nacionais, ainda de acordo com aqueles autores, o vinho espanhol possui uma imagem de produto escassamente diferenciado [talvez explicado pela grande quantidade da venda a granel]. Além disso, *su posición competitiva es mediana en un mercado internacional muy globalizado, cuya principal característica desde los años ochenta ha sido el milagro del **nuevo mundo***. (Compés López et al, 2014, p. 311)

Portanto, é num contexto de mudança no hábito de consumo e de forte internacionalização que o vinho parece perder terreno na preferência dos consumidores espanhóis, o que não significa que esse consumo (em queda) possa ser considerado baixo. De acordo com a Organização Internacional do Vinho (OIV) o consumo de vinho per capita na Espanha está em torno de 20 litros ao ano. Consequentemente, quando se fala que o consumo de vinho na Espanha está em queda é preciso contextualizar essa queda.

Por exemplo, o consumo per capita brasileiro, cerca de dois litros ao ano, faz triste figura quando contrastado às quantidades consumidas na Espanha. Além disso, países com larga tradição vitivinícola, a exemplo de França e Itália, também apresentam um mercado de vinho com consumo declinante (conforme apontamos na Figura 3.7).

No entanto, se nas últimas duas décadas o consumo de vinho cai, a difusão das indicações geográficas cresce, como a criação de uma nova modalidade de indicação de procedência (IP), os recentes *Vinhos da Terra*, o que reforça a nossa tese de que a adoção de uma indicação geográfica seria uma estratégia para enfrentar o acirramento da concorrência no mercado de vinhos espanhol.

De acordo com Sánchez Hernández (2014), a crescente preponderância do sistema de Denominações de Origem Protegida como marco institucional dominante no mercado espanhol de vinho é o resultado de um processo de requalificação da vitivinicultura, mas também dos canais de distribuição e do consumo final. No entanto, é preciso considerar que este processo não ocorre num vazio sociocultural e econômico, tampouco num limbo legal, posto que o vinho é o único alimento que conta na Espanha com uma sucessão de leis específicas aprovada nas sedes parlamentares (as Cortes). Ao contrário, adquire um significado mais profundo porque se soma a tendência geral dos complexos agroalimentares dos países desenvolvidos na direção da consolidação de circuitos de produção-distribuição-consumo que não se regem exclusivamente pelos critérios (neoclássicos) de preço e quantidade, mas incorporam novos valores, atributos ou qualidades na definição da qualidade dos alimentos, como podem ser sua procedência geográfica, sua sustentabilidade ambiental, seu status público, seu efeito sobre a saúde ou sua contribuição sobre a coesão social.

Em suma, portanto, no panorama vitivinícola mundial, seja pelo grau de penetração de suas empresas em mercados externos, pela quantidade produzida e consumida de vinho ou pela forte presença de indicações geográficas, a Espanha desponta como um dos países líderes.

3.3 O panorama vitivinícola no Brasil

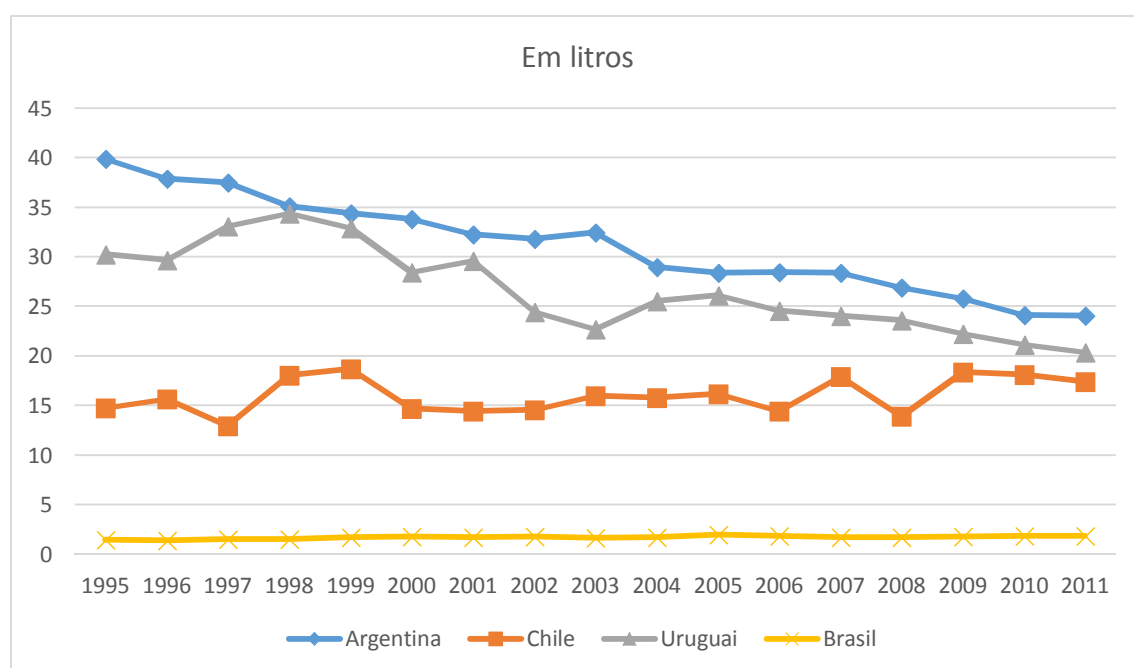
Em quantidade produzida o Brasil é o quinto maior produtor de vinho do hemisfério sul, superado apenas por Argentina, Austrália, África do Sul e Chile. No entanto, o consumo de vinho no Brasil encontra-se muito distante do que se verifica em

tradicionais países consumidores dessa bebida, como França, Espanha e Itália, os maiores consumidores mundiais ó conforme apontamos na seção anterior.

Além disso, quando se trata do consumo per capita, não é apenas em relação aos países do Velho Mundo que os brasileiros ficam atrás. A situação persiste também em relação a alguns países da América do Sul, especialmente a Argentina, o Chile e o Uruguai.

O consumo per capita no Brasil é de cerca de 2 litros por pessoa ao ano. Já naqueles países, em 2011, o consumo per capita alcançou quantidades muito mais significativas: 24,062 litros na Argentina, 17,412 litros no Chile e 20,407 litros no Uruguai (os dados são da OIV). Demonstrando que nestas nações o hábito de se beber vinho está muito próximo dos tradicionais consumidores no Velho Mundo ó ao menos o que toca à quantidade. A Figura 3.9, abaixo, contextualiza o consumo per capita no Brasil em relação àqueles três países sul-americanos.

Figura 3.10: Consumo per capita de vinhos, 2001-2011.

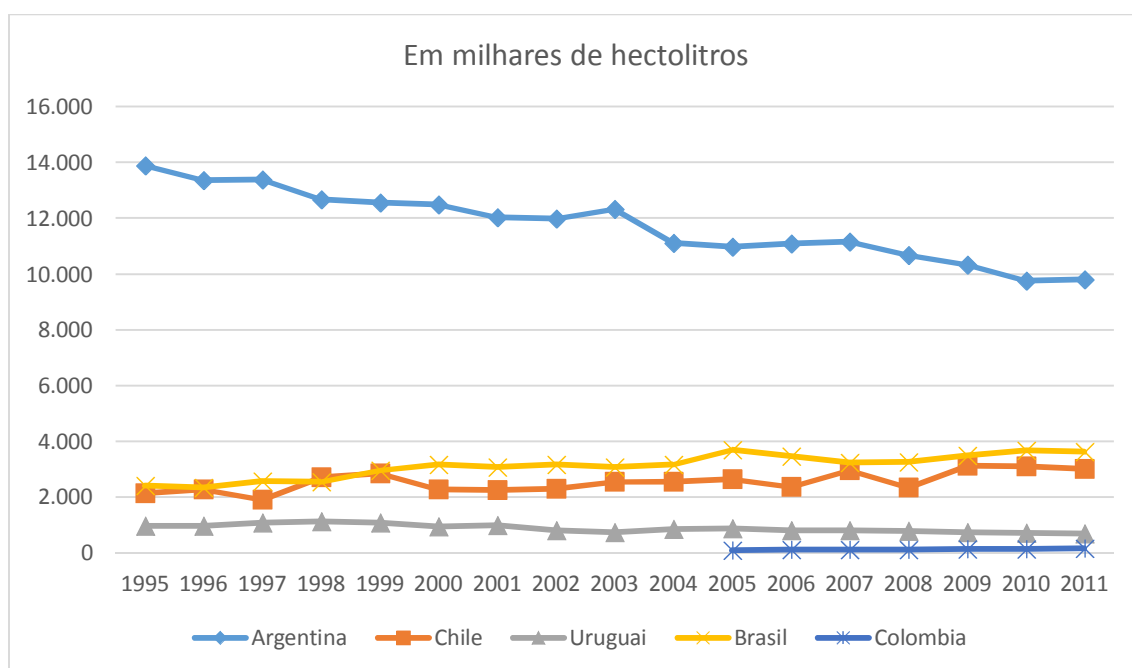


Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

No entanto, quando deixamos de lado o consumo per capita e analisamos o consumo total, o maior contingente populacional do Brasil cobra seus efeitos. De fato, ainda que o consumo per capita brasileiro seja pequeno se comparado com os ôvizinhosô Chile e Uruguai, o mercado vinícola no Brasil não pode ser considerado irrelevante ó pelo

menos em relação às quantidades consumidas no mercado desses dois países. Isto, pois mesmo que os brasileiros consumam em média pouco vinho, o consumo total de vinho no Brasil é superior ao consumo total de vinho tanto no Uruguai como no Chile, países onde o consumo per capita é cerca de dez vezes superior ao que se verifica Brasil. Em suma, de acordo com os dados da OIV, em termos de quantidade consumida, na América do Sul, os brasileiros representam o segundo maior mercado consumidor de vinho, atrás somente da Argentina. A Figura 3.10, abaixo, ilustra essa situação ó um tanto paradoxal.

Figura 3.11: Consumo total de vinho, 2001-2011



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Além disso, gostaríamos de assinalar que a par de representar o segundo mercado consumidor da América do Sul em termos de quantidade consumida, no Brasil o consumo de vinho vem apresentando crescimento desde 1995. No entanto, nos parece conveniente reforçar, mesmo que os brasileiros costumem consumir pouco vinho, em termos de quantidade consumida trata-se do segundo mercado consumidor da América do Sul, ademais, um mercado com consumo em ascensão. Diferentemente do que ocorre, por exemplo, na Argentina, que a par da situação de França, Itália e Espanha, se depara com um mercado consumidor em queda.

Nesses termos, por exemplo, poderíamos nos perguntar se o mercado consumidor daqueles países atingiu o teto máximo, quiçá um nível de saturação, à medida que seus

consumos per capita estão entre os mais altos do mundo, mas em queda. Além disso, e não obstante, poderíamos também supor que, pela combinação do tamanho populacional com o baixo consumo per capita, o mercado vitivinícola brasileiro possui espaço para crescer, contrastando, portanto, com a possível, ou suposta situação de esgotamento das principais nações consumidoras dessa bebida.

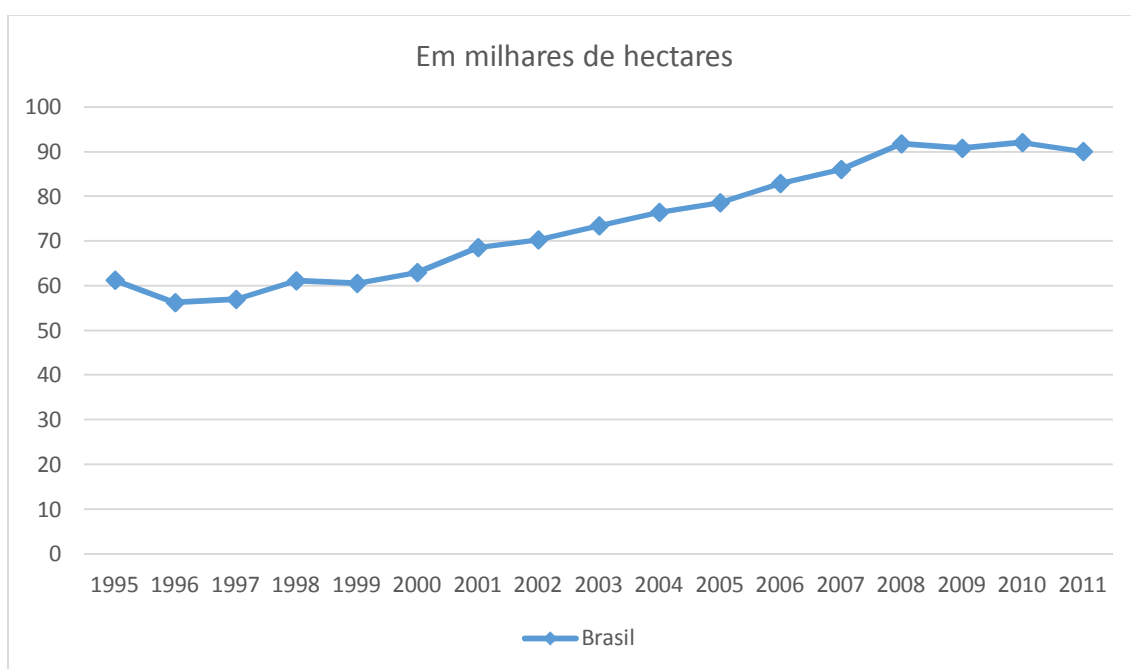
No entanto, talvez uma parte destas suposições nos ajude a explicar o crescimento da área plantada com videiras no Brasil, enquanto que nos principais produtores mundiais dessa bebida as áreas dedicadas à viticultura decrescem, pelo menos desde 1995. Entre 1995 e 2011 a superfície espacial brasileira cultivada com videiras cresceu 46,90%, portanto, uma média de crescimento de 7,97% ao ano, durante 17 anos ó enquanto que houve decrescimento nos países do Velho Mundo com larga tradição vitivinícola, como Espanha (-13, 71%), França (-13,05%) e Itália (-16, 29%)⁴⁴.

No entanto, ainda que a taxa média de crescimento anual da área espacial cultivada com videiras possa provocar algumas análises alvissareiras em relação ao futuro da indústria vitivinícola no Brasil, em comparação, por exemplo, com a Espanha, os números brasileiros de superfície cultivada com vinhedos, assim como o que acontece com os números do consumo e de produção de vinhos, se apresentam ainda tímidos.

As duas figuras seguintes apontam esta situação. Na Figura 3.11, ilustramos o crescimento da área plantada com videiras no Brasil, entre 1995 e 2011. Porém, na Figura 3.12, podemos perceber que tal crescimento ainda representa pouco quando se trata de alcançar um lugar de relevo no contexto da viticultura mundial.

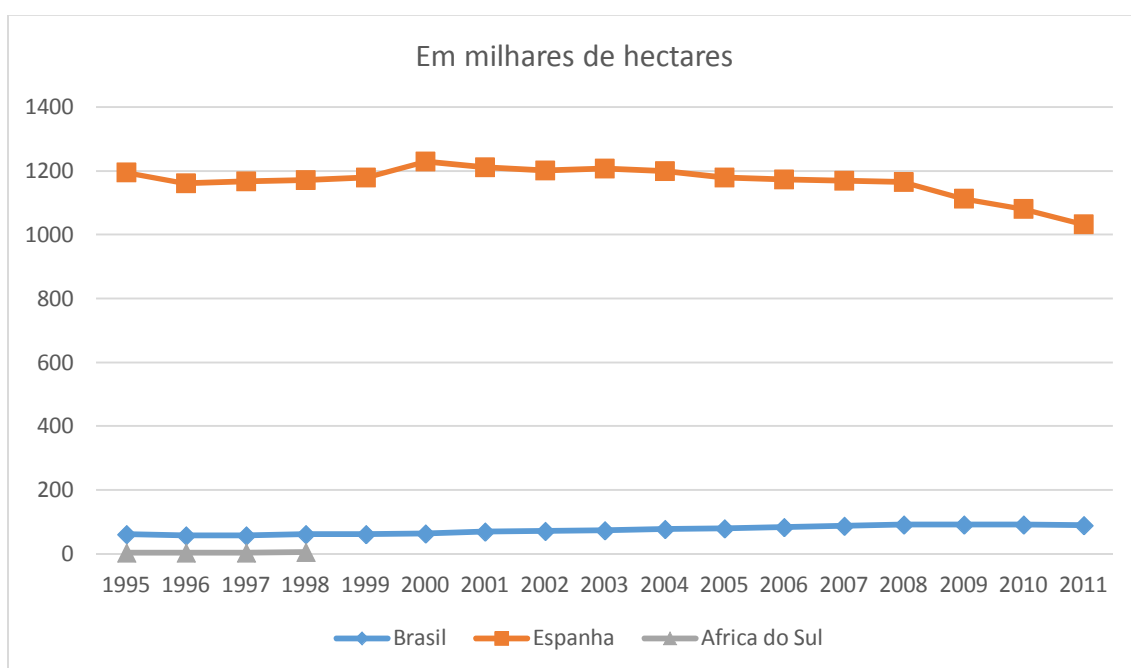
⁴⁴ Dados da Organização Internacional da Vinha e do Vinho ó OIV.

Figura 3.12: Superfície espacial cultivada com vinhedos no Brasil



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Figura 3.13: Superfície espacial cultivada com vinhedos no Brasil em relação à Espanha

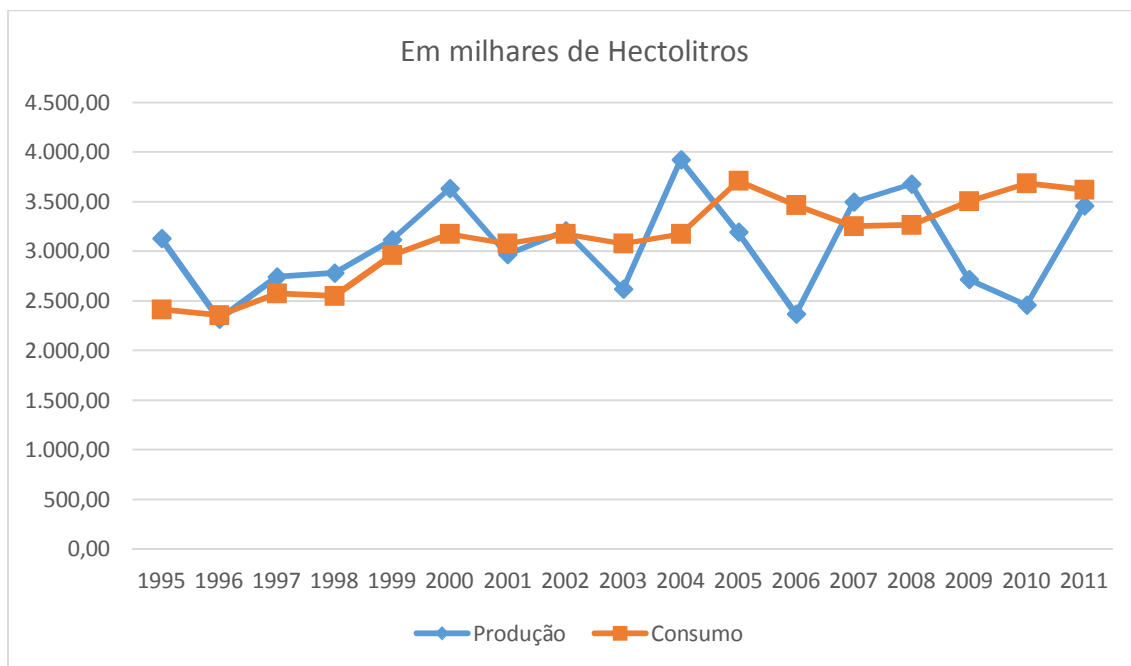


Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Já na Figura 3.13, abaixo, ilustra-se o comportamento da demanda e da oferta de vinhos produzidos no Brasil. Conforme se pode perceber, a produção apresenta um

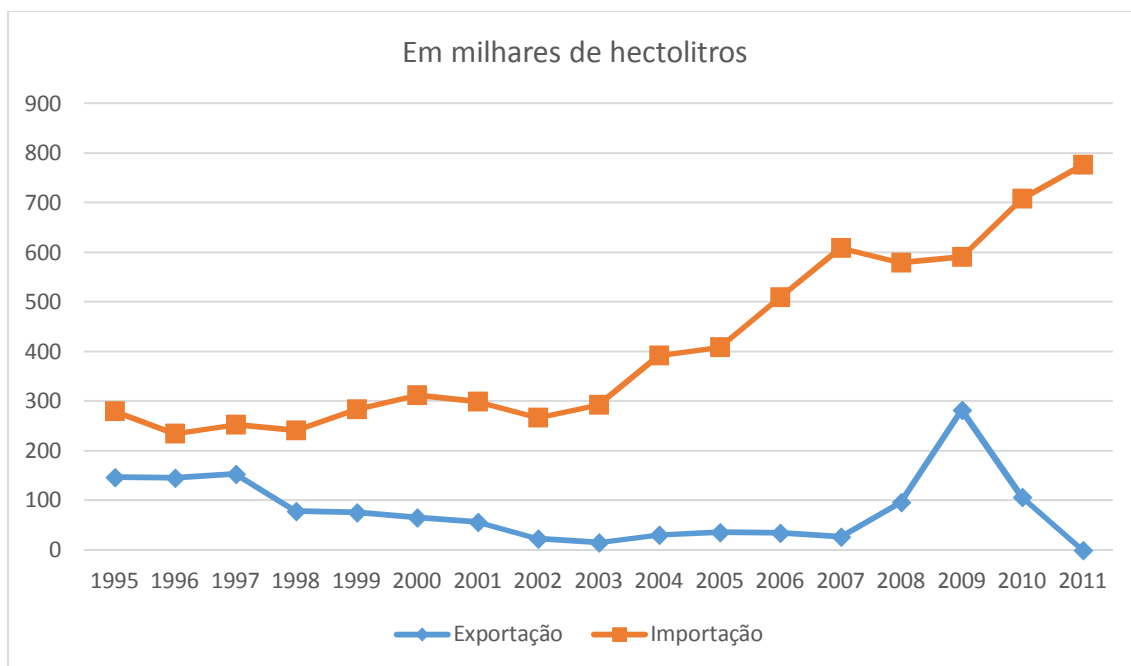
comportamento mais oscilante do que o consumo, que embora apresente suas oscilações próprias, parece evoluir mais suavemente, isto é, sem sobressaltos tão acentuados.

Figura 3.14: Consumo e produção de vinhos no Brasil



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Figura 3.15: Exportação e importação de vinhos no Brasil



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da OIV.

Na Figura 3.14, acima, ilustra-se o comportamento das exportações e das importações de vinhos. E conforme se pode observar, o Brasil é um tradicional deficitário na balança comercial vinícola, portanto, o oposto do que ocorre na Espanha (como vimos na seção anterior). Ou seja, o Brasil é um país que consome mais vinho do que produz, portanto, um absorvedor de vinhos de outros países, especialmente a partir de 1997 quando o crescimento das importações se mostra muito mais acentuado em relação às exportações (o que talvez ajude a explicar as oscilações na produção).

Fato que nos parece acender um sinal alerta. Pois, se o país possui um mercado consumidor relevante, pelo tamanho da população e pela tendência de crescimento que apresenta, e se esse crescimento está sendo absorvido, em boa medida, por empresas estrangeiras, não estaria a indústria vitivinícola no Brasil enfrentando problemas de competitividade, apesar do crescimento que se verifica no setor?

Para responder a essa pergunta lançamos mão do método RTA (Relative Trend Advantage), o mesmo utilizado por Von Rooyen et al (2011) para calcular, com base nos dados da FAO, a competitividade da indústria vitivinícola de diversos países (o Brasil não fora incluído no estudo desses autores). Destarte, lançamos mão da mesma metodologia e da mesma base de dados para auferir a competitividade da vitivinicultura brasileira. Ressaltando-se que, para aqueles autores, a competitividade é definida como sendo a capacidade de expandir o comércio em relação a outros competidores, a título de atrair investimentos e outros recursos escassos para atingir retornos sustentáveis.

O método de cálculo do RTA, ou da performance competitiva, ocorre então da seguinte forma:

$$(1) \text{RTA}_{iv} = \text{RXA}_{iv} - \text{RMP}_{iv}$$

$$(2) \text{RXA}_{iv} = \left[\sum_{n=1}^u X_{iv} / \sum_{m=1}^h X_{in} \right] / \left[\sum_{m=1}^h \sum_{n=1}^u X_{mv} / \sum_{m=1}^h \sum_{n=1}^u X_{mn} \right]$$

$$(3) \text{RMA}_{iv} = \left[\sum_{n=1}^u M_{iv} / \sum_{m=1}^h M_{in} \right] / \left[\sum_{m=1}^h \sum_{n=1}^u M_{mv} / \sum_{m=1}^h \sum_{n=1}^u M_{mn} \right]$$

Onde o numerador nas equações 2 e 3 reflete as exportações (importações) do produto em questão, no caso o vinho brasileiro, em relação ao somatório das exportações

(importações) do mesmo produto no caso dos países competidores⁴⁵. E o denominador revela as exportações (importações) de todos os outros produtos exceto para a commodity em consideração para o respectivo país como uma percentagem de todas as exportações (importações) de todos os outros produtos nos outros países.

Sendo que, o resultado dos cálculos deve ser interpretado da seguinte forma:

- $RTA > 1$ competitiva;
- $1 > RTA > 0$ marginalmente competitiva;
- $RTA < 0$ não competitiva.

A Tabela abaixo expõe o resultado do RTA para a indústria vinícola brasileira, no período de 2000 a 2009.

Tabela 3.1: Evolução do Índice RTA da Indústria Vitivinícola Brasileira – 2000 / 2009:

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
RTA	0,020	0,014	0,004	0,002	0,005	0,007	0,007	0,004	0,011	0,017

Fonte dos dados: FAOSTATS

Conforme podemos observar, a indústria vinícola brasileira é marginalmente competitiva. Porém, muito próxima de se tornar não competitiva, dado que o índice RTA calculado é ligeiramente superior a zero. Sendo que, pelos dados expostos no trabalho de Von Rooyen et al (2011), todos os países estudados, à exceção dos EUA, apresentarem um índice de RTA melhor do que o da indústria brasileira. Em outras palavras, a performance competitiva da indústria do vinho no Brasil é inferior a de seus principais concorrentes. Especialmente os chilenos, mas também os argentinos, onde os custos de produção são menores a exemplo da carga tributária que incide sobre o produto, conforme apontou Teruchiken (2004).

Além disso, gostaríamos de destacar que o índice RTA da Espanha, calculado no trabalho daqueles autores, gravita em torno de 5 (cinco), o que significa que (por esse método de análise) a indústria vitivinícola espanhola possui uma performance competitiva muito superior à brasileira ó conforme os dados expostos na seção 3.1 já vinham sugerindo.

⁴⁵ Considerados os seguintes competidores: Argentina, Chile, Uruguai, África do Sul, EUA e União Europeia.

3.4 Vale dos Vinhedos e Montilla-Moriles: dois territórios com IGs

3.4.1 Aspectos históricos da construção do Vale dos Vinhedos

O Vale dos Vinhedos é um território construído autonomamente (isto é, não induzido por políticas públicas, como é caso dos Territórios da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário) sobre um determinado espaço da região serrana do Rio Grande do Sul. Em termos espaciais, representa pouco mais de 75km² de uma área que corresponde a uma parte da intersecção de três municípios: Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Incrustado na região da *Serra Gaúcha*, trata-se de um dos mais tradicionais palcos da vitivinicultura brasileira. Um palco que teve como ponto de partida de seu processo de humanização o ano de 1876, com a chegada de imigrantes europeus provenientes da região do Trento.

Portanto, migrantes austríacos e italianos que buscavam (no *Novo Mundo*) condições de sobrevivência melhores daquelas com as quais se deparavam em seus países de origem. Naquele momento histórico, na Europa, fermentavam acontecimentos políticos e econômicos importantes ó dentre outros fatos, o final do século XIX marcava-se pelo avanço do processo de Revolução Industrial, logo, pela adoção de técnicas produtivas que, além de revolucionarem o modo de produção, também requalificaram espaços ó remodelando-os não apenas com novos objetos técnicos, mas sobretudo com novas relações sociais de produção.⁴⁶

Ao norte da Itália assim como na Áustria, onde a industrialização avançava a passos largos, o trabalho artesanal e a agricultura camponesa foram fortemente influenciados. Agravados pelo crescimento demográfico da época, mas também por rescaldos das guerras napoleônicas, que tiveram como uma das consequências a anexação da região do Trento à Áustria, artesãos e camponeses trentinos buscaram na migração a porta de saída às dificuldades socioeconômicas que enfrentavam. Uma dessas portas os levou ao sul do Brasil, mais especificamente a região da Serra Gaúcha, onde iniciaram a humanização do espaço que hoje se conhece por (território do) Vale dos Vinhedos.

Ressaltamos, portanto, que fora uma determinada configuração de espaço-tempo que, na Europa, estimulou os emigrantes a buscarem melhores condições de sobrevivência em outros espaços; porém, foi igualmente uma determinada configuração

⁴⁶ Crise do final do século XIX (*crisis finisecular*) alcança de maneira mais expressiva os territórios europeus agrários.

de espaço-tempo o que forneceu as bases primevas para estes, agora imigrantes, iniciarem uma nova construção social no espaço que os ãacolheraö.

Assim, quando afirmamos que o Vale dos Vinhedos é um dos mais tradicionais palcos da vitivinicultura brasileira, convém salientar que o processo que conduziu essa formação social a desenvolver-se em torno da atividade vitivinícola é fruto (seguramente) da ação intencional dos agentes territorializantes, porém, dentro de um determinado contexto histórico e geográfico. Ou seja, a territorialização é fruto da intencionalidade dos agentes que, por seu turno, depende da posição espaço-tempo em que se encontram, uma vez que é o contexto histórico e geográfico que oferece o conjunto de possíveis escolhas desses agentes.⁴⁷

As características do espaço e o contexto histórico de sua apropriação tornam-se condicionantes da morfologia da construção social, principalmente por incidirem tanto sobre a consolidação das instituições quanto sobre o desenho das estratégias territorializantes ó que, por seu turno, também dependem do conjunto institucional. Por exemplo, o contexto em que os imigrantes territorializam o espaço do Vale dos Vinhedos é marcado pela instituição de mercado. Assim, desde o início do processo de territorialização, os atores sociais estão condicionados pela venda de mercadorias, pois, ainda que fossem os reais proprietários dos meios de produção, tinham uma dívida a ser saldada com o Estado, em função da propriedade dos lotes de terra que lhes foram entregues. Dívida que os obrigava a vender parte de seus produtos agrícolas.⁴⁸ Portanto, o conteúdo do tempo em que a territorialização do espaço do Vale dos Vinhedos ocorre, desde o princípio, é um conteúdo marcado pela instituição de mercado, o que fez com que as estratégias de desenvolvimento territorial estivessem sempre marcadas por essa condição ó naquele território.

Nesses termos, gostaríamos de salientar que, ao nossos olhos, as características do meio natural (o espaço) e a posição relativa da construção social (com esse espaço) num sistema de territórios mais ou menos conectados, determinam as bases primevas da territorialização, as linhas que demarcam os limites possíveis da construção social. Dito de outra forma, a interação do homem com o meio natural, que resultará na crescente humanização deste, possui dois condicionantes fundamentais: as características físicas do espaço, que oferecem os recursos naturais que incorporam possibilidades internas ao

⁴⁷ A quinta dimensão espacial de acordo com a teoria da Física que resgatamos no primeiro capítulo.

⁴⁸ A esse respeito, consultar Tavares dos Santos (1978).

desenvolvimento; mas também o momento histórico e a posição geográfica em que isso acontece, na medida em que o território passará a se relacionar com outros territórios já construídos e articulados dentro de uma lógica sistêmica em movimento, conseqüentemente, organizada sobre determinadas leis de funcionamento e, em alguns casos, com funções mais ou menos estabelecidas para cada território. Assim, a territorialização é um processo contextual, contido em espaço, mas também em tempo.

Conforme apontamos, o processo de territorialização da Serra Gaúcha (onde se insere o Vale dos Vinhedos) inicia a chegada de imigrantes europeus de origem majoritariamente italiana e austríaca, em torno do ano de 1876. Naquele momento, o fato mais significativo com o qual os imigrantes se defrontaram foram as dificuldades orográficas de um espaço natural ainda não explorado pelo homem. As primeiras tarefas dos imigrantes ali instalados foram preparar o terreno para a agricultura e para a construção das primeiras estruturas e equipamentos técnicos (ruas, casas, igrejas, centros de saúde...), sendo fundamental a ajuda mútua e a cooperação entre eles (SANTOS, 1978). Graças a isso, arraigou-se um forte sentimento de pertencimento a uma comunidade de valores e interesses compartilhados, sentimento que se aprofundava conforme os imigrantes comprovavam que o êxito inicial de seus projetos devia-se, em grande medida, ao esforço coletivo e não as ações individuais. Assim, o espírito de cooperação converte-se numa característica singular da Serra Gaúcha, até o ponto em que se transforma numa verdadeira instituição social da região. Portanto esse é um ponto que gostaríamos de destacar: a cooperação e o associativismo fazem parte da espinha dorsal daquele território o ponto que já sublinhamos em outros trabalhos (JEZIORNY 2009; ORTEGA e JEZIORNY 2011).

Ademais, é importante destacar a posição geográfica da Serra Gaúcha e o momento histórico em que se produz o citado processo de apropriação territorial deste espaço, já que ele nos permitirá explicar porque a população emigrante optou pela produção vitivinícola como modelo econômico de aproveitamento dos recursos naturais desta zona. Em uma fase inicial, a atividade agrária dos imigrantes era muito diversificada, eram cultivados, entre outras coisas, trigo, milho, cevada e feijão que se destinavam ao autoconsumo familiar. No entanto, conforme geraram-se os primeiros excedentes, os agricultores precisaram competir com produtores de outras zonas para canalizar a produção até o mercado de Porto Alegre, o mais importante da região, situado a 120 km de distância.

Assim, dadas as características montanhosas da Serra Gaúcha e a sua maior distância com respeito a capital do estado (Porto Alegre), especialmente em comparação com as zonas de assentamento dos emigrantes alemães (que se assentaram no Vale dos Sinos, a apenas 40 km da grande cidade portuária e junto a fáceis vias de transporte), os emigrantes do Vale dos Vinhedos se depararam com sérias dificuldades para competir na canalização até os mercados urbanos dos excedentes procedentes de seus cultivos de cereais. Fato que motivou os agricultores da Serra Gaúcha a optar pelo cultivo da uva, um produto pouco explorado nas outras zonas e que se adaptava muito bem as condições orográficas da região.

Portanto, não cabe atribuir, unicamente, como fizeram alguns autores (DUARTE FIALHO, 1997), a opção pela uva a uma espécie de determinismo cultural da população de origem italiana, mas também a posição geográfica da Serra Gaúcha e ao momento histórico em que teve lugar o processo de apropriação territorial desse espaço geográfico. Ou seja, é a combinação desses três fatores, conjuntamente, o que explica a implantação no território serrano de um modelo de desenvolvimento agrícola baseado no cultivo da uva, modelo que, ao consolidar-se, acabaria por dar a este recorte da Serra Gaúcha o nome de Vale dos Vinhedos, e que teria no cooperativismo sua espinha dorsal.

Note-se, estamos a discorrer sobre um processo que intercorria entre as últimas estrofes do século XIX e as primeiras do século seguinte, conseqüentemente, num momento histórico em que as técnicas, tanto de produção quanto de transporte e conservação dos produtos eram ainda bastante rudimentares. Nesse contexto, por assim dizer, imperava uma certa homogeneidade na base técnica da produção agrícola. Ou seja, independentemente das características físicas do espaço, não era comum que a agricultura se afastasse de determinado padrão produtivo, no qual a produtividade do trabalho dependia, sobremaneira, da fertilidade natural da terra. Ademais, os produtos agrícolas eram, na prática, tão homogêneos quanto as técnicas das quais decorriam e, ao passo em que essa homogeneização lhes implicava, praticamente, uma substitubilidade perfeita, seus preços eram atribuídos pela lei da oferta e procura no mercado consumidor. Logo, a rentabilidade do agricultor, que recorria a esse mercado, era atribuída muito mais pelos seus custos de produção, do que pela qualidade (ou diferenciação) de seus produtos. E, em geral, os agricultores locais logravam das vantagens do monopólio natural de localização, dado que as barreiras espaciais eram consideravelmente significativas em função do baixo desenvolvimento dos sistemas de transporte

Naquela época, o alemão Von Thunen - para muitos o fundador da análise econômica espacial - argumentava que a renda fundiária correria para o seio daqueles agricultores que estivessem localizados mais próximos do mercado consumidor, ou que tivessem, por exemplo, acesso a rios navegáveis, que facilitassem o escoamento da produção. Os custos de transporte, a par da fertilidade natural da terra, eram, para aquele autor, o grande determinante dos custos, logo, também da rentabilidade do agricultor que recorria ao mercado. Assim, a renda da exploração agrária era uma variável determinada pela sua localização, tanto em relação ao mercado, como às vias de acesso a esse mercado e em relação à posição geográfica de seus concorrentes.

Dois séculos depois, ou seja, atualmente, o modelo locacional de Von Thunen apresenta aplicabilidade questionável, especialmente pelo desenvolvimento das técnicas de produção e transporte, bem como de armazenamento, que possibilitam que o consumo de produtos agropecuários aconteça em pontos muito mais distantes (no tempo-espaço) de seus locais de produção. No entanto, a sua época, a teoria de Von Thunen fora um importante instrumento teórico para se entender a localização e a distribuição de determinadas atividades agrícolas no espaço.

Se aplicarmos as hipóteses delineadas pelo pesquisador alemão ao nosso objeto de estudo, o Vale dos Vinhedos, veremos que se ajustam em boa medida, pois são teoria e prática de um mesmo tempo. Em outras palavras, o contexto histórico da territorialização aliado a posição geográfica e às características físicas do espaço foram condições determinantes para que as famílias de agricultores do Vale dos Vinhedos, de maneira geral, viessem a se especializar na atividade vitivinícola.

Para facilitar a compreensão desse argumento, de caráter òvonthuneanoö, convém considerar três eventos históricos distintos, três fluxos migratórios provenientes do continente europeu, que contribuíram para humanizar três recortes espaciais do estado do Rio Grande do Sul. O primeiro, por volta de 1772, através de emigrantes açorianos que se estabeleceram às margens de um grande estuário e acabaram por fundar a cidade de Porto Alegre, que se tornou o maior centro urbano do sul do Brasil. O segundo, por volta de 1824, pela migração de pessoas de língua germânica, que humanizou um espaço contíguo à Porto Alegre, à beira do rio dos Sinos, e que acabou por constituir o que poderíamos denominar de território do *Vale dos Sinos*. E, por fim, o fluxo migratório de 1875, majoritariamente formado por emigrantes italianos, que se estabeleceram em espaço contíguo ao Vale dos Sinos, e que acabaram por constituir a região da Serra Gaúcha, onde se localiza o Vale dos Vinhedos.

Na figura abaixo destacamos os espaços ocupados a partir dos três movimentos.

Figura 3.15: Localização geográfica de territórios construídos a partir de fluxos migratórios no sul do Brasil



Fonte: Elaboração do autor

No âmbito destes movimentos, devemos considerar peremptoriamente: (i) que o primeiro formou o grande mercado consumidor do estado, a cidade de Porto Alegre; (ii) que a partir de determinado momento os dois últimos passaram a competir para escoar seus produtos àquele centro, na medida que suas produções geraram um excedente local; porém, (iii) que o território de ãcolonização alemã - o Vale dos Sinos -, possuía vantagens competitivas, locacionais, em relação à região de colonização italiana, a Serra Gaúcha, onde se encontra o Vale dos Vinhedos. Isto, pois, enquanto a zona de colonização italiana localizava-se, a rigor, numa região montanhosa, a cerca de 120km de distância de Porto Alegre, os imigrantes de origem germânica, que chegaram ao Brasil cerca de meio século antes, estabeleceram-se a aproximadamente 40 km de distância deste centro, em um espaço praticamente contíguo a cidade de Porto Alegre.

Além disso, os migrantes germânicos tinham acesso a rios francamente navegáveis, que desembocavam no grande estuário às margens do qual os açorianos fundaram a cidade de Porto Alegre. Esse acesso, quando combinados a menor distância relativa à cidade, barateavam sobremaneira seus custos de transporte, em relação com os quais se deparavam os imigrantes italianos.

Portanto, em face desse contexto histórico e geográfico, a especialização na produção vitivinícola foi a solução encontrada pelos imigrantes italianos, da Serra Gaúcha, consequentemente também os do Vale dos Vinhedos, para contornar os obstáculos que dificultavam o escoamento de seus excedentes e, assim, travavam a

acumulação de capital, bem como o desenvolvimento territorial dentro do conjunto institucional da sociedade capitalista ó isto é, dentro de suas normas e leis de funcionamento.

Naquele momento histórico, o vinho era um produto o qual não apenas o Vale dos Sinos (região de colonização alemã), mas também outros espaços do Rio Grande do Sul não costumavam produzir em quantidades que pudessem ser comercialmente significativas. Assim, a atividade vitivinícola serviria tanto para suprir as necessidades locais, atreladas aos hábitos de consumo das famílias de imigrantes como não haveria a necessidade de enfrentar uma concorrência com território favorecidos por suas vantagens locais. Além disso, a topografia da região da Serra Gaúcha não abria um leque muito grande de opções aos imigrantes, ao passo que a videira era uma das culturas que melhor se adaptava ao terreno montanhoso e pedregoso, especialmente à medida que a escala de produção crescia (em direção a terras de mais difícil acesso) em virtude do aumento populacional

Portanto, ainda que a vinha e o vinho fossem produtos com forte identificação junto aos imigrantes de nacionalidades italiana e austríaca, que constituíram o Vale dos Vinhedos, a especialização territorial na atividade vitivinícola não pode ser considerada como fruto exclusivo de determinantes culturais daqueles atores, pois, também é tributária da posição geográfica e do momento histórico em que o início da territorialização aconteceu. Confirmando, assim, que a construção social sobre aquele espaço fora restrita tanto pelas condições impostas pela geografia quando da história ó ou, em outras palavras, pelas condições determinadas pela unidade tempo-espaço.

Assim, com o tempo, desenvolveu-se na Serra Gaúcha um sistema agrícola que adquiriria traços tipicamente comerciais, à medida que a produção artesanal de vinho (em cantinas ou pequenas vinícolas familiares) era substituída pela produção industrial (em instalações de maior tamanho) e conforme surgiam agentes intermediários encarregados das atividades de compra, venda e canalização da oferta aos mercados externos. Os comerciantes e grandes produtores de vinho (muitos deles as mesmas pessoas) se organizaram em 1927 no Sindicato Vitivinícola Riograndense, que dois anos mais tarde se transformaria na Sociedade Vinícola Riograndense Ltda (ainda que a população local a seguisse chamando de òSindicato do Vinhoö). Naquele momento o que ocorreu, de fato, foi a centralização dos capitais comerciais vinculados à atividade vitivinícola em uma sociedade de responsabilidade limitada, estratégia que também pode ser interpretada

como uma tentativa de estabelecer barreiras de entrada no mercado de vinho. (TAVARES DO SANTOS,1978).

Segundo afirma Santos (1978), o objetivo imediato do Sindicato do Vinho era constituir uma indústria capitalista na vinicultura, até então dominada pela pequena produção artesanal (e pelos pequenos comerciantes). Daí que o grupo do *Sindicato do Vinho* se propusesse a *standardizar* a produção promovendo uma industrialização racional. No transcurso deste processo, crescerá paulatinamente a influência do grupo dos grandes produtores e comerciantes (cantineiros) com o objetivo final de aniquilar a produção artesanal. Prova da influência do Sindicato do Vinho na persecução desse objetivo seria a aprovação do Regulamento do Vinho para controlar o acesso de novos produtores e inspecionar o processo de produção de vinho na região; este regulamento fixaria estritas exigências técnicas em matéria produtiva e estabeleceria normas de obrigação de cumprimento de equipamentos e instalações, que, em muitos casos, eram impossíveis de cumprir por parte das pequenas vinícolas familiares, devido ao alto custo que supunham.

Como efeito, muitas destas famílias renunciaram à produção de vinho, limitando-se a produzir uva e a vendê-la aos comerciantes e grandes cantineiros (vinicultores), porém, outras famílias resistiram, e foram capazes de adaptar-se a nova situação organizando-se em cooperativas. Inicia-se, assim, o cooperativismo no setor vitivinícola da Serra Gaúcha (e no Vale dos Vinhedos), um movimento que, ao recorrer à cultura associativa dos primeiros imigrantes, logrou contrarrestar o poder dos grandes cantineiros agrupados no Sindicato do Vinho, de forma a criar uma situação de equilíbrio entre os diversos grupos de interesses: de um lado, os comerciantes e grandes cantineiros agrupados em torno do Sindicato do Vinho, e, de outro, os pequenos produtores agrupados nas cooperativas. O associativismo em geral, e o cooperativismo em particular, ser fortaleceriam como um importante elemento de coesão social na região e uma relevante fonte de identidade para a população rural, sendo o fator que, no futuro, viria a condicionar o processo de acumulação capitalista no Vale dos Vinhedos.

3.4.2 Uma estratégia de desenvolvimento baseada na singularidade geográfica e social do Vale dos Vinhedos

Apoiada na citada cultura associativa, se desenvolveu no Vale dos Vinhedos um sistema de governança capaz de agregar os diversos interesses individuais (industriais, comerciantes, pequenos produtores...) em torno de um interesse geral construído sobre a base de um modelo de desenvolvimento cujo eixo vertebral é a produção vitivinícola. A base dessa estrutura de governança é a Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), uma organização interprofissional⁴⁹ que tem sido capaz de lograr para a região a primeira Indicação Geográfica brasileira reconhecida pela União Europeia.

A rigor, a APROVALE é resultado da vontade cooperativa dos atores sociais, econômicos e institucionais presentes na região, e da intenção da sociedade civil de dotar-se de um conjunto de regras para valorizar a singularidade do território, construída em torno da produção vitivinícola. Assim, a APROVALE é um mecanismo de construção sociopolítica posto em marcha pelos grupos implicados no setor vitivinícola do Vale dos Vinhedos com o objetivo de implementar, no território, um determinado projeto de desenvolvimento. Por exemplo, o conselho regulador da IG promovida pela APROVALE estabelece determinadas normas de produção vitivinícolas que não são impostas desde cima, mas são o reflexo do modelo tecnológico que os produtores, industriais e comerciantes têm decidido aplicar sobre aquele espaço. Ademais, o sistema de governança que gira em torno da APROVALE também funciona uma estrutura de representação de interesses cuja ação ultrapassa o âmbito dos assuntos ligados a gestão do setor vitivinícola. De fato, a associação integra grupos não vinculados diretamente ao setor, como proprietários de bares e restaurantes, e se ocupa de temas (ambientais, culturais...) que têm a ver mais com uma concepção integral de desenvolvimento territorial, do que com uma concepção puramente setorial.

Nesses termos, a APROVALE pode ser vista como uma espécie de caixa de ressonância do território, posto que, no fundo, ressoa a preocupação dos diferentes atores sociais em manter a singularidade do Vale dos Vinhedos como espaço geográfico

⁴⁹ Entidades representativas que agrupam, em uma mesma estrutura de representação, por exemplo, associações de agricultores e associações de empresas agroindustriais, ou, ainda, empresas produtoras de insumos agrícolas ou processadoras e/comercializadoras de produtos agrários processados ou não. A respeito do tema consultar Ortega (2005) e Moyano Estrada (1984; 1988)

diferenciado, e por consolidar a referência vitivinícola como base da identidade territorial. Assim, a vitivinicultura e a indicação geográfica se tornam o eixo estratégico de projeto de desenvolvimento. No entanto, este projeto também envolve e impulsiona outros setores, haja vista, por exemplo, o envolvimento da própria APROVALE na elaboração de um Plano Diretor para o conjunto territorial. Plano que gira em torno da Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos como uma marca diferenciadora do território, mas que tem o enoturismo⁵⁰ como atividade estratégica e elementos sobre os quais existe um amplo consenso entre os diversos grupos de interesses. Em uma série de entrevistas realizadas em 2013 junto à população da zona, praticamente a totalidade dos entrevistados (30 agricultores e 10 vinicultores) opinaram que a IG é positiva para o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos e que o enoturismo é uma atividade econômica muito importante para a geração de renda para os agricultores e para os produtores de vinho.⁵¹

Existe também um amplo consenso sobre o papel desempenhado pela IG para garantir um padrão mínimo de qualidade ao vinho certificado, de forma a reduzir a incerteza do consumidor com respeito ao produto local e a oferecer aos produtores a possibilidade de beneficiar-se de rendas de monopólio, em função da diferenciação sustentada pela marca do Vale dos Vinhedos. Outrossim, essa estratégia funciona como uma forma de propagandear a singularidade do território, e, na medida em que estimula o enoturismo (envolto na aura vitivinícola), serve para dar notoriedade a seu patrimônio histórico-cultural. Em definitivo, a IG contribui para valorizar os símbolos da identidade local. E, ademais de reforçar essa identidade, os atores logram valorizar o território do Vale dos Vinhedos enquanto uma mercadoria geograficamente ordenada - por utilizar um conceito de Harvey (2013a).

Os dados da APROVALE nos ajudam a sustentar a afirmação anterior na medida em que mostram que o fluxo de turistas desejosos de impregnar-se da aura de produção vitivinícola, passou de 45 mil pessoas em 2007 à 283 mil em 2013. O que incentiva a pluriatividade e contribui à criação de emprego e renda, na medida em que abre oportunidades de exploração de atividades não agropecuárias vinculadas ao turismo por parte das famílias locais. Contudo, não devemos esquecer que a relativa proximidade à cidade de Porto Alegre, um dos maiores centros urbanos do Brasil, favorece o fluxo

⁵⁰ Turismo rural voltado aos territórios vitivinícolas. De acordo com a APROVALE, o enoturismo é um segmento da atividade turística que se fundamenta na viagem motivada pela apreciação do sabor e aroma dos vinhos e das tradições e tipicidade das localidades que produzem a bebida.

⁵¹ Conforme apontamos em Jeziorny (2009) e Ortega e Jeziorny (2011)

turístico em dito território. Paradoxalmente, no momento histórico inicial de apropriação espacial por parte dos imigrantes, a distância ao centro urbano era uma desvantagem, enquanto que, no atual momento histórico, com a melhora nos sistemas de comunicação e transporte, essa distância à cidade de Porto Alegre se converte em um fator de oportunidade, graças ao atrativo que o Vale dos Vinhedos representa à população urbana como espaço rural dotado de uma paisagem singular e de interessantes rotas turísticas em torno da cultura do vinho.

Se trata, com efeito, de um território socialmente construído, que se converte em um produto turístico singular graças a valorização de seu patrimônio histórico-cultural em torno ao vinho, e a sua particular localização geográfica. Nesse sentido, podemos ver na IG ãVale do Vinhedosã um mecanismo que contribui para a criação de um *nested market*, um mercado aninhado na produção vitivinícola à medida que, a partir desse setor, se cria uma *common pool resource* que serve como base à complexificação de um plano de desenvolvimento para o território. O processo de territorialização deste singular espaço da Serra Gaúcha tem sido o resultado de um processo histórico iniciado em finais do século XIX, no qual se incorporaram, ao longo do tempo, sucessivos avanços técnicos (em matéria produtiva, mas também em comunicações e meios de transporte) e onde se tem desenvolvido novos sistemas de relações sociais sobre a base da produção vitivinícola, entendida não apenas em sua dimensão estritamente produtiva, mas, também, de forma a incorporá-la como uma ideia guia; um setor estratégico para o desenvolvimento territorial, sem abrir-se mão de aumentar o grau de complexificação do território, ao acrescentar-se novos elementos as suas distintas esferas, especialmente a econômica ó como é o caso de um mercado de turismo.

A experiência do Vale dos Vinhedos tem de integrar-se, portanto, num modelo interpretativo espaço-tempo, na medida em que a territorialização desse espaço geográfico concreto se produz em um momento (tempo) determinado de desenvolvimento técnico, tanto em âmbito produtivo quanto em âmbito das relações sociais de produção e dos sistemas organizativos. A experiência do Vale dos Vinhedos mostra que os territórios são expressões espacialmente localizadas da tecnologia, isto é, a materialização em um espaço de um conjunto de relações sociais e de conhecimentos específicos sobre a base de um determinada técnica produtiva assente numa concepção de mundo específica; são construções sócio-políticas que ganham forma à medida que a tecnologia se desenvolve no espaço geográfico. Sem embargo, há que se ter em conta, conforme levantamos no segundo capítulo, que a tecnologia, num sentido marxiano, não se equivale apenas as

forças produtivas, mas a expressão material do processo de trabalho, um processo que inclui, por suposto, as forças produtivas (entendidas como a capacidade dos seres humanos de transformar a natureza), mas também as relações sociais de produção (entendida como a organização social da atividade produtiva) e uma determinada concepção mental de mundo.

Em realidade, a IG Vale dos Vinhedos pode ser vista como uma específica expressão material de forças produtivas e de relações sociais de produção em um determinado espaço-tempo. Isto, pois, a IG incorpora certas normativas de produção no setor vitivinícola que, por sua vez, englobam determinadas técnicas, assim como divisão técnica do trabalho, e tudo isso envolto em um sistema específico de organização, coordenação e governança que atribui singularidade ao território ó conforme viemos apontando nos capítulos anteriores.

Frente ao fio condutor de nosso trabalho, cabe assinalar que a lógica do espaço-tempo do Vale dos Vinhedos sempre foi, e continua a ser, a lógica de uma economia de mercado. Não obstante, esta lógica não prescinde de recriar o espaço incorporando não apenas novos objetos técnicos, mas também novos significados aos objetos antigos. Por exemplo, a velha cantina (vinícola) de pedra localizada abaixo da residência do agricultor, que ao início do século XX servia para produzir vinho de forma artesanal, hoje é utilizada como uma espécie de peça de museu; as instalações que em outro tempo serviram para albergar a família rural funcionam como pousadas para dar abrigo aos visitantes procedentes da cidade ou como restaurantes onde se oferecem produtos típicos da gastronomia local. Assim, as engrenagens da economia de mercado, que são as que movem os atores do Vale dos Vinhedos, harmonizam objetos de tempos diferentes sob uma mesma lógica, a lógica do capital.

Esta lógica não pode prescindir de desenvolver inovações que correspondam a novos produtos, novas técnicas produtivas, novos mercados, novas fontes de matérias primas, enfim novos elementos que aumentem o grau de complexificação do território. Portanto, mais do que nunca, convém recordar Schumpeter (1982) quando afirmava a inovação enquanto o combustível da máquina capitalista, assim como os neoschumpeterianos [Lundval (1992); Cooke e Morgan (1998); Nelson e Winter (2004); Edquist (2006)] que consideram o conhecimento como o principal recurso da inovação. Assim, se o conhecimento se produz com o tempo, porém a partir da materialidade, para ser incorporado, via inovações, a essa materialidade, isto é, ao espaço, isso nos leva a

pensar que o processo inovativo é aquele que incorpora tempo ao espaço, mas, também, espaço ao tempo.

3.4.3 Inovação, coesão social e governança

Chegados a esse ponto, convém analisar se o sistema de governança do território do Vale dos Vinhedos consegue não só articular distintos tempos passados no atual modelo de desenvolvimento territorial, mas se logra, também, incorporar tempos novos, que renovem ou deem novos significados ao espaço, de modo a marcar novos caminhos possíveis à complexificação da construção social intercorrer. Nesse sentido, em outro trabalho [Jeziorny e Ortega (2013)], apontamos que o Vale dos Vinhedos é um destes territórios nos quais a organização de um sistema de inovação tem alcançado êxito, isto é, tem oferecido alternativas para o desenvolvimento territorial acontecer (sejam alternativas de novos produtos, processos, organizacionais, institucionais ou políticas). Além disso, assinalamos que neste território as inovações têm contribuído, de maneira significativa, ao desenvolvimento do próprio *ôvaleö*, mas, também, e de um modo geral, ao crescimento do setor vitivinícola brasileiro, à medida que o modelo se difunde a outros espaços geográficos. No entanto, no que toca às investigações e inovações aplicadas internamente, convém destacar as leveduras.

A Universidade de Caxias do Sul - UCS, através de seu Instituto de Biotecnologia, integra a Rede Nacional de Pesquisa em Levedura, um microrganismo que possui as mais variadas possibilidades de aplicação biotecnológica. As leveduras estão presentes também nas uvas; são elas que efetuam a fermentação do sumo. Ou seja, é pela sua ação que o açúcar presente nas frutas se transforma em álcool; e é basicamente desse processo que nasce o vinho. Encontramos na Natureza vários tipos de leveduras, sendo que cada uma procede à sua maneira. Algumas agem mais rápido do que outras na fermentação, umas deixam um odor mais agradável do que outras ao sumo fermentado. Diante disso, o objetivo das pesquisas realizadas pela UCS, na Serra Gaúcha, é procurar na Natureza, e isolar, aquelas leveduras que apresentem as características mais desejáveis para a produção vinícola, o que nesse caso significa dizer que se procura por leveduras que fermentem o sumo da uva o mais rápido possível, e que não deixe um sabor ou aroma desagradável ao produto final, o vinho.

A Rede Nacional de Leveduras conta com um aporte de recursos que parte do Governo Federal⁵². E no caso do setor vitivinícola, os esforços realizados pela Universidade de Caxias do Sul acontecem de forma cooperativa com as vinícolas do Vale dos Vinhedos. Dessa forma, as pesquisas que se iniciam nos laboratórios da universidade acabam nas garrafas de vinhos, não sem antes passar por um período de teste nas caves⁵³ das vinícolas. Isto é, após serem isoladas, e de passarem por testes de fermentação no laboratório da universidade, as leveduras que apresentarem um melhor desempenho enfrentam uma nova bateria de testes, desta vez nas próprias vinícolas, onde são postas a prova em condições normais de produção.

O que convém ressaltar é que processo ocorre de forma cooperativa entre a universidade e as vinícolas e, ao envolver diretamente pesquisadores com enólogos, faz com que os *feedbacks* sejam constantes, praticamente instantâneos. Desta forma, o que está a ocorrer no processo produtivo, dentro das vinícolas, acaba por orientar a agenda dos pesquisadores, que no laboratório da universidade se esforçam para encontrar as leveduras que melhor se adaptem a determinadas condições de produção.⁵⁴ Confirmando as palavras de Lundvall (1992), quando disse que a experiência prática de trabalhadores, engenheiros de produção e representantes de vendas influenciaria a agenda dos pesquisadores determinado a direção dos esforços inovativos.

Se trata, portanto, de um território que não apenas absorve conhecimento e inovações forâneas e os combina com o conhecimento local para gerar outros tipos de inovações localmente aplicáveis, mas que transfere inovações e conhecimentos a outros territórios. Os dados que expusemos no trabalho supracitado indicam precisamente este aspecto da estratégia territorial do Vale dos Vinhedos e dão suporte empírico a afirmação de que a vitivinicultura brasileira cresce a partir desse processo de transferência. Assim, conforme assinalamos, em que pesem as dificuldades afrontadas pelo aumento da competição ocasionado pela abertura comercial da década de 1990, o setor vitivinícola brasileiro em geral e gaúcho em particular (especialmente o do Vale dos Vinhedos) têm demonstrado crescimento ao largo dos últimos anos. Com efeito, aumentou-se a área plantada com videiras, incrementou-se a colheita e aumentou-se a quantidade produzida de uvas, viníferas ou não. Houve também aumento da produção de vinhos, comuns, finos

⁵² Da ordem de sete milhões de reais, no total dos projetos.

⁵³ Caves, cavernas, porões onde o vinho envelhece, normalmente dentro de barris de carvalho. No caso dos espumantes, a fermentação pode ocorrer dentro das próprias garrafas.

⁵⁴ O mesmo acontece com a Embrapa.

e espumantes. Portanto, há que se reconhecer que as inovações difundidas nas últimas décadas, sobretudo no Vale dos Vinhedos, repercutem sobre o setor vitivinícola ó complexificando-o. (JEZIORNY e ORTEGA, 2013, p. 17)

Conforme afirmamos naquele trabalho, isso se deve, em grande parte, por tratar-se de um território coeso, no qual os atores são capazes de cooperar para estabelecer acordos coletivos e pactos de concertação social. E trata-se de uma coesão explicada pela singular história de cooperação e reciprocidade na qual se baseou desde o princípio o modelo de assentamento humano e desenvolvimento técnico do Vale dos Vinhedos, um modelo que, hoje em dia, reflete um bom nível de capital social existente neste território. Em outras palavras, a cultura da cooperação no Vale dos Vinhedos é um código de conduta que se institucionalizou ao longo do tempo, que está enraizado no território e que pode servir de referência para o funcionamento de outros mecanismos sociais bem como outros sistemas de inovação.

Tudo isso tem permitido que se acumule no território do Vale dos Vinhedos um bom nível de capital social em suas diversas dimensões (conforme apontamos no primeiro capítulo). O que diz respeito a dimensão *bonding*, foram os laços fortes de confiança e o forte sentimento de pertencimento a uma comunidade de interesses compartilhados, o que ajudou inicialmente a população local a organizar-se em torno a uma estratégia comum de apropriação espacial com base na produção vitícola. Mais tarde, viria a ser a dimensão *bridging* a que permitiu aos pequenos viticultores agrupar-se para fazer frente a pressão dos comerciantes e evitar sua aniquilação. Finalmente, alcançada uma situação de relativo equilíbrio entre os grupos de interesses díspares e ente forças com diferentes níveis de poder, a dimensão *linking* auxiliou ao alcance de acordos, a superação de estratégias particularistas e a construção de consensos em torno a um interesse geral definido de forma conjunta para o território.

Haveríamos que acrescentar, que a citada coesão não tem sido fruto exclusivo da cultura cooperativa local, mas que deve remeter, também, ao modo característico de se organizar a produção, baseado na pequena propriedade e no trabalho familiar. Como se pode observar a partir dos dados da Tabela 3.2 abaixo, se trata de um território que, ademais de estar formado pela intersecção de três municípios, está baseado na agricultura de caráter familiar.

Tabela 3.2:
Número de explorações familiares e patronais, e sua percentagem em relação ao total de explorações segundo os municípios que formam o Vale dos Vinhedos

Municípios	Estabelecimentos Patronais (nº - percentual)	Total da Área dos Estabelecimentos Patronais (ha ó percentual)	Estabelecimentos Familiares (nº - percentual)	Total de área dos Estabelecimentos Familiares (ha ó percentual)
Bento Gonçalves	135 - 8,4%	2497 ó 9,9%	1465 ó 91,4%	21836 ó 87,3%
Garibaldi	57 ó 4,5%	1200 ó 6,5%	1209 ó 94,4%	17273 ó 93,4%
Monte Belo do Sul	6 ó 1,1%	116 ó 1,8%	508 ó 98,8%	6121 ó 98,1%

Fonte: Jeziorny (2009)

Já os dados da Tabela 3.3 abaixo mostram que, ademais de ser um território de pequena propriedade de base familiar, se trata, também, de um território onde a maioria de seus habitantes dispõe de um bom nível de renda, o que poderia servir como um indicativo de que a dimensão econômica do território apresenta um nível satisfatória de desenvolvimento.

Tabela 3.3:
Porcentagem de explorações familiares, segundo seu nível de renda nos municípios que formam o Vale dos Vinhedos

Municípios	Renda Alta	Renda Média	Renda Baixa	Quase sem Renda
Bento Gonçalves	49,0%	35,5%	8,5%	7,0%
Garibaldi	45,6%	39,2%	9,2%	6,0%
Monte Belo do Sul	35,4%	48,4%	8,9%	7,3%

Fonte: Jeziorny (2009)

Nesse sentido, o território possui não apenas uma base histórica de cooperação, mas também uma certa homogeneidade social, que está, inclusive, na base dessa história cooperativa e que se reflete em outros exemplos, para além da produção vitivinícola (construção de escolas, centros de saúde, estradas e etc.)⁵⁵. Cabe assinalar, ainda, que essa coesão social, refletida em valores não muito elevados dos índices de desigualdade⁵⁶, contribui para gerar uma tensão contra o processo de centralização do capital.

Mais concretamente, afirmamos que a tendência a centralização do capital encontra uma barreira territorialmente construída, embasada na ação coletiva dos agricultores familiares organizados em cooperativas. Estas cooperativas constituem um mecanismo que impedem o afundamento de suas rendas e, portanto, a queda da rentabilidade das explorações familiares abaixo de determinado patamar. As cooperativas dificultam a tendência a centralização do capital dentro dos limites espaciais do Vale dos Vinhedos pois, na medida em que funcionam como uma espécie de amortecedor, contribuem para garantir uma renda mínima às famílias associadas. O que estimula as maiores vinícolas a buscarem outros espaços para expandir sua produção de matéria prima, mas também de vinho ó como é o caso da região da Campanha Gaúcha, alvo de investimentos de algumas vinícolas do Vale dos Vinhedos.

Nessa linha argumentativa, o processo de acumulação de capital, enquanto que geograficamente expansível, encontra no Vale dos Vinhedos uma certa resistência, que, por sua vez, incentiva a transferência das inversões para espaços onde seja possível extrair melhor rentabilidade. Assim, à medida que é possível utilizar de forma mais eficiente em outros espaços o pacote tecnológico já aprovado no território do Vale dos Vinhedos, se estimula a exportação de capital e, com ele, o modelo de inovação. Confirmando, assim, o que disse Harvey quando afirmou que ãa expansão geográfica e a concentração geográfica são, ambas, produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capitalö (HARVEY, 2005, p. 53).

Portanto, nos parece correto afirmar que é precisamente vinculado à dinâmica do progresso técnico que se sucede a exportação, ou transferência, de capitais do Vale dos Vinhedos para outros espaços geográficos, em particular à região da Campanha Gaúcha, situada ao extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Dado o atual nível tecnológico

⁵⁵ A respeito dos aspectos históricos da cooperação, se pode consultar Tavares dos Santos (1978).

⁵⁶ De acordo como o Mapa da pobreza e da desigualdade do IBGE o índice de gini ds municípios que compõem o Vale dos Vinhedos foi: Bento Gonçalves (0,39) , Monte Belo do Sul (0,28) e Garibaldi (0,36).

do setor vitivinícola, é possível nesse espaço, de topografia plana, introduzir inovações que aumentem a composição orgânica do capital, de forma a se reduzir, em muito, a sua dependência de mão de obra, assim como os custos de produção. Nesse sentido, estamos nos referindo a utilização de tratores na colheita da uva, bem como à mecanização dos trabalhos de poda e tratamento fitossanitários.

Um estudo de Engelman (2009) reforça este argumento, ao afirmar que o modelo vitivinícola que se tem instalado na Campanha Gaúcha é idêntico ao modelo mecanizado das grandes áreas de cultivo extensivo, de tal modo que se pode aumentar de forma significativa as economias de escala. Acrescentamos que se trata de um contexto bastante diferente ao do Vale dos Vinhedos, assente, como assinalamos, na pequena propriedade e no trabalho familiar com baixa mecanização (sobretudo, porque se trata de terrenos com declives acentuados, ademais de pedregosos, nos quais os tratores não têm a mesma utilidade que na Campanha Gaúcha).

Nesta linha argumental afirmamos, em outro trabalho [Ortega e Jeziorny (2011)] que a região da Campanha Gaúcha se destaca como um novo e promissor polo da vitivinicultura brasileira, resultado da penetração de capitais oriundos não apenas do setor vitivinícola da própria Serra Gaúcha, mas também de outros setores interessados em valorizar seu capital através da produção de vinho. Como resultado desse movimento, assinalamos como exemplo, que a produção de uvas em um dos municípios da Campanha Gaúcha (o de Santana do Livramento) cresceu 83,21% entre 1999 e 2009, enquanto que conjunto do estado do Rio Grande do Sul este crescimento foi de pouco mais da metade (46,1%).

Apenas para confirmar essa hipótese, ressaltamos que, segundo os dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), a quantidade produzida de uvas nos municípios de Candiota e Santana do Livramento (ambos na região da Campanha Gaúcha, e onde se localizam as inversões das maiores vinícolas do Vale dos Vinhedos) cresceu 137,82% entre 2000 e 2012. Nesse mesmo período, o crescimento da produção de uvas nos três municípios que integram o Vale dos Vinhedos (Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul) foi de 22.7%. Portanto, no que se refere a atividade vitícola, não se pode negar que existe uma realocização de um espaço a outro.

Em definitivo, o excedente de capital oriundo do Vale dos Vinhedos, em boa parte tributário da estratégia de singularização da produção de vinho e do enoturismo, se transfere a outras áreas, em especial ao espaço rural da Campanha Gaúcha, onde orienta uma outra estratégia de apropriação espacial. Muitos aludem a esse processo como

ressurgimento (desenvolvimento) de um novo polo vitivinícola no Brasil. Não saberíamos afirmar se, de fato, trata-se de um novo polo, território ou cluster vitivinícola. Apenas podemos afirmar que se trata de um processo de transferência de capitais que, oriundos de outros espaços, constroem, pela via progresso tecnológico, as condições para aumentar o processo de acumulação. O que confirma as palavras de Marx [citado por Harvey (2005)] quando afirma que é possível conectar, ao menos teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com a compreensão do surgimento de uma estrutura de relações espaciais. Ao situar a acumulação no centro das coisas Marx explica a emergência de uma estrutura de espaços conectados (pelo fluxo de capitais em busca de valorização): o atual estágio de desenvolvimento da vitivinicultura brasileira confirma esta ideia.

3.4.4 Montilla-Moriles: um território de grande profundidade espacial

Se o início da humanização do espaço que serviria de base material à construção do território do Vale dos Vinhedos data de 1876, portanto, se aquela formação social sempre estivera marcada pelo tempo da instituição de mercado e, em alguma medida, pelos imperativos da acumulação de capital, o mesmo não se pode afirmar do território de Montilla-Moriles, incrustado na Província de Córdoba na região da Andaluzia, ao sul da Espanha. Uma região com história milenar.

Figura 3.16: Localização geográfica da Província de Córdoba, na Espanha, onde se insere o território de Montilla-Moriles



Fonte: Google Imagens

Assim, se no primeiro capítulo apoiamo-nos nas ideias de alguns autores, mas especialmente nas de Milton Santos, para afirmar que a profundidade de um espaço é dada pelo conteúdo do(s) tempo(s) que lhe atravessou (atravessaram), isto é, por aquilo que ele chamou de profundidade e espessura do acontecer, nesse capítulo nos toca afirmar que Montilla-Moriles é uma formação social bastante profunda, dotada de um espaço que contém muitos tempos.

Para se ter uma ideia da profundidade do território podemos observar que no ano de 1868 fundara-se um museu arqueológico na cidade de Córdoba, capital da província onde se insere Montilla-Moriles e principal mercado consumidor de seus vinhos. Ou seja, quase uma década antes dos imigrantes trentinos iniciarem o processo de humanização do espaço do atual território do Vale dos Vinhedos, os habitantes da capital da província na qual se insere um dos mais antigos territórios vitivinícolas espanhóis inauguravam um museu com objetos técnicos que civilizações pré-históricas deixaram marcados em seu espaço.

Portanto, é muito grande a diferença de profundidade entre os dois territórios. O espaço sobre o qual se construiu o território de Montilla-Moriles já fizera parte, por exemplo, do Império Romano. Mais tarde, esteve sob o comando dos visigodos, até se tornar parte do domínio árabe, que se estendeu sobre a território entre os anos de 711 e

1236 d. C., quando aconteceu a reconquista católica de Córdoba. Profundos traços árabes estão espalhados na arquitetura e na cultura local, assim como os do período romano. A cidade de Córdoba, fundada pelos romanos centenas de anos antes de Cristo, tornou-se a capital de uma de suas colônias, a Bética. Mais tarde, acabou por se tornar também a capital do califado.⁵⁷ Hoje, Córdoba é a capital da província onde se insere o território de Montilla-Moriles, e preserva profundas marcas daquelas distintas culturas que deram conteúdo ao seu espaço. Exemplos emblemáticos dessas marcas podem ser observados nas expressões arquitetônicas que ficaram gravadas no seu espaço. Dentre outras, uma ponte romana, e, contiguamente a esta, uma das maiores expressões da cultura islâmica em terras ocidentais: a mesquita de Córdoba, uma das maiores do ocidente.

Embora a ponte romana date do ano 206 a.C., a história é ainda mais profunda, à medida que existem traços de civilizações desde o período Paleolítico naquele espaço. Milhares de anos antes dos romanos conquistarem um povoado que ali existia e fundarem a cidade de Córdoba, os seres humanos já conviviam naquela região. As peças de cerâmicas neolíticas expostas no Museu Arqueológico de Córdoba são exemplos, marcas que as civilizações pré-históricas deixaram (naquele espaço). Logo, desde a pré-história, passando pelos períodos de ocupação romana, visigoda e muçulmana, o espaço que serve de substrato material ao território de Montilla-Moriles vem adquirindo profundidade, ou seja, conteúdo.

Portanto, antes de qualquer coisa, é necessário reconhecer que o território de Montilla-Moriles possui mais conteúdo do que o território do Vale dos Vinhedos. Ou seja, que no espaço da região sul da Espanha há muito mais história, mais espessura e profundidade do acontecer do que na Serra Gaúcha, pois a sociedade se realiza naquele recorte espacial há milhares de anos antes da humanização da região montanhosa do Rio Grande do Sul iniciar. Ademais, uma realização marcada por culturas profundas e distintas, que dão àquele espaço uma rica e singular síntese temporal. A rigor, uma mistura de tempos plurais que confere especificidade ao espaço. E uma profundidade concretizada através da construção social sobre ele erguida ó o território.

E é justamente nessa profundidade que muitos produtos daquele território firmam suas raízes. Portanto, assim como as expressões arquitetônicas são exemplos emblemáticos do conteúdo profundo do espaço no qual se insere Montilla-Moriles, o

⁵⁷ Califado representa a forma islâmica monárquica de governo, portanto, a unidade e liderança política do mundo islâmico. A posição do califa, o Chefe de Estado, baseia-se na noção de um sucessor à autoridade política do profeta islâmico Maomé.

vinho, que naquele espaço teve as primeiras páginas de sua história escrita a partir da ocupação romana, passou pelo período visigodo e não deixou de ser produzido mesmo durante os cerca de cinco séculos que durou o período de ocupação islâmica, se torna um exemplo emblemático do enraizamento de um produto num espaço (profundo).

Além disso, devemos recordar que a ocupação muçulmana na península ibérica não intercorreu pacificamente. A rigor, foram cerca de 15 anos de batalhas para a ocupação do espaço e cerca de oito séculos de conflitos até que as forças espanholas da reconquista conseguissem suprimir o domínio árabe e retomar o controle do território, que aconteceu a partir da unificação das coroas de Castela e Aragão, com a força da igreja católica por detrás.

Nesses termos, se a territorialização do Vale dos Vinhedos fora desde o início marcada pela cooperação, a territorialização de Montilla-Moriles foi marcada por lutas, conflitos, guerras que duraram séculos. A região na qual se insere Montilla-Moriles sempre estivera marcada por disputas que visavam o controle do território ó disputas muitas vezes violentas e duradouras, como as que culminaram na expulsão dos mouros, após 500 anos de resistência.

Assim, se o Vale dos Vinhedos sempre estivera marcado pela cooperação em torno de pactos, ou de projetos comuns de desenvolvimento territorial, o mesmo não pode ser dito de Montilla-Moriles. Logo, da mesma forma que a cooperação se tornou uma instituição do território que se ergueu na Serra Gaúcha, através de um processo histórico, foi pela história, que, em Montilla-Moriles, a disputa por poder e as guerras marcaram a cultura de uma região rica em conteúdo.

No âmbito desse conteúdo, um vinho de alto teor alcoólico, proveniente de uma uva (apesar de algumas controvérsias) considerada autóctone, a Pedro Ximenez, desponta como um produto carregado de singularidades, mas, sobretudo, de história. No interior dessa bagagem histórica, as guerras, os conflitos e disputas pelo território dão a tônica de uma trajetória rica em conteúdo, que torna o espaço de Montilla-Moriles tão ou mais profundo do que as singularidades dos vinhos que dele emergem. Os vinhos daquele espaço são únicos, densos, arraigados no território. Portanto, repletos de conteúdo, o que os torna pesados, singulares.

Nos dias atuais, o enraizamento dos vinhos de Montilla-Moriles se revela, sobretudo, no consumo local. Trata-se de um vinho produzido a partir de técnicas muito antigas, que refletem o conteúdo do território e lhe atribuem uma singularidade profunda, a par das características da uva autóctone, que revelam as particularidades do espaço.

Porém, hoje, o que mais revela o enraizamento desse vinho no território é o fato de que nada menos do que 85% de sua produção é destinada ao consumo local.

Um *fino*, como é chamado o vinho de típico de Montilla-Moriles, não é um vinho leve, tampouco um vinho produzido a partir das variedades de uvas mais reconhecidas mundialmente, como a Cabernet Sauvignon, por exemplo. Um vinho *fino* de Montilla-Moriles, produzido a partir de uma variedade de uva típica de um espaço marcado por conflitos, é um vinho pesado, de alta graduação alcoólica, absolutamente distinto dos padrões organolépticos comuns, difundidos mundialmente através de técnicas de vinificação relativamente homogêneas aplicadas sobre um conjunto de variedades de uvas igualmente homogêneo. Assim, em relação ao padrão comum, mundialmente difundido, a especificidade do vinho do Montilla-Moriles é grande.

Além disso, se o vinho carrega consigo o conteúdo do espaço através do trabalho aplicado sobre a uva, essa produção carrega as características do território através da forma pela qual os atores sociais se organizam para realizar a transformação e a distribuição do produto. Se, por um lado, o vinho de Montilla-Moriles informa a singularidade do espaço pelo seu padrão organoléptico distinto, por outro, ele informa as instituições do território através da forma pela qual é levado ao mercado. De acordo com a opinião de uma pesquisadora de um centro de investigação local,⁵⁸ especializada no setor vitivinícola, a guerra de preços marca, historicamente, a forma pela qual os comerciantes locais enfrentam a competição.

Em informação concedida em entrevista para a construção desta tese, nos afirmou a referida pesquisadora que a tradicional competição por preços conduziu o vinho local a um processo de rebaixamento da qualidade, pois os preços não poderiam seguir abaixo de determinado patamar sem sacrificar a qualidade do produto. No entanto, que essa tendência parece ter sido revertida. Segundo ela, recentemente, os produtores se puseram de acordo a respeito dos prejuízos que esse tipo de comportamento acarreta não apenas individualmente, mas ao próprio território construído com base na vitivinicultura. Ou seja, que o rebaixamento da qualidade, efetuado isoladamente por algum produtor, conduz à perda de competitividade de todas as empresas do território, pois afeta a imagem do produto local nos mercados externos, mas também no mercado local. Assim, a falta de comprometimento na busca por um padrão mínimo para o produto, fruto da tradicional guerra de preços, hoje, é apontada como um problema a ser resolvido de forma coletiva.

⁵⁸ Instituto Andaluz de Investigación y Formación Agraria, Pesquera, Alimentaria y de la Producción Ecológica (IFAPA).

Jerez [outra denominação de origem da Anadaluzia] ha sido más seria en ese tema. Hubo una época en que tu compraba un vino cualquiera de Jerez y la calidad media lo tenía; compraba un vino de Montilla y no la tenía [...] en la zona de Montilla te lo contarán: en Anadalucia la zona que tiene mayor producción es Jerez, que hace un tipo de vino muy parecido al que se hace en Montilla, fino, oloroso, amontillado, y la única diferencia es el Pedro Ximenez [tipo de vinho de sobremesa feito a partir de uvas quase em estado de passa, típico de Montilla-Moriles], que ellos no lo hacen, que los compran a nosotros e los venden. O sea, Jerez ha mantenido una calidad más o menos standard y Montilla no, porque para quitarte un cliente bajo los precios y para que eso sea rentable tengo que bajar la calidad. Y entonces las bodegas han dicho que en esta guerra no se puede seguir. Y eso lo veo como una fortaleza. (Informação verbal)⁵⁹

De acordo com a pesquisadora acima citada, o conselho regulador, durante muitos anos, não logrou funcionar com um sistema de governança capaz de estimular, com firmeza, práticas coletivas que visassem aumentar a qualidade do vinho local. A rigor, essa questão era levada ao pleno do conselho, que não era capaz de colocar freio aos interesses de alguns atores que, por sua vez, e a par do poder político de que dispunham, não tinham a intenção de melhorar a qualidade do produto, ao passo que ganhavam em escala, isto é, em quantidade produzida, e que, portanto, a guerra de preços lhes convinha. Assim, o conselho regulador da indicação geográfica de Montilla-Moriles sofreu, durante bastante tempo, dos efeitos negativos provenientes da pressão de um grupo ao qual não lhe interessava investir em qualificação do produto. No entanto, de acordo com a pesquisadora supracitada, o CR atual tem conseguido romper com essa lógica ó o que ela vê como uma fortaleza atual do território.

Além disso, Montilla- Moriles, que é uma das cinco denominações de origem mais antigas da Espanha (junto com Jerez, Rioja, Priorato e Málaga) vem passando por outros ajustes. Os contornos da denominação de origem são os mesmos. Porém o espaço que já tivera 30.000 hectares de vinhedos, hoje possui apenas 5.300. Logo, tal qual o que ocorre em toda a Espanha, bem como nos principais produtores mundiais de vinho, a produção de vinhas vem em descenso em Montilla-Moriles. No entanto, isso não pode ser tido como fruto exclusivo da mudança nos hábitos de consumo dos espanhóis, mas, em muito, tributário da dualidade com a produção de olivas. Ou seja, pela disputa com culturas mais rentáveis. De acordo com a opinião de expertos entrevistados (especialmente o gerente do conselho regulador e um técnico agrícola vinculado a este órgão) essa diversificação

⁵⁹ Pesquisadora do Instituto Andaluz de Investigación y Formación Agraria, Pesquera, Alimentaria y de la Producción Ecológica (IFAPA). E entrevista oral temática realizada em 2014 na cidade de Córdoba, na Espanha.

é positiva para o território. Principalmente porque, de acordo com eles, os tempos são outros. E a própria maneira de se fazer agricultura mudou, especialmente a partir da introdução de inovações. Consequentemente, o modo de ser agricultor é outro.

De acordo com um técnico agrícola entrevistado, há cinquenta anos, o agricultor era o agricultor, e dedicava todo o seu tempo ao campo, porém, hoje em dia, a maneira de ser agricultor mudou e vamos em direção a cultivos, talvez, mais fáceis de manejar. O olivar é muito mais simples de gerenciar do que o vinhedo. Isto também influi nas decisões dos agricultores, que, em geral, não são decisões de curto prazo, mas de médio e longo prazos. Além disso, o tamanho das explorações agrárias também influencia as decisões, sendo que é mais fácil tratar de uma pequena parcela de oliveiras do que uma pequena parcela de vinhedos.

Além disso, a entrada da Espanha na União Europeia, que aconteceu em 1986, trouxe consequências significativas ao seu setor vitivinícola, especialmente porque o vinhedo passou a ser fortemente regulamentado, dado a preocupação da Comunidade Europeia em controlar os excedentes de vinho. No entanto, a regulamentação do parlamento europeu traz, também, outros efeitos, além de controlar a superfície cultivada com vinhedos. Assim, é preciso que se diga que a entrada na União Europeia possibilitou aos agricultores espanhóis o acesso a sua Política Agrícola Comum e, nesta, aos benefícios que os planos de reestruturação representaram no que toca à modernização da produção. Através desses planos, a União Europeia tem financiado até 75% dos custos de reconversão agrícola, do que resulta não só a migração para o cultivo de oliveiras (atualmente mais rentável em Montilla-Moriles), mas também a modernização do setor vitícola, a partir da introdução de sistemas de condução mais modernos, adaptados a mecanização e capazes de aumentar a produtividade por hectare.

Os planos de reestruturação da UE financiaram a modernização do setor vitivinícola, com a substituição de vinhedos no antigo sistema de plantação em vaso pelo sistema em espaldeiras. Portanto, se um dos objetivos dos planos de reestruturação era substituir vinhedos que estavam em sistemas arcaicos, não condizentes com a mecanização, por sistemas de condução mais modernos, desenvolvidos para facilitar a aplicação de máquinas nas tradicionais tarefas de poda, colheita e controles fitossanitários, nos parece razoável afirmar que a intenção por detrás destes planos é resgatar aquele conteúdo antigo do espaço para o tempo atual. E como o tempo atual é o da crescente valorização do capital, os planos acabam por se materializar na introdução de inovações que aumentem a composição orgânica do capital e, por consequência, a

produtividade da terra. Em outras palavras, e de acordo com a ideia que procuramos passar no primeiro capítulo, poderíamos dizer que se trata de trazer o conteúdo do fundo para a superfície do espaço.

No entanto, nem todo o espaço do território passou por esse processo. Dos 6.200 hectares de vinhedos⁶⁰, estão reestruturados apenas 2.600 hectares. De acordo com o técnico agrícola do conselho regulador, isso deve ao fato de que o agricultor necessita tempo para analisar os custos e benefícios que envolvem trocar um cultivo perene. Ademais, o vinhedo é um cultivo que vem sendo realizado através de técnicas muito antigas, passadas de geração em geração, através de muitas gerações de viticultores.

Nesse sentido, as duas principais cooperativas da região (que representam 80% do setor cooperativo), foram agentes chave na difusão da técnica de espaldeiras, à medida que estimularam os associados a superarem as desconfianças de se abandonar uma técnica praticamente milenar por uma nova forma de se produzir uvas. Ou seja, as cooperativas foram essenciais para superar o dilema estático da cooperação que a modernização do setor vitivinícola envolvia. Assim, além de fornecer aproximadamente 40% do vinho certificado, as cooperativas foram as vias por onde se difundiu a modernização, os canais de difusão das inovações, a rigor, os mecanismos sociais capazes de fortalecer os laços de confiança, por onde se facilitou o rompimento do dilema estático da ação coletiva e se encaminhou a modernização do setor.

Por outro lado, a associação de jovens agricultores (ASAJA), um sindicato patronal, foi outro canal por onde a modernização foi coletivamente difundida. Assim, o que deve ficar claro, é que os planos de reestruturação de vinhedos financiados pela União Europeia, são planos coletivos. E que esses planos foram feitos por duas vias: cooperativas de agricultores e associação de vinicultores. No entanto, a despeito da via, um dos requisitos dos planos era a presença de um técnico para auxiliar os produtores, bem como de estudos técnicos que indicassem os melhores caminhos.

Nesse sentido, os planos de reestruturação puderam se beneficiar de um estudo prévio, financiado pela Junta de Andalucia (equivalente ao governo estadual no Brasil), que, desde 1995, buscava identificar novas variedades de uvas que pudessem ser introduzidas no setor vitivinícola. Para tanto, além do envolvimento de técnicos de institutos de pesquisa e de universidades ligados ao setor, foram construídos campos de ensaio nos quais testaram-se vinte novas variedades de uvas, dez brancas e dez tintas. E

⁶⁰ 5.300 destinados a denominação de origem e 900 destinados a indicação de procedência, organizada a partir de uvas tintas: os chamados Vinhos da Terra de Córdoba.

o ponto crucial é que os testes foram feitos através das cooperativas, apesar do envolvimento dos institutos de pesquisa, fato que, mais uma vez, indica as cooperativas como elementos centrais na modernização da vitivinicultura de Montilla-Moriles.

Ademais, vale destacar que os testes buscaram, principalmente, identificar quais variedades de uvas melhor se adaptavam ao espaço de Montilla-Moriles, dentre aquelas que figuram em primeiro lugar na lista dos vinhos mais consumidos no mundo, especialmente os tintos (cabernet sauvignos, merlot, sirah e tempranillo), o que, mais uma vez, reflete um desejo de adaptar o conteúdo do espaço ao tempo atual. Um tempo que globaliza e homogeneíza, inclusive, os gostos dos consumidores de vinho, através da difusão de padrões organolépticos comuns.

Assim, quando a UE faz um plano de reestruturação, há de se ter em conta que esse plano não é, como afirmou um de nossos entrevistados, òum brinde ao solò, mas um plano desenhado em função das prioridades apontadas pelos Estados membros. Logo, quando se trata de planos de reestruturação de vinhedos, de substituição de sistemas arcaicos por sistemas mais modernos, é preciso considerar que tal necessidade fora apontada pelos próprios atores do setor, através de seus Estados membros. Pois, para a União Europeia aprovar um plano de reestruturação, são necessárias investigações prévias para apontar quais são os problemas e potencialidades do território.

Portanto, em Montilla-Moriles, os planos de reestruturação procuram atender aos apontamentos de um estudo que culminou na elaboração de um plano estratégico para o setor vitivinícola. Um estudo que contou com a participação de diversos atores sociais, e, que, inclusive, não abriu mão da realização de esforços em busca da combinação de conhecimentos que pudesse se traduzir em inovações que, por seu turno, funcionassem para aumentar o grau de complexidade da vitivinicultura de Montilla-Moriles.

Portanto, a modernização e o aumento no grau de complexidade da vitivinicultura naquele território não se restringem à difusão das inovações que são introduzidas nos processos produtivos a partir dos planos de reestruturação ó como os sistemas de condução em espaldeiras, a irrigação e a mecanização. A modernização também toca a parte industrial. Assim, a produção de vinho, isto é, a vinificação da uva, também é escopo dessa modernização. E os planos de reestruturação também financiaram a introdução de equipamentos industriais mais modernos, a exemplo dos tanques de aço inoxidável que permitem controlar a temperatura do mosto em fermentação.

Além disso, o plano estratégico que serviu de base para a aplicação dos planos de reestruturação trouxe outros efeitos no que toca a complexificação da vitivinicultura em

Montilla-Moriles, à medida que foram base para criação de novos produtos a serem introduzidos no mercado. No âmbito dessas inovações podemos destacar a criação da indicação de procedência dos Vinhos da Terra de Córdoba, a inclusão dos vinagres como produtos certificados pela denominação de origem e os chamados vinhos jovens.

Os Vinhos da Terra de Córdoba são uma indicação de procedência criada a partir da produção de vinhos com variedades de uvas tintas, provenientes dos campos de ensaio organizados em torno das cooperativas. Atualmente, esta indicação de procedência representa 900 hectares de vinhedos. Os chamados vinhos jovens, são vinhos elaborados com as mesmas variedades de uvas certificadas pela denominação de origem, porém, colhidas mais cedo no ano, o que reduz o seu grau de açúcar e, conseqüentemente, a graduação alcoólica de seus vinhos. Diferentemente do que acontece com os tradicionais *finos*, os vinhos jovens não passam por longos períodos de envelhecimento nas vinícolas. Os vinagres, por seu turno, são mais uma tentativa de diversificação da produção.

O que gostaríamos de salientar é que, aos nossos olhos, todas essas inovações são tentativas de diminuir a tempo de giro do capital, tanto por reduzirem o tempo em que o capital fica imobilizado na produção (como no caso dos vinhos jovens), quanto criando novas oportunidades de valorização ó novos produtos e mercados.

Nesses termos, o gerente do conselho regulador da denominação de origem de Montilla-Moriles nos lembra que:

Hoy en día hacer vino no es el problema. Hoy en día se hace vino en cualquier lugar del mundo, incluso en el desierto, hay tecnología para eso y nosotros hemos aprovechado de esa tecnología también. Nuestro déficit importante está en la comercialización de nuestro producto. Aí yo creo donde está el gran déficit de la zona de Montilla-Moriles, se ha avanzado en técnica de producción pero no se ha avanzado en técnica de ventas, de comercialización, marketing...así sin tenemos un problema (Informação verbal)⁶¹

Neste cenário, nos afirma o referido entrevistado que, aproximadamente, 70% do vinho produzido é qualificado, ou seja, possui o selo de DO. Os 30% sem qualificação são vendidos a outras zonas produtoras (como Castilla-La Mancha). Dos 70% qualificados, 65% se vende engarrafado, isto é, com a marca da vinícola; o resto é vendido a granel, porém, com o selo de denominação de origem do território. Para o atual gerente

⁶¹ Concedida pelo gerente do conselho regulador da denominação de origem de Montilla-Moriles. Entrevista oral temática realizada em 2014 na sede da denominação de origem de Montilla-Moriles.

do conselho regulador, essa situação de forte presença da venda a granel não está boa, pois há pouco valor agregado ao produto, num contexto no qual as explorações agrárias são pequenas, logo, com baixas possibilidades de obter-se economias de escala. Assim, se seus custos de produção são altos, o valor agregado deveria ser um objetivo mais firmemente perseguido. Além disso, convém destacar que 95% do vinho doce Pedro Ximenez (um vinho utilizado como sobremesa) comercializado vai a granel a outra denominação de origem, Jerez, onde é comercializado com maior valor agregado, especialmente em função da melhor reputação que os vinhos daquele território logram alcançar junto aos consumidores espanhóis e estrangeiros.

Ou seja, a baixa qualificação do vinho de Montilla-Moriles, em alguma medida fruto da guerra de preços, tem por efeito fazer com que parte do valor gerado da produção seja transferida a outros territórios vitivinícolas espanhóis, notadamente Jerez e Castilla-La Mancha, que costumam comprar a produção dos vinhos *finos* de Montilla-Moriles a granel, acrescentar esse vinho no seu processo produtivo (especialmente em função de seu alto teor alcoólico) e vende-lo, por um preço mais alto, engarrafado, isto é, com mais valor acrescentado. O que significa dizer que parte do valor que deriva das vantagens naturais do espaço de Montilla-Moriles são transferidas para outros territórios, em função da falta de consenso, por parte dos produtores locais, em torno de um pacto para aumentar a qualidade e a imagem do vinho local nos mercados externos, o que nos parece diretamente vinculado ao balanço de poder local e ao fato de que o grosso da produção se destina ao consumo local.

O consumo nos ambientes próximos é uma particularidade do vinho do território, pois 70% do seu comércio é local, isto é, comercializado na província onde se insere o território. No entanto, e, de acordo com o gerente do conselho regulador, cada vez se consome menos vinho de Montilla-Moriles na Espanha. Porém, enquanto o comércio de vinho for estável na província de Córdoba, a produção local segue a existir, o que nos leva a concluir que se trata de um vinho fortemente enraizado no território.

Ademais, gostaríamos de salientar que, em relação à elaboração do vinho, 70% ficam a critério das cooperativas e 30% das vinícolas. Além disso, de acordo com opinião do gerente do CR, as cooperativas são mais inovadoras do que as vinícolas, tendo em vista que os planos de reestruturação foram mais dedicados às cooperativas⁶². Assim, uma situação chama a atenção: as cooperativas são responsáveis pela maior parte da produção

⁶² As vinícolas teriam que pagar do bolso próprio, sem ajuda da União Europeia, dado o caráter coletivo dos planos financiados.

de vinhos e também pela modernização do setor vitivinícola; no entanto, a maioria dos lugares no pleno do conselho regulador estão destinadas às vinícolas.⁶³

Ademais, de acordo com a opinião de distintos entrevistados, em Montilla-Moriles, o setor vitivinícola é bastante conservador e muito preocupado com as incertezas inerentes ao processo inovativo. Tal conservadorismo se reflete tanto na resistência de alguns agricultores em adotar os métodos de cultivo mais modernos, quanto, por exemplo, na estratégia daqueles que buscam produzir vinhos tintos orgânicos e que são, por assim dizer, marginalizados pelo conselho regulador da denominação de origem. Assim, se estratégias consideradas muito inovadoras, como esta, são desconsideradas pela denominação de origem, isso seria um reflexo do conservadorismo que marca o setor vitivinícola de Montilla-Moriles, de fato. No entanto, por outro lado, esse conservadorismo pode ser entendido como uma forma de manter a singularidade do vinho local, o que, por seu turno, também cobra importância no momento de levar esse vinho aos mercados externos, pois, conforme apontamos no capítulo anterior, existe um limite de comercialização para a singularidade.

Nesses termos, de acordo com o gerente do conselho regulador da denominação de origem, num contexto de queda no consumo local de vinho, o principal ponto pendente não está na produção de uvas, tampouco na produção de vinhos. O grande desafio hoje, em Montilla-Moriles, se encontra na inovação mercadológica, isto é, na busca por novas ferramentas para a comercialização⁶⁴. E um ponto que nos parece interessante mencionar é que, pelo que pudemos observar de nossas entrevistas, os atores sociais que mais inovam em estratégias de comercialização são justamente aqueles que se encontram marginalizados, ou seja, os que produzem vinhos orgânicos tintos, e que vendem esses vinhos majoritariamente em mercados externos, especialmente os dos países do norte europeu, ao contrário dos produtores tradicionais que estão vinculados ao consumo local.

Assim, parece que Montilla-Moriles possui os atores chave para construir pontes para acessar mercados mais distantes. Dito de outra forma, é o capital social *bridging* de atores que já abriram a senda de mercados externos, formados por consumidores

⁶³ São 12 lugares. 6 para os vinicultores, 3 para as cooperativas e três para agricultores independentes. Assim, pelo CR pode-se criar entraves ao proceder inovativo sempre que esse proceder for de encontro aos interesses daqueles que possuem maior poder no pleno do conselho. Em geral, em Montilla-Moriles, o maior poder sempre foi dos bodegueiros porque além dos seus seis votos garantidos, não raras vezes, contam com um voto dos produtores independentes, uma vez que estes produtores independentes necessitam vender sua uva aos bodegueiros.

⁶⁴ No seu entendimento, o CR deveria jogar um papel determinante na busca por estratégias de comercialização, porém, segundo ele, no momento, não há unidade interna no setor, que possibilite esse tipo de acordo.

dispostos a adquirir singularidade, como é caso dos vinhos orgânicos, que pode ser aproveitado como um recurso par alavancar o vinho de Montilla-Moriles em novos mercados consumidores ó caso seja essa a resposta escolhida por seus atores para enfrentar os problemas da redução no consumo local⁶⁵. Aos nossos olhos, portanto, a par dos bastante utilizados capital social *bonding* (cooperativas e associação de produtores) e *linking* (conselho regulador, grupos de desenvolvimento local vinculados a União Europeia), o território possui um capital social de tipo *bridging* subaproveitado⁶⁶.

Além disso, nos parece relevante ressaltar que a forma de representatividade no pleno do conselho regulador da indicação geográfica de Montilla-Moriles foi alterada. O conselho regulador é um ente de interesse econômico. Não faz sentido estar numa denominação de origem se não for para ter um retorno extra, isto é, uma renda de monopólio. A normativa de produção estipulada pelo conselho regulador, até pouco tempo atrás, era arcaica, não estava preparada para enfrentar os desafios que o ingresso da Espanha na União Europeia representava. Portanto, houve necessidade de se mudar a normativa de produção, ou seja, de inovações institucionais que acarretassem mudanças organizacionais ademais de técnicas para enfrentar esses novos desafios.

Além disso houve mudanças nas formas organizacionais das cooperativas que acabam sendo levadas para dentro do conselho regulador, à medida que estas são elementos chave e que dispõem de um terço dos lugares nesse conselho. Antes, como de costume, a representatividade era uma cabeça um voto. Agora, com a nova regulamentação, a representatividade de cada produtor depende de o quanto vale esse produtor. Isto é, a representação está vinculada à quantidade produzida. O agricultor vale pela quantidade de hectares que cultiva e o vinicultor pela quantidade de vinho produzido no exercício anterior. Dessa forma, se passou de uma representação de um homem um voto para uma representação por peso econômico. Assim, o cooperativismo envolto na denominação de origem passa de uma ideia mutualista para uma ideologia puramente econômica. Em verdade o poder econômico é levado para dentro da denominação de origem, também por intermédio das cooperativas.

⁶⁵ Mercados onde estes produtos poderiam ser vendidos não a granel, mas engarrafados e com os acréscimos de valor agregado de que reclama o gerente do conselho regulador. O que talvez explique o recente projeto de controlar e certificar a produção vitivinícola em função da pegada ecológica que deixam, isto é, de suas emissões de carbono.

⁶⁶ Além disso, a realidade de Montilla-Moriles nos estimulou uma reflexão da qual concluímos que o capital social pode ser entendido, de fato, como um recurso de natureza coletiva, à medida que não existe fora de redes de relações sociais; porém de apropriação privada, à medida que é aproveitado pelos atores que fazem parte dessa rede.

Os vinhos de Montilla-Moriles são tão singulares que até pouco tempo atrás sua singularidade não era reconhecida pela União Europeia, que reconhecia como vinhos licorosos os vinhos nos quais se acrescentava álcool na produção; porém em Montilla-Moriles, o vinho licoroso local, o *fino*, alcança a graduação alcoólica de um licoroso sem a necessidade de se acrescentar álcool. Essa era uma pendência, que levou muitos anos para ser resolvida pelos produtores locais, haja vista a falta de acordo sobre a importância desse reconhecimento, em nível europeu, da singularidade dos vinhos de Montilla-Moriles.

Hoje, a singularidade de Montilla-Moriles está já reconhecida pela União Europeia; porém esse reconhecimento só veio em 2013, ou seja, cerca de 15 anos depois da entrada da Espanha na União Europeia. O trabalho de colocar em pauta a necessidade de que a UE reconhece essa singularidade dos vinhos de Montilla-Moriles partiu do conselho regulador, isto é, foi a partir de estímulos do CR que os produtores, em geral, se convenceram da necessidade de buscar, em âmbito europeu, o reconhecimento pleno da singularidade dos vinhos que produziam. Isto reforça a tese de que se trata de um vinho de alta grande singularidade, profundidade e fortemente enraizado no território.

De acordo com o gerente do conselho regulador, outra inovação pendente se encontra no âmbito do controle. Segundo ele, são 40 anos de inação, de não se fazer nada em termos de controle, isto é, de não haver fiscalização contra possíveis comportamentos oportunistas. Assim, embora sejam muito controladas a produção de uva e a produção e qualificação dos vinhos, a partir do momento em que o vinho certificado volta para a vinícola, o controle se afrouxa. Isto torna a vinícola uma *ôcaixa preta*, na qual se sabe o que entra, em termos de vinho qualificado, e o que sai com a etiqueta da denominação de origem; porém, o que se passa dentro da vinícola (especialmente no momento do envelhecimento do vinho) é uma incógnita. Por isso, a vinícola é vista pelo próprio gerente do CR como uma *ôcaixa preta*. E, em função disso, mas também da opinião da pesquisadora que levantou os problemas da guerra de preços, que conduz ao rebaixamento da qualidade média dos vinhos, entendemos que incide um problema de assimetria de informação, mais precisamente de *ôrisco moral* (*moral hazard*), no âmbito da denominação de origem de Montilla Moriles. Um problema agravado pela grande extensão espacial do território⁶⁷.

⁶⁷ Como uma forma de mitigar os efeitos negativos do risco moral, a União Europeia, em 2006, baixara uma regulamentação que obriga as denominações de origem a se converterem em entidades

A opinião do gerente do conselho regulador, vai ao encontro da opinião de alguns técnicos entrevistados quando afirma que 40 anos de inação, ou seja, nos quais não se buscou providências para solucionar o problema da ôcaixa negra, tiveram por efeito um produto, que apesar da qualificação e da certificação, chegava ao mercado final com uma heterogeneidade muito grande, e isso começou a trazer problemas para a própria DO, uma vez que esta passou a perder eficiência em reduzir a incerteza do consumidor em relação à qualidade dos produtos.

No entanto, hoje, se ainda existem resistências dos agentes em deixar que o conselho regulador penetre na ôcaixa negra, essa resistência é menor do que em períodos anteriores, especialmente em função da necessidade de se eliminar os vinhos que fogem ao padrão desejado e comprometem o resultado final de todos. A rigor, a resistência à fiscalização, hoje, está vinculada ao excesso de burocracia que pode vir a reboque, e que traga como resultado aumentar os custos de transação e reduzir o tempo de giro do capital, e não no controle da qualidade propriamente dita. Atualmente, o controle mais restrito das práticas internas das vinícolas, especialmente no que toca ao envelhecimento, é visto com bons olhos por todos, haja vista que se trata de uma necessidade reconhecida pelo conjunto dos associados, e que vem para melhorar a imagem do produto local, já desgastada nos mercados externos.

Nesse sentido, a solução que se avizinha, que ainda não está em marcha, mas em estudo, é a reunião de vários conselhos reguladores sob uma única fundação que efetuará o controle do que ocorre nas ôcaixas negras de várias denominações de origem. Dessa forma, se reduziriam os custos de transação envolvidos na fiscalização, pelos ganhos de escala. No momento, esta negociação é feita com outros cinco conselhos reguladores, inclusive de outros produtos agroalimentares (azeites e azeitonas de mesa).

Outra pendência diz respeito aos estudos de mercado e às estratégias conjuntas de comercialização, a medida em que cada firma realiza seu marketing próprio. Frente a isso, o CR começa a exercer esforços para assumir, efetivamente, o papel de articulador e construir estratégias de marketing conjuntas. Além disso, levantamos junto a pesquisadores ligados ao setor vitivinícola de Montilla-Moriles, que os principais eixos da combinação de conhecimento que se busca construir atualmente naquele território, por intermédio das instituições de pesquisa, repousam sobre: (i) o manejo da água e o aproveitamento dos recursos hídricos e (ii) melhorar a eficiência da mecanização. Ou seja,

certificadoras mas também de fiscalização. De acordo com a norma de qualidade de produto regulamentada pela UE.

a inovação que se busca hoje é diferente da inovação eu se buscou no passado. Portanto, nos parece que existe uma trajetória tecnológica definida, na qual se busca melhorar a eficiência de inovações introduzidas anteriormente, como a mecanização na colheita e, outrossim, o melhor manejo de água, um desafio que se torna cada vez mais importante.

Além disso, de acordo com uma pesquisadora entrevistada, os vinhos tintos ecológicos são outra aposta importante, porém, no momento, segundo ela, essa estratégia não tem eco junto ao setor cooperativo e ao conselho regulador, pelo que se resumem a iniciativas muito pontuais, de produtores individuais. De nossas entrevistas nos parece que o primeiro, de fato, desconsidera a produção de vinhos ecológicos como uma forma profícua de inovação de produto. No entanto, no caso do conselho regulador da denominação de origem, nossa impressão é outra, especialmente pelo projeto de certificar as emissões de carbono das vinícolas que o conselho pretende implementar, isto é, de medir a pegada ecológica que as empresas deixam a partir de suas atividades produtivas. De qualquer forma, como as cooperativas possuem um poder político significativo no conselho regulador, à medida que dispõe de um terço dos votos, nos parece que essa implementação ainda será motivo de muitas disputas e conflitos.

Ademais, gostaríamos de assinalar que existe uma diferença importante entre o setor vitivinícola de Montilla-Moriles e do Vale dos Vinhedos, pois o primeiro apresenta um elo a mais na cadeia. Ou seja, um elemento específico a mais na esfera produtiva. Em Montilla-Moriles existe, em muitos casos, uma separação entre o elaborador de vinho e aquele que se dedica apenas à *õcrianzaõ* (envelhecimento) e a comercialização. As cooperativas possuem, como papel fundamental a elaboração, portanto, apesar de venderem parte dessa produção diretamente ao consumidor final, o grosso do vinho que elaboram é repassado a granel para outros atores que os comercializarão depois de um período de maturação (*crianza*). Nesse contexto, as vinícolas possuem pouca produção de uvas e, a rigor, se dedicam a *õcrianzaõ* (envelhecimento). Ou seja, se dedicam a acrescentar valor ao vinho produzido, que fica um tempo imobilizado nas suas caves.

Portanto, identificamos o setor vitivinícola de Montilla-Moriles como mais desenvolvido do que o setor vitivinícola do Vale dos Vinhedos, à medida que possui mais elementos constitutivos. Enquanto que no Vale dos Vinhedos a cadeia produtiva é separada em agricultores e vinícolas e cooperativas, sejam grandes ou pequenas, em Montilla-Moriles articulam-se agricultores, cooperativas, *õlagaresõ* (pequenas vinícolas que elaboram sua uva própria) bodegas (vinícolas grandes que costumam comprar vinho

elaborado, em geral pela cooperativa, para efetuar a ôcrianzaö e a comercialização) e, além disso, atores que se dedicam exclusivamente ao comércio.

A par desse maior desenvolvimento do setor vitivinícola, a constituição de um IG na Espanha é muito mais difícil do que ocorre no Brasil, especialmente porque o processo de reconhecimento deve passar pela sede da União Europeia, ou seja, existem mais instâncias para a solicitação tramitar antes de ser, de fato, aprovada, ou reconhecida. Além da regulamentação nacional há todo um processo de regulamentação comunitária que necessita ser cumprido. Na Espanha, portanto, uma IG deve ser aprovada pela administração da comunidade autonômica (o equivalente aos nossos estados federativos), pelo Ministério de Agricultura e, finalmente, pela União Europeia. Isso reflete que o território de Montilla-Moriles, além de apresentar um setor vitivinícola mais desenvolvido, está articulado em dimensões políticas mais amplas do que o Vale dos Vinhedos, isto é, a esfera política do território andaluz é notadamente mais desenvolvida do que a esfera política do território gaúcho.

3.5 Montilla-Moriles e Vale dos Vinhedos: profundidades distintas em contraste

O território do Vale dos Vinhedos é uma construção social sobre determinado espaço da região serrana do Rio Grande do Sul. Portanto, um recorte espacial da região de colonização italiana do estado mais meridional do Brasil, um espaço onde impera a agricultura familiar, assente na pequena propriedade.

Da mesma forma, Montilla-Moriles, um território localizado na comunidade autonômica da Andaluzia, ao Sul da Espanha, reflete uma construção social sobre os pilares da agricultura familiar assentada na pequena propriedade. Portanto, a primeira consideração a ser feita, a título de comparação, é que são, ambos, territórios construídos a partir da aplicação de trabalho familiar sobre pequenas explorações agrárias. O tamanho médio dessas explorações no Vale dos Vinhedos é de 2,5 hectares, enquanto que em Montilla-Moriles o tamanho médio é de 2,07 hectares. Do ponto de vista da estrutura fundiária, os dois territórios se assemelham.

No entanto, o Vale dos Vinhedos está erigido sobre um espaço geográfico de pouco mais de 75 km², ao passo que, em Montilla-Moriles, tratamos de um território cuja extensão espacial ultrapassa, em muito, os 500 Km², distribuídos ao longo de 17 municípios.

Frente a isso, uma ressalva que gostaríamos de registrar assume ares de justificativa. Um breve esclarecimento a respeito do porquê comparar territórios com dimensões espaciais tão distintas. E a resposta (um tanto intuitiva) repousa sobre a expectativa de encontrar pistas que possam indicar influências da dimensão espacial sobre o resultado da aplicação da tecnologia em análise. A dimensão do espaço geográfico condiciona os resultados da aplicação de uma indicação geográfica em determinado território? É esta, portanto, a pergunta que se encontra por detrás da nossa predisposição em enfrentar os (possíveis) contratempos de uma comparação que envolve territórios com dimensões espaciais tão distintas.

Não temos uma resposta definitiva a esta pergunta. No entanto, nos parece correto afirmar que a menor dimensão espacial do Vale dos Vinhedos facilita a organização dos produtores associados em torno de um projeto comum, como é o caso da aplicação de uma indicação geográfica sobre o espaço. Além de facilitar, também, a autofiscalização, pois a menor extensão espacial proporciona, com menores custos e maior velocidade, isto é, mais facilmente, que os produtores tenham consciência do que cada um está fazendo em termos produtivos. A proximidade geográfica facilita a autofiscalização e inibe comportamentos oportunistas. Com isso, reduzem-se as chances de aparecerem os problemas de risco moral (*moral hazard*), mais especificamente, aqueles relacionados com a ocaixa-preta da vinícola, ou seja, possíveis adulterações que possam ocorrer dentro destes estabelecimentos após o vinho certificado voltar para os depósitos de seu produtor correspondente. Assim, embora a menor extensão espacial não seja, de fato, capaz de eliminar completamente a possibilidade desse contratempo, ela certamente reduz as chances dele acontecer à medida que diminui a assimetria de informação que cada produtor possui a respeito da ação alheia.

Além disso, outra consideração que nos parece importante diz respeito à despecialização dos territórios. Enquanto que o Vale dos Vinhedos é reconhecido como um tradicional palco da produção vitivinícola, Montilla-Moriles tem sido, historicamente, um território no qual os agricultores combinam o olivar com o vinhedo, cultivos bastante complementares em matéria de absorção de emprego e rentabilidade econômica. E, nesse sistema misto, o olivar acabou por dominar o vinhedo o que se tornou um cultivo secundário em Montilla-Moriles.

Portanto, a par da dimensão espacial, outra diferença que gostaríamos de apontar logo de início repousa sobre o fato do Vale dos Vinhedos ser, acima de tudo, um território vitivinícola, uma construção social especializada na produção de uvas e vinhos, pois é

sobre essa pilastra de sustentação socioeconômica (a vitivinicultura) que ela se edificou. Ao passo que em Montilla-Moriles os agricultores dividem a atenção entre duas atividades agrícolas complementares, dois cultivos distintos: uvas e olivas. Assim, distintamente do que ocorre no território sul-brasileiro, a construção social que se ergue sobre um espaço do sul da Espanha está sustentada em pilares que se consubstanciam em dois setores agroalimentares diferentes. A rigor, portanto, se no Vale dos Vinhedos as famílias são produtoras de vinhas e/ou vinhos, em Montilla-Moriles elas são produtoras de uvas e/ou olivas, assim como de vinho e/ou azeite.

Diante disso, aprioristicamente, poderíamos ter a impressão de que no Vale dos Vinhedos a adoção da indicação geográfica estaria mais aprofundada, justamente por se tratar de um território especializado na produção vitivinícola. No entanto, esta seria uma falsa impressão, uma vez que os produtores de Montilla-Moriles adotam esta tecnologia tanto para produzir seus singulares vinhos, como seus azeites. Portanto, a indicação geográfica é tomada como a principal tecnologia de apropriação espacial nos dois casos.

Assim, em ambos os territórios, independentemente do setor agroalimentar,⁶⁸ a indicação geográfica, mesmo que combinada com outras estratégias, marca a forma de apropriação espacial. E um ponto que deve ser ressaltado diz respeito aos efeitos da normativa de produção dessas IGs sobre a quantidade produzida de uva, bem como de vinho. Além de determinar, ou seja, de controlar a técnica aplicada sobre a matéria prima, as normativas de produção das duas IGs carregam em comum a particularidade de restringirem a produtividade máxima de uva produzida por hectare, assim como a quantidade máxima de vinho obtido a partir dessa matéria prima. Isto, em última instância, tanto é uma forma de obter um produto diferenciado como de controlar a quantidade ofertada desse produto dentro de um determinado recorte espacial. E aponta que os produtores associados, pela via da indicação geográfica, apesar de não evitarem a competição interna, estipulam barreiras à competição potencial, aquela de firmas externas ao território e à própria associação interna.

Sem embargo, outra ressalva que gostaríamos de levantar diz respeito ao ambiente em que esses territórios se inserem. Consequentemente, não podemos deixar de considerar que o território de Montilla Moriles faz parte de um contexto no qual as indicações geográficas estão bastante difundidas, especialmente quando se trata do que

⁶⁸ No entanto, em nossa análise, mantivemos a atenção no que ocorre, majoritariamente, dentro ou em função do setor vitivinícola ó mesmo que em Montilla-Moriles a produção de olivares e azeites seja uma peculiaridade a ser reconhecida de antemão, e de relevância, conforme veremos.

ocorre no setor vitivinícola. De acordo com dados do Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio-Ambiente espanhol,⁶⁹ a Espanha apresenta, unicamente para vinhos, nada menos do que 90 denominações de origem protegidas ó o tipo de indicação geográfica mais difundido naquele país, bem como em toda a Europa, quando nos referimos ao vinho. Sendo uma das mais antigas da Espanha, criada em 1932, sobre limites geográficos similares aos atuais, a indicação geográfica de Montilla-Moriles se insere, hoje, num contexto de forte difusão de IGs vitivinícolas ó são 131 em 505.030km².

Por seu turno, o território do Vale dos Vinhedos apresenta a primeira indicação geográfica para vinhos finos no Brasil, porém, num contexto bastante distinto, ao passo que este tipo de tecnologia ainda está pouco difundido entre os territórios rurais brasileiros. Para se ter uma ideia dessa incipiência, de acordo com o Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento,⁷⁰ no Brasil, existem atualmente 24 indicações geográficas para todos os tipos de produtos agroalimentares (entre seus dois tipos reconhecidos pela legislação brasileira: as denominações de origem e as indicações de procedência). No que toca ao setor vitivinícola são, ao todo, 5 indicações geográficas ao longo do território brasileiro. Portanto, são 5 IGs vitivinícolas em 8.515.767,049 km².

Logo, nos parece fundamental assinalar: enquanto que a tecnologia da indicação geográfica encontra-se amplamente difundida⁷¹ no setor vitivinícola espanhol, no Brasil ela ainda dá seus primeiros passos. Essa pode ser uma diferença crucial no que se refere aos efeitos de sua implementação sobre os distintos territórios. E, nessa linha, convém resgatar Tigre (2006), que nos lembra que toda tecnologia possui um ciclo de vida, formado por quatro fases: introdução, crescimento, maturação e declínio.

Trasladada essa ideia ao espectro das indicações geográficas, teríamos a seguinte situação: a primeira fase corresponderia à delimitação do espaço e à introdução da normativa de produção, na qual um número pequeno de territórios, e de produtores dentro de cada um desses territórios se associam à tecnologia. Nessa fase ainda vigoram incertezas quanto aos efeitos de se adotar a normativa de produção da indicação geográfica. No entanto, à medida que os produtores do(s) território(s) pioneiro(s) conseguem, de fato, cobrar um preço de monopólio pelo produto certificado, suas

⁶⁹<http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/calidadagroalimentaria/calidad-diferenciada/dop/htm/cifrasdatos.aspx>. <Último acesso em 28/10/2014, às 00h:40min>

⁷⁰ <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>. <Último acesso em 28/10/2014, às 00h:42min>

⁷¹ A difusão pode ser definida como o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais, através do tempo, entre os membros de um sistema social (ROGERS E SCHOEMAKER, 1971, apud TIGRE 2006, p. 73)

decorrentes rendas extraordinárias acabam por funcionar como um estímulo para que a concorrência adote a mesma tecnologia, fazendo com que aumente o número de produtores associados em torno de IGs, em outros territórios; a tecnologia de apropriação espacial entra, portanto, na fase do crescimento. Esse crescimento prossegue até a fase de maturação, quando o número de territórios sustentados por indicações geográficas se estabiliza e as correspondentes normativas de produção são aprimoradas. Por fim, na fase do declínio, alguns produtores abandonariam a normativa de produção da indicação geográfica, em função de sua incapacidade de gerar as rendas de monopólio auferidas na fase da introdução, dado o aumento exacerbado de produtos certificados e a correspondente dificuldade em sinalizar singularidade ó conforme levantamos no segundo capítulo.

Nesse processo, o Vale dos Vinhedos não apenas se encontra na fase de introdução ou crescimento das indicações geográficas no Brasil, como ocupa a posição de pioneiro, pois se trata do primeiro território vitivinícola brasileiro a sustentar produtos certificados a partir dessa tecnologia. Por outro lado, os produtores de Montilla-Moriles, apesar de estarem numa das cinco DOs mais antigas da Espanha, enfrentam um contexto completamente distinto, no qual a tecnologia se encontra plenamente maturada e, possivelmente, em declínio, na medida em que alguns destes abandonam gradativamente a normativa de produção e procuram a diferenciação de produtos a partir de outras técnicas, como é o caso, por exemplo, da produção ecológica ou orgânica de vinhos tintos, que osubtraíramö ou absorveram 900 hectares de vinhedos do espaço de denominação de origem ó ou, ainda, pela produção de vinagres.

Nessa linha, realçamos que o pioneirismo do Vale dos Vinhedos, no Brasil, abre uma alternativa que é, visivelmente, bastante explorada pelos atores locais. Naquele território, o enoturismo (õo turismo do vinhoö) tem se tornado uma atividade econômica de grande importância, ao passo que abre alternativas para as famílias de agricultores incrementarem suas rendas a partir da multifuncionalidade do uso de suas propriedades rurais. Nesse contexto, o crescente fluxo de turistas permite, por exemplo, que uma família de agricultores complemente sua renda a partir da oferta de produtos e serviços não agropecuários como hospedagem, alimentação e venda de artesanatos.

Argumentamos que, de maneira geral, o crescimento da atividade turística no Vale dos Vinhedos vem atrelado ao desenvolvimento da concepção mental de mundo que embasa uma indicação geográfica, justamente nos termos do constructo que apresentamos no segundo capítulo. Dito de outra forma, nos parece que o crescimento do enoturismo

no território também faz parte da dinâmica social de criação de necessidades que movimenta o sistema capitalista. Isto, à medida que o destino turístico do Vale dos Vinhedos desponta, crescentemente, como um novo objeto de desejo para consumidores ávidos de, como afirma Karpik (2007), participar[em] de um mundo mais civilizado.

Logo, o que nos parece coerente levantar é que, no Vale dos Vinhedos, a aplicação da tecnologia da indicação geográfica tem proporcionado, pela via do aumento da notoriedade, ou melhor, pela via do aumento da publicidade espontânea em torno da marca coletiva do Vale dos Vinhedos, a construção de um importante mercado aninhado. Isto, pois, ancorado na reconhecida e certificada aura de produção vitivinícola, agrega um crescente mercado turístico. Para se ter uma ideia, desde a implementação da indicação geográfica, em 2001, até o ano de 2013, o fluxo de turistas passou de 45.000 pessoas para 283.240 pessoas ao ano.⁷²

Assim, facilitados pelo status de ostentar o primeiro selo de indicação geográfica para vinhos finos no Brasil, os atores do Vale dos Vinhedos têm conseguido aumentar a notoriedade em torno do patrimônio histórico e cultural do território e, mais do isso, ressignificar esse patrimônio, transformando-o num destino turístico cada vez mais consumido. Com isso, o que na verdade se observa, é que a própria concepção de desenvolvimento rural se reorienta, deixando de lado uma visão setorial da agricultura para outra, na qual a agricultura passa a ser vista como uma atividade multifuncional, o rural a ser visto como espaço. Isto é, um rural que além de produzir bens privados, como uvas e olivas, também fornece bens e serviços públicos, como paisagens, captação de carbono, prevenção contra enchentes e proteção de biodiversidade.

Portanto, verificamos que a paisagem do Vale dos Vinhedos, e toda a sua aura de produção vitivinícola, materializada, por exemplo, nas antigas cantinas (vinícolas) de pedra, do início do século passado, acabam por se transformar naquilo que Elinor Ostrom (1990) designou por *common pool resources* (CPR). Isto é, um conjunto de recursos comuns, disponível aos atores do território. Um conjunto de recursos que pode ser explorado de diversas maneiras, dentre as quais a partir da criação de um *nested market* ou um mercado aninhado.

Reforçamos que, de acordo com Polman et al (2010), uma CPR ou uma piscina de recursos comuns do território cria e delinea um mercado aninhado. Além disso, CPRs

⁷² Dados fornecidos pela Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos o APROVALE.

atraem consumidores e sustentam preços prêmio. E é também verdade que as CPRs são valorizadas através de mercados aninhados, pois, tanto viabilizam a criação desses mercados, como são reproduzidas por eles. Uma CPR representa, para estes autores, o capital, na medida em que rende valor adicional em atividades econômicas específicas. E isto está refletido em preços prêmios e/ou influxos de muitos clientes e consumidores desejosos de consumir o território. Como é precisamente o caso do Vale dos Vinhedos, onde a indicação geográfica não só auxilia a transformar o território, como afirma Harvey (2013a), numa mercadoria geograficamente ordenada, mas também em fazer com que essa mercadoria seja valorizada através das atividades relacionadas ao turismo.

Portanto, a criação do mercado aninhado do turismo não apenas proporciona alternativas de renda não agropecuárias às famílias de agricultores locais, mas tem a particularidade de trazer o consumidor até o local onde os vinhos são produzidos. Assim, na medida em que mais pessoas visitam o Vale dos Vinhedos, para participar momentaneamente de sua aura vitivinícola, mais consumidores de vinhos são atraídos ao berço desses produtos. Com isso, os vinicultores conseguem, por exemplo, vender seus vinhos a pessoas que vivem em territórios distantes, sem incorrer em elevados custos de transporte. E o crescente fluxo de turistas também serve para difundir e fortalecer a marca do Vale dos Vinhedos e por conseguinte, para dar mais notoriedade ao território e aos seus produtos.

Portanto, a indicação geográfica do Vale dos Vinhedos, outrossim por efeito de seu pioneirismo, tem a particularidade de potencializar o surgimento de um mercado aninhado a partir da *common pool resources* (pegando emprestado a expressão cunhada por Ostrom) decorrente do conjunto de seu patrimônio histórico-cultural. Em outras palavras, a aura de produção vitivinícola é uma CPR, que os atores locais exploram, cada vez mais, para fortalecer um mercado aninhado de turismo, que ademais de sua lucratividade própria, tem a particularidade de trazer mais notoriedade ao território e, por consequência, promover os produtos que nele são elaborados; criando, assim, sinergia entre a CPR e o mercado aninhado. Logo, o enoturismo acaba por jogar um papel importante no desenvolvimento do território por distintas vias, mas, especialmente, por refletir práticas que reorientam o desenvolvimento rural para a perspectiva territorial (em detrimento de uma perspectiva setorial, ou exclusivamente agropecuária). E isto é, em boa medida, uma decorrência da implementação da IG.

Por outro lado, os atores sociais de Montilla-Moriles aparentam manter suas práticas mais apegadas a uma ideia de desenvolvimento rural ainda vinculada à visão

da agricultura como fornecedora de bens e serviços agropecuários. Uma perspectiva setorial do rural. Pois, ao mesmo tempo em que se observa a concentração das atividades entre os cultivos de olivares e vinhedos, se mostram muito frágeis as iniciativas embasadas em práticas que remetem ao caráter multifuncional da agricultura. O fluxo de turistas naquele território, que em 2013 foi de 12.383 pessoas, serve para ilustrar esse argumento. E para se ter uma ideia da fragilidade desse número, não apenas em contraste com o que ocorre no Vale dos Vinhedos, mas também no contexto espanhol, basta observar que o enoturismo movimentou na Espanha, nesse mesmo ano, nada menos do que 1.689.209 pessoas, nas 20 distintas rotas do vinho daquele país. Destas, Montilla-Moriles é apenas a décima quarta em termos de visitantes recebidos. Convém ressaltar que Penedés e Marco Jerez despontam como as rotas mais visitadas, com, respectivamente, 435.358 e 431.472 visitantes cada (em 2013).⁷³

Nesse sentido, reforça-se, portanto, o argumento de que os atores do Vale dos Vinhedos aproveitam a vantagem do pioneirismo, na medida em que empreendem num contexto em que a tecnologia da IG ainda se encontra na fase da implementação, isto é, em um estágio incipiente de difusão. Enquanto que os atores de Montilla-Moriles enfrentam uma situação tal de avanço na difusão desta tecnologia, que a própria construção de um mercado aninhado, como o enoturístico, se torna tarefa muito mais complexa, em função da aviltada concorrência no âmbito desse mercado, isto é, da grande concorrência entre rotas de vinhos (todos eles sustentados por indicações geográficas).

Além disso, parece que a própria singularidade dos vinhos de Montilla-Moriles acaba por colaborar para que o enoturismo não consiga se desenvolver com a mesma musculatura com a qual se desenvolve em outros territórios vitivinícolas espanhóis. Isto, porque, a rigor, o caráter singular e a tipicidade do vinho de Montilla-Moriles são tão intensos, ou profundos, que resumem o mercado consumidor quase que exclusivamente à própria população do território e, quando muito, remetem a consumidores que se encontram em zonas muito próximas desse território, como a cidade de Córdoba, capital da província na qual se insere Montilla-Moriles, ou, mesmo, ao Marco Jerez, outro território do sul da Espanha, para onde boa parte da produção é exportada, a granel ó portanto, com menos valor agregado, mesmo se tratando de vinho certificado pelo conselho regulador. Isto sugere que boa parte do valor produzido é transferido para esse

⁷³ De acordo com os dados da Asociación Española de Ciudades del Vino ó ACEVIN, disponíveis em <http://www.wineroutesofspain.com/bd/archivos/archivo223.pdf> <Último acesso em 30/10/2014, às 22h:50m>

território. Assim, se, atualmente, o Vale dos Vinhedos exporta capital para outros espaços, como ocorre na Campanha Gaúcha; Montilla-Moriles exporta valor para outros territórios, como é o caso de Jerez.

Diante desse argumento, convém assinalar que o vinho típico de Montilla-Moriles é um vinho branco de alta singularidade. É um produto proveniente de uma variedade autóctone de uva, a Pedro Ximenez, que quando combinada às especificidades do clima e do espaço geográfico resulta numa matéria prima de alta concentração de açúcar, consequentemente, num vinho de alto teor alcoólico. Em verdade, o vinho *õfinoö*, como é conhecido o típico vinho de Montilla-Moriles, é um produto de grande apelo cultural e tradição, especialmente entre consumidores masculinos, acostumados com o sabor peculiar e a alta graduação alcoólica da bebida. Não se trata, portanto, de um vinho enquadrado nos padrões organolépticos mais difundidos no mercado vinícola mundial, comumente verificados, por exemplo, num Cabernet Sauvignon, que por sua vez provém de uma variedade de uva difundida, praticamente, nos cinco continentes. Trata-se, isso sim, de um produto com características organolépticas bastante distintas das que se podem encontrar nesses últimos.

Talvez um exemplo ajude. No mercado internacional de vinhos finos impera um padrão organoléptico assente em seis qualidades de uvas: Cabernet Sauvignon, Merlot, Chardonay, Pinot Noir, Syrah e Sauvignon Blanc, cultivares que integram o grupo das *õbig sixö* (como ficaram conhecidas no mundo vitivinícola). A rigor, este grupo simplifica a escolha, ao mesmo tempo em que padroniza os gostos dos consumidores. Portanto, um consumidor padrão, no mercado mundial, está acostumado com o sabor e a graduação alcoólica dos vinhos que resultam desse conjunto de matérias primas, e, muito provavelmente, tem capacidade de reconhecer os nomes dessas qualidades de uvas estampados nas garrafas de vinhos em qualquer lugar do mundo. No entanto, uma uva que fuja desse padrão, que resulte num vinho com qualidades organolépticas muito distintas, pode causar uma estranheza a esse consumidor padrão, seja pelo sabor, seja pela graduação alcoólica, seja pelo desconhecimento ou estranhamento a respeito do nome de uma qualidade de uva que não soa aos seus ouvidos. Nesse caso, seriam necessários esforços muito mais vultosos para criar um mercado para esses produtos, como, por exemplo, grandes dispêndios em campanhas publicitárias.

Portanto, o que deve ficar claro é que o vinho de Montilla-Moriles carrega uma extrema singularidade, fortemente identificada com a cultura local, ao ponto que se torna um produto de consumo essencialmente localizado. A rigor, os *õfinosö* de Montilla-

Moriles são produtos de alta tipicidade, muito pouco difundida fora de seu território. Aos nossos olhos, suas profundas raízes (locais), e a intensa singularidade que delas decorrem, limitam, por exemplo, a criação de um mercado aninhado de enoturismo, pois entravam não apenas o consumo, mas também a repercussão desses vinhos em territórios alheios. Isto torna mais difícil explorar a CPR que se cria a partir do patrimônio histórico-cultural construído em seu espaço geográfico ó ao contrário do que ocorre no Vale dos Vinhedos.

Diante disso, alguns produtores de Montilla-Moriles buscam òinovarö a partir da elaboração de vinhos mais òadaptáveisö aos padrões de consumo mundiais, produzindo, por exemplo, vinhos produzidos com uvas colhidas mais cedo do que o período normal de colheita. Assim, estas uvas apresentam menor concentração de açúcar e, conseqüentemente, resultam num produto de menor teor alcoólico, portanto, mais próximo do atual padrão organoléptico global. Além disso, esses vinhos não passam por longos períodos de envelhecimento e, com isso, os produtores conseguem diminuir o tempo em que o capital fica imobilizado na produção, aumentando, portanto, a sua velocidade de circulação. Não obstante, alguns produtores decidiram pela produção de um vinho mais adaptável aos padrões organolépticos mundiais através da vinificação de uvas tintas, que não fazem parte da cultura local. No entanto, essas inovações (de produto) não são chanceladas pelo conselho regulador da indicação geográfica, e os vinhos perdem o direito de estampar o selo que dá garantias de sua territorialidade. Isto vai ao encontro de nossa hipótese de que o conselho regulador de uma indicação geográfica pode, em alguns casos, ir de encontro ao surgimento de algumas inovações ó especialmente quando elas representarem uma ameaça aos grupos que, por alguma razão, detenham mais poder no âmbito do conselho regulador (o que parece um reflexo do poder no território).

Já em relação ao problema da assimetria de informação, gostaríamos de destacar que ele se apresenta de forma distinta nos dois territórios, e que isso ocorre, principalmente, em função do estágio de difusão das IGs em cada país. A ver.

Ademais da baixa difusão das indicações geográficas, os atores do Vale dos Vinhedos se deparam com um contexto de fraco desenvolvimento do mercado vinícola. No Brasil, o consumo de vinhos (de todos os tipos) é ainda muito baixo, cerca de 2 litros por pessoa ao ano.⁷⁴ Contudo, apesar da incipiência, um mercado emergente. Porém, combinada com a incipiência das indicações geográficas brasileiras, tal situação aponta para um perfil de consumidor ainda não preparado, ou insuficientemente informado a

⁷⁴ Comparado com a Espanha, onde se consomem cerca de 20 litros de vinho ao ano por pessoa, esse número faz triste figura ó os dados são da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV).

respeito do significado dessa tecnologia. Ou seja, o grosso do mercado consumidor brasileiro (de vinhos) não possui informação suficiente sobre o que representa uma indicação geográfica. Como consequência, o número de consumidores predispostos a pagar um preço prêmio pelo produto certificado é menor. De acordo com alguns produtores entrevistados (no Vale dos Vinhedos), embora as possíveis rendas extraordinárias tenham sido a motivação inicial para a implementação da normativa de produção da IG, atualmente o mercado não paga o que os produtores esperavam receber pelo vinho certificado. Entendemos que essa realidade se dá mais por conta do desconhecimento a respeito do significado das IGs do que da desconfiança dos consumidores em relação à certificação como forma de chancelar singularidade.

Por outro lado, em Montilla-Moriles, nos parece que a assimetria de informação advém da excessiva singularidade de um produto de consumo essencialmente local, combinada ao avanço no grau de difusão da tecnologia de indicação geográfica em toda a Espanha, onde as gôndolas dos supermercados e lojas de vinhos se encontram repletas de produtos com selos de indicação geográfica das mais diversas regiões do país. Ou seja, a excessiva difusão de produtos chancelados por IGs confunde o consumidor, que pode passar a desconfiar da legitimidade dos produtos certificados, na medida em que praticamente todos os vinhos disponíveis para o consumo ostentam selos que garantem sua procedência geográfica. O que confirmaria o que disse Sacco dos Anjos (2012), quando afirmou que a proliferação de marcas e figuras de proteção, dificulta aos consumidores reconhecer, com clareza, as singularidades e os atributos de qualidade que os artigos presumivelmente possuem.

Ademais, gostaríamos de assinalar que o conteúdo das entrevistas realizadas nos dois territórios não foi suficiente para confirmar a hipótese de que o objetivo último de um produtor se associar a outros em torno de uma indicação geográfica repouse, de fato, na busca por rendas de monopólio (rendas acima da média de mercado). Contudo, algumas declarações dão boas pistas. Resgatamos duas que consideramos sintomáticas: de um vinicultor de Montilla-Moriles, quando disse que o mercado já não está disposto a pagar muito mais por qualidade; e de um vinicultor do Vale dos Vinhedos, ao afirmar que a indicação geográfica deveria proporcionar um preço prêmio [mas não o tem feito]. Nos parece que, no primeiro caso, as rendas extraordinárias existiram, mas não estão mais disponíveis, em função da grande difusão de IGs, que confunde o consumidor. No segundo caso, simplesmente, elas ainda não foram alcançadas, em função da baixa difusão de IGs, que incide num desconhecimento por parte dos consumidores a respeito

de seu significado, conseqüentemente, de que o produto certificado possa carregar atributos que lhe conferem especificidade.

Além disso, gostaríamos de salientar que a enorme diferença de profundidade entre os dois territórios traz efeitos sobre a aplicação de suas respectivas IGs. A relativa superficialidade do território do Vale dos Vinhedos está refletida tanto no tipo de singularidade do seu produto, um vinho que corresponde ao padrão organoléptico do tempo atual e que, portanto, está mais adaptável ao paladar médio de consumo mundial, quanto na estratégia de desenvolvimento adotada. Isto, pois, à medida que o projeto de desenvolvimento territorial está fortemente calcado na pluriatividade da agricultura, que se dá pela via do enoturismo, ela reflete a nova forma de se encarar os espaços rurais, com as práticas de muitos agricultores locais fundamentadas na perspectiva territorial do desenvolvimento. Além disso, o fato de ter a lógica de mercado como uma arraigada instituição local facilita o aninhamento de um novo mercado de turismo no patrimônio histórico-cultural do território. Criar mercado foi o que os atores do Vale dos Vinhedos fizeram ao longo de sua história. Aninhar um mercado de turismo na piscina de recursos comuns do território é reutilizar a mesma competência para escrever mais uma página dessa história.

Por outro lado, em Montilla-Moriles, o espaço é mais profundo. Uma profundidade que ultrapassa os ditames do modo capitalista de produção. Isto talvez explique o maior enraizamento do vinho local no território, seja pelo consumo ou pela resistência de alguns produtores em abandonar técnicas de produção consideradas, por diversos entrevistados, como arcaicas. No entanto, também as instituições que dão forma e conteúdo ao território parecem profundas o suficiente para fazer com que os produtores locais optem por práticas que encaminhem um modelo de desenvolvimento mais em conformidade com a tradicional visão dos espaços rurais enquanto fornecedores de produtos agropecuários. Importante ressaltar, no entanto, que, mesmo assim, em Montilla-Moriles existem investimentos que visam posicionar o espaço rural dentro de uma perspectiva territorial. A diferença é que essa tarefa fica delegada às políticas públicas, o que indica, sobretudo, que o território de Montilla-Moriles se complexifica mais em suas dimensões políticas e institucionais do que o Vale dos Vinhedos, onde essas esferas aparentam ser significativamente mais frágeis. O próprio desenho das indicações geográficas espanholas, que implicam, por exemplo, o reconhecimento em instâncias regional, nacional e supranacional, reflete o maior grau de desenvolvimento

das dimensões política e institucional de seus territórios; é notório o maior grau de complexidade destas dimensões nos territórios espanhóis.

Reafirma-se assim uma ideia: o arcabouço institucional de determinado lugar, região ou território pode ser visto como um dos principais elementos distintivos de um modelo de apropriação espacial, uma vez que é passível de incidir tanto na definição dos objetivos do projeto de desenvolvimento, como na forma de perseguição das metas.⁷⁵

Logicamente, além de agrupar objetivos que nem sempre se igualam, os projetos de apropriação do espaço podem ser traçados e conduzidos a partir de mecanismos de participação social que se distinguem no tempo e no espaço. A caixa de ferramentas pode conter, em cada lugar, instrumentos de decisão mais ou menos democráticos, com critérios mais técnicos do que políticos e vice-versa, sendo utilizados com ou mais ou menos cooperação, a partir da participação de diferentes grupos sociais. Assim, se não há receita única para as indicações geográficas, tampouco para o desenvolvimento territorial. Ademais, devemos levar em conta que a definição do projeto territorializante é sempre de natureza subjetiva, pois a escolha dos objetivos deriva da ação de agentes sociais dotados de intencionalidade. Consequentemente, mesmo que se possa encarar o desenvolvimento territorial por uma ótica puramente objetiva, os objetivos perseguidos, ainda que fortemente condicionados pelos imperativos do momento histórico em que acontecem, serão subjetivos ó mesmo que essa subjetividade seja condicionada por forças ideológicas. Dentre outras coisas, isto significa que ainda que dependa objetivamente dos recursos físicos do espaço e da sua posição histórica e geográfica, a morfologia da apropriação espacial é subjetiva. Trata-se de uma escolha, sobretudo, política. Inclusive no que toca à técnica empregada sobre o espaço.

A escolha de uma indicação geográfica, por exemplo, não resume ou esgota a estratégia de desenvolvimento, como vimos no caso do Vale dos Vinhedos, onde o enoturismo é tão ou mais importante. Além disso, a questão de falta de alternativas políticas e da necessidade de se desenvolver em um ambiente marcado pelos imperativos do sistema capitalista certamente restringe as possibilidades de escolha dos agentes, mas não é suficiente para acabar com a sua intencionalidade.

⁷⁵ Consoante à dimensão social, ou sociopolítica de um território, combina-se uma dimensão institucional, caracterizada tanto por instituições de caráter coletivo, tais quais as organizações públicas, como por um conjunto de regras sociais, valores e códigos de conduta que balizam a ação dos agentes em determinados lugares ó caso, por exemplo, da propensão associativa, observável em comunidades marcadas por históricos cooperativos. Nessa linha, é preciso atentar para o fato de que as instituições, sejam elas de tipo *öhardö* ou, especialmente de tipo *ösoftö*, são produtos da interação entre agentes dotados de intencionalidade, logo, fatos sociais espacialmente concebidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da economia e sociologia rural, os estudos acerca das indicações geográficas [IGs] costumam associar-se aos estudos sobre território para, grosso modo, afirmar a existência de uma relação simbiótica entre ambos: as IGs nutrem-se do território, que se desenvolve a partir da organização bem sucedida daquelas. A ideia é que as indicações geográficas revelam, apreendem e enaltecem os recursos territoriais capazes de atribuir vantagens competitivas aos produtos agroalimentares, e de que isso repercute de forma positiva sobre o desenvolvimento socioeconômico local.

Em geral, o argumento é de que num contexto de mercados cada vez mais globalizados, liderados por grandes corporações, apresentar uma mercadoria de reconhecida distinção e tipicidade pode ser a via de escape à competição por preços. Portanto, existe uma lógica econômica por detrás da construção de uma indicação geográfica, e esta consiste em atribuir singularidade (especificidade) ao produto, de forma a lhe conferir alguma vantagem em mercados cada vez mais competitivos.

Não obstante, as investigações nesse âmbito costumam envolver profundas discussões acerca das vantagens (e desvantagens) de se investir em reconversão agrícola e padronização de práticas agroindustriais, com vistas a aumentar a qualidade das mercadorias locais. Não são raras as vezes em que os estudos apontam o território enquanto elemento chave nesses processos, e, a rigor, parece vigorar um consenso: ele é a grande fonte de singularidade, quem fornece atributos capazes de tornar as mercadorias irreprodutíveis em outros espaços ó daí a vantagem. E tratar da natureza dessas vantagens é rota inevitável para quem decide empreender uma investigação nessa temática.

Contudo, a trilha está repleta de armadilhas. As indicações geográficas contêm mais nuances do que um olhar superficial é capaz de apreender. Assim, se não há como negar que a singularidade possui forte associação com as qualidades organolépticas dos produtos, também é verdade que as análises que não avançam para além desta relação, iluminam apenas a ponta do *iceberg* que está para fora d'água. Sem embargo, ao articularem atores de diferentes posições sociais em torno de um projeto comum de apropriação do espaço, as IGs envolvem um conjunto de variáveis dispostas em dimensões de análise distintas, e, ao mesmo tempo, inseparáveis, relacionadas com questões políticas, sociais e institucionais, ademais de econômicas. Portanto, para entender os porquês de seu funcionamento, é preciso investigar um emaranhado de

complexas (e multiescalares) relações, que formam a parte submersa da montanha de gelo.

Nesta tese, procuramos aprofundar a análise e descobrir o que pode manter a tenacidade, ou fazer dissolver essa montanha, ainda pouco explorada no Brasil. E, a partir desse intuito, construímos a ideia de que as indicações geográficas são tecnologias de apropriação espacial de natureza essencialmente capitalista, que, no fundo, têm como objetivo criar ou reestabelecer as condições de oligopólios naturais em mercados locais abalados pela internacionalização. O nosso estudo de caso apontou isso de forma suficientemente clara. Além de confirmar algumas hipóteses. Em primeiro lugar, que a eficiência da aplicação dessa tecnologia depende da configuração espaço-tempo do território, sobretudo do grau de difusão das IGs no ambiente em que o território se insere e da especificidade da mercadoria que cria. Portanto, a simples organização de uma indicação geográfica sobre determinado espaço não garante os mesmos resultados aos diferentes territórios nos quais se aplicam.

De acordo com o que vimos, os cenários possíveis são múltiplos e responderão, cada qual, por uma combinação de contextos sociais, políticos, institucionais e econômicos, tanto internos quanto externos ao território. Não há receita única para o desenho de uma indicação geográfica. O que certamente dificulta a predição a respeito de seus efeitos sobre o desenvolvimento territorial. No entanto, não inviabiliza algumas certezas. Dentre elas, que a eficiência das indicações geográficas em proporcionar rendas acima da média dependerá do grau de difusão desse tipo de tecnologia no país em que se insere o território, do tamanho do espaço geográfico sobre o qual é aplicada e da especificidade da mercadoria que cria.

Com efeito, tanto o grau de difusão como o tamanho do espaço relacionam-se com a assimetria de informação e a incerteza de consumidores e produtores. De fato, as indicações geográficas lidam diretamente com as incertezas, seja pelo lado da demanda ou da oferta. No primeiro caso, a incerteza do consumidor, que perde boa parte de sua capacidade de reconhecer a singularidade nas certificações, à medida que aumenta o número de mercadorias certificadas. Ou seja, as IGs tendem a perder eficiência em comunicar singularidade conforme se difundem em determinado espaço-tempo (país, região...). A exacerbada difusão tem por efeito confundir o consumidor e, dessa forma, reduzir sua disponibilidade em pagar um preço acima do de mercado por uma mercadora que, supostamente, carrega atributos que lhe conferem singularidade. Assim, quanto maior a difusão das IGs em determinado mercado, menor o excedente do consumidor.

Naturalmente, quanto menor o excedente do consumidor, menor o grau de liberdade dos produtores associados em ter algum controle sobre os preços, isto é, menor o seu poder de monopólio. Logo, mais difícil sua tarefa de estabelecer as desejáveis condições oligopolistas. Portanto, justamente como ocorre com a maioria das tecnologias, o grau de difusão das IGs influencia a capacidade de se obter rendas extraordinárias. Desnecessário afirmar que, como em qualquer estrutura oligopolista de mercado, as indicações geográficas não impedem a competição por preços entre os concorrentes internos; simplesmente, a sua função é criar barreiras à competição potencial, isto é, aquela que provém de firmas estabelecidas em outros territórios.

No segundo caso, a incerteza dos próprios produtores associados, que também se relaciona com a assimetria de informação, mas que assume aspectos de risco moral (*moral hazard*). Ou seja, a maior extensão do espaço, que se traduz numa menor proximidade geográfica entre os produtores, facilita a adoção de comportamentos oportunistas após a certificação acontecer. Isto, pois, uma vez certificado, o vinho volta ao estabelecimento de origem. E o que ocorre nesse âmbito, em geral, é uma incógnita. A rigor, o controle sobre a mercadoria certificada é efetuado na entrada e na saída do estabelecimento que a leva ao mercado, porém, no interior deste, o que temos é uma caixa-preta. Nesse sentido, nos parece correto afirmar que a maior proximidade geográfica entre os produtores inibe comportamentos oportunistas, pois pode favorecer a coesão, mas, certamente, reduz os custos da autofiscalização, facilitando-a. Dessa forma, a maior proximidade geográfica dos produtores associados ajuda a reduzir as chances de um problema de risco moral comprometer a imagem da mercadoria local (como aconteceu em Montilla-Moriles). Portanto, o tamanho do espaço geográfico e o grau de difusão das IGs são elementos determinantes nos resultados da aplicação deste tipo de tecnologia, pois afetam o poder de monopólio das empresas, pela via da assimetria de informação ou seja pelo lado da demanda ou da oferta. Aliás, como vimos, os dois lados podem se conectar, retroalimentando-se, caso comportamentos oportunistas dos produtores trouxerem como efeito o rebaixamento da qualidade média da mercadoria local, o que implicará em mais incerteza para o consumidor e mais desconfianças e desavenças entre os produtores.

Ademais, outra de nossas hipóteses também se confirmou. As indicações geográficas são uma etapa de uma constante busca pela criação e/ou manutenção de poder de monopólio assentado na diferenciação de mercadorias. No entanto, naqueles ambientes (países) nos quais se encontram plenamente maturadas, as IGs constituem uma etapa já

trivial, quiçá muito próxima da banalização, quando se trata de funcionar como um instrumento que sinaliza singularidade. Assim, como parece ser o caso na Espanha, à medida que despontam outras formas de atribuir diferenciação às mercadorias e de sinalizar singularidade aos consumidores, as IGs deixam de representar o último estágio, para tornarem-se uma etapa intermediária de uma corrida que faz parte da própria natureza do tempo em que vivemos.

A busca por novas oportunidades de valorização do capital é um imperativo da competição intercapitalista. E a criação de novas mercadorias, novos processos, novos mercados, novas fontes de matéria prima, assim como a criação de novos desejos e necessidades nos consumidores, fazem parte desse tempo e constroem a história do capitalismo. A criação de mercadorias distintas, singulares, é parte constituinte dessa história, e as indicações geográficas, enquanto tecnologia de apropriação espacial pensada para tanto, uma página a mais.

Uma página que, em países como a Espanha, parece estar muito próxima de suas últimas linhas. O que não significa que as IGs sejam página virada, muito menos esquecida. Pelo contrário, trata-se de uma página tão importante no contexto vitivinícola espanhol, que é reescrita, ou seja, atualizada, repaginada. E, em territórios como Montilla-Moriles, as primeiras linhas da repaginação parecem se delinear através da produção de mercadorias cuja singularidade atrela-se aos apelos ecológicos. O próprio projeto do atual conselho regulador da denominação de origem de Montilla-Moriles, de quantificar a pegada ecológica dos associados, isto é, as emissões de carbono de suas atividades produtivas, é um indicativo desse passo adiante na história da singularização da produção, da criação de necessidades, de novos objetos técnicos, enfim, do próprio aprofundamento do sistema capitalista naquele espaço. Através das indicações geográficas, os produtores associados conseguem apontar os caminhos desse aprofundamento, isto é, delineiam a trajetória da história, revelando a intencionalidade subjacente ao avanço técnico e o consequente caráter político deste.

No entanto, não podemos esquecer que, conforme vimos, e conforme já nos havia advertido Harvey (2013b), existe uma espécie de *trade-off* entre a singularidade e a comerciabilidade das mercadorias. Ou seja, a atribuição de singularidade não pode ser tão profunda, ao ponto de transformar um artigo em algo exacerbadamente distinto, sob pena desse artigo enfrentar sérias dificuldades no momento de encontrar um mercado consumidor, comprometendo, assim, a realização do capital. Tampouco, tão facilmente comercializável, ao ponto de perder seu caráter singular, e, com isso, a legitimidade para

reclamar um preço prêmio, comprometendo as desejáveis rendas de monopólio. Por isso, a especificidade da mercadoria é uma variável chave, a par do tamanho do espaço em que se aplica uma indicação geográfica e do grau de difusão desse tipo de tecnologia no ambiente em que se insere o território.

Em Montilla-Moriles, o vinho típico local possui fortes raízes com o território, à medida que o grosso de seu mercado consumidor se encontra na província de Córdoba. Ademais, a sua matéria prima principal, a uva Pedro Ximenez, também é uma expressão consistente desse enraizamento, na medida em que é uma variedade autóctone. Portanto, naquele território, ao sul da Espanha, os atores se organizam coletivamente para produzir um vinho específico, elaborado a partir de uma matéria prima local e destinado, majoritariamente, aos consumidores locais. No entanto, a técnica que transforma essa matéria prima parece atravessar um processo de desenraizamento, à medida que as inovações incorporadas (ao espaço), através dos planos de reestruturação, financiados pela União Europeia, são aquelas que se podem observar em muitos territórios vitivinícolas mundiais, como o sistema de condução em espaldeiras, a mecanização e a utilização de tanques de aço inoxidável com temperatura controlada, dentre outras. A rigor, a introdução dessas novas técnicas tem por efeito melhorar a produtividade da viticultura e a eficiência da vinicultura em obter uma mercadoria mais homogênea. Porém, é interessante notar que o caráter global dessas técnicas revela não apenas a modernização da produção, mas, sobretudo, que este processo avança no sentido da homogeneização dos espaços o que contradiz a própria lógica das indicações geográficas, ou, pelo menos, a imagem que estas tentam passar ao consumidor, de distinção.

Argumento reforçado pelas inovações de produto que se verificam em Montilla-Moriles, haja vista que a introdução dos chamados vinhos jovens, assim como a dos vinhos tintos, na pauta produtiva do território, reflete uma tentativa de oferecer aos consumidores locais mercadorias não tão específicas, ou, por assim dizer, mais adaptáveis aos padrões organolépticos mundialmente difundidos. Portanto, tal qual ocorre com as inovações de processo, em Montilla-Moriles as inovações de produto também caminham no sentido da homogeneização. Assim, a despeito de seu caráter essencialmente local, o vinho daquele território parece caminhar no sentido do afrouxamento de suas raízes, mediante um processo de inovação empurrado pela demanda local, de forma a trazer a mercadoria mais para perto da superfície, adaptando-a aos padrões de consumo do tempo atual, que vão ao encontro dos padrões médios mundiais. Como expusemos, um dos

efeitos das forças globalizantes, que buscam homogeneizar espaços, terraplanando-os à acumulação de capital.

No outro lado do Oceano Atlântico, os atores do Vale dos Vinhedos seguem a mesma lógica, porém, através de um processo que intercorre com menos fricção, dado que a menor profundidade de seu espaço, assim como a especificidade da mercadoria que dele deriva, tornam essa mercadoria menos arraigada e mais adaptável aos padrões mundiais. O vinho tinto do Vale dos Vinhedos, certificado pelo conselho regulador daquele território, é produzido a partir de uma das variedades de uvas mais difundidas no mundo, a Merlot (como vimos, uma do grupo das *öbig sixö*). Logo, está plenamente em conformidade com o padrão organoléptico mundialmente difundido. E o que se verifica, naquele território, é que as inovações mais procuradas são as de processo, que visam aumentar a eficiência na transformação dessa variedade de uva *öglobalö* num vinho *ölocalö*. Podemos destacar os investimentos na busca por novas leveduras como um exemplo emblemático dessa tentativa de transformar uma matéria prima originária de outro espaço geográfico num artigo local.

Assim, tanto em Montilla-Moriles quanto no Vale dos Vinhedos, as inovações caminham menos no sentido de aumentar a diferenciação da mercadoria, e mais no de ajustar essa diferenciação dentro de determinados limites que vão se impondo mundialmente. O que nos sugere que a globalização, nos mercados vitivinícolas, vem atrelada à padronização dos gostos dos consumidores. Ademais, que as próprias indicações geográficas, que, em tese, deveriam defender a heterogeneidade, acabam transformadas em instrumentos para conduzir essa padronização ao longo dos distintos espaços *ó* contrariando, mais uma vez, sua (suposta) lógica de diferenciação.

No fundo, portanto, as indicações geográficas se inscrevem como mais um instrumento a serviço da concepção mental de mundo hegemônica no tempo presente, uma ferramenta muitas vezes utilizada para se apoderar de tempos pretéritos, trazendo-os à superfície do tempo atual, por seu turno, regido por uma idealização (de mundo) que coloca a valorização do capital no centro das coisas. Assim, na medida em que incentivam um determinado grupo de atores de um determinado território a se apoderar de técnicas produtivas, dos saberes locais, dos recursos do espaço geográfico e do patrimônio cultural dos territórios, para reclamar um direito de especificidade, conseqüentemente, de obtenção de um preço prêmio por uma mercadoria que acaba legalmente reconhecida como única, as indicações geográficas transformam-se em instrumentos da concepção mental de mundo hegemônica atualmente. Portanto, não estão em conflito com o modo

de produção atual, tampouco com a globalização dos mercados, mas, pelo contrário, são respostas que revelam alinhamento às condições estipuladas por essas forças nos territórios. Em alguns casos, com maior fricção, como em Montilla-Moriles; em outros, mais suavemente, como no Vale dos Vinhedos.

Assim, rigorosamente, as IGs se transformam numa ferramenta mercadológica, isto é, num instrumento para criar ou defender mercado, mas também numa tecnologia de apropriação espacial, essencialmente capitalista, com vistas a alcançar e/ou manter rendas de monopólio através da ação associativa e organizada. Trata-se, portanto, de uma forma dos produtores associados de trazer ao tempo presente aqueles tempos pretéritos que foram incorporados ao espaço e que lhe dão, como afirma Milton Santos, a profundidade e a espessura do acontecer. Dito de outra forma, as indicações geográficas são formas de resgatar ao tempo presente, sob a forma de mercadoria, parte da história do território, parte da história das pessoas que ali convivem. E uma consideração surge como peça fundamental: ao passo que resgatam a história, as indicações geográficas restauram traços dessa história.

O oligopólio, ou a tendência ao monopólio, não são uma novidade do tempo hegemônico de hoje. Tampouco uma exclusividade das grandes corporações, mas uma característica já bastante antiga, inclusive anterior ao próprio modo de produção capitalista, haja vista, por exemplo, os antigos monopólios naturais de localização que eram garantidos a pequenos padeiros, cervejeiros, vinhateiros e muitos outros comerciantes que detinham o controle do mercado consumidor nas localidades em que se instalavam ainda em finais do século XVIII e início do século XIX. No entanto, o ambiente de hoje remodelou muitas daquelas realidades. A crescente necessidade de aumentar a velocidade de circulação do capital não só acelerou o processo histórico, mediante a introdução cada vez mais rápida de novos objetos, que passaram a fazer parte de nossas vidas, como desenvolveu tecnologias destinadas a encurtar as distâncias, a anular o espaço pelo tempo e a complexificação nos sistemas transporte e de informação instantânea reduziram, por assim dizer, o espaço geográfico, à medida que buscam aumentar o espaço econômico. No âmbito dessa redução das distâncias, a globalização dos mercados, talvez a sua expressão mais marcante, tem feito surgir nas gôndolas dos grandes atacados e dos pequenos varejos uma plêiade cada vez maior de mercadorias das mais diversas procedências. Com isso, muitos pequenos comerciantes perdem seus oligopólios naturais de localização e passam a concorrer, muitas vezes, com grandes

capitais em busca de valorização no setor em que atuam ó capitais efetivamente dotados de poder econômico.

A rigor, as indicações geográficas, para muitos dos pequenos produtores que se deparam com uma situação análoga a esta, acaba sendo uma tentativa de levantar barreiras à entrada desses capitais, e, assim, restaurar ou manter as condições de seus antigos oligopólios naturais de localização, tensionados pela pressão de capitais forâneos e pelo forte, quase incontrolável, aumento da concorrência instalado em seus mercados locais, em razão da crescente necessidade de circulação do capital e de sua consequente batalha por novas esferas de valorização. No entanto, uma observação precisa ser feita: saberes tradicionais e particularidades espaciais não são fruto de indicações geográficas. Conforme afirmamos, estas são o reconhecimento legal da materialização dessas particularidades em mercadorias locais que, por isso, se tornam únicas, irreprodutíveis fora de seus contextos territoriais. Rigorosamente, portanto, as IGs são o reconhecimento legal de técnicas e particularidades que já existem.

Nesse constructo, o que nos faz afirmar que as indicações geográficas são tecnologias de apropriação espacial é o fato de que, enquanto o seu reconhecimento legal implica a organização de um aparato social, dotado de uma estrutura de governança, como é o caso das associações de produtores e dos seus respectivos conselhos reguladores, ela transforma os saberes locais e as particularidades espaciais num traço de uma concepção mental de mundo. Uma concepção de controle definida por essa estrutura de governança, que, junto a ela (e com o auxílio dos sistemas de inovação), define as forças produtivas e organiza as relações sociais de produção em torno de um projeto de apropriação espacial. E, conforme vimos, concepções mentais de mundo, forças produtivas e relações sociais de produção, conjuntamente, formam o tripé da tecnologia, tomada enquanto um fenômeno essencialmente social. Logo, as indicações geográficas, ao serem expressões materiais do processo de trabalho num determinado tempo-espço, que incluem os três elementos do tripé, podem (ou devem) ser entendidas como tecnologias de apropriação espacial, ou de construção de territórios. Tecnologias que fazem parte de um projeto territorializante calcado na ideia de transformar a história do território numa via de se obter rendas de monopólio, por parte de um grupo de produtores associados.

No entanto, a coisa não para por aí. Enquanto tecnologias de apropriação espacial, conduzidas por uma estrutura de governança, as indicações geográficas também se inscrevem como um instrumento de poder, sempre e quando o conselho regulador a utilizar como uma forma de manter algum tipo de controle sobre o avanço técnico. Ou

seja, se uma determinada técnica produtiva, ainda que fruto de um desdobramento do estoque de conhecimento local, não estiver em concordância com os propósitos definidos pelo conselho regulador, ou melhor, quando ferir a concepção mental de mundo sustentada pelos atores que fazem parte deste conselho, ela não possui o *ôdireito* legalô de representar o território nos circuitos globais de circulação de mercadorias, ou, por outro lado, perde o direito de se fazer valer do nome do território nesses circuitos. Trata-se, portanto, de uma técnica bastarda, que apesar de filha do território, não possui o direito de lhe reclamar a paternidade ó conferida, unicamente, pelo conselho regulador.

Portanto, as indicações geográficas, tomadas enquanto tecnologias de apropriação espacial, são instrumentos que além de penetrarem no fundo do tempo-espaco para resgatar os conhecimentos que podem ser transformados em mercadorias comercializáveis com um preço de monopólio no tempo presente, também podem aprofundar as contradições, as tensões e as situações de desigualdades existentes nos territórios construídos sobre esse espaco. A par de determinar a quantidade máxima de produto por hectare e de controlar o avanço técnico, as indicações geográficas se inscrevem como instrumentos de poder na medida em que o conselho regulador tiver a possibilidade de controlar quem está apto a integrar o grupo digno de ostentar o nome do território nos circuitos globais de circulação de mercadorias. O reclame desse direito é uma das batalhas mais ferrenhas, ou dos conflitos mais persistentes nos quais a aplicação dessa tecnologia se insere.

Por diversas razões, a aplicação de um projeto com base numa indicação geográfica não garante aos atores de todos os territórios o mesmo resultado. Primeiro, pela razão que acabamos de expor, isto é, pelo fato de que a tecnologia da indicação geográfica pode aprofundar as desigualdades existentes no território sempre que estas forem transferidas ao seu conselho regulador. Segundo, porque existem territórios com diferentes sínteses de espaco-tempo, isto é, territórios com distintas profundidades, de onde podem emergir casos em que a mercadoria em questão esteja demasiadamente enraizada, ou seja, carregue uma especificidade tão profunda que a sua inclusão nos mercados globalizados implique esforços muitos mais significativos do que aqueles em que a especificidade da mercadoria é mais superficial. Assim, parece haver um certo limite no que toca à capacidade das indicações geográficas em resgatar especificidades de tempos pretéritos ao tempo presente, reflexo de um certo *trade off* entre a especificidade e a comerciabilidade da mercadoria. O que, a rigor, poderíamos entender como uma fricção no ajuste entre os tempos ó pretéritos e presente.

Além disso, as indicações geográficas carregam uma contradição intrínseca. Conforme apontamos, uma contradição que decorre do seu processo de difusão. Em síntese, tal qual tende a ocorrer com todas as tecnologias, uma exacerbada difusão das IGs pode inviabilizar a capacidade dos produtores em alcançarem as desejáveis rendas de monopólio, em função das crescentes dificuldades de se cobrar um preço de monopólio, por duas razões. Primeiro, pelo aumento da concorrência, em função dos capitais que migrariam a essa tecnologia, haja vista os lucros extraordinários daqueles que porventura e pioneiramente os tenham obtido. Segundo, porque essa migração teria o efeito de aumentar a incerteza dos consumidores em relação à suposta qualidade das mercadorias certificadas e reduzir, assim, o excedente do consumidor, isto é, a diferença entre o que estes estariam dispostos a pagar a mais por uma mercadoria em relação ao seu preço de mercado.

Portanto, por diversos aspectos, entendemos que as indicações geográficas são tecnologias de apropriação espacial que não garantem resultados homogêneos quando aplicadas aos distintos territórios. Pelo contrário, aos nossos olhos, as IGs repercutem de distintas formas sobre os distintos territórios, a depender das particularidades de cada construção social e do ambiente externo em essa que construção encontra-se enraizada. E esta proposição se fortalece se levarmos em consideração que em outro trabalho (JEZIORNY, 2009), que serviu de base para esta tese, concluímos que o território não é uma construção social hermeticamente fechada, auto-encapsulada no seu próprio espaço e com dinâmica restrita aos condicionantes internos, mas um sistema social aberto, que produz tensões com o que vem de fora, e que evolui com estas tensões. Aliás, conforme apontamos naquela ocasião, não raras vezes, a evolução do território tem como impulso alguma força que lhe é exógena; e alguns casos de incorporação de tecnologia são bons exemplos disso.

Por fim, nos parece que esta tese trouxe mais questionamentos do que respostas. Pelo que vimos, nos dois casos estudados, as indicações geográficas são tecnologias de apropriação espacial levadas a cabo por um grupo de produtores associados com vistas a levantar barreiras em seus mercados locais para criar ou garantir condições oligopolistas. Barreiras calcadas na diferenciação e no controle espacial tanto da técnica quanto da quantidade produzida de determinada mercadoria. No entanto, em que pese o discurso da singularidade, estes produtores associados não abrem mão de incorporar as inovações que aumentem a capacidade das forças produtivas e acelerem a velocidade de circulação de seus capitais. O que, no fundo, costuma ser uma prática recorrente do modo de produção

hegemônico no tempo atual. Com isso, mesmo no âmbito da diferenciação de produto, acaba-se por homogeneizar a produção, tornando as singularidades uma mera questão de aparência, ou, simplesmente, um desígnio da própria natureza, atribuído através da matéria prima. Nesse sentido, nos parece que a técnica desponta, de fato, como um instrumento de controle político da sociedade, homogeneizando territórios e garantindo privilégios a determinados grupos sociais. E neste cenário, ao final, nos perguntamos: estamos indo mais longe, ou só mais rápido, na história de nossas construções sociais com os espaços?

Tendemos a responder que estamos indo cada vez mais rápido no processo de aprofundamento do sistema capitalista em nossos espaços. O que talvez explique os menores intervalos temporais entre o surgimento das crises sistêmicas, mas, principalmente, a maior profundidade destas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Os mercados como construções sociais. **Valor Econômico**, 24 de novembro, 2007.

BLUME, R. Explorando os recursos estratégico do *terroir* para a vitivinicultura brasileira. Tese (Doutorado em Agronegócios) ó Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

BONENTE, B. A. I. M. **Desenvolvimento em Marx e na Teoria Econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese (Doutorado em Economia) ó Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, 2011.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.

BUCIEGA, A. **Capital Social en el Marco de los Grupos para el Desarrollo Rural LEADER**. Análisis de Casos en la Provincia de Valencia. Tesis Doctoral. Universitat de València, 2009.

BRACZYCH, J.; COOKE, P.; HEIDENREICH, M. (Eds.). **Regional Innovation Systems**: the role of governances in a globalized world. London: UCL Press, 1998.

BRESCHI, S. e MALERBA, F. Sectoral Innovation Systems: technological regimes, schumpeterian dynamics, and spacial boundaries. In: EDQUIST, C. (Ed.). **Systems of Innovation**: technologies, institutions, and organizations. London: Pinter, 1997.

BUKHARIN, N. I. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1988.

CARIO, S. A. F. e BUZANELO, E. J. Notas sobre a teoria marxista da renda da terra. In: **Revista de Ciências Humanas**, v. 5, n. 8, pp. 32-47, Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. L. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. L. (Orgs.). **Pequena Empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.

CERAM, W. **Deuses, Túmulos e Sábios**. Ed. Melhoramentos, 2005, p. 37-65.

CHADDAD, F. R. **Denominações de Origem Controlada**: uma alternativa de adição de valor no agribusiness. Dissertação (Mestrado em Administração) ó FEA/USP, São Paulo, 1996.

CHAMBERLIN, E. **The Theory of Monopolistic Competition**: a re-orientation of the theory of value. Harvard University Press, 1933.

COHEN, W. M. e LEVINTHAL, D. A. Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation. In: **Administrative Science Quarterly**, vol. 35, n. 1, Special Issue: Technology, Organizations, and Innovation, pp. 128-152, March, 1990.

COMPÉS LÓPEZ, R. e CASTILLO VALLERO, J.S. **La economia del vino em España**. 2014

COMPÉS LÓPEZ ET AL, Internacionalización, competitividad, diferenciación y estrategias de calidad. In: COMPÉS LÓPEZ, R. e CASTILLO VALLERO, J.S. **La economia del vino em España**. 2014

COOKE, P., URANGA, M. G., ETXEBARRIA, G. Regional innovations systems: Institucional and organizational dimensions. In: **Research Policy**, v. 26, n. 4, pp. 475-491, December, 1997.

COOKE, P.; MORGAN, K. **The associational economy**: firms, regions, and innovation. Oxford [England]; New York: Oxford University Press, 1998.

DOSI, G. **Technical Change an Industrial Transformation** ó the theory an an application to the semiconductor industry. Londres, Macnillan, 1984

DOSI, G. **The Research on Innovation Diffution**: an Assesment, In Nakicenovic, N. and Grubler, A. (Eds.) Diffusion of Technologies and Social Behavior, pp. 179-208, SpringerVerlag, Berlin. 1988

EDQUIST, C. Systems of Innovation: perspectives and challenges. In: FARBERGER, J.; MOWERY, D.C.; NELSON, R. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, 2006.

FERREIRA ET ALL. **Indicação geográfica no Brasil: aspectos legais**. In: Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. Editora LibrArs. São Paulo, 2013.

FLIGSTEIN, N. O mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R. e PEIXOTO, J. (Orgs.). **A Nova Sociologia Econômica**: uma antologia. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2003.

FREEMAN, C. **Technology Policy and Economic Performance**: lessons from Japan. London: Frances Pinter, 1987.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA-PARPET, M-F. **Mondialisation des Marchés et Standards de Production**. Vin: le Modèle Français en Question. Paris: TSV/INRA-CSE/EHESS, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**: Campinas. Editora da UNICAMP, 1996

GRAZIANO DA SILVA, J. A Globalização da agricultura. In SILVEIRA, ??; VILELA, ?? (Orgs.). **Globalização e sustentabilidade da agricultura** (EMBRAPA ó CNPMA Documentos 15). São Paulo: Jaguariúna, 1998.

GURRUTXAGA ABAD, A. **Recorridos por el Cambio, la Innovación y la Incertidumbre**. Leioa: UPV/EHU, 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.

_____. **Ciudades rebeldes**. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Ediciones Akal, 2013b.

SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, J.L. El valor social y territorial del vino en España In: COMPÉS LÓPEZ, R. e CASTILLO VALLERO, J.S. **La economía del vino em España**. 2014

HUSSON, M. **El capitalismo en 10 lecciones**: breve curso ilustrado de economía heterodoxa. Madrid: La Oveja Roja, 2013.

JEZIORNY, D. L. **Território Vale dos Vinhedos**. Instituições, indicação geográfica e singularidade na vitivinicultura da Serra Gaúcha. Dissertação (Mestrado em Economia) ó

Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

JEZIORNY, D.L.; ORTEGA, A.C. **Inovação e performance competitiva na indústria vitivinícola brasileira**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 33, Número Especial, p. 865-886, 2013

KARPIK, L. **L'Économie des singularités**. Paris: Gallimard, 2007.

KATZ, C. **La concepción marxista del cambio tecnológico** 20.Ago.96. Revista Buenos Aires. Pensamiento Económico, n 1, otoño 1996, pag 155-180, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <http://katz.lahaine.org/?cat=4>. Último acesso em 24/03/2013

KROPOTKIN, P. **La conquista del pan**. Madrid: La Malatesta Editorial, 2008.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUNDVALL, B-A. Introduction. In: LUNDVALL, B-A. (Ed). **National System of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning**. London-New York: Pinter Publishers, 1992.

MARQUES, R. Os trilhos da nova sociologia econômica In: MARQUES, R. e PEIXOTO, J. (Orgs.). **A Nova Sociologia Econômica**: uma antologia. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2003.

MARQUES, T.C.S. **Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada**. Pensamento Plural | Pelotas [06]: 57 - 69, janeiro/junho 2010

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____ **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____ **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MEDEIROS, J. L. **A Economia diante do horror econômico**: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói: Editora da UFF, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOYANO ESTRADA, E. Capital Social, Gobernanza y Desarrollo en Areas Rurales. In: **Revista Ambienta**, n. 82, pp. 23-34, 2009.

_____ **Corporalismo y agricultura.** Asociaciones profesionales y articulación de intereses em la agricultura española. Madrid. M.A.P.A., 1984

_____ **Algunos element teóricos para el analyses de la acción colectiva em la agricultura.** IN: Moyano Estrada, E. **Sindicalismo y política agrarian en Europa.** Madrid. M.A.P.A., 1988

NELSON, R. (Ed.). National Systems of Innovation: a comparative studies. Oxford University Press, 1993.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade:** projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) ó Programa de Pós-Graduação em de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

NOBLE, D. **Forces of Production:** a social history of industrial automation. New York: Knopf, 1984.

ORTEGA, A.C. e JEZIORNY, D.L. **Vinho e Território:** a experiência do Vale dos Vinhedos. Alínea, Campinas, 2011.

OSTROM, E. **Governing the Commons:** the evolution of institutions for collective action. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1990.

PAVITT, K. e PATEL, P. Global Corporations and National Systems of Innovation: who dominates whom? In: ARCHIBUGI, D.; HOWELLS, J.; MICHIE, J. (Orgs.). **Innovation Policy in a Global Economy.** Cambridge England, New York: Cambridge University Press, 1999.

PENROSE, E. **A Economia da Diversificação.** Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 7-30, out./dez. 1979.

PIMENTEL, O. *Os desafios dos aspectos legais na prática de estruturação das indicações geográficas* In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial.** Editora LibrArs. São Paulo, 2013.

PLOEG et al. **Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union.** The Journal of Peasant Studies. Vol. 39, Nº 1, Janeiro de 2012, ps. 133-173

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época, 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLMAN, N. et al. **Nested markets with Common Pool Resources in Multifunctional Agriculture,** *Rivista di Economia Agraria*, Vol. 65 (2), pp. 295-318. 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização,** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna,** 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

REIS, J. **Ensaio de economia impura.** Coimbra: Edições Almedina, 2007.

ROGERS, E, e SCHOEMAKER, F. **Communication of Innovations:** a Cross Cultural Approach. Free Press, 1971

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável,** 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACCO DOS ANJOS, F. Indicações Geográficas, Identidade e Desenvolvimento: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. In: FROEHLICH, J.M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial. Produção, Identidade e Consumo.** Ijuí, RS: Unijuí, 2012, v. 1, p. 53-83

SACCO DOS ANJOS, F. et al. Sobre «éfigies e esfinges» indicação geográfica, capital social e desenvolvimento territorial. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Território, identidade territorial e desenvolvimento regional:** reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, 16ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

_____. **Economia Espacial**: críticas e alternativas, 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

SARTORI, G. Comparación y Método Comparativo. In: SARTORI, G e MORLINO, L. **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil**: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, v.30, n.3, p. 511-531, jul/set 2010

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**: Uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo econômico. Tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Os Economistas).

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

TERUCHKIN, S. **As estratégias empresariais para os vinhos finos no Brasil e no Uruguai; uma análise comparada**. Tese (Doutorado em Administração) ó Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TIGRE, P.B. **Gestão da Inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006

VEIGA, J. E. da. O principal desafio do século XXI. **Ciência e Cultura** [on line], v. 57. n. 2, p. 4-5, 2005.

VON ROOYEN, J.; ESTERHUIZEN, D.; STROEBEL, L. Analyzing the Competitive Performance of the South African Wine Industry. In: **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 14, Issue 4, 2011.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. In: **Theory and Society**, v. 27(2), pp. 151-208, 1998.

ANEXO 1

Lista de Entrevistados¹

Brasil

Jorge Tonietto (pesquisador responsável pela área de indicações geográficas, Embrapa)

Jaime Milan (representante da Aprovele)

Denis de Biasi (representante do Instituto Brasileiro do Vinho ó IBRAVIN)

Cirano Cisilotto (prefeito de Garibaldi)

Loiva Maria de Mello (pesquisadora da Embrapa Uva e Vinho)

Henrique Benedetti (presidente da UVIBRA)

Jandir Crestani (Diretoria de Relações Comunitárias da Aprovele e proprietário de pousada no Vale dos Vinhedos)

Cláudia Schiedeck Soares de Souza (reitora do Instituto Federal Tecnológico de Bento Gonçalves)

Lista de vinícolas visitadas²

Larentis

Valontano

Terragnolo

Dom Cândido

Marco Luigi

Reserva da Cantina

Cavas do Vale

Casa Gracena (Adega Cavalieri)

Miolo

Casa Valduga

Espanha

Enrique Garrido (Secretário do Consejo Regulador de la DO Montilla-Moriles)

María Isabel López Infante (investigadora do IFAPA em Córdoba)

Juan Portero (agricultor y perito agrícola de Montilla)

¹ Além destes, no Vale dos Vinhedos, foram entrevistados 30 agricultores familiares selecionados ao acaso.

² Em oito das dez vinícolas visitas foi possível entrevistar o proprietário do estabelecimento.

Javier Alvarez de Sotomayor (gerente de Bodegas Delgado de Puente Genil)

Miguel Cruz (enólogo e produtor artesanal de vinho de Montilla)

Anselmo Martín (funcionário da Consejería de Agricultura em Sevilla)

Emilio Recio e Fernando Soto (funcionários da Delegación de Agricultura em Córdoba)

Antonio Ruiz y Manuel Ruiz (gerente e presidente da cooperativa La Unión de Montilla)

Francisco Zurera (delegado provincial de Agricultura em Córdoba)

Rafael Córdoba (gerente do grupo de bodegas Pérez Barquero)